UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

**Uma *América* em São Paulo: a Maçonaria e o Partido
Republicano Paulista (1868 – 1889)**

Luaê Carregari Carneiro Ribeiro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Profa. Dra. Monica Duarte Dantas

São Paulo
2011

“Versão corrigida ”

O exemplar original se encontra disponível no CAPH da FFLCH

De acordo:

RESUMO

A influência da Maçonaria no Brasil, ainda é um tema muito pouco estudado pela historiografia. O objetivo deste trabalho é analisar mais a fundo qual seria o papel das lojas maçônicas na difusão do movimento republicano na província de São Paulo, entre o final da década de 1860 e 1889, em meio à expansão cafeeira e a formação de uma nova elite econômica que desejava maior representação política. A partir da queda do gabinete de Zacarias de Góes, em 1868, houve a formação do Partido Republicano Paulista (PRP). Nesse período, era criada a Loja América, importante centro difusor das idéias republicanas na província, dela fizeram parte importantes figuras do movimento republicano, como Américo Brasiliense, Américo de Campos e Rangel Pestana. Analisou-se como a Maçonaria se comportou diante das principais questões do período, como o republicanismo, o debate abolicionista e a Questão Religiosa. E principalmente, como a difusão das lojas maçônicas pelo Oeste Paulista contribuiu para a criação e o fortalecimento das redes clientelares que formavam a base política do PRP em seus anos iniciais.

ABSTRACT

The influence of Freemasonry in Brazil, is still a topic too little studied by historiography. The aim of this study is to analyze more deeply what is the role of the Masonic lodges in the dissemination of the Republican movement in the province of Sao Paulo, between end of the 1860 and 1889, during the coffee economic expansion and the formation of a new economic elite who wished to greater political representation. From the end of the ministry of Zacarias de Goes in 1868 there was formation of the Republican Party of São Paulo (PRP). During this period, was created the Lodge América, an important center for disseminating ideas of republicans in the province, it took part in important figures of the republican movement as Américo Brasiliense, Americo de Campos and Rangel Pestana. Analyzed how Freemasonry has behaved in front of the main issues of the period, such as republicanism, the abolitionist debate and the Religious Question. And especially, how the spread of Masonic lodges across the West Paulista contributed to the creation and strengthening of clientelist networks that formed the political basis of the PRP in its early years.

Agradecimentos

Uma jornada importante se cumpriu, o “nascimento” dessa dissertação só foi possível porque nessa caminhada pude contar com apoios mais do que especiais, eu diria cruciais... meu profundo agradecimento e carinho ao Deus que me “carregou, como um pai carrega seu filho, por todo o caminho que percorreram até chegarem a este lugar”(Dt1:31); aos meus pais Frederico e Luana, vocês são um exemplo para mim, obrigada por sempre acreditarem em mim, isso fez toda a diferença... ao meu marido Rafael, companheiro fiel, a sua compreensão foi fundamental, obrigada por sonhar os “meus” sonhos comigo; aos meus queridos irmãos Maitê, Lucas, Gabriel e Pedro, vocês são parte de mim; a Beti por todo incentivo nesse tempo; as minhas avós Beatriz e Beá pelas orações e preocupação; ao Juarez, Fábria e Bruna (minha “nova” família) por compartilharem comigo esse momento tão importante; a toda minha família.

Também agradeço a orientação e amizade da Mônica, que em todos esses anos de pesquisa esteve ao meu lado, compartilhando comigo todo esse conhecimento que admiro e respeito muito. Agradeço ao pessoal do Arquivo do Estado, sempre muito solícitos. Ao amigo Wagner pela oportunidade de compreender melhor esse universo maçônico.

Aos meus amigos queridos de longa data (Mayra, Thaís, Renata...), aos “novos” amigos, e aos meus colegas de trabalho, que sempre estiveram dispostos a me acolher e me incentivaram até o fim.

SUMÁRIO:

INTRODUÇÃO	05
1. A LOJA AMÉRICA E A MAÇONARIA BRASILEIRA	10
1.1. A Maçonaria no Brasil no século XIX	10
1.2. A Maçonaria na cidade de São Paulo no século XIX	24
2. A LOJA AMÉRICA E O USO DA IMPRENSA	41
2.1 Anúncios de reuniões maçônicas	45
2.2 A propaganda maçônica e a educação	51
2.3 A propaganda maçônica e a causa abolicionista	65
2.4 A Maçonaria e a Igreja Católica na imprensa	75
3. A EXPANSÃO DAS LOJAS MAÇÔNICAS PAULISTAS E AS REDES CLIENTELARES	96
3.1 A Loja América e a construção de redes clientelares	97
3.2 A Maçonaria e o PRP	115
4. A MAÇONARIA, A CONVENÇÃO DE ITU E A ESTRUTURAÇÃO DO PRP	136
4.1 A política imperial na década de 1860 e o surgimento do PRP	136
4.2 A Convenção de Itu e a Maçonaria	146
4.3 Os Congressos Republicanos e as disputas eleitorais	155
CONSIDERAÇÕES FINAIS	168
FONTES E BIBLIOGRAFIA	172

INTRODUÇÃO

“Somos da América e queremos ser americanos...”

(Manifesto Republicano, 1º/dezembro/1870)

O lema acima ecoou fortemente na província de São Paulo no início da década de 1870. Em meio ao questionamento da política do governo imperial, surgia o apelo do exemplo da República norte-americana, assim, alguns maçons republicanos, influenciados por esse modelo, adotaram o nome *América* ao criarem uma loja maçônica em São Paulo, em fins de 1868. Dessa loja maçônica fariam parte importantes nomes para a construção do movimento republicano na província, como Américo Brasiliense, Américo de Campos e Rangel Pestana.

Entre fins da década de 1860 e 1880, os fazendeiros do Oeste Paulista buscavam uma forma de influenciarem mais diretamente na política nacional e procuravam uma solução para isso. Ao mesmo tempo a Maçonaria florescia no Segundo Reinado, com as questões mais prementes do período se fazendo sentir em suas reuniões. Entre essas questões destacavam-se as críticas à forma de organização do governo, a situação precária da educação, a relação com a Igreja católica, o abolicionismo e a questão da substituição da mão de obra.

Sendo a Maçonaria uma organização formada por homens do seu tempo, essas questões influenciaram diretamente a organização da ordem maçônica. As décadas de 1860 e 1870 foram de secessionismo dentro da Maçonaria, os grupos se dividiam quanto às possíveis soluções para os problemas enfrentados pelo governo imperial. Havia o grupo do Lavradio, liderado por José Maria da Silva Paranhos, o visconde do Rio Branco, presidente do Conselho de Ministros pelo Partido Conservador, entre 1871 e 1875, e o grupo dos Beneditinos, ligado a Saldanha Marinho, um dos signatários do Manifesto Republicano. Enquanto o primeiro grupo procurava se manter fiel ao governo monárquico, o segundo apresentava duras críticas e estimulava a expansão das idéias republicanas.

A instabilidade política após a queda do gabinete “ligueiro” de Zacarias de Góes e Vasconcellos, em 1868, influenciou a formação de novas lojas maçônicas, principalmente ligadas ao grupo dos Beneditinos, que tinham como um dos seus

objetivos a articulação de novos projetos políticos. Dentre elas, destacou-se a fundação da Loja América, em fins de 1868, um dos pólos difusores do ideal republicano na província.

A solução encontrada pelos paulistas foi a formação de um partido político autônomo, o Partido Republicano Paulista (PRP), e para isso era necessário a construção de uma base política na província como um todo.

A imprensa foi utilizada como um dos meios de propagandear essas “novas” idéias; a instalação de escolas e sociedades científicas também cumpria esse propósito. Mas, ainda assim, era necessário assegurar o estreitamento dos laços sociais e políticos entre os grupos que formavam essa nova elite que se expandia com a produção cafeeira.

A estrutura de funcionamento das lojas maçônicas era ideal para este tipo de relação, já que uma vez iniciado, o maçom assumia uma série de obrigações de proteção e fidelidade mútuas. Com isso, expandir essa rede de lojas maçônicas pelo Oeste Paulista pareceu uma boa alternativa para a construção e intensificação das bases do novo partido. Assim, com o aumento da capacidade de mobilização dessa nova elite do Oeste Paulista pretendia-se conseguir a eleição de membros do novo partido, fosse nas eleições municipais, provinciais ou gerais, e também obter maior acesso aos diversos cargos existentes, como juiz de órfãos, delegado de polícia, ou escrivão.

Dessa maneira, a questão que se coloca é entender quem eram os principais maçons da província de São Paulo, porque optaram pela vertente republicana da Maçonaria, e como puderam utilizar as lojas maçônicas em um momento importante de formação do PRP, por exemplo, por ocasião da Convenção de Itu, em 1873.

Maçonaria e republicanismo convergiram, então, em São Paulo nas discussões relativas à queda do gabinete Zacarias, às propostas relativas às reformas políticas, ao encaminhamento da Guerra do Paraguai, à chamada Questão Religiosa e ao abolicionismo.

Porém, a despeito de evidências quanto à comunhão de interesses entre republicanismo e associativismo maçônico, quando o assunto é a atuação da Maçonaria no Brasil percebe-se que esta é uma história “muito falada” e pouco estudada. Ou seja, muitos historiadores citam a Maçonaria como uma organização muito influente na história do Brasil, principalmente no contexto da independência do Brasil e na chamada “Questão Religiosa” no início da década de 1870, mas pouquíssimos se dedicaram a ir a fundo, em busca de maiores informações acerca da real influência maçônica na sociedade e política de então.

Até a década de 1990, a Maçonaria praticamente só era estudada por maçons, que comprometidos com a ordem deixavam de analisá-la criticamente para assumir um tom celebrativo e de exaltação, muitas vezes sem nenhuma documentação ou embasamento teórico.

Atualmente podem-se citar quatro historiadores que se dedicaram a analisar a Maçonaria de um ponto de vista acadêmico, contribuindo para uma visão descompromissada e acadêmica da atuação dessa ordem no Brasil. Os que se dedicaram a este tema foram: Alexandre Mansur Barata com a publicação de sua Dissertação de Mestrado, *Luzes e Sombras: a ação da Maçonaria Brasileira (1870 – 1910)*, e de sua Tese de Doutorado, *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência (Brasil, 1790-1822)*, praticamente o pioneiro neste tipo de trabalho; Eliane Lucia Colussi, *A Maçonaria Gaúcha no século XIX*, obra em que a autora faz uma rica análise da história da Maçonaria no século XIX no Brasil, destacando o contexto do Rio Grande do Sul; Luiz Eugênio Vécio, *O crime do padre Sório: Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul 1893-1928*, em que analisa a documentação do Grande Oriente do Rio Grande do Sul para compreender as esferas de atuação política da ordem naquela região; e Marco Morel, *As Transformações dos Espaços Públicos – Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*, que dedica um capítulo ao estudo do funcionamento da Maçonaria nas primeiras décadas do século XIX.

Neste sentido, o que se procura com esta pesquisa é contribuir para uma análise mais profunda sobre a atuação da Maçonaria no Brasil, em especial na província de São Paulo nas últimas décadas do Império; momento em que o Oeste Paulista se desenvolvia e o movimento republicano ganhava mais adeptos, insatisfeitos com sua pouca representação política.

A Loja América reunia parte da liderança do movimento republicano paulista, como Américo Brasiliense que era a figura aglutinadora dos republicanos espalhados pela província, foi secretário da Convenção de Itu e organizador dos Congressos Republicanos posteriores, ocupava o cargo de venerável (presidente) da Loja América entre 1870 e 1874; outro exemplo era Américo de Campos, um dos organizadores do Clube Republicano de São Paulo e do PRP, ocupava o cargo de 1º vigilante (vice-presidente) da Loja América, entre 1870 e 1874. O fato de a Loja América ter como administradores esses republicanos apontou para o fato de que pertencer a Maçonaria não tinha apenas uma conotação social, mas demonstrou também que através dela era possível estabelecer laços políticos.

A Loja América se empenhava em difundir um projeto político republicano, auxiliando na abertura de novas lojas no Oeste Paulista, iniciando novos membros, fundando escolas e bibliotecas populares, sendo pioneira nesse tipo de projeto e, incentivando outras lojas a fazerem o mesmo. No que tange o debate abolicionista, a Loja América foi presidida entre 1874 e 1880 por Luiz Gama, um dos maiores abolicionistas do período, trabalhava pela libertação de escravos, sendo patrocinado por maçons da Loja América.

Ao analisar as notícias referentes a esta loja e a própria documentação produzida por ela, nota-se a centralidade da Loja América para a articulação das demais lojas maçônicas da província e para a formação de uma base política republicana.

Nenhum dos trabalhos acima citados tratou especificamente do contexto paulista. Assim, a proposta deste trabalho é trazer a luz, por meio das fontes do período, novas questões sobre a relação da Maçonaria com a difusão do movimento republicano em São Paulo, contribuindo para uma interpretação mais sólida acerca da atuação da ordem maçônica no Segundo Reinado.

No Capítulo 1, “A Loja América e a Maçonaria brasileira”, é analisada a trajetória da ordem maçônica no Brasil, principalmente o contexto da década de 1860 e 1870, período em que a Maçonaria esteve dividida em Grande Oriente do Lavradio, sob a liderança do Visconde do Rio Branco, e Grande Oriente dos Beneditinos, comandado por Saldanha Marinho. Longe de se constituir em uma ordem homogênea, a história da Maçonaria no Brasil foi marcada por disputas e divisões. O contexto da política nacional e os debates do período influenciaram diretamente a trajetória da ordem maçônica. Assim, durante esse período foi fundada a Loja América, a quarta loja da cidade de São Paulo, ligada ao Oriente dos Beneditinos, e que se tornou a principal difusora das idéias republicanas na província. Em seu meio circulavam as principais figuras republicanas do período.

No segundo capítulo, “A Loja América e o uso da imprensa”, discute-se a questão do uso da imprensa para a organização das lojas maçônicas e para propaganda de seus atos. Ao se analisar os principais jornais da província, como o *Correio Paulistano*, *A Província de São Paulo* e *A Gazeta de Campinas*, constatou-se que publicavam anúncios semanais sobre as atividades das lojas maçônicas, além de textos de propaganda de seus projetos educacionais, como a fundação de escolas e bibliotecas, e de suas ações abolicionistas. Os proprietários desses jornais e os redatores eram em sua maioria membros das principais lojas maçônicas paulistas, como a Loja América e a

Loja Independência, de Campinas. Na última parte desse capítulo, o foco recai sobre o debate entre a Maçonaria e os setores da Igreja Católica envolvidos na chamada “Questão Religiosa”, período delicado para a ordem maçônica.

Já no Capítulo 3, “A expansão das lojas maçônicas paulistas e as redes clientelares”, busca-se descrever como as lojas maçônicas se difundiram pelo Oeste Paulista no período de expansão da produção cafeeira e de formulação de suas primeiras críticas à centralização política imperial, que dificultava uma maior representação política dessas novas elites econômicas. As lojas maçônicas procuravam fortalecer suas redes clientelares, favorecendo, por meio dessas redes, a obtenção de cargos. Nesse quadro, a Loja América destacava-se uma das que poderiam oferecer esse tipo de proteção e benefício político.

Por fim, no Capítulo 4, “A Maçonaria, a Convenção de Itu e a estruturação do PRP”, parte-se da representação das lojas maçônicas na Convenção de Itu, visando a apontar para o fato de que a expansão das lojas pelo interior da província estava diretamente associada à difusão das idéias republicanas. Além disso, busca-se destacar que as principais figuras do PRP eram maçons que atuaram como peças-chaves na estruturação do novo partido. Finalmente, apresenta-se uma análise das primeiras disputas eleitorais e das dificuldades encontradas pelo PRP para obter maior sucesso eleitoral.

Assim, considera-se que o fato de muitos republicanos serem maçons não deve mais ser tratado pela historiografia como uma mera coincidência, ou como um fator sem relevância política. A sociabilidade maçônica permitia que as relações políticas fossem construídas e/ou intensificadas a partir dos laços maçônicos que se articulavam em uma rede de relacionamentos que transcendia o mero convívio dentro da loja. E dessa forma, era possível estabelecer uma base de sustentação política a partir da expansão das lojas maçônicas pela província, como fez o PRP nos seus anos iniciais.

CAPÍTULO 1. A LOJA AMÉRICA E A MAÇONARIA BRASILEIRA

1. A Maçonaria no Brasil no século XIX

A história da Maçonaria no Brasil no século XIX pode ser dividida em algumas fases: a primeira com a instalação oficial das primeiras lojas nos anos iniciais do século XIX, estendendo-se até o fechamento do Grande Oriente do Brasil em outubro de 1822, após a proclamação da independência; a segunda fase tem início com o ressurgimento do Grande Oriente do Brasil, em 1831, no contexto de abdicação de d. Pedro I e início do período regencial, até o cisma maçônico de 1863; a terceira fase abrange todo o período de divisão entre o Grande Oriente do Lavradio e o Grande Oriente dos Beneditinos até 1883, quando houve a fusão entre esses dois Orientes; e, finalmente, a quarta fase compreende de 1883 até 1893, já no período republicano, quando surgem os Grandes Orientes estaduais.

O primeiro contato dos brasileiros com as idéias maçônicas foi ainda no século XVIII quando os filhos das elites brasileiras se dirigiram para a Europa a fim de completar seus estudos. Nesse período a Maçonaria se desenvolvia no continente europeu e alcançava o americano. Em Portugal¹ a Maçonaria ganhava maior espaço durante o período pombalino.

Com Pombal, Portugal toma conhecimento do Iluminismo. As idéias liberais invadem a própria Universidade de Coimbra. Os jovens estudantes participam desta transformação, adotam as novas idéias, começam a reunir-se primeiramente em Academias, depois em Sociedades, mais fechadas. De umas e outras participarão jovens brasileiros, e as novas idéias serão transportadas aos poucos para o Brasil.²

Muitos brasileiros ao concluírem seus cursos na Universidade de Coimbra, completavam os estudos na Inglaterra e na França, Alexandre Mansur Barata, em *Luzes e Sombras: a ação da Maçonaria Brasileira (1870 – 1910)*, comentou que existiam duas lojas maçônicas de estudantes brasileiros na França, uma em Montpellier e outra em Perpignan.³ Foram estes estudantes que ao retornarem organizaram a atividade maçônica no Brasil.

¹ Para um estudo detalhado da Maçonaria portuguesa ver: MARQUES, A. H. de Oliveira. *História da Maçonaria em Portugal*. Lisboa: Presença, 1990-1997, 3vols.

² BARRETO, Célia de Barros. “Ação das sociedades secretas”, in: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: ed. Difel, 1985, t.II, vol.1, p.194.

³ BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras: a ação da Maçonaria Brasileira (1870 – 1910)*. Campinas: Editora da Unicamp, coleção Tempo e Memória n°14, 1999, p.59.

Até o início do século XIX os maçons estavam dispersos pelo território brasileiro, pois ainda não havia sido criada uma loja regular na qual se reunissem. As primeiras lojas foram fundadas nos principais centros urbanos da colônia. A primeira loja regular criada no Brasil foi a Loja União, instalada em Niterói, em 1800, que no ano seguinte deu origem à Loja Reunião, instalada no Rio de Janeiro, e filiada a Maçonaria francesa. A Loja Reunião foi a primeira a ser reconhecida por uma Obediência estrangeira⁴, no caso a francesa, assim, os maçons portugueses trataram de instalar a Loja Virtude e Razão ligada ao Grande Oriente Lusitano, buscando incentivara Loja Reunião a mudar de Obediência. Mas, os dirigentes daquela loja optaram por permanecer ligados a Maçonaria francesa.⁵ Os maçons portugueses fundaram então mais duas lojas no Rio de Janeiro em 1804, as Lojas Constância e Filantropia.⁶

Eliana Colussi, em *A Maçonaria Gaúcha no século XIX*, ao analisar a atuação das primeiras lojas no Brasil, destacou que estas se confundiam com uma agremiação política, pois

As lojas maçônicas eram o espaço principal das articulações, negociações e decisões envolvidas naquele processo político. [...] Em não existindo instituições políticas que agregassem organicamente os interesses dos grupos emancipacionistas nacionais, a maçonaria ocupou esse espaço. Desse modo, era nas salas de seus templos, na época nas casas de alguns de seus integrantes, que também se articulava o movimento que resultou na independência do país.⁷

⁴ “No caso do Brasil, a influência externa, isto é, a vinculação com potências maçônicas internacionais, condição essencial para a regulamentação e legitimação das nacionais, deu-se a partir de duas maçonarias da vertente irregular; o Grande Oriente Lusitano e o Grande Oriente Francês, duas potências internacionais que disputaram, inicialmente, o predomínio na maçonaria brasileira.” COLUSSI, Eliane Lucia. *A Maçonaria Gaúcha no século XIX*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998, p.90.

⁵ COLUSSI, Eliane Lucia. *Op cit.*, p.94.

“Em 1804, ao tomar conhecimento de uma loja maçônica no Brasil vinculada a uma Obediência francesa, o Grande Oriente Lusitano nomeou três delegados com poderes plenos para que submetessem a Loja Reunião à jurisdição portuguesa e também para que criassem novas lojas. A não-submissão da Loja Reunião à Obediência portuguesa resultou na criação das Lojas Constância e Filantropia na cidade do Rio de Janeiro.” BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras: a ação da Maçonaria Brasileira (1870 – 1910)*. *Op cit.*, p.59-60.

⁶ As outras lojas que foram fundadas nesse período foram: em 1807, Virtude e Razão Restaurada, em Salvador, criada a partir de uma dissidência da Virtude e Razão; em 1809, a Loja Regeneração, em Recife; em 1812, a Loja Distintiva, em Niterói; em 1813, a Loja União de Salvador, criada por 18 membros que saíram da Virtude e Razão; em 1814, a Loja Patriotismo, em Recife; em 1815, a Loja Comércio e Artes, no Rio de Janeiro, e a Loja São João de Bragança; em 1816, surgem mais quatro lojas em Pernambuco, a Loja Pernambuco do Oriente, a Loja Restauração, a Loja Patriotismo, e a Loja Guatimosin. COLUSSI, Eliane Lucia. *Op cit.*, p.92. Segundo Barata, a primeira Obediência maçônica criada foi o Grande Oriente Brasileiro em 1813, reunindo três lojas: Virtude e Razão, Humanidade e União; o Grão-Mestre era Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. Após o envolvimento de muitos na Insurreição Pernambucana, inclusive de Antônio Carlos, cessou suas atividades. BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras: a ação da Maçonaria Brasileira (1870 – 1910)*. *Op cit.*, p.60.

⁷ COLUSSI, Eliane Lucia. *Op cit.*, p.91.

Barata ao analisar a atuação da Maçonaria no contexto brasileiro das primeiras décadas do século XIX apontou que as lojas maçônicas se tornaram um espaço para articulação do movimento de independência,

Isso significa dizer que, neste período, a luta pela emancipação esteve associada à expansão das idéias liberais e à expansão da própria Maçonaria como instituição. Ao recrutar homens dispostos a organizar o movimento de luta contra o Pacto Colonial, as lojas maçônicas criavam, ao mesmo tempo, suas bases político-ideológicas para o rompimento definitivo com a metrópole.⁸

Ainda durante o período joanino havia a preocupação das autoridades portuguesas com a influência maçônica nos movimentos emancipacionistas, principalmente a partir da Insurreição Pernambucana de 1817, pois muitos dos líderes revolucionários eram maçons⁹, tem início um período de repressão a ordem maçônica. Em 30 de março de 1818, um decreto de dom João VI, condenava a existência das sociedades secretas, inclusive da Maçonaria, ameaçando com pena de morte e confisco dos bens aqueles que desobedecem tal decreto.

Com os acontecimentos em Portugal, após a eclosão da Revolução do Porto, dom João VI retornou a Portugal em 1821. O príncipe regente dom Pedro, no contexto da efervescência política do período, permitiu que a atividade maçônica ganhasse impulso novamente, inclusive se filiando à ordem.

No que se refere à atuação da Maçonaria no processo de independência, a historiografia atribuiu grande importância a reinstalação da Loja Comércio e Artes, no Rio de Janeiro, em junho de 1821, uma vez que foi a partir dela que surgiu o Grande Oriente do Brasil. Para formar o Grande Oriente do Brasil era necessário a existência de três lojas, então a Loja Comércio e Artes se desdobrou em três: Comércio e Artes na Idade de Ouro, União e Tranquilidade e Esperança de Niterói. A instalação do Grande Oriente do Brasil foi reconhecida pelas Obediências da Inglaterra, França e Estados Unidos.

⁸ BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras: a ação da Maçonaria Brasileira (1870 – 1910)*. Op cit., p.59.

⁹ “Como se sabe, dos 317 réus levados a julgamento por envolvimento neste levante, 62 eram acusados de pertencerem à Maçonaria, o que nos permite afirmar que, quando D.João VI chegou ao Brasil, a Maçonaria se encontrava ajustada à realidade colonial (...). Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro se caracterizavam como importantes focos de atividade maçônica (...). Daí as constantes perseguições que os maçons sofreram, quando se constataram suas ligações com os movimentos revolucionários de cunho emancipacionista.” BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras: a ação da Maçonaria Brasileira (1870 – 1910)*. Op cit.,p.61.

Na visão de Eliane Colussi, a construção de um poder maçônico central brasileiro contribuiu para o processo de pressão e de definição política pró-independência. Para a autora, nesse contexto político de articulação da independência a Maçonaria atuou como um “espaço organizativo da vida política”, incorporando os interesses políticos e as convicções ideológicas existentes.

As duas figuras maçônicas mais importantes desse período foram José Bonifácio¹⁰ e Gonçalves Ledo. Cecília Helena L. de Salles Oliveira, em *A astúcia liberal: relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)*¹¹, faz um rico estudo sobre a oposição entre o grupo de Ledo e o de José Bonifácio em meio ao processo de independência política do país, apontando o crescente distanciamento entre os dois.

A Maçonaria procurou atrair o regente dom Pedro para se filiar a ordem, assim no momento da escolha do Grão-Mestre a maioria dos maçons optou por indicar José Bonifácio, pois consideravam assim mais fácil uma aproximação com o regente dom Pedro. O plano obteve sucesso, sendo o imperador iniciado na ordem, em 2 de agosto de 1822, e três dias depois eleito Venerável da Loja Comércio e Artes. Em 17 de setembro

¹⁰ José Bonifácio de Andrada e Silva foi estadista, cientista e escritor, nasceu na Vila de Santos (SP), e faleceu em Niterói (RJ) em abril de 1838. Com os preparatórios completos, embarcou para Portugal em 1783, matriculando-se no curso de filosofia natural (ciências) e no de direito civil da Universidade de Coimbra. Regressou ao Brasil em 1819, recebendo o convite de D. João VI para se tornar ministro adjunto, mas este recusou retirando-se para Santos. No início de 1822, d. Pedro I convidou-o a integrar seu ministério, “tornando-se o mais importante ministro do então príncipe regente e um dos principais articuladores da Independência, meses depois. Independência que Bonifácio a princípio não desejava, preferindo a solução de um grande império luso-brasileiro(...)” DOLHNIKOFF, Miriam (org.). *José Bonifácio de Andrada e Silva Projetos para o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005 (1ª reimpressão), p.16-7. Com as atitudes “recolonizadoras” das Cortes portuguesas, não restava outra alternativa a não ser a independência. Mesmo após a independência, Bonifácio permanecia como o mais poderoso ministro de d. Pedro, obtendo muitos inimigos políticos, segundo Dolhnikoff, “Republicanos, áulicos, absolutistas, nobres, por razões distintas, sentiam-se prejudicados pelo imenso poder desfrutado por ele.” A essas intrigas políticas, Bonifácio atribuiu sua demissão do ministério, em julho de 1823. Naquele ano, tomou parte na Assembléia Constituinte, que foi dissolvida pelo imperador meses depois, sendo alguns deputados presos e deportados, dentre eles Bonifácio, que partiu para a França; retornando à vida política em fins do primeiro reinado. Após a abdicação, foi nomeado pelo primeiro monarca tutor de seus filhos. Segundo Dolhnikoff “É impossível desvendar as razões que moveram o imperador. Mas, ao nomear o velho Andrada como tutor de seu filho, o certo é que lhe deixou como legado seus não poucos inimigos.” DOLHNIKOFF, Miriam (org.). *José Bonifácio de Andrada e Silva Projetos para o Brasil*. Op cit., p.18-9. Os liberais que haviam pressionado pela abdicação de d. Pedro I, conseguiram destituir Bonifácio da tutoria. Diogo Antonio Feijó, então ministro da Justiça, acusou-o de envolvimento em um levante contra o governo, ocorrido no Rio de Janeiro. Bonifácio foi afastado em 1833, processado e julgado, sendo absolvido em 1835; vindo a falecer em 1838.

¹¹ OLIVEIRA, Cecília H. L. de Salles. *A astúcia liberal: relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)*. São Paulo: Ícone editora, 1999.

de 1822, dom Pedro foi elevado ao cargo de Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil, com o pseudônimo de Guatimozin¹².

Na visão de Eliane Colussi, a iniciação de dom Pedro significava o reconhecimento da importância da Maçonaria naquele período, funcionando como uma agremiação política.¹³ Marco Morel, em *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*, constatou que a filiação do príncipe dom Pedro não foi uma particularidade brasileira, havia “uma espécie de jogo entre os maçons e o poder dos Príncipes – aqueles buscando proteção e espaço e estes aproveitando para se legitimar no campo das ‘novas idéias’ e também controlar este tipo de atividade”.¹⁴

Após a declaração da independência, a situação interna da Maçonaria voltou a agitar-se, José Bonifácio rompeu com o grupo de Gonçalves Ledo e, em 2 de junho de 1822, criou o Apostolado da Nobre Ordem dos Cavaleiros da Santa Cruz para disputar espaço político com as lojas maçônicas. Barata, em sua tese de doutorado, *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)*, analisou a relação entre a Maçonaria e o processo de independência, apontando que um dos principais objetivos dos membros do Apostolado era combater aqueles que se opunham ao regime monárquico, eram defensores da monarquia bragantina e acusavam os membros do grupo de Gonçalves Ledo de defenderem um governo representativo, de “republicanistas”.¹⁵ Bonifácio iniciou uma violenta repressão aos que se opunham a seu projeto político de construção do Estado brasileiro.¹⁶

¹² Guatimozin foi o último imperador índio do México, sendo um símbolo de bravura.

¹³ “(...) a maçonaria poderia dar o respaldo necessário às suas intenções de se tornar futuro imperador brasileiro”, COLUSSI, Eliane Lucia. *Op cit.*, p.105.

¹⁴ MOREL, Marco. *As Transformações dos Espaços Públicos – Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Ed. Hucitec, 2005, p.244.

¹⁵ BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)*. Juiz de Fora/ São Paulo: Editora UFJF/ Annablume/ Fapesp, 2006.

¹⁶ O grupo de Ledo foi acusado de “conspiração” para derrubar o governo, Bonifácio defendeu a abertura de uma Devassa contra esses “conspiradores”, acusados de serem “republicanos” e “anarquistas” e que haviam se unido para esfacelar o Império e destruir a autoridade legítima de D.Pedro, escolhido pelo “povo” para governar. Tratava-se de dois grupos antagônicos que acusavam um ao outro de “traidores” do Império, ambos se auto-atribuíam o papel de representantes do povo. Ordenou-se a punição dos envolvidos na “conspiração”, levando à perseguição de pessoas que não haviam pactuado com a “conspiração”, em uma tentativa de acabar com o prestígio desses liberais. No final de 1822 um decreto de anistia foi dado aos envolvidos na devassa. José Bonifácio se opôs a essa medida, mas Ledo acabou absolvido de todas as acusações. Num momento de reconfiguração das alianças, o grupo de Ledo recuou da posição de tentar construir um governo republicano, apoiando D.Pedro e a Constituição que estava sendo redigida em dezembro de 1823, Constituição essa que possuía muitos elementos contra os quais havia lutado, como a eleição indireta e o poder legislativo composto por duas Câmaras, sendo uma vitalícia. Em 1824 Ledo já havia recuperado seu prestígio político. Ver: OLIVEIRA, Cecília H. L. de Salles. *Op cit.*.

Em 25 de outubro de 1822, com o apoio de José Bonifácio, o próprio dom Pedro ordenou a suspensão dos trabalhos maçônicos e o fechamento do Grande Oriente do Brasil. Para Eliane Colussi, as discussões sobre a forma de governo a ser adotada, a pressão para que o imperador convocasse uma Assembléia Constituinte e a jurasse previamente foram os motivos para ruptura entre o imperador e a Maçonaria.¹⁷ Os planos de dom Pedro eram diferentes e essa divergência ficou clara com o fechamento da Assembléia Constituinte de 1823 e na outorga da Carta Constitucional de 1824. O Apostolado de José Bonifácio também foi fechado pelo imperador, em 23 de julho de 1823.

Durante esse período as atividades maçônicas praticamente cessaram ou tornaram-se clandestinas, só voltando a florescer após a abdicação de dom Pedro I, em 1831. Nesse novo contexto político, a Maçonaria foi reerguida, mas dividida em dois Orientes concorrentes, o Grande Oriente do Brasil, que ressurgiu em 23 de novembro de 1831, sob a liderança de José Bonifácio, e o Grande Oriente Nacional Brasileiro, conhecido como Grande Oriente do Passeio (pois sua sede se localizava na rua do Passeio), liderado pelo senador Nicolau Vergueiro, representava o grupo de Gonçalves Ledo.

As antigas divergências reapareceram, o que mais distanciava o Grande Oriente do Passeio do Grande Oriente do Brasil era o fato de José Bonifácio permanecer na direção. Muitos maçons do Grande Oriente do Passeio consideravam-no o grande responsável pela repressão e desorganização do movimento maçônico no início do Primeiro Reinado. Além disso, após a Abdicação, d. Pedro I nomeou Bonifácio como tutor e curador de seus quatro filhos, fato que aumentava a desconfiança sobre as intenções de Bonifácio. A morte de d. Pedro I, em 1834, frustrou o objetivo políticos dos restauradores.

O Grande Oriente do Brasil, dirigido por Bonifácio, foi considerado legítimo, já que um dos critérios utilizados para determinar a legitimidade era a antiguidade das lojas maçônicas. Sendo assim, como o Grande Oriente de Bonifácio havia se estabelecido na antiga sede, e havia sido restaurado a partir de três lojas que atuavam

¹⁷ “Aos cinco dias do 8º mês do ano da V.: L.: de 5822 (25 de outubro de 1822, E.: V.:) recebeu o Ir.: 1º Gr.: Vig.: uma prancha, na qual determinava o Ir.: Gr.: Mest.: Guatimozim que se suspendessem os trabalhos do Gr.: Or.: e de todas as Oficinas do Círculo até segunda determinação sua, declarando que assim o mandava na qualidade de Gr.: Mest.: da Maçonaria Brasileira e na de Imperador e Defensor Perpétuo deste Império.” Citou o Boletim do Grande Oriente do Brasil (1923). COLUSSI, Eliane Lucia. *Op cit.*, p.108.

em 1822, as Lojas Comércio e Artes, União e Tranqüilidade, e a Esperança de Niterói, foi considerado legítimo.

A postura do grupo de Bonifácio era a de defender que a Maçonaria deveria se afastar da política, preocupar-se apenas com a beneficência e a filantropia. O manifesto publicado por essa potência maçônica, afirmava que “A voz da política nunca mais soará no recinto dos nossos templos, nem o bafo impuro dos partidos e das facções manchará a pureza das nossas colunas”¹⁸.

Embora o grupo de Bonifácio fizesse esse tipo de declaração, essa posição não impedia que muitos dos membros ligados a ele assumissem cargo de ministros, senadores, deputados. Assim, é preciso relativizar esse discurso em defesa de uma postura “apolítica” da ordem, na medida em que houve um progressivo controle do aparelho de Estado por alguns maçons, que ocupavam postos-chave na administração estatal.¹⁹

Apesar do Grande Oriente do Passeio ser considerado ilegítimo, recebeu a adesão de um maior número de lojas e de maçons. Esse Oriente mantinha o caráter político da vertente da Maçonaria francesa. Segundo Marco Morel, a partir da Revolução Francesa e dos *Carbonieri* italianos, parte da Maçonaria começou a reivindicar uma intervenção mais direta na vida pública, desejando a ampliação do seu papel, formando uma tendência revolucionária no interior de algumas lojas. Essas duas tendências conviveram no século XIX, variando conforme a época e o lugar, a Maçonaria era plural, não havia uma ideologia única.²⁰

Além das diferentes vertentes maçônicas, no século XIX houve uma nova diferenciação na organização maçônica, no que diz respeito aos graus de hierarquia dos maçons. Primeiramente, a Maçonaria era composta apenas por três graus ou níveis de iniciação de um maçom – o grau de aprendiz, recebido assim que iniciado; o grau de companheiro; e o grau de mestre. Posteriormente, a organização maçônica foi se tornando mais complexa e surgiram novos ritos maçônicos. Os ritos são compostos por procedimentos ritualísticos, métodos utilizados para transmitir os ensinamentos e organizar as cerimônias maçônicas. Cada rito tem suas características particulares, assemelhando-se ou divergindo de outro. No mundo, já existiram mais de duzentos

¹⁸ COLUSSI, Eliane Lucia. *Op cit.*, p.113.

¹⁹ “Tal tendência “apolítica” acolhia com facilidade os mais poderosos, como o próprio D. Pedro – uma vez que formalmente eles não se estariam comprometendo a nenhum jogo político (para poder, efetivamente, realizá-lo).” MOREL, Marco. *Op cit.*, p.249.

²⁰ MOREL, Marco. *Op cit.*, p.246.

ritos, e pouco mais de cinquenta são praticados atualmente. Os mais utilizados são o Rito de York, o Rito Escocês Antigo e Aceito²¹ e o Rito Moderno ou Francês.

Até 1832 a Maçonaria brasileira era simbólica, ou seja, as lojas maçônicas utilizavam apenas os três primeiros graus (aprendiz, companheiro e mestre); a partir deste período houve a difusão da Maçonaria filosófica (graus superiores) com a fundação do Supremo Conselho²² do Rito Escocês. Fundado pelo Visconde de Jequitinhonha, Francisco Gê de Acabaia Montezuma²³, autorizado pelo Supremo Conselho da Bélgica. Criando uma terceira Obediência maçônica no país, acirrando ainda mais as disputas.²⁴

Este Supremo Conselho também se dividiu em 1835, uma parte permaneceu fiel ao Visconde de Jequitinhonha mantendo-se autônoma até 1883 e outra parte se uniu ao Grande Oriente de Bonifácio; este último se subdividiu, parte ficou sob liderança de

²¹ Composto por 33 graus que recebem as seguintes denominações: 1º Aprendiz; 2º Companheiro; 3º Mestre (os três primeiros correspondem aos graus simbólicos); 4º Mestre Secreto; 5º Mestre Perfeito; 6º Secretário Íntimo ou Mestre por Curiosidade; 7º Preboste e Juiz; 8º Intendente dos Edifícios; 9º Cavaleiro Eleito dos Nove; 10º Cavaleiro Eleito dos Quinze; 11º Sublime Cavaleiro dos Doze; 12º Grão-mestre Arquitecto; 13º Cavaleiro do Real Arco; 14º Prefeito e Sublime Mação; 15º Cavaleiro Do Oriente; 16º Príncipe de Jerusalém (Grande Conselheiro); 17º Cavaleiro do Oriente e do Ocidente; 18º Cavaleiro Rosa-Cruz ou Cavaleiro Águia Branca; 19º Grande Pontífice ou Sublime Escocês; 20º Soberano Príncipe da Maçonaria ou Mestre "ad vitam"; 21º Cavaleiro Prussiano ou Noaquita; 22º Cavaleiro Real Machado ou Príncipe do Líbano; 23º Chefe do Tabernáculo; 24º Príncipe do Tabernáculo; 25º Cavaleiro da Serpente De Bronze; 26º Príncipe da Mercê ou Escocês Trinitário; 27º Grande Comendador do Templo; 28º Cavaleiro do Sol ou Príncipe Adepto; 29º Grande Cavaleiro Escocês de Santo André da Escócia ou Patriarca das Cruzadas; 30º Grande Inquisitor, Cavaleiro Kadosh ou Cavaleiro da Águia Branca e Negra; 31º Grande Juiz Comendador ou Inspetor Inquisidor Comendador; 32º Sublime Cavaleiro do Real Segredo ou Soberano Príncipe da Maçonaria; 33º Soberano Grande Inspector-Geral.

²² Os Grandes Orientes atendiam aos corpos maçônicos simbólicos (3 graus); os Supremos Conselhos dirigiam os trabalhos dos graus superiores ou filosóficos (acima do 3º grau); nas províncias havia as grandes lojas provinciais (ligadas ao Grandes Oriente); e nas províncias também havia os Conselhos de Kadosch (ligados ao Supremo Conselho).

²³ Francisco Gê Acaiaba de Montezuma, Visconde de Jequitinhonha, nasceu na Bahia em 1794, faleceu em 1870 no Rio de Janeiro. Formou-se em Direito na Universidade de Coimbra em 1821. Regressou a Bahia, tornou-se jornalista e assumiu a direção política do periódico *Direito Constitucional*, cuja tipografia foi destruída por soldados portugueses. Montezuma foi eleito a Assembléia Constituinte de 1823, por ocasião do fechamento da Assembléia foi preso e deportado para a França. Em 1829, recebeu do Supremo Conselho para a Bélgica uma patente que autoriza a fundação, no Brasil, de um Supremo Conselho do Rito Escocês Antigo e Aceito. Em 1831, regressou ao Brasil, tornando-se um dos adversários da Regência e um dos defensores da restauração de D. Pedro I. Em 1832, fundou no Rio de Janeiro o primeiro Supremo Conselho para o Império do Brasil do Rito Escocês Antigo e Aceito do Grau 33. Em 1836, foi reeleito Deputado pela Província da Bahia (1838-1841). Foi um dos defensores da maioridade de D. Pedro II, e em 1850 foi nomeado Conselheiro de Estado. Em 1851 foi eleito senador pela Bahia. Em 1854 recebeu o título de Visconde de Jequitinhonha.

²⁴ Em 1848, fundiu-se com outro Supremo Conselho fundado pelo Comodoro David Jewett, oficial da marinha brasileira, que havia obtido autorização do Supremo Conselho dos EUA para a instalação de um Supremo Conselho no Brasil, visto que desconhecia a autorização de Jequitinhonha. COLUSSI, Eliane Lucia. *Op cit.*, p.120.

Barreto Pedroso (sucedido pelo Conde de Lajes²⁵) e parte sob Cândido Ladislau Japiassu²⁶.

Em 1842, o Grande Oriente do Passeio uniu-se ao Supremo Conselho do Conde de Lajes, passando a denominar-se Supremo Conselho do Rito Escocês Antigo e Aceito do Império do Brasil. Logo após essa união, as lojas que pertenciam ao Supremo Conselho de Lajes, se desligaram e este acabou ficando inativo. O Grande Oriente do Passeio ressurgiu, sob a liderança do senador Alves Branco²⁷, presidente do Conselho de Ministros.²⁸

O Grande Oriente do Passeio, que contava então com apenas cinco lojas instaladas no Rio de Janeiro sob sua direção, em um lento processo de enfraquecimento, acabou desaparecendo por volta de 1845, e as lojas que estavam filiadas a ele passaram para o Grande Oriente do Brasil.

Em 1846, uma nova cisão permitiu a criação de outro Oriente maçônico, o Grande Oriente dirigido pelo marechal conde de Caxias²⁹. Segundo o historiador

²⁵ João Vieira de Carvalho, Barão, Conde e Marquês de Lages nasceu em 1781 em Olivença, cidade que Portugal e pelo Tratado de Badajóz (1801) passou para a Espanha, e faleceu em 1847 no Rio de Janeiro. Com cinco anos de idade assenta praça no exército português, como era permitido aos filhos de militares, e estuda no Colégio dos Nobres. Em 1809 embarcou para o Brasil, e foi elevado ao posto de Major do Real Corpo de Engenheiros. Atuou nas campanhas militares da Província da Cisplatina, foi elevado a Brigadeiro. Durante o Primeiro Reinado ocupou a pasta de Guerra por diversas vezes. Em 1825 recebeu o título de Barão de Lages e em 1826 de Conde de Lages. Em 1829, foi eleito senador pela Província do Ceará. Em 1836 foi nomeado Conselheiro do Estado. Durante o período regencial também ocupou a pasta de Guerra. Em 1840 foi empossado Soberano Grande Comendador do Supremo Conselho fundado por Montezuma. Em 1842 quando foi realizada a fusão do Supremo Conselho de Montezuma, era presidido pelo Conde de Lages, com o Grande Oriente Brasileiro (Passeio). Entre 1844 e 1846 foi eleito presidente do Senado. Em 1845 recebeu o título de Marquês de Lages.

²⁶ Cândido Ladislau Japiassú de Figueiredo e Mello (1799-1861) foi advogado, médico, desembargador, juiz, cavaleiro da Ordem da Cristo.

²⁷ Manoel Alves Branco, 2º Visconde de Caravelas, nasceu na Bahia em 1797 e faleceu em Niterói em 1855. Em 1823, formou-se em Direito pela Universidade de Coimbra. Regressando a Bahia foi nomeado Juiz de Fora e eleito à Assembléia Geral como representante da Bahia. Elaborou o Código de Processo Criminal de 1832 e colaborou com a redação do Ato Adicional de 1834. Em 1837, foi eleito senador pela Província da Bahia. Em 1842, foi nomeado Conselheiro de Estado. Em 1846 foi eleito Grão-Mestre do Grande Oriente Brasileiro (Passeio), ocupando o cargo até 1854. Em 1847 organizou o Gabinete liberal, ocupando as pastas da Justiça e da Fazenda. Em 1854, recebeu o título de 2º Visconde de Caravelas.

²⁸ COLUSSI, Eliane Lucia. *Op cit.*, p.119. Segundo o historiador maçom José Castellani, “A partir de 1846, o Grande Oriente do Passeio começava a entrar em declínio, com a saída de Sapucaí, seu Grão-Mestre, o qual, junto com diversos membros do Supremo Conselho, filiou-se ao Grande Oriente do Brasil, depois de entregar o seu cargo, desgostoso com uma crise subterrânea, provocada por elementos que desejavam o poder no Passeio. Assumindo o Grão-Mestrado, o senador Manoel Alves Branco não conseguiu contornar a crise, entrando, inclusive, em choque com o Supremo Conselho.”, CASTELLANI, José. *Piratininga: História da Loja Maçônica Tradição de São Paulo*. São Paulo: OESP, 2000, p.10.

²⁹ Luís Alves de Lima e Silva, o duque de Caxias, (Porto da Estrela, 25 de agosto de 1803 — Desengano, 7 de maio de 1880), foi um dos mais importantes militares e estadistas da história do Brasil. Cadete desde os cinco anos de idade, ingressou na Academia Militar aos 15 anos e, em 1822, organizou a Guarda Imperial de D. Pedro I. Tomou parte nas ações militares da Balaiada, no Maranhão, em 1839. O papel que desempenhou, na resolução do conflito, valeu-lhe o título de Barão de Caxias. Dominou os movimentos revoltosos dos liberais em Minas Gerais e São Paulo (1842). Em 1845, quando decorria a Guerra dos

maçom José Castellani, as disputas dentro do Passeio e do Supremo Conselho fizeram com que o Conde de Lages entregasse a direção do Supremo Conselho a Luís Alves de Lima e Silva, então conde de Caxias, acreditando que este poderia salvar a Obediência. Castellani comentou que Caxias, tomando posse do cargo, declarou-se independente, abandonou a sede que a Obediência ocupava e manteve o título que ela passara a ter desde a fusão de 1842, o qual ficou conhecido como o Grande Oriente de Caxias, que só desapareceria a partir de 1854, quando da fusão do Supremo Conselho com o Grande Oriente do Brasil.

Após a morte de Bonifácio, em abril de 1838, houve a consolidação do Grande Oriente do Brasil. Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, o visconde de Albuquerque, assumiu a direção do Grande Oriente do Brasil entre 1838 e 1850, sendo substituído por Miguel Calmon du Pin e Almeida³⁰, o marquês de Abrantes, que permaneceu no cargo até sua morte em 1864.

Na fase entre 1863 e 1883, a Maçonaria já estava articulada em todo território nacional. As constantes cisões deram um impulso a expansão das lojas maçônicas. Este período também foi marcado pelo surgimento de uma literatura voltada ao público maçônico, foram publicados os primeiros livros sobre a história da maçonaria, manuais ritualísticos e de simbologia, almanaques, revistas e jornais.

A partir de 1863 a Maçonaria encontrava-se dividida em duas vertentes principais, a partir do Grande Oriente do Brasil formaram-se: o Grande Oriente da rua do Lavradio, sendo considerado o legítimo, e o Grande Oriente da rua dos Beneditinos, o dissidente. Os posicionamentos políticos e ideológicos podem ser considerados novamente as causas da cisão. O que contribuiu para a ruptura da ordem maçônica

Farrapos, recebeu o título de Marechal de Campo. Passou a ocupar o cargo de Presidente (governador) do Rio Grande do Sul. A sua ação militar e diplomática levou à assinatura da Paz de Ponche Verde em 1845, que pôs fim ao conflito. Na vida política do Império foi um dos líderes do Partido Conservador, tornando-se senador vitalício desde 1845, foi presidente (governador) das províncias do Maranhão e Rio Grande do Sul, por ocasião dos movimentos revolucionários que venceu, e vice-presidente da província de São Paulo. Ministro da Guerra e presidente do Conselho por três vezes na segunda metade do século XIX (1855-1857, 1861-1862 e 1875-1878). Em reconhecimento aos seus serviços, o Imperador Pedro II agraciou-o, sucessivamente, com os títulos de Barão, Conde, Marquês e Duque de Caxias.

³⁰ Miguel Calmon Du Pin e Almeida, Visconde e Marques de Abrantes, nasceu em 1794 na Bahia e faleceu no Rio de Janeiro em 1865. Bacharelou-se em Direito na Universidade de Coimbra em 1821, retornando ao Brasil, foi eleito representante da Bahia na Assembléia Constituinte de 1823 que foi dissolvida pelo imperador. Em 1824, foi eleito deputado para a Assembléia Geral. Em 1827 foi nomeado ministro da Fazenda. Em 1835, durante o período regencial, foi eleito deputado à Assembléia Provincial da Bahia. Em 1840 foi eleito senador, durante o gabinete conservador de Cândido José de Araújo Viana assumiu a pasta da Fazenda. Em 1841, recebeu o título de Visconde de Abrantes e em 1854 o de Marquês de Abrantes. Em 1846 foi nomeado Conselheiro de Estado. Em 1862 aceitou a pasta das Relações Exteriores no Gabinete do Marquês de Olinda. Em 1850 foi eleito Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil, foi sempre reeleito para o cargo até 1863.

foram as eleições para a direção do Grande Oriente do Brasil. Um grupo de 1500 maçons não aceitou os resultados da eleição e, em 16 de dezembro de 1863, sete lojas³¹ tomaram a decisão de se desligar do Grande Oriente do Brasil, fundando o Grande Oriente dos Beneditinos.

Esta divisão expressou a divergência de posições políticas. O Oriente dos Beneditinos, durante todo o período de separação, teve como Grão-Mestre Joaquim Saldanha Marinho³², conhecido por suas posições anticlericais e republicanas, foi um dos signatários do Manifesto Republicano de 1870; enquanto o Oriente do Lavradio manteve, como Grão-Mestre, o Visconde do Rio Branco (José Maria da Silva Paranhos), então presidente do Conselho de Ministros pelo do Partido Conservador (de 7 de março de 1871 a 26 de junho de 1875).

O grupo de Saldanha Marinho sofria grande influência da corrente maçônica francesa e não aceitava a idéia de que a Maçonaria deveria atuar apenas como ordem beneficente. As divergências entre as duas Obediências era tão grande que, o Grande Oriente do Lavradio decretou o fechamento de todos os templos a maçons do Grande Oriente da França ou daqueles que reconhecessem a supremacia deste.³³

Durante esse período de divisão, o Grande Oriente dos Beneditinos recebeu adesão de um maior número de lojas e de membros, quatro mil maçons³⁴. Segundo os dados apresentados pelo *Boletim do Grande Oriente do Brasil*, no ano de 1872 havia 122 corpos maçônicos, sendo 51 pertencentes aos Beneditinos, e 31 ao Lavradio, os outros 40 foram criados no curto período de unificação.³⁵

Esse breve período de unificação aconteceu entre maio e setembro de 1872, no contexto da Questão Religiosa³⁶ quando a Maçonaria e a Igreja católica se enfrentaram, formou-se o Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, que tinha como

³¹ As lojas que se desligaram do Grande Oriente do Brasil para formar um novo Oriente foram: Caridade, Comércio, Silêncio, Dezoito de Julho, Filantropia e Ordem, Imparcialidade e Estrela do Rio.

³² Joaquim Saldanha Marinho 34º presidente da Província de São Paulo, nasceu em Olinda (PE), em 1816, e faleceu no Rio de Janeiro em 1895. Matriculado no Curso Jurídico de Olinda em 1832, bacharelando-se em 1835. Em três legislaturas consecutivas foi deputado provincial do Ceará e, em 1848, deputado à Assembléia Geral. Indo para o Rio de Janeiro e transferindo-se para Valença, foi eleito presidente da câmara municipal, juiz de paz e deputado provincial. Em 1860, mudou-se para o Rio de Janeiro, a fim de dirigir o Diário do Rio de Janeiro. Deputado à Assembléia Legislativa reelegeu-se até 1867, quando foi eleito pelo 1º distrito de Pernambuco. Durante 1865 a 1867 governou a província de Minas Gerais. Em 1868 assumiu a presidência da província de São Paulo, e em 1870 foi um dos signatários do Manifesto Republicano.

³³ BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras: a ação da Maçonaria Brasileira (1870 – 1910)*. Op cit., p.70.

³⁴ Carta publicada no *Boletim do Grande Oriente do Brasil ao Vale do Lavradio*, 1872, ano 1, nº11, p.399-409.

³⁵ COLUSSI, Eliane Lucia. Op cit., p.129.

³⁶ Ver Capítulo 2.

grão-mestre Antônio Félix³⁷. O próprio Saldanha Marinho, líder dos Beneditinos, apontou a necessidade de unificação diante da crescente propaganda católica contra os maçons e da possibilidade das relações com as potências estrangeiras serem prejudicadas. Havia uma pressão maçônica internacional para se evitar confrontos internos, já que o enfrentamento com a Igreja Católica se dava também no cenário internacional.

Ainda em 1872 os dois Orientes voltaram a se separar, os motivos seriam os mesmos da primeira cisão, divergências políticas³⁸ e problemas eleitorais. A derrota do visconde do Rio Branco na eleição para o cargo de Grão-Mestre desencadeou a cisão novamente. O Lavradio adotou o nome antigo de Grande Oriente do Brasil, sob liderança do Visconde do Rio Branco, enquanto os Beneditinos conservaram o nome da fusão, Grande Oriente Unido, liderados por Saldanha Marinho.

A disputa pela hegemonia entre os dois grupos ficou claramente explícita nas notícias do jornal *Correio Paulistano* sobre as eleições para o cargo de Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil, em 12 de agosto de 1872 foi informado que Saldanha Marinho obtivera 182 votos e o Visconde do Rio Branco 181 votos, como não houve maioria absoluta, foi marcada nova eleição. Em 21 de agosto de 1872 havia a notícia da nova eleição, informava que Saldanha Marinho havia desistido da sua candidatura, mas a assembléia não aceitara. Procederam a votação, obtendo o Visconde do Rio Branco 165 votos, Saldanha Marinho 8 votos e 6 votos em branco.

O resultado dessa nova eleição foi questionado³⁹, e no noticiário de 8 de setembro de 1872 era informado o resultado da nova eleição, na qual Saldanha Marinho obteve 222 votos e o Visconde do Rio Branco 199 votos; a notícia também comentava que no momento em que o presidente da mesa publicou o resultado da eleição houve confusão,

a boa ordem ficou comprometida entre homens distintos, alli reunidos, e que se prezam por suas qualidades, a que o bom senso faz justiça.
As scenas tristes que mal intencionadas e irreflectidos indivíduos exhibiram são dignas do maior silencio!”

³⁷ Antônio Félix de Carvalho primeiro e único barão de Comoroji.

³⁸ Ver Capítulo 4.

³⁹ No noticiário de 31 de agosto de 1872 o Grande Oriente Unido se reuniu para “tomar conhecimento do protesto acerca da legalidade do 2º escrutínio para o cargo de Grão-Mestre, e por 132 votos contra 97 foi o protesto aprovado, e consequentemente anulada a eleição do Sr. Rio Branco.” *Correio Paulistano*, “Noticiário Geral”, 31 de agosto de 1872.

O *Correio Paulistano* informou o que fora noticiado pelo jornal *A República* acerca dessa eleição, apontando para o apoio do governo imperial à candidatura do Visconde do Rio Branco,

Os leitores da Republica estão informados acerca da escandalosa intervenção do governo imperial na eleição do grão-mestre do Oriente Unido.[...] O que nem todos sabem ainda é que, annullada a eleição do sr. Rio Branco, e tendo de proceder-se ante-hontem á nova eleição, andou-se de porta em porta recrutando votantes, dizendo-se abertamente que a questão já não era do sr. Paranhos, mas do próprio imperador, que impuzera ao presidente do Conselho de Ministros a obrigação de vencer. Nada foi poupado: mataram-se os vivos e desenterraram-se os mortos.

[...] no meio d'uma scena de tumulto e desordem, em que foram feridos e contusos vários maçons por alguns capangas introduzidos no templo pelo agente de policia incumbido da eleição do sr. Rio Branco.

Eis o espetáculo dado pelo governo e particularmente pelo snr. Presidente do Conselho de Ministros [...]. Especulou-se com tudo: apregou-se urbi et orbi, que a candidatura republicana, que todos os amigos da ordem deveriam guerrear-a de morte, e como o bom senso de maioria da associação persistiu em enxergar nessa candidatura consequência natural dos proprios acontecimentos, o sr. Presidente do Conselho julgou poder continuar a impor o seu nome, já de sabejo repellido pela maçonaria brasileira. [...] Se o sr. Seu amo insistia na sua eleição, era melhor dizer-lhe que elle tudo pode fazer neste paiz, menos dobrar caracteres que prestam culto sincero á dignidade humana.

Que lhe aproveite a lição!⁴⁰

A partir destas notícias é possível perceber que os debates políticos nacionais refletiam na cisão maçônica.⁴¹ O Oriente do Lavradio assumiu uma posição de apoio ao governo imperial e muitos maçons do Oriente dos Beneditinos criticavam o governo e defendiam a implantação de um governo republicano.

Para Eliane Colussi, as divergências entre as duas vertentes foram mais fortes do que a disputa com a Igreja Católica.

Na verdade, os posicionamentos em relação à *política profana* eram o verdadeiro foco das diferenças, visto que, naquele contexto, além do acirramento entre a instituição católica e a maçônica, e que indiretamente colocava em xeque a relação Estado e Igreja, intensificava-se o movimento abolicionista e republicano no país.⁴²

O Oriente do Lavradio alegou que as razões para o rompimento foram as ambições pessoais dos dissidentes, referindo-se a radicalidade política do grupo liderado

⁴⁰ *Correio Paulistano*, “Chronica Política”, 11 de setembro de 1872

⁴¹ “(...) na verdade, o rompimento revelava o conflito de posicionamentos políticos diferentes e que se manifestavam também na vida política *profana*, ou seja, centralização e descentralização constituíram-se no binômio característico da política do século XIX.” COLUSSI, Eliane Lucia. *Op cit.*, p.127-8.

⁴² COLUSSI, Eliane Lucia. *Op cit.*, p.132

por Saldanha Marinho.⁴³ Em um boletim publicado pelo Lavradio sobre a dissidência, alegavam que

Sois falsos maçons, porque não estais constituídos regularmente, porque sois um partido de homens políticos [...] Suas sessões são estéreis; suas congregações são do domínio de idéias subversivas; suas conversações são desprovidas de amor à Ordem e denunciadamente agitadas de questões profanas ambiciosas.⁴⁴

De fato foi o grupo dos Beneditinos, que se manteve sob a influência da maçonaria francesa, conservando a tradição do período da independência, em que a maçonaria brasileira atuava no campo político. Apesar de ser considerado como “ilegítimo” pelos membros do Lavradio, sempre obteve um maior número de adeptos, em 1876, contava com 170 lojas maçônicas, enquanto o Lavradio possuía apenas 91 lojas.⁴⁵

As hostilidades entre os dois Orientes duraram até 1883, quando foi realizada a unificação, adotando-se o nome Grande Oriente do Brasil, em 18 de janeiro de 1883, sob a direção de Francisco José Cardoso Junior. As negociações foram facilitadas com o pedido de demissão de Saldanha Marinho do cargo de grão-mestre do Oriente dos Beneditinos.

Com a proclamação da República em 1889 e a Constituição republicana, a difusão do federalismo atingiu a organização maçônica também. Foram criados grandes orientes estaduais em oposição à centralização administrativa da Maçonaria. As potências centrais possuíam um excessivo controle sobre as oficinas nos estados e municípios.

Insatisfeitos com essa centralização, parte da Maçonaria paulista, em 1892, se desligou do Grande Oriente do Brasil. Os paulistas desejavam a extinção do cargo de delegado do grão-mestre, por meio desse cargo o poder central fiscalizava as atividades maçônicas nos estados. O Grande Oriente negou o pedido dos paulistas, que descontentes decidiram criar o Grande Oriente de São Paulo, sendo eleito como grão-mestre Martim Francisco Ribeiro de Andrada, aderiram ao novo Oriente sete lojas: América, Harmonia e Caridade, Itália, Roma, Sete de Setembro, União Paulista e Vinte

⁴³ “Que a vaidade pessoal entrou sempre em jogo é do que ninguém duvida. Mas também, é certo, que a política profana influiu poderosamente no ânimo dos oposicionistas.” *Boletim do Grande Oriente do Brasil*, 1873, ano 2, n.8, p.623-624.

⁴⁴ *Boletim do Grande Oriente do Brasil ao Vale do Lavradio*, jan., 1873, citado por: BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras: a ação da Maçonaria Brasileira (1870 – 1910)*. *Op cit.*, p.71.

⁴⁵ COLUSSI, Eliane Lucia. *Op cit.*, p.134.

de Setembro.⁴⁶ Nesse mesmo contexto de disputas entre o poder central e o regional, foi fundado o Grande Oriente do Rio Grande do Sul (1893)⁴⁷ e o Grande Oriente Mineiro (1894).

No que se refere a questão das rupturas maçônicas no âmbito nacional ao longo do Segundo Reinado pode-se constatar influência na criação de novas lojas nas províncias, Eliane Colussi destacou que as cisões e rearranjos também refletiram no comportamento das lojas que se posicionavam de um lado ou de outro dos poderes maçônicos constituídos, “em muitos casos, uma loja ora pertencia a um Grande Oriente ou Supremo Conselho, ora a outro, dependendo das posições de seus dirigentes ou de interesses momentâneos.”⁴⁸

O impacto dessas mudanças pode ser observado em particular na província de São Paulo, momento de criação da Loja América ligada ao Oriente dos Beneditinos, cuja relação será analisada nas próximas páginas.

2. A Maçonaria na cidade de São Paulo no século XIX

A fundação da Loja Amizade

A primeira loja maçônica da província paulista foi a Loja Inteligência⁴⁹, de Porto Feliz, fundada em 1831 no contexto de rearticulação da Maçonaria após a abdicação de d. Pedro I. Segundo publicação da revista *A maçonaria do Estado de São Paulo*, é “provável que, no mesmo anno de 1831, emissários do Grande Oriente Nacional Brasileiro fundassem em Porto Feliz a Loja Intelligencia, que, em 19 de agosto de 1832 se filiou ao Grande Oriente do Brasil de Bonifácio, tornando-se Capitular em 13 de Outubro de 1838”.⁵⁰

A Loja Amizade, a segunda loja da província paulista, foi fundada em 13 de março de 1832, pelo quarto-anista de Direito, José Augusto Gomes de Menezes, que

⁴⁶ COLUSSI, Eliane Lucia. *Op cit.*, p.140.

⁴⁷ Para um estudo detalhado da Maçonaria gaúcha ver: COLUSSI, Eliane Lucia. *Op cit.*

⁴⁸ COLUSSI, Eliane Lucia. *Op cit.*, p.126.

⁴⁹ Brasil Bandecchi afirmou que documentadamente a primeira loja da província paulista foi a Loja Inteligência, que apareceu na ata de fundação da Loja Amizade. “No dia 13 do 3º mês, em casa de residência do Irmão Badaró, achando-se presentes os Irmãos Trajano C.: R.: C.:, membro e Plenipotenciário da Augusta e Respeitável Loja Inteligência do Oriente de Porto Feliz, Voltaire M.: da dita Loja, Wanshallan ap.: da Augusta e Respeitável Loja União do Oriente do Rio de Janeiro”, BANDECCHI, Brasil. *A bucha, a maçonaria e o espírito liberal*. São Paulo: Livraria Teixeira, 1978, p. 65.

⁵⁰ GIUSTI, Antonio (editor). *A Maçonaria no centenário*. São Paulo: Revista *A Maçonaria no Estado de S. Paulo*, 1922, p.49.

havia recebido autorização do Grande Oriente do Passeio para criar uma loja na cidade de São Paulo.⁵¹

Brasil Bandecchi apontou que o principal fundador da Loja Amizade, o estudante José Augusto de Menezes, era freqüentador da casa de Libero Badaró, que estava sempre cheia de estudantes. O fundador da Loja Amizade foi amigo e colaborador de Libero Badaró no jornal *O Observador Constitucional*, e inclusive escolheu o apelido maçônico de Badaró, sendo eleito Venerável (principal cargo da Loja).⁵² Por ser a Loja Amizade a primeira da capital paulista, era constituída, desde a sua fundação, por membros ligados à Faculdade de Direito do Largo São Francisco (José Augusto Gomes de Menezes, Bernardino José Queiroga e Manuel de Jesus Valdetaro eram estudantes de Direito), e neste período, passou a ser o centro da Maçonaria na província.

Segundo o pesquisador maçom Antonio Giusti, a Loja Amizade tornou-se uma espécie de “loja mãe” subordinada ao Grande Oriente do Passeio, com poderes para fundar outras lojas na província de São Paulo. Sendo assim, a Loja Amizade esteve envolvida na instalação das Lojas Piratininga e Sete de Setembro, em São Paulo; Constância, em Sorocaba; Firmeza, em Itapetininga; Fraternidade, em Santos; Caridade 3ª, em Tatuí; e Triunpho, Honra e Verdade, em Taubaté.⁵³

Em 1842, a Loja Amizade adotou o Rito Escocês Antigo e Aceito, e em 1º de julho de 1861, a loja deixou o Grande Oriente do Passeio e se filiou ao Grande Oriente do Brasil.⁵⁴

Quando se trata de obter informações sobre as lojas paulistas os almanaques publicados na província de São Paulo são uma das fontes que detalham quem ocupava as administrações das lojas naquele período. O *Almanak da Província de São Paulo para 1873*, ao listar as sociedades maçônicas de São Paulo citou a administração da Loja Amizade que, localizada à rua Tabatinguera, tinha como Venerável o dr. Joaquim

⁵¹ “A primeira sessão foi realizada na residência particular do estudante José Augusto Gomes de Menezes (Badaró) que tinha recebido delegação do Grande Oriente Nacional Brasileiro autorizando-o a fundar uma loja em S.Paulo e a iniciar profanos.”, GIUSTI, Antonio (editor). *Op cit.* p.49. Os fundadores da Loja Amizade, que estiveram presentes á sessão de instalação da nova loja foram: José Augusto Gomes de Menezes (Badaró), Constantino José Xavier Soares (Wans-Walles), Bento Joaquim de Souza (Cosntancia), José Manoel Lopes Pimentel (Franklin), Luiz Fortunato de Brito (Radckliff), Bernardino José de Queiroga (Cepé), Manoel de Jesus Valdetaro (Petion), Trajano Carvalho (Galó), Jayme da Silva Telles (Ataliba). GIUSTI, Antonio (editor). *Op cit.* p.110. Ver também: BANDECCHI, Brasil. *Op cit.*, p. 109-110.

⁵² BANDECCHI, Brasil. *Op cit.*, p.74.

⁵³ GIUSTI, Antonio (editor). *Op cit.* p.50.

⁵⁴ GIUSTI, Antonio (editor). *Op cit.* p.50.

Augusto de Camargo⁵⁵; 1º Vigilante, capitão João Soares; 2º Vigilante, bacharel José Machado Pinheiro Lima⁵⁶; e Tesoureiro, Aurélio de Sousa Fernandes.⁵⁷ Já o *Indicador de São Paulo: administrativo, judicial, industrial, profissional e comercial para o ano de 1878*, informava que a Loja Amizade pertencia ao Grande Oriente do Lavradio.⁵⁸

A fundação da Loja Piratininga

A Loja Piratininga foi fundada em 28 de agosto de 1850 por iniciativa dos maçons Joaquim Ignácio Ramalho (futuro barão de Ramalho), tenente-coronel José Antonio da Fonseca Galvão, cônego Joaquim Anselmo de Oliveira e capitão José Maria Gavião Peixoto. A sessão de instalação foi presidida por Francisco Joaquim Catete, sub-inspetor Geral da Ordem e delegado do Supremo Conselho do Brasil. O primeiro Venerável foi Joaquim Ignácio Ramalho, como Orador cônego Joaquim Anselmo de Oliveira e como Mestre de Cerimônia frei Antonio José dos Innocentes.⁵⁹ A Loja Piratininga foi instalada provisoriamente no templo da Loja Amizade, localizado à rua Tabatinguera.

Em comemoração aos 150 anos da Loja Piratininga o historiador maçom José Castellani publicou a obra *Piratininga: História da Loja Maçônica Tradição de São Paulo*⁶⁰. Com base nos Livros de Atas e outros documentos da loja, Castellani apresentou um estudo sobre a história da loja, em que reproduz, entre outros documentos, a ata de fundação da loja, com a listagem dos irmãos presentes no ato.

⁵⁵ Joaquim Augusto de Camargo (1839-1882) foi bacharel em ciências sociais e jurídicas, advogado e juiz.

⁵⁶ Nasceu em Paranaguá, em 18 de abril de 1847, filho do Capitão José Machado da Silva Lima e de D. Maria Clara Pimentel Lima. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 16 de dezembro de 1871. Foi nomeado Promotor Público da capital (1872) e, depois, foi Juiz Municipal em São Carlos do Pinhal, Belém de Jundiá (atual Itatiba), Itajubá, Caconde e Rio Claro. Por Decreto de 8 de setembro de 1892, foi nomeado Ministro do Tribunal de Justiça de São Paulo. Aposentou-se em 1º de fevereiro de 1910. Foi Presidente da Corte Judiciária Paulista, em 1903.

⁵⁷ LUNÉ, Antonio José Baptista de & FONSECA, Paulo Delfino da (orgs.). *Almanak da Província de São Paulo para 1873*. São Paulo: Typographia Americana, 1873, p.112.

⁵⁸ O Venerável era José Manoel de Oliveira Serpa; 1º Vigilante, Bernardino Monteiro de Abreu; 2º Vigilante, Bernardo Mera; Orador, João Floriano Martins de Toledo; Tesoureiro, Major João de Sousa Carvalho Junior; Secretário, Tenente Coronel Francisco Martins de Almeida. “Ha em S.Paulo 4 lojas maçônicas: *Amizade, Piratininga, América e Sete de Setembro*. As duas primeiras pertencem ao *Grande Oriente do Brazil, Valle do Lavradio*; as duas ultimas ao *Grande Oriente Unido, Valle dos Benedictinos*.” MARQUES, Abílio A. S. *Indicador de São Paulo: administrativo, judicial, industrial, profissional e comercial para o ano de 1878*. São Paulo: IHGSP, Edição Fac-similar, 1983, p.146.

⁵⁹ GIUSTI, Antonio (editor). *Op cit.* p. 149.

⁶⁰ CASTELLANI, José. *Piratininga: História da Loja Maçônica Tradição de São Paulo*. São Paulo: OESP, 2000.

Sessão d'Instalação da Aug.: e R.: L.: Pirat.:, aos 28 dias do 6º mez do Ann.: da V.: L.: 5850⁶¹, reunidos ao Valle do Tabatinguera os irmãos maçons Dr. Ildefonso Xavier Ferreira, cap. José Martini, cônego Joaquim Anselmo d'Oliveira, Dr. Manoel José Chaves, Cap. José Xavier Ferreira, Cap. Luiz Soares Viegas, tenente coronel José Antonio da Fonseca, major Luiz José Monteiro, tenente coronel João Carlos Baumann, ten. José Delphino de Camargo, Francisco Xavier Vahia Durão, Marcus Diniz Gomes Nogueira, Francisco da Silva Guimarães, padre Mamede José Gomes da Silva, Antonio Joaquim de Lima, Francisco Xavier de Barros Filho, Joaquim Medina Celli, José da Silva Fluminense, Cap. José Maria Gavião Peixoto, Antonio Nunes de Aguiar Junior, Rodrigo Netto Firmiano de Moraes, Camillo Lellis da Silva e Dr. Francisco Joaquim Catete, servio este de Venerável, e foi installada a L.: Maç.: com o titulo distinctivo de Piratininga ao Valle do Tabatinguera com todas as formalidades e usos maçônicos do rito escossez antigo e acceito.⁶²

No momento de fundação da Loja Piratininga, a Maçonaria brasileira estava dividida, e foi ao Grande Oriente de Caxias que ela se filiou, só ingressando no Grande Oriente do Brasil em 1º de outubro de 1860, tendo ela recebido o nº 140 no Cadastro Geral das Lojas.⁶³ Para Castellani a presença de Joaquim Ignácio Ramalho foi essencial para a Loja Piratininga, uma vez que foi eleito Venerável (principal cargo da loja) 45 vezes, estando à frente da loja por quase meio século. “É impossível traçar a trajetória da Loja, da fundação até ao final do século XIX, sem encontrar as influências da marcante personalidade de Ramalho sobre os destinos da Oficina.”⁶⁴

⁶¹ O calendário maçônico utilizado pelo Grande Oriente Brasílico era o equinocial, próximo do calendário hebraico, inicia o ano da lua nova, assim o 1º dia do 1º mês do ano maçônico era 21 de março, o ano da verdadeira luz era composto do calendário gregoriano (Era Vulgar) acrescido de 4000 anos. Já o calendário utilizado pelo Supremo Conselho era o francês, que iniciava em 1º de março; a Loja Piratininga seguia esse calendário. CASTELLANI, José. *Piratininga. Op. cit.*, p.11.

⁶² CASTELLANI, José. *Piratininga. Op. cit.*, p.7. A as Luzes e Officiais eleitos foram: Venerável Joaquim Ignácio Ramalho (barão de Ramalho); 1º Vigilante Ildefonso Xavier Ferreira; 2º Vigilante Capitão José Martini; Orador cônego Joaquim Anselmo de Oliveira; Secretário Manoel José Chaves; Tesoureiro Capitão José Xavier Ferreira; Hospitaleiro Luiz Soares Viegas; Mestre de Cerimônias padre Antonio José dos Innocentes; 1º Experto Camillo Lellis da Silva; 2º Experto Pancrácio Frederico Ribeiro; 3º Experto Tem José Delfino de Camargo; Chanceler Guarda-Selos Francisco Xavier Vahia Durão; Arquitecto José da Silva Fluminense; 1º Diácono padre Mamede José Gomes da Silva; 2º Diácono Capitão José Maria Gavião Peixoto; Porta-Espada Tenente João Carlos Nogueira de Baumann; Porta-Estandarte Joaquim Medina Celli; Secretário Adjunto José Bonifácio de Andrada e Silva; Orador Adjunto Bernardo Avelino Gavião Peixoto; Tesoureiro Adjunto Major Luiz José Monteiro; Hospitaleiro Adjunto Ten. Cel. José Antonio da Fonseca Galvão; Mestre de Cerimônias Adjunto Capitão João Homem Guedes Castilho. Castellani atentou para o grande número de sacerdotes entre os fundadores, filiados e propostos no início da Loja Piratininga, a primeira administração contava com quatro, sendo que a Loja Amizade em seu quadro inicial não possuía nenhum. CASTELLANI, José. *Piratininga. Op. cit.*, p.13-14.

⁶³ Castellani afirmou que em 1854 ocorreu a fusão entre o Supremo Conselho e o Grande Oriente do Brasil e muitas lojas permaneciam confusas, “Por isso é que, em 1857, ainda ia o Venerável da Piratininga ao Rio, para saber qual era o verdadeiro Oriente ao qual a Loja devia Obediência, e que ainda prestavam contas dos atos ao Supremo Conselho.” CASTELLANI, José. *Piratininga. Op. cit.*, p.62-63.

⁶⁴ CASTELLANI, José. *Piratininga. Op. cit.*, p. 19.

Joaquim Ignácio Ramalho nasceu a 6 de janeiro de 1809, em São Paulo, bacharelou-se em Direito em 1834, foi lente de Filosofia Racional e Moral da Faculdade de Direito de São Paulo a partir de 1836, e seu diretor entre 1891 e 1902. Em 1845, foi vereador e presidente da Câmara Municipal de São Paulo, de onde foi chamado à administração da província de Goiás, por carta imperial de 16 de maio de 1845. Foi deputado geral pela província de Goiás em 1848, e membro da Assembléia provincial de São Paulo por duas legislaturas. Recebeu o título de conselheiro em 4 de dezembro de 1861, o de Barão da Água Branca em 1887, que foi mudado para Barão de Ramalho. Sua trajetória maçônica iniciou com sua filiação à Loja Amizade, em 30 de novembro de 1832, depois ajudou a fundar a Loja Piratininga e permaneceu na sua administração até sua morte em 1902, também foi fundador da Loja Roma, em 1889, além de outras lojas no interior da província de São Paulo.

A Loja Amizade e a Loja Piratininga mantiveram, desde a fundação da segunda, uma relação de proximidade, sendo que nas primeiras sessões da Piratininga havia sempre a presença de diversos visitantes da Loja Amizade.⁶⁵ Castellani apontou que a Loja Amizade e a Piratininga decidiram formar comissões para conferenciar sobre proposições, aprovações e reprovações de candidatos nas duas lojas, havendo a troca de informações entre as lojas para impedir que algum candidato fosse recusado em uma delas e aceito pela outra.⁶⁶

Nas Atas da Loja Piratininga estão registradas as iniciações e filiações de muitas figuras importantes para a província de São Paulo e para o cenário nacional. Castellani informou que em 19 de setembro de 1851 foi proposta a iniciação de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva⁶⁷, filho do primeiro Antônio Carlos, então lente da Faculdade de Direito; na sessão de 29 de junho de 1852, foi iniciado Quintino Ferreira

⁶⁵ Na sessão de regularização da Loja, estavam presentes as delegações visitantes das Lojas Amizade e Ypiranga (fundada a 15 de junho de 1847 e extinta a 3 de março de 1853, pertencia ao Grande Oriente do Brasil). A comissão regularizadora foi composta por: Francisco Joaquim Catete, grau 33, como Venerável Mestre; Cláudio Luiz da Costa, grau 33, Venerável da Loja Amizade, como 1º Vigilante; Luiz José Monteiro, grau 33, como 2º Vigilante. CASTELLANI, José. *Piratininga. Op. cit.*, p.23.

⁶⁶ Fato interessante é de que, na sessão de 6 de julho de 1857, foi lida uma carta da Loja Amizade que reprovava o candidato Américo de Campos, e segundo Castellani não havia explicações para a recusa, “O fato marcante aí é a rejeição de Américo de Campos (...) Mas não houve, evidentemente, nenhum motivo infamante, pois ele seria iniciado posteriormente na mesma Loja.” CASTELLANI, José. *Piratininga. Op. cit.*, p.59.

⁶⁷ Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva nasceu em Santos em 1830 e faleceu no Rio de Janeiro em 1902, filho do Conselheiro Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, e sobrinho de José Bonifácio. Foi doutor em direito, Lente da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, advogado, deputado provincial e deputado geral por São Paulo. Elegeram-se a Assembléia Geral para a 13ª Legislatura (1867-1868) pelo 3º Distrito da província de São Paulo.

de Souza, com 19 anos de idade⁶⁸, estudante, conhecido posteriormente como Quintino Bocaiúva⁶⁹; em 17 de outubro de 1853, era iniciado Raphael Tobias de Aguiar Junior, filho do brigadeiro Raphael Tobias de Aguiar⁷⁰.

Para se ter uma noção da quantidade de membros que uma loja maçônica paulista possuía, em 1852, a Loja Piratininga contava com 91 membros, sendo que 29 estavam temporariamente ausentes de São Paulo.⁷¹ Embora a loja contasse com essa quantidade de membros filiados, Castellani encontrou referências nas atas a partir de 1854 de que a loja passava por uma fase pouco ativa, com baixa frequência nas sessões.⁷² Sobre os anos seguintes, Castellani voltou a fazer a mesma afirmação de que, embora a loja fizesse muitas iniciações - em geral não havia sessão em que não entrassem, pelo menos, uma ou duas propostas de candidatos -, a frequência era pequena, não havendo atividade na loja, pelo menos registrada, entre 31 de março e 1º de setembro de 1860.⁷³

No contexto da nova cisão maçônica entre o Lavradio e os Beneditinos, os membros da Loja Piratininga convocaram uma sessão extraordinária, em 4 de março de 1864, para discutir o assunto, as atas registraram que

Concedendo a palavra aos obreiros, Ramalho informou que todos aqueles que achassem, por qualquer razão, que a Loja não deveria continuar a render homenagem ao Grande Oriente do Brasil ao Vale do Lavradio, poderiam expor suas razões e propor qualquer medida a esse respeito, ainda que ele, Venerável Mestre, estivesse certo e mesmo bastante informado pelo Respeitável Irmão Honorário (Frei Vicente Ferreira Alves do Rosário) que se achava presente e a quem dava todo o crédito, de que o verdadeiro e único Grande Oriente do Brasil era o do Lavradio, ao qual a Loja já rendia obediência.⁷⁴

⁶⁸ Castellani apontou que a idade estaria alterada, já que Quintino nascera em 1836, provavelmente a idade foi alterada para que pudesse ser iniciado, já que era filho de maçom. CASTELLANI, José. *Piratininga. Op. cit.*, p.38.

⁶⁹ Quintino Bocaiúva matriculado na Faculdade de Direito de São Paulo, no curso de Humanidades, em 1851, iniciou carreira jornalística como tipógrafo, redator e revisor de O Ypiranga, jornal do Partido Liberal. Mudou-se para o Rio de Janeiro, atuou no Diário do Rio de Janeiro e depois no Correio Mercantil. Em abril de 1864 foi um dos fundadores da Loja Segredo ao Vale dos Beneditinos, e foi admitido na Loja Comércio também ao Vale dos Beneditinos. Foi redator do Manifesto Republicano de 1870; em 1874 fundou O Globo e, em 1884, O País. Foi eleito Grão-Mestre Adjunto do Grande Oriente do Brasil em 1897 e depois Grão-Mestre em 1901. CASTELLANI, José. *Piratininga. Op. cit.*, p.44.

⁷⁰ Raphael Tobias de Aguiar era de uma das principais famílias de São Paulo, membro proeminente do Partido Liberal, formado em Ciências Sociais e Jurídicas, exerceu os cargos de deputado, juiz municipal e juiz de direito.

⁷¹ CASTELLANI, José. *Piratininga. Op. cit.*, p.30.

⁷² Na sessão de 24 de julho de 1854, o Venerável pediu que o Secretário oficiasse a todos, principalmente aos membros da diretoria, convidando-os a comparecer. CASTELLANI, José. *Piratininga. Op. cit.*, p.49.

⁷³ Castellani apontou que no livro de Atas da Piratininga existem algumas páginas faltando, provavelmente foram arrancadas. O período que não está registrado é de 25 de maio de 1861 a 23 de fevereiro de 1864.

⁷⁴ CASTELLANI, José. *Piratininga. Op. cit.*, p.68.

A decisão do Venerável Ramalho foi aprovada por unanimidade, permanecendo a loja no Oriente do Lavradio, e Ramalho sendo reeleito como Venerável⁷⁵.

Mesmo com a efervescência maçônica no contexto nacional, a Loja Piratininga continuava em uma fase de pouca atividade; após a sessão de 12 de outubro de 1864, que informava a eleição de Ramalho como Delegado ao Grande Oriente, a loja só voltaria a se reunir em 3 de agosto de 1865. E, depois da sessão de 21 de outubro de 1865, a próxima sessão seria apenas em 28 de abril de 1866.⁷⁶ Após esse período de pouca regularidade nas reuniões a loja “adormeceu”, ou seja, cessou suas atividades.

Com a ata da sessão de 1º de julho de 1867, encerrava-se o Livro de Atas nº 2. E o nº 3 era iniciado a 19 de julho de 1873. Sabe-se, pelo Livro de Presenças, que a Loja adormeceu – ou seja, parou de funcionar – a 7 de agosto de 1869, mas não existem as atas desse período de dois anos, decorridos desde 1º de julho de 1867 até 7 de agosto de 1869. A loja foi reerguida em 1º de abril de 1873.⁷⁷

Apenas em 1873 a Loja Piratininga retomou seu funcionamento, permanecendo ligada ao Grande Oriente do Lavradio. A Loja Piratininga, desde o seu reativamento, defendeu a posição do Grande Oriente do Lavradio, por exemplo não criticando as atitudes do governo imperial e do presidente do Conselho de Estado e Grão-Mestre do Lavradio, Visconde do Rio Branco⁷⁸, na chamada Questão Religiosa⁷⁹.

A Loja Piratininga, procurou se fortalecer na província paulista, representando os interesses do Grande Oriente do Lavradio e tentando conter o avanço das lojas filiadas ao Grande Oriente dos Beneditinos. A partir de 1874 tomou parte na Grande

⁷⁵ Vicente Rodrigues da Silva como 1º Vigilante, Alfredo Silveira da Motta como 2º Vigilante, Custódio da Costa Cruz como Orador e Luiz Fontoura Lima como Secretário.

⁷⁶ CASTELLANI, José. *Piratininga. Op. cit.*, p.70-71.

⁷⁷ CASTELLANI, José. *Piratininga. Op. cit.*, p.71.

⁷⁸ Quando em julho de 1877, o visconde do Rio Branco se encontrava em São Paulo, a loja nomeou uma comissão para cumprimentá-lo, composta por Clemente Falcão de Souza Filho, da Loja Amizade, irmão Camargo e pelo Conselheiro Ramalho, da Piratininga. CASTELLANI, José. *Piratininga. Op. cit.*, p.105. Na sessão de 3 de novembro de 1880, Victorino Carmillo, suspendia os trabalhos em homenagem a morte do Visconde do Rio Branco, que a Loja não funcionaria por 21 dias e que os irmãos deveriam tomar luto por 15 dias. CASTELLANI, José. *Piratininga. Op. cit.*, p.108.

⁷⁹ “Apesar dessa situação de crise institucional, o assunto não foi abordado ou comentado nas sessões da Piratininga.” CASTELLANI, José. *Piratininga. Op. cit.*, p.78. No desfecho da Questão Religiosa, em 1875, quando os bispos foram anistiados, a Loja Piratininga decidiu mais uma vez não se manifestar, assumindo a posição de não confrontar as decisões da Coroa, “A 25 de agosto de 1875, diante de uma proposta para que a Loja nomeasse uma Comissão, para representa-la junto a Suas Majestades Imperiais, Almeida Martins, ocupando o cargo de Venerável Mestre, fazia referências à situação em que se encontrava o País, entre a Igreja e o poder civil, na questão religiosa em que se agitava. Acrescentava que tal proposta, embora cheia de homenagens e cortesia, iria suscitar questões que deveriam ser reservadas ao mundo profano e que por certo não iriam ser agradáveis nem ao imperador e nem à Loja.” CASTELLANI, José. *Piratininga. Op. cit.*, p.97.

Oficina Provincial, criada por iniciativa do Oriente do Lavradio para se fortalecer em São Paulo. Os membros da Piratininga também procuraram criar novas lojas, depois de Santos e de Itapetininga, instalaram em Araraquara a Loja Cruz d'Oeste.⁸⁰

A fundação da Loja Sete de Setembro

Na década de 1860 a cidade de São Paulo havia crescido assim como a quantidade de maçons, e a instalação de uma nova loja maçônica atenderia essa demanda. A Loja Sete de Setembro, fundada em 7 de setembro de 1862, foi criada por iniciativa de maçons da Loja Amizade.

Um grupo de esforçados maçons pertencentes ao quadro da Ben:. Loj:. Amizade, querendo perpetuar os assinalados serviços prestados pela Maçonaria ao advento da nossa independência e firmar mais um marco que fosse a continua lembrança da data gloriosa em que o Brasil se constituiu como Nação autônoma e livre, reuniu-se para fundar a Loj:. Sete de Setembro.⁸¹

O primeiro Venerável foi Vicente Mamede de Freitas⁸², entre os fundadores destacavam-se Francisco Rangel Pestana⁸³, Manoel Ferraz de Campos Salles⁸⁴, Jorge Miranda, Francisco Quirino dos Santos⁸⁵ entre outros.⁸⁶

⁸⁰ CASTELLANI, José. *Piratininga. Op. cit.*, p.93.

⁸¹ GIUSTI, Antonio (editor). *Op. cit.* p.165.

⁸² Vicente Mamede de Freitas natural de São Paulo, filho de Joaquim Antonio de Freitas, bacharelou-se na Faculdade de Direito de São Paulo em 1855. No ano seguinte ao de sua formatura, dirigiu o Colégio Culto à Ciência. Foi promotor público em 1860 e ocupou, nos biênios de 1864-65 e 1866-67, uma cadeira de deputado provincial. Como inspetor geral da Instrução Pública, inaugurou, em 2 de agosto de 1880, a Escola Normal de São Paulo. Em 1882, foi nomeado lente substituto da Faculdade de Direito, em 1887, foi nomeado lente catedrático de direito civil, entre 1904 e 1908 foi nomeado diretor da Faculdade de Direito. Faleceu aos 9 de agosto de 1908.

⁸³ Francisco Rangel Pestana (1839-1903), bacharelado em Direito na Faculdade de Direito de São Paulo, retornou ao Rio de Janeiro, em 1864, para ser o redator do Diário Oficial, a convite do Conselheiro Zacarias de Góes. Fundou os jornais *Opinião Liberal* e *Correio Nacional*. Ao retornar a São Paulo, fixou-se em Campinas, onde passou a advogar, lecionar no Colégio Americano e militar na imprensa. Foi fundador com o também maçom Américo de Campos do jornal *A Província de São Paulo*, cuja gerência foi entregue a outro maçom, José Maria Lisboa.

⁸⁴ Brasil Bandecchi em uma nota sobre a filiação de Prudente José de Moraes Barros a Maçonaria, apontou que no período em que cursava a Faculdade de Direito de São Paulo conheceu Rangel Pestana, Campos Salles e Bernardino de Campos. E que “Graças a essas amizades, é provável que ele tenha, nessa época, sido iniciado maçom, em 1862, ou 1863, através da Loja Sete de Setembro, da Capital, fundada exatamente por seus amigos Campos Salles e Rangel Pestana (...).”BANDECCHI, Brasil. *Op. cit.*, p.220.

⁸⁵ Francisco Quirino dos Santos nasceu em Campinas, em 1841, e faleceu em 1886. Formou-se bacharel na Faculdade de Direito de São Paulo em 1863. Juntamente com Rangel Pestana fundou *A Razão* (neste jornal colaboraram: Belfort Duarte, Campos Salles, Jorge Miranda, seu irmão João Quirino do Nascimento). A partir de janeiro de 1864 passou a redigir o *Correio Paulistano*, de propriedade do tenente coronel Joaquim Roberto de Azevedo Marques. Em 1869 fundou a *Gazeta de Campinas*, que

Após a sua fundação, a Loja Sete de Setembro⁸⁷ se filiou ao Grande Oriente do Lavradio permanecendo nele por alguns anos, e em 1878, o *Indicador de São Paulo: administrativo, judicial, industrial, profissional e comercial para o ano de 1878* informava que a Loja Sete de Setembro estava filiada ao Grande Oriente dos Beneditinos.⁸⁸

A fundação da Loja América

Quando se trata de reconstruir a história de uma loja maçônica do século XIX, um dos maiores problemas é a existência da coleção do Livro de Atas. A Loja América, que continua em atividade até os tempos atuais, manteve guardados alguns dos seus Livros de Atas. A coleção dos Livros de Atas da Loja América está disposta em dois volumes, o primeiro inicia em 26 de agosto de 1874 e termina em 19 de julho de 1881 e o segundo inicia em 4 de maio de 1886 e termina em 9 de maio de 1890. As atas do

tinha entre seus colaboradores os principais líderes republicanos da Província de São Paulo. Em abril de 1873 participou da Convenção de Itu como representante do Club Republicano de Campinas.

⁸⁶ Também estavam presentes: Luiz de Oliveira, Lins de Vasconcellos, Lupercio da Rocha Lima, Antonio Egydio de Moraes, comendador José Severino Fernandes, Pedro Bourgard, tenente coronel Joaquim Gomes de Almeida, capitão João Baptista de Moraes, Bernardino Mugnani, Henrique Brard, Francisco Magnani, João Baptista de Oliveira Rocha, José de Barros Duarte, Jeronymo Xavier Ferreira, Joaquim Fiúza de Carvalho Junior, João Quirino do Nascimento e Antonio de Moraes. GIUSTI, Antonio (editor). *Op cit.* p.166.

⁸⁷ O *Almanak da Província de São Paulo para 1873* informou que a Loja Sete de Setembro funcionava no Largo Riachuelo, e que a administração de 1873 era constituída pelo Venerável, Antonio Egydio de Moraes; 1º Vigilante, Luiz de França Varella; 2º Vigilante, Tenente Manoel Joaquim de Andrade Junior; Orador, João de Cerqueira Mendes; Secretário, Alferes Lino Gonçalves Peres; Tesoureiro, Capitão Felismino Vieira Cordeiro. A Loja Sete de Setembro foi a primeira loja paulista a criar uma associação de senhoras, a Loja de Adoção, com 34 senhoras mães, esposas e filhas dos maçons da Sete de Setembro, que teria como principal atividade promover a emancipação de escravos. Em meio ao enfrentamento com a Igreja Católica, surgiu a primeira organização maçônica para mulheres, a Maçonaria defendia que a mulher fosse mais engajada em algumas questões sociais. O *Almanak da Província de São Paulo para 1873* informava ainda que a Loja de Adoção Sete de Setembro, que funcionava no mesmo prédio, em 1873, tinha a sua diretoria composta por: Grã-Mestra, Francisca Carolina de Carvalho; Inspetora, Carlota da Rocha Lima; Depositária, Maria do Carmo de Andrade; Oradora, Constantina de Oliveira Campos; Secretária, Maria Isabel de Oliveira Campos; Tesoureira, Henriqueta de Cerqueira Lima Faro. LUNÉ, Antonio José Baptista de & FONSECA, Paulo Delfino da (orgs.). *Almanak da Província de São Paulo para 1873*. São Paulo: Typographia Americana, 1873, p.112-113.

⁸⁸ A administração da loja, em 1878, era constituída pelo Venerável José Guilherme da Costa; 1º Vigilante Álvaro José Penha; 2º Vigilante José Antonio Miragaya; Orador José Manoel de Almeida Pereira; Tesoureiro José Alves da Silva; e o Secretário Carlos Reis. Enquanto a administração da Loja de Adoção Sete de Setembro, no referido ano, era formada pela Grã-Mestra Francisca Carolina de Carvalho; Inspetora Carlota da Rocha Lima; Depositária Marianna do Carmo Andrade; Oradora Constantina A. de Oliveira Campos; Secretária Guilhermina de Oliveira Campos. MARQUES, Abílio A. S. *Indicador de São Paulo: administrativo, judicial, industrial, profissional e comercial para o ano de 1878*. São Paulo: IHGSP, Edição Fac-similar, 1983, p.146-148.

período da fundação e dos primeiros anos de funcionamento da loja, entre 1868 e 1874, não foram conservadas, assim como as do período entre julho de 1881 e maio de 1886.⁸⁹

Sendo assim, para a recuperação da história da Loja América foi necessário recorrer a outras fontes; como uma resenha histórica da loja escrita por Amadeu Amaral para a obra *A Maçonaria no Centenário* e os Almanques publicados na Província de São Paulo.⁹⁰

Segundo o levantamento feito pelo maçom Amadeu Amaral, a loja foi fundada em 9 de novembro de 1868 por Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva⁹¹, lente da Faculdade de Direito; Vicente Rodrigues da Silva, negociante; Ignácio Achilles Betholdi, médico; Salvador Furtado de Mendonça Drumond⁹², advogado; Rufino Marianno de Barros, negociante; José Maria de Andrade, advogado; Olympio da Paixão, advogado; Cyriaco Antonio dos Santos e Silva, empregado público; Antonio Louzada Antunes, empregado público; Joaquim Tavares Guerra, estudante; e Jeronymo José de Andrade, negociante.⁹³

A loja foi regularizada em 17 de julho de 1869, pertencendo ao Grande Oriente dos Beneditinos. No ano de 1870 juntaram-se a Loja América três figuras importantes para a história da loja nos anos 1870 e 1880: Américo de Campos, Luis Gama e Américo Brasiense.

Américo de Campos, tido como um dos republicanos históricos, foi jornalista e político. Nasceu em Bragança Paulista em 1838 e faleceu em Nápoles (Itália) em 1900.

⁸⁹ Uma das possíveis causas para o desaparecimento dessas atas foram as diversas mudanças de sede da loja ao longo de sua trajetória.

⁹⁰ *Almanak da Província de São Paulo para 1873; Almanach Litterario de São Paulo para o anno de 1876; Indicador de São Paulo: administrativo, judicial, industrial, profissional e comercial para o ano de 1878.*

⁹¹ Ver nota 66.

⁹² Salvador de Medonça (Salvador de Menezes Drummond Furtado de Medonça), jornalista, advogado, diplomata, escritor, nasceu em Itaboraí (RJ), em 1841, e faleceu no Rio de Janeiro, em 1913. Em 1859, foi para São Paulo para matricular-se na Faculdade de Direito. Fundou, com Teófilo Ottoni Filho, o jornal *A Legenda*, abordando assuntos de crítica social e política. Em fins de 1860 faleceram seus pais e Salvador voltou para o Rio de Janeiro, como chefe de uma família de oito irmãos, entre os quais Lúcio de Mendonça. Entrou para a redação do *Diário do Rio de Janeiro*, de Saldanha Marinho. Tornou-se professor de Latim e iniciou atividades no *Jornal do Commercio* e no *Correio Mercantil*. Em 1865, foi encarregado pelo Marquês de Olinda de reger a cadeira de Coreografia e História do Brasil no Imperial Colégio Pedro II, em substituição a Joaquim Manuel de Macedo. Em 1867, regressou a São Paulo para concluir o curso de Direito. Assumiu o cargo de diretor de *O Ipiranga*, órgão liberal de São Paulo, e nessa atividade iniciou a propaganda republicana. Graduado em 1869, voltou para o Rio e, com Saldanha Marinho, foi trabalhar como advogado. Em 1870 ajudou a fundar o Clube Republicano e a publicar o Manifesto Republicano de 1870.

⁹³ A primeira e a segunda administração da Loja América (primeiro provisória e depois permanente), entre 9 de novembro de 1868 e 22 de agosto de 1870, era composta pelo Venerável Antonio Carlos (grau 33); 1º Vigilante Vicente Rodrigues Silva (grau 32); 2º Vigilante Ignacio A. Betholdi (grau 32); Orador Olympio da Paixão (grau 18); Secretário Cyriaco Antonio dos Santos e Silva (grau 18); Tesoureiro Antonio Louzada Antunes (grau 18). GIUSTI, Antonio (editor). *Op. cit.*, p.103.

Formado em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1860, foi promotor público de Itu até 1863. Em 1865, veio para São Paulo, onde assumiu a redação do *Correio Paulistano*. Estava entre os fundadores do Partido Republicano Paulista, e também dos jornais *A Província de S. Paulo*, em 1875, e *Diário Popular*, em 1884. Filiou-se à loja América em 15 de julho de 1870, aos 33 anos, foi eleito para o cargo de 1º Vigilante, ocupando esta função de 1870 até 1874, depois foi eleito Orador da loja no período entre 1875 e 1876, e Venerável entre 1888 e 1890.

Luiz Gama foi um dos fundadores do Clube Radical de São Paulo, juntamente com Zoroastro Pamplona, Américo de Campos, Jorge de Miranda, Bernardino Pamplona de Menezes e Rui Barbosa, entre outros. Em 1º de agosto de 1870, Luiz Gama se filou à Loja América, ocupando o cargo de Venerável de 1874 até 1880.⁹⁴ Tomou parte na fundação do Partido Republicano Paulista; preocupou-se em divulgar o ideário republicano, mas preocupou-se ainda mais em defender a abolição da escravidão, tendo atuado como advogado comissionado pela Loja América na libertação de escravos.⁹⁵

Américo Brasiliense de Almeida e Melo formado em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1855, foi deputado provincial várias vezes, nomeado presidente da Paraíba entre 1866 e 1867, sendo que em 10 de março de 1868 assumiu o governo do Rio de Janeiro. Filiou-se a Loja América em 22 de agosto de 1870, quando tinha 37 anos, foi eleito Venerável em 1871.⁹⁶ Foi um dos fundadores do Partido

⁹⁴ A sétima administração da Loja América, a partir de agosto de 1874, possuía o Venerável Luiz Gama (grau 30); Venerável de Honra Américo Brasiliense (grau 18) e Antonio Carlos (grau 33); 1º Vigilante Américo de Campos (grau 30); 2º Vigilante Vicente Rodrigues (grau 33); Orador Betholdi (grau 32); Orador Adjunto José Ferreira de Mello Nogueira (grau 17); Secretário Jesuíno Antonio de Castro (grau 17); Secretário Adjunto José A. de Sousa Ramos (grau 3); Tesoureiro Antonio Joaquim de Araujo (grau 17). A oitava administração entre 1875 e 1876, manteve como Venerável Luiz Gama (grau 30); e era composta também pelo 1º Vigilante Joaquim Roberto de Azevedo Marques (grau 3); 2º Vigilante Manfredo Meyer (grau 3); Orador Américo de Campos; Orador Adjunto Carlos Ferreira; Secretário José Luiz Flaquer. GIUSTI, Antonio (editor). *Op. cit.*, p.103.

⁹⁵ Castellani fez uma referência ao finado maçom da Loja América, Luiz Gama, na sessão de 30 de agosto de 1882, a Loja recebeu um ofício solicitando auxílio em favor da família do finado, pediam também para participarem de uma passeata no Jardim Público para angariar donativos para a família de Luís Gama. A Piratininga atendeu a solicitação, “inclusive porque Antonio Bento, membro de seu quadro, era companheiro de lutas de Gama e jurara, diante de seu túmulo, continuar a sua obra.” CASTELLANI, José. *Piratininga. Op. cit.*, p.114

⁹⁶ A terceira administração da Loja América, entre agosto de 1870 e agosto de 1871, era formada pelo Venerável Américo Brasiliense (grau 18); Venerável de Honra Antonio Carlos (grau 33); 1º Vigilante Américo de Campos (grau 18); 2º Vigilante Luiz Gama (grau 18); Orador José Ferreira de Menezes (grau 3); Orador Adjunto Vicente R. da Silva (grau 32); Secretário Cyriaco Antonio dos Santos Silva (grau 18); Secretário Adjunto José Maria de Azevedo Marques (grau 1); Tesoureiro João Antonio da Cunha (grau 3). Essa administração também era composta pelo Chanceler José Antonio do Amaral (grau 3); 1º Experto Antonio Francisco Barbosa (grau 3); 2º Experto Brutus Portier (grau 18); Hospitaleiro João Pinto Ferreira (grau 3); Mestre de Cerimônia Antonio José Cardoso (grau 3); 1º Diácono José Hannikel Forster (grau 3);

Republicano Paulista, convocando a primeira reunião em 1872. A partir de 1888 passou a lecionar na Faculdade de Direito de São Paulo. Com a instauração da República, teve participação na comissão encarregada de elaborar o projeto da nova Constituição e, no período de 1891-1892 governou São Paulo.

Outras figuras importantes no cenário político do Segundo Reinado e do período republicano passaram pela Loja América. Ruy Barbosa⁹⁷ foi iniciado na Loja América em 1º de julho de 1869, ainda estudante, com 22 anos de idade; Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo⁹⁸, foi iniciado em 1º de dezembro de 1868, ainda estudante da Faculdade de Direito, com 22 anos de idade; Bernardino Pamplona de Menezes foi iniciado em 19 de março de 1869, já advogado, morando no Rio de Janeiro, sendo representante junto ao Grande Oriente; José Ferreira de Menezes, filiou-se a Loja América em 31 de outubro de 1869, aos 28 anos de idade; Antonio Francisco de Paula Sousa⁹⁹, foi iniciado em 11 de dezembro de 1872, residia em Rio Claro; Martinho da Silva Prado Junior, foi filiado em 1871, residindo em Araras. Nos quadros de 1875 figuram como Irmãos Honorários Bernardino de Campos¹⁰⁰ (grau 18), residente em Amparo; Francisco Rangel Pestana; Ubaldino do Amaral, residente no Rio.¹⁰¹

2º Diácono Pedro Hannikel Forster (grau 3); Porta Estandarte Maximilien Corbisier (grau 18); Porta Espada João Antonio Vieira (grau 1); Arquiteto Antonio da Costa Coelho (grau 18); Cobridor Adolfo Giusti (grau 1); Representante no Rio Bernardino Pamplona de Menezes (grau 3). A quarta administração, entre agosto de 1871 e agosto de 1872, tinha como Venerável Américo Brasileiro (grau 18); 1º Vigilante Américo de Campos (grau 18); 2º Vigilante Luiz Gama (grau 18); Chanceler José Antonio do Amaral (grau 3); Secretário Carlos Ferreira. GIUSTI, Antonio (editor). *Op. cit.*, p.103.

⁹⁷ Ruy Barbosa de Oliveira, político e jurisconsulto, nasceu em Salvador em 5 de novembro de 1849. Bacharelou-se em 1870 pela Faculdade de Direito de São Paulo. No início da carreira, na Bahia, engajou-se numa campanha em defesa de eleições diretas e da abolição da escravatura.

⁹⁸ Diplomata, político abolicionista, poeta e dramaturgo nascido em Recife (PE), importante abolicionista e reformador social do final do império. Filho do senador e conselheiro José Tomás Nabuco de Araújo. Ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo (1865) e transferiu-se para a Faculdade de Direito de Recife (1868), onde colou grau no bacharelado (1870). Colega de faculdade de Rui Barbosa, Rodrigues Alves, Castro Alves e Afonso Pena, ainda estudante, abolicionista e contrário à pena de morte, defendeu no júri um escravo que assassinara o senhor em vingança por ter sido açoitado em público e depois, ao fugir da prisão, matara um guarda. Iniciou sua carreira diplomática (1876) e dois anos depois, ao retornar da primeira missão no estrangeiro, foi eleito deputado geral pela província de Pernambuco (1878), e junto com outros jovens de sua época inicia a campanha a favor da liberdade dos escravos. Na Câmara defendeu a eleição direta, a presença de não-católicos no Parlamento e a imediata abolição da escravatura, sem indenizações. Fundou a Sociedade Brasileira contra a Escravidão (1880), lançou um manifesto e fundou o jornal *O Abolicionista*. Derrotado para um novo mandato no Parlamento, foi morar em Londres (1882-1884) e lá escreveu e publicou sua obra mais importante, *O Abolicionismo* (1884). Monarquista convicto, retornou à política, sendo eleito deputado por Pernambuco (1887) e com a aprovação da Lei Áurea (1888) o governo imperial ofereceu-lhe o título de visconde. Defendeu a adoção de uma monarquia federativa, sob a regência da princesa Isabel e, com a queda da monarquia afastou-se temporariamente da política e dedicou-se exclusivamente a escrever, inclusive a biografia do pai, *Um estadista do império*.

⁹⁹ Antonio Francisco de Paula Sousa, engenheiro, residente em Rio Claro, futuro ministro da República e diretor da Escola Politécnica de São Paulo.

¹⁰⁰ Bernardino José de Campos Junior nasceu em Pouso Alegre (MG) em 1841 e faleceu em São Paulo em 1915. Ainda moço veio com a família residir em São Paulo, fazendo seus primeiros estudos em Campinas e matriculando-se na Faculdade de Direito, onde se bacharelou em 1863. Em 1866, fixou

O *Almanak da Província de São Paulo para 1873*, informava que a Loja América funcionava na ladeira de São João, e que a administração da loja era composta pelo Venerável Américo Brasiense; 1º Vigilante Américo de Campos; 2º Vigilante Luiz Gama; Orador bacharel Luiz Alves Leite de Oliveira Belo¹⁰²; Secretario Antonio Figueira; Tesoureiro Francisco Antonio de Moura.¹⁰³ O *Indicador de São Paulo: administrativo, judicial, industrial, profissional e comercial para o ano de 1878*, informava que a Loja América, situada na Ladeira do dr. Falcão, tinha a sua administração composta pelo Venerável Luiz Gama; 1º Vigilante Jesuíno Antonio de Castro; 2º Vigilante José Rodrigues de Barros; Tesoureiro José Antonio do Amaral; Secretario Alfredo Gerard.¹⁰⁴

No que se refere aos motivos que levaram a fundação de mais uma loja maçônica em São Paulo, é preciso atentar ao fato de que a Loja América desde o princípio se filiou ao Grande Oriente dos Beneditinos, e se tornou a principal articulação desse Oriente na província de São Paulo. A Loja América se tornou um centro de debate político, no qual o movimento republicano estava sendo construído pelos principais líderes republicanos paulistas, a discussão abolicionista também foi efervescente, assim como a questão da necessidade da laicização do Estado.

Embora o pesquisador maçom Amadeu Amaral não tivesse a intenção de discutir os motivos que levaram à criação da Loja América em 1868, o autor deu algumas pistas quando citou um discurso de Martim Francisco,

A organização da Loja América, foi uma das conseqüências do maior dos erros da tarde do segundo reinado: a queda da situação liberal em 16 de julho de 1868.

[...] Na província de S. Paulo a tendência anti-monárquica foi, ainda mais do que no Rio de Janeiro, espontânea e efectiva. Era de ver o entusiasmo com que, na capital, o elemento acadêmico auxiliava com a sua oratória e com a

residência em Amparo, exercendo a advocacia. Fez parte do Partido Republicano Paulista, foi deputado a Assembléia Provincial em 1888. Foi Deputado ao Congresso Constituinte, em 1891, foi escolhido para seu presidente. Eleito presidente do Estado de São Paulo em 1892 (novamente em 1904), eleito Senador em 1896, e nomeado Ministro da Fazenda em 1898.

¹⁰¹ GIUSTI, Antonio (editor). *Op. cit.*, p.104-105.

¹⁰² Luís Alves Leite de Oliveira Belo nasceu em Ingá em 1849 e faleceu no Rio de Janeiro em 1915. Foi advogado e político brasileiro. Bacharel em direito pela Faculdade de Direito de São Paulo. Filiado ao Partido Liberal, foi deputado à Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro em várias legislaturas. Foi presidente das províncias de Sergipe, de 1880 a 1881, do Paraná, de 3 de setembro de 1883 a 5 de junho de 1884 e de Santa Catarina, nomeado por carta imperial de 15 de junho de 1889, presidindo a província a partir de 19 de julho de 1889. Foi posteriormente eleito deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro em 1900.

¹⁰³ LUNÉ, Antonio José Baptista de & FONSECA, Paulo Delfino da (orgs.). *Almanak da Província de São Paulo para 1873*. São Paulo: Typographia Americana, 1873, p.112-113.

¹⁰⁴ MARQUES, Abílio A. S. *Indicador de São Paulo: administrativo, judicial, industrial, profissional e comercial para o ano de 1878*. São Paulo: IHGSP, Edição Fac-similar, 1983, p.146-148.

sua imprensa o movimento que agitava o paiz. Ao manifesto republicano de 1870 absolutamente não foi inferior em importância, e sobretudo em conseqüências, a convenção de Itu.

Filha legítima dessa phase importante da historia brasileira, nasceu a Loja América.

[...] firmou à Loja América, já em começo de 1871, o direito, que de facto ainda conserva, de “leader” da democracia em terra paulista.

O rumo dado, em 1869-71, por Luiz Gama, Vicente Rodrigues, Américo de Campos e outros á Loja América, nunca foi mesmo nos mínimos incidentes, desobedecido, desrespeitado.¹⁰⁵

No momento da fundação da Loja América, a Loja Piratininga se encontrava inativa (ou no vocabulário maçônico: “adormecida”), a Loja Amizade e a Sete de Setembro estavam filiadas ao Grande Oriente do Lavradio, havendo, portanto, a necessidade de criação de uma loja ligada aos Beneditinos.¹⁰⁶

O Boletim do Grande Oriente do Lavradio, ao descrever a situação da Maçonaria em São Paulo, em 1872, dirigiu muitas críticas à atuação da Loja América:

É singular o espetáculo que á nossa ordem apresentam alguns nucleos maçônicos da cidade de S.Paulo e de Campinas, que se obstinão a ser maçônicos, quando outra cousa poderião representar.

Para que a denominação de lojas, quando não o são?

[...] Centros democráticos não são Lojas; porque nestas a política não tem entrada; essa especialidade profana assenta melhor cá fora nos arraiaes de todas as paixões e de todas as ambições a satisfazer.

[...] Não conviria melhor a essas associações paulistas intitulem-se *centros, clubs, meetings, soirées, reuniões, phalansterios, estacadas, arenas, arraiaes, palcos?*

Lojas!?

Mas os paulistas são teimosos em classificar taes reuniões, só políticas, de lojas maçônicas, e usarem de nossos Ritos, sem se importarem com a moral da Ordem.

Não os levou a ignorância a esse despropósito, mas de certo o abuso.

No paiz possui-se tanta somma de liberdades, que até se chega frequentemente ao abuso.¹⁰⁷

¹⁰⁵ GIUSTI, Antonio (editor). *Op. cit.*, p.101-103. Em outro trecho citou que “A criação da Loja América foi a união de um bello grupo de homens assim bem intencionados, sob o manto generoso da maçonaria brasileira. Os seus annaes guardam com os nomes desses filhos beneméritos, os traços luminosos de uma longa série de serviços, não só à causa maçônica em geral, como também á causa da liberdade e da justiça em nossa terra.” GIUSTI, Antonio (editor). *Op. cit.*, p.106

¹⁰⁶ Em uma notícia publicada no *Correio Paulistano*, em 2 de fevereiro de 1872, informando sobre a reeleição de Saldanha Marinho para o cargo de Grão-Mestre, em sua sessão de posse “fez-se honrosissima menção da Loj. . América, e o Or. . de S.Paulo, pela maneira por que tem comprehendido e desempenhado os deveres maç. ., já em bem da humanidade em geral, já, especialmente, nos esforços empregados na órbita legal em prol da emancipação servil.” *Correio Paulistano*, “Noticiário Geral”, 2 de fevereiro de 1872.

¹⁰⁷ *Boletim do Grande Oriente do Brazil ao valle do Lavradio*, nº 11, outubro de 1872, ano 1. p.437- 439.

A principal acusação do Lavradio quanto à atuação da Loja América era que esta utilizava a organização maçônica para articulação política.¹⁰⁸

Os enfrentamentos entre o Grande Oriente do Lavradio e o Grande Oriente dos Beneditinos se refletiam, assim, no comportamento das lojas paulistas, que acabavam rivalizando umas com as outras. É o caso, por exemplo, do atrito, descrito por Castellani, entre a Loja Piratininga e a Loja América, ao tratar dos “Problemas administrativos com uma co-irmã”¹⁰⁹. A Loja América havia sido criada durante o período de inatividade da Loja Piratininga, pertencendo a primeira ao Oriente dos Beneditinos e a segunda ao Lavradio, a questão é que a Loja América ficou estabelecida no templo da Piratininga e não pagou o valor referente ao aluguel, devendo à Piratininga vinte e três meses e dezessete dias de aluguel. Quando a Loja Piratininga retomou suas atividades o assunto veio à tona na sessão de 16 de setembro de 1873, e o maçom Martins de Almeida propôs que

[...] desde já fique extinto o exercício e funcionamento da Loj.: América neste Edifício e propriedade da Loj.: Cap.: Piratininga, significando-se esta resolução a aquella Loj.: e que dentro do prazo de trinta dias remova os objectos que lhe dizem respeito e que ficão acondicionados, por ora, em uma das acomodações desta Offic.:, à escolha do Architeto.

Não conven o funcionamento da Loj.: América em o Edificio da Loj.: Piratininga, porquanto, convidando, como me dedico a intentar, reparar o edificio e seus aprestos e misteres que se achão estragados, é de necessidade o cessamento do exercício da Loj.: América.

Pelo aluguel accordado, vocalmente, pelo Ir.: Ven.: desta Offic.: com o medianeiro da Loj.: América, Dr. Américo Brasiliense de Almeida Mello, quando completamente pago, não compensa o uso e o estrago cauzado, além de outros inconvenientes e pressões, que lhe são addredes e refletem em o Ir.: Architeto.

Quando não é compatível tal exercício aqui de uma Loj.: que, não pertencendo ao Oriente a que pertence a Loj.: Piratininga, ainda ela o hostiliza e não o reconhece.¹¹⁰

Na sessão seguinte, 25 de setembro de 1873, foi lido um ofício da Loja América, que dizia que haviam tomado conhecimento da ordem de despejo e mandavam pagar, por intermédio de Américo Brasiliense, a quantia de 707\$000 pelo aluguel do prédio,

Devo communicar-vos para que vos digneis de scientifical-o á Vossa Augusta e Resp.: Loj.: que o despejo verificou-se á tempo de poupar-vos ao vosso digno Ir.: Arch.:, especialmente incumbido, o penoso trabalho de

¹⁰⁸ Ver Capítulo 3 e 4.

¹⁰⁹ CASTELLANI, José. *Piratininga. Op. cit.*, p.79.

¹¹⁰ CASTELLANI, José. *Piratininga. Op. cit.*, p.83-4.

exilar moveis em compartimento escolhido como consta de Vossa alludida Prancha. Secretário da Loja América Jesuíno Antonio de Castro 3:..¹¹¹

O atrito entre as duas lojas se intensificou quando foi proposta a eliminação do maçom Vicente Rodrigues da Silva que pertencia ao quadro da Loja Piratininga, e que também pertencia ao quadro de membros ativos da Loja América, afinal ele fora um dos fundadores da Loja América, um mês antes da Piratininga “adormecer”. Martins de Almeida alegou que, de acordo com o parágrafo 2º do artigo 80 da Constituição maçônica, era proibido um maçom pertencer a duas lojas do mesmo rito, sendo que ambas as lojas pertenciam ao Rito Escocês Antigo e Aceito; a proposta foi aprovada.¹¹²

Na sessão seguinte, 2 de outubro de 1873, Vicente Rodrigues compareceu à Loja Piratininga, e Martins de Almeida, ocupando o cargo de Venerável por ausência de Ramalho,

comunicou-lhe que, como a sessão era Econômica (administrativa) e ele estava eliminado do quadro, não poderia continuar presente. Vicente Rodrigues pediu a palavra, mas Martins de Almeida negou-se a atendê-lo, explicando que ele não tinha direito a isso, mesmo sob a alegação de ser portador do grau 33, já que ele ainda não exibira o título, como preceituava o artigo 333 da Constituição. Recusando-se Vicente a sair, Martins de Almeida – também grau 33 e Membro Honorário do Supremo Conselho – para não haver perturbação e irregularidade dos trabalhos, suspendeu a sessão e dissolveu a reunião.¹¹³

O Grande Oriente dos Beneditinos, assim como a Loja América, possuíam uma tolerância maior com os maçons pertencentes ao Oriente do Lavradio. Nas Atas da Loja América, o decreto nº11 do Grande Oriente Unido do Brasil de 3 de julho de 1874, mandava admitir como visitantes os maçons pertencentes às Lojas do Lavradio.¹¹⁴ Em uma outra sessão houve a leitura do decreto do Grande Oriente Unido do Brasil de 6 de agosto de 1874, informando que os irmãos do Vale do Lavradio que quisessem se filiar ao Grande Oriente Unido deveriam apresentar as cartas do último grau que tivessem.¹¹⁵

Analisando-se o atrito entre a Loja Piratininga e a Loja América constatou-se que o maior problema não era, evidentemente, a dívida do aluguel, mas o fato de que a primeira defendia a posição do Grande Oriente do Lavradio de colaborar com o governo imperial, enquanto a segunda, filiada ao Grande Oriente dos Beneditinos, desejava uma

¹¹¹ CASTELLANI, José. *Piratininga. Op. cit.*, p.84.

¹¹² CASTELLANI, José. *Piratininga. Op. cit.*, p.85.

¹¹³ CASTELLANI, José. *Piratininga. Op. cit.*, p.86.

¹¹⁴ Livro de Atas da Loja América, sessão de 21 de outubro de 1874.

¹¹⁵ Livro de Atas da Loja América, sessão de 9 de setembro de 1874

maior atuação na esfera política da sociedade, servindo de apoio para a articulação do movimento republicano.

CAPÍTULO 2. A LOJA AMÉRICA E O USO DA IMPRENSA

Uma das melhores formas de se analisar a estrutura de funcionamento das lojas maçônicas paulistas e os objetivos políticos que pretendiam alcançar é por meio da leitura das notícias publicadas sobre elas nos anos 1870 nos principais jornais que circulavam na capital paulista, o *Correio Paulistano*, *A Província de São Paulo* e *A Gazeta de Campinas*.

O objetivo deste capítulo é demonstrar como era alta a quantidade de matérias referindo-se as atividades maçônicas, além do fato de serem abundantes às notícias maçônicas também possuíam grande riqueza de detalhes, permitindo novas reflexões acerca da intensa atividade dessas lojas. É possível perceber também que essas notícias tratavam de assuntos recorrentes, podendo ser agrupadas em temas maiores para uma melhor interpretação e compreensão das esferas de atuação das lojas maçônicas.

A Maçonaria de modo geral procurava utilizar a imprensa para sua organização cotidiana, como a convocação reuniões, a prestação de informações e a publicização de suas ações. Desde a sua criação, a Loja América utilizou a imprensa paulista como um meio eficaz de comunicação entre seus membros e de propaganda da sua atuação.

Para a Loja América os principais meios de comunicação foram o jornal *Correio Paulistano* até 1875, e depois disso a *Província de São Paulo*. O jornal *Correio Paulistano* foi o primeiro jornal diário da província de São Paulo, fundado em 1854, pelo tipógrafo Joaquim Roberto de Azevedo Marques, tendo como seu primeiro redator Pedro Taques de Almeida Alvim. De 1865 a 1874 Américo de Campos foi diretor e redator do *Correio Paulistano*, de onde saiu para fundar em 1875, com Francisco Rangel Pestana, *A Província de São Paulo*.

Uma das questões que facilitava a publicação de notícias sobre a Loja América era o envolvimento de alguns de seus membros como proprietários, diretores e redatores destes jornais. Eliane Lucia Colussi, em *A Maçonaria Gaúcha no século XIX*, analisou a imprensa e o jornalismo como ocupações preferenciais dos maçons gaúchos.

Foi especialmente nessa imprensa de caráter extremamente politizado que localizamos uma forte atuação de dirigentes e lideranças maçônicas, demonstrando que a imprensa rio-grandense foi um espaço de ampla e abrangente participação e influência maçônica. Como intelectuais e letrados

integrantes da elite regional, os maçons ocuparam um espaço privilegiado num dos poucos meios de informação disponíveis no período.¹¹⁶

Para Eliane Colussi os dirigentes maçons atuaram como proprietários de jornais, diretores, editores, redatores, ou apenas como colaboradores; concluindo a importante relação que havia entre os maçons das lojas gaúchas e os principais jornais gaúchos. É possível fazer este mesmo tipo de análise para as lojas maçônicas paulistas e os jornais anteriormente citados.

Joaquim Roberto de Azevedo Marques era filiado à Loja América, constando entre os membros da 8ª administração (período entre 1875 e 1876), sendo eleito para o cargo de 1º Vigilante¹¹⁷ (possuía grau 3 na hierarquia maçônica do rito escocês). O Venerável desta administração era Luiz Gama, seu Orador era Américo de Campos, a posição de Orador adjunto era ocupada por Carlos Ferreira e a de Secretário por José Luiz Flaquer.¹¹⁸ Um outro indício do envolvimento de Joaquim Roberto de Azevedo Marques e a Loja América foi que em uma notícia publicada em seu próprio jornal, apareceu como membro da comissão formada pela Loja América para criar uma associação de senhoras para emancipar escravos¹¹⁹.

A proximidade que havia entre a Loja América e o *Correio Paulistano* ficou evidenciada mais uma vez quando noticiado que o próprio jornal recebia os donativos

¹¹⁶ COLUSSI, Eliane Lucia. *A Maçonaria Gaúcha no século XIX*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998, p.333-4. A autora localizou 48 dirigentes maçons que mantiveram a atividade jornalística como uma das suas opções profissionais.

¹¹⁷ No Livro de Atas da loja América, em 13/maio/1875, é citado como “Soberano Grande Inspetor Geral da Ordem (tipo delegado do Grão Mestre) Joaquim Roberto de Azevedo Marques enceta os trabalhos.” Loja América, “Livro de Atas”, São Paulo, 13/maio/1875

¹¹⁸ AMARAL, Amadeu. “Aug.: e Ben.: Loj.: Cap.: América”, in: GIUSTI, Antonio (editor). *A Maçonaria no centenário*. São Paulo: Revista A Maçonaria no Estado de S.Paulo, 1922.

¹¹⁹ “(...) A Loj.:. maçônica America, sempre a primeira em taes empenhos, nomeou ha poucos dias uma comissão para convidar as senhoras, naquelle propósito, deixando a ellas o encargo de, congregadas, deliberarem de si mesmas sobre os melhores meios de fundar a sociedade. A comissão está composta dos seguintes senhores: Dr. Firmo José de Mello, Dr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, comendador José Severino Fernandes, tenente-coronel Luiz Soares Viegas, Augusto Lorena, João Ribeiro dos Santos Camargo Junior, Joaquim Roberto de Azevedo Marques. (...)” *Correio Paulistano*, Noticiário: “Associação de senhoras”, 8 de abril de 1870. Em 8 de julho de 1870 a notícia informava de que no próximo domingo se instalará essa associação, e convida as senhoras que foram convidadas pela comissão da Loja America a irem. O evento se realizará na casa do comendador Felício Pinto Coelho de Mendonça e Castro. Assinam o anúncio: A.C.R. de A. Machado e Silva, F.J. de Mello, J. Severino Fernandes, J.R. de Azevedo Marques, A.J. de Lorena, L.S.Viegas, J.R.Santos Camargo Filho. Em 12 de julho de 1870, nova notícia da tal associação informando que foram poucas senhoras em vista do número das inscritas. Como parte da comissão da Loja America, o Firmo de Mello e o Comendador Severino Fernandes fizeram discursos. Como presidente, Anna Bemvinda Ribeiro de Andrada, secretária Luiza Emilia da Conceição e Azevedo Marques, tesoureira Maria das Dores Gomes, adjuntas Anna Marcellina de Carvalho e Andrada Machado e Carlota de Sampaio e Camera.

para a Biblioteca da Loja América¹²⁰. No item 2.2 será abordado o amplo auxílio do jornal na divulgação dessa biblioteca e na arrecadação de donativos.

A partir de 1875 surgiu outro jornal em São Paulo, resultado da determinação da Convenção de Itu de se criar um órgão de propaganda republicana na província. Assim, em 4 de janeiro de 1875, publicou-se o primeiro exemplar do *A Província de São Paulo*¹²¹. O jornal pertencia a uma sociedade formada por Américo Brasiliense, João Francisco de Paula e Souza, Campos Salles, Tobias de Aguiar e Castro, João Tibiriça Piratininga, José Vasconcellos de Almeida Prado, Martinho Prado Junior, Cerqueira César, Francisco Glicério de Cerqueira Leite, Francisco Rangel Pestana, Américo de Campos, entre outros. O administrador era o português José Maria Lisboa e os principais redatores Américo de Campos e Francisco Rangel Pestana.

Américo de Campos, como apresentado no Capítulo 1, era tido como um dos republicanos históricos, além de redator do *Correio Paulistano* e do *A Província de São Paulo*, foi um dos proprietários do *Cabrião* (1866) e fundador do *Diário Popular* (1884). Filiou-se à Loja América aos 33 anos, em 15 de julho de 1870, pode-se dizer que teria sido um maçom bastante ativo, foi eleito para o cargo de 1º Vigilante, ocupando esta função de 1870 até 1874, depois foi eleito Orador da loja no período entre 1875 e 1876, e Venerável entre 1888 e 1890.

Francisco Rangel Pestana também era considerado um dos defensores da idéia republicana e figurava como irmão honorário da Loja América em 1875. Sendo assim, os dois redatores do *A Província de São Paulo* figuravam no quadro de membros da Loja América, e eram o elo de ligação entre a loja e o jornal. *A Província de São Paulo* desde seu 1º número faz menção a Loja América e nos dias subseqüentes continua informando sobre suas principais atividades.

O jornal *A Gazeta de Campinas* apareceu no final de 1869, reunindo em sua redação alguns bacharéis formados pela Faculdade de Direito de São Paulo que mais tarde formariam um importante núcleo do Partido Republicano Paulista. Eram eles

¹²⁰ Correio Paulistano, Noticiário – Bibliotheca popular, 6 de junho de 1871. Avisa que no escritório do Correio Paulistano estão recebendo donativos de livros para a Biblioteca Popular que está sendo organizada pela Loja America. Diz que todos os “bons cidadãos” devem contribuir; e que o pensamento da Loja America embora restrito à capital é uma semente que pode ser transplantada. Essa iniciativa é um grande impulso para a instrução popular.

¹²¹ Tiragem de 2.025 exemplares, nos primeiros meses aparece a nota de que não estavam conseguindo enviar exemplares para os novos assinantes, o que demonstra a aceitação do jornal na província. *A Província de São Paulo*, nota editores, 11 de fevereiro de 1875. Esse jornal tinha uma organização diferente dos demais, divisão das seções: Econômica, Científica, Judiciária, Letras e Artes, Noticiário, Províncias, Industrial, Administrativa, Instrução Publica, Bibliographia, Exterior, História Política, Informações, Annuncio.

Francisco Quirino dos Santos, o doutor Quirino, dono do jornal, Campos Salles, Jorge Miranda, Francisco Glicério – todos membros da Loja Independência de Campinas -, Américo Brasiliense e Rangel Pestana.

Sobre a criação da Loja Independência e a fundação do jornal *A Gazeta de Campinas*, Carmen Sylvia Vidigal Moraes, em *O ideário republicano e a educação*, apontou que

Tudo indica que o surgimento da Loja Maçônica e sua definição pelo Grande Oriente dos Beneditinos representam, do ponto de vista político, o início do processo de aglutinação das forças antimonárquicas da localidade. O processo de afirmação das forças políticas alcança um momento significativo com a criação da *Gazeta de Campinas*, pois ‘como os fundadores da Loja Maçônica e do jornal são, em última instância, os mesmos homens’, é de supor que a fundação da Loja Maçônica complementa-se, do ponto de vista da organização do grupo político, com a fundação do jornal pouco tempo depois.¹²²

Como os relacionamentos entre os membros da Loja Independência de Campinas e os da Loja América estreitaram-se cada vez mais durante este período, eram comuns notícias sobre suas atividades nestes jornais.

No *Correio Paulistano* a Maçonaria apareceu em diversas seções do jornal quando se tratava de informar sobre uma sessão maçônica em alguma loja, sendo que a maior parte desse tipo de anúncio apareceu no “Noticiário”, depois nos “Anuncios” e em uma pequena parte na seção “A Pedido”. Geralmente eram notas curtas, em parte cifradas com símbolos maçônicos, que informavam o tipo da reunião (econômica, iniciação, posse de Luzes, eleição, e outros), o público convidado e o horário marcado, alguns anúncios traziam a assinatura do secretário da loja. Em São Paulo as lojas que utilizaram o jornal para divulgar suas reuniões foram: a Loja América – a mais recorrente nos periódicos -, a Loja Amizade¹²³ e a Loja Sete de Setembro¹²⁴. Já na *Gazeta de Campinas* esse tipo de informe apareceu, sobretudo, na seção “Anuncios” e raramente na seção “Notícias”. Os anúncios de sessões maçônicas neste jornal eram mais cifrados em comparação com o *Correio Paulistano*. Em Campinas as lojas que utilizavam esse meio de comunicação eram a Loja Independência¹²⁵ e a Loja Fidelidade.

¹²² MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. *O ideário republicano e a educação: uma contribuição à história das instituições*. Campinas: Mercado das Letras, 2006, p.116-7.

¹²³ A Loja Amizade foi fundada em 13 de maio de 1832. Ver Capítulo 1.

¹²⁴ A Loja Sete de Setembro foi fundada no ano de 1863. Ver Capítulo 1.

¹²⁵ A Loja Independência foi fundada em 23 de novembro de 1867. Ver Capítulo 1.

2.1 Anúncios de reuniões maçônicas

Analisando os principais jornais que circulavam em São Paulo encontramos anúncios de diversos tipos de sessões maçônicas, festas maçônicas, notas de falecimento de irmãos, entre outros. A forma mais comum das notícias encontradas nos jornais paulistas foram os anúncios informando reuniões das lojas. A quantidade de anúncios desse tipo nos leva a concluir a abertura que a Maçonaria tinha na imprensa.

É bastante significativo o fato de que os jornais eram utilizados pelas lojas para fazer anúncios das suas reuniões, ou seja, a imprensa era um meio comum de chamar os irmãos para as atividades das respectivas lojas. Esse fato ilustra o quanto a Maçonaria era pública nesse período e, queria se fazer conhecida uma vez que se utilizava dos jornais como meio de comunicação até mesmo para convocação dos seus membros. Havia uma aceitabilidade por parte da sociedade em geral quanto a esse tipo de organização social.

Alexandre Mansur Barata, em *Luzes e Sombras: a ação da Maçonaria Brasileira (1870 – 1910)*, apontou que a imprensa foi um importante veículo de divulgação do pensamento maçônico. Havia uma imprensa maçônica constituída principalmente pela publicação do *Boletim do Grande Oriente do Brasil* e vários pequenos jornais voltados para o público maçônico, mas os maçons também utilizavam a grande imprensa para atingir o público em geral.¹²⁶

Os trabalhos acadêmicos que discutiram o tema Maçonaria geralmente analisaram notícias da própria imprensa maçônica, sobretudo na Questão Religiosa, não existe um trabalho acadêmico que faça uma análise mais detalhada dos anúncios maçônicos na grande imprensa. Assim sendo, o intuito deste capítulo é analisar as formas como as lojas maçônicas paulistas apareciam nestes jornais, introduzir o leitor no universo das notícias que envolviam as atividades maçônicas.

Os anúncios costumavam conter poucas palavras cifradas, as mais comuns eram loj.: (loja), off.: (officina), iir.: (irmãos), sess.: (sessão). Assim sendo, qualquer pessoa que conhecesse um pouco do funcionamento das lojas e dos termos utilizados entre seus membros rapidamente compreenderia a mensagem.

Geralmente os anúncios das sessões nas lojas especificavam o caráter da reunião. A reunião podia ser de caráter normal, ou seja, uma “sessão capitular” como a anunciada no “Noticiário Geral”, informando que na Loja América “As sessões

¹²⁶ BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras: a ação da Maçonaria Brasileira (1870 – 1910)*. Campinas: Editora da Unicamp, coleção Tempo e Memória n°14, 1999, p.136-7.

ordinárias dar-se-hão de agora em diante ás quartas-feiras.”¹²⁷, ou que na Loja Sete de Setembro “Haverá nesta loj. . sess. . de cap. ., na segunda feira, para o que se convida os irm. . do respectivo cap. .”¹²⁸. Quando a reunião tivesse caráter extraordinário o anúncio especificava o que seria tratado. As sessões econômicas, que podiam ser sessões extraordinárias, eram muito comuns e periodicamente apareciam, como nesta notícia sobre a Loja América “Communicam-nos: Ha amanhã, segunda-feira, sessão econômica para tratar de negócios de importância, pelo que roga-se o comparecimento de todos os operários.”¹²⁹, ou nesta sobre a Loja Sete de Setembro que informou que “Ha hoje sessão economica extraordinaria nesta officina.”¹³⁰.

O maior volume de anúncios se referia ao aviso das reuniões semanais. Como a Loja América possuía maior relação com o jornal *Correio Paulistano*, devido ao fato do proprietário e do redator serem membros ativos da Loja, a facilidade para publicar esses anúncios era visível. Somente no mês de fevereiro de 1873 foram publicadas notícias sobre reuniões da Loja América nos dias 07 (sessão de iniciação), 09 (sessão extraordinária para tratar de assunto importante), 12 (sessão extraordinária para tratar de assunto importante), 19 (sessão semanal) e 28 (sessão semanal). O mês de fevereiro não foi uma exceção, em julho temos a mesma quantidade de anúncios sobre reuniões: 09 (sessão semanal), 16 (sessão semanal), 19 (anúncio da sessão do dia 23 para tratar de matéria importante), 23 (sessão anunciada no dia 19), 30 (sessão para tratar de matéria importante).

Geralmente os anúncios das reuniões eram curtos e diretos, informando o horário e data. As notícias publicadas na *Gazeta de Campinas* costumavam ser um pouco mais cifradas, como as que seguem:

Loj. . Cap. . Indep. . Terça-feira, 10 do corrente, haverá sess. . mag. . para inic. . e filiaç. . e regul. . convida-se a todos os Ilr. . do quad. .
Sec. . da Loj. . Cap. . Indep. . ao Or. . de Campinas, 8 de dezembro de 1872. O condestável D.Alvaro, secret. .¹³¹

Loj. . Cap. . Indep. . No dia 16 do corrente, (2ª feira) haverá sess. . de instrucç. . no Gr. . de M. . Á 23 do corrente terá lugar a sess. . de eleiç. . de

¹²⁷ *Correio Paulistano*, “Noticiario Geral”, 13 de fevereiro de 1872

¹²⁸ “Haverá nesta loja sessão de capítulo, na segunda feira, para o que se convida os irmãos do respectivo capítulo.” *Correio Paulistano*, “Noticiario”, 20 de novembro de 1870

¹²⁹ *Correio Paulistano*, “Noticiario”, 6 de março de 1870

¹³⁰ *Correio Paulistano*, “Noticiario”, 6 de maio de 1870

¹³¹ “Loj. . (Loja) Cap. . (Capitular) Indep. . (Independência). Terça-feira, 10 do corrente, haverá sess. . (sessão) mag. . (magna) para inic. . (iniciação) e filiaç. . (filiação) e regul. . (regularização) convida-se a todos os Ilr. . (Irmãos) do quad. . (quadro). Sec. . (Secretário) da Loj. . (Loja) Cap. . (Capitular) Indep. . (Independência) ao Or. . (Oriente) de Campinas, 8 de dezembro de 1872. O condestável D.Alvaro, secret. . (secretário)” *Gazeta de Campinas*, Annuncios, 8 de dezembro de 1872.

LL.º e DDignid.º da Offic.º, para o que se convida a todos os Ilr.º do quad.º Sec.º da Loj.º Cap.º Indep.º ao Or.º de Campinas, 14 de dezembro de 1872 (E.º V.º). O condestável D. Álvaro, secr.º.¹³²

Quanto a essa diferença no formato das notícias publicadas no *Correio Paulistano* e na *Gazeta de Campinas*, acredita-se que o primeiro jornal tinha uma preocupação maior em não só anunciar as reuniões, mas também em fazer propaganda delas, por isso a opção por notícias menos cifradas. Um dos objetivos era arregimentar novos membros, com notícias menos cifradas o público “profano”¹³³ não teria dificuldade em compreender seu significado. É interessante lembrar que o *Correio Paulistano* tinha uma maior circulação na província paulista e que essa publicidade da Maçonaria facilitava a instalação de novas lojas maçônicas no interior dela.

Algumas notícias esclareciam qual o assunto seria discutido. Na *Gazeta de Campinas* de 24 de abril de 1873, na parte de “Annuncios”, temos o da Loja Fidelidade informando que no dia 26 haveria sessão econômica extraordinária para tratar da edificação do templo no terreno comprado pela Oficina.

Havia anúncios dirigidos aos acionistas das lojas, contendo ricas informações sobre sua estrutura de funcionamento. Como o da Loja América de 6 de setembro de 1873 que informava sobre a construção de uma biblioteca e de uma escola ligadas a Loja.

Os iir.º que tomaram acções para a construcção do edificio da bibliotheca e da eschola noturna da Loj.º. América, são rogados a mandarem satisfazer o importante da 1ª chamada de capitães, cujo praso está a findar-se em meados do corrente mez, á rasão de 20 por cento ou 10\$rs. por acção; as entradas devem ser endereçadas ao thesoureiro da comissão que é o Ir.º já indicado nas circulares que foram remetidas, S.Paulo 6 de setembro de 1873.

Outras lojas também publicavam anúncios desse tipo, como a Loja Amizade:

Apolices da Loja Capitular Amizade: Na forma do artigo 6º dos Estatutos convido aos srs. accionistas, para fazerem a entrada da 1ª chamada, na razão de 5%, até o dia 10 do corrente mez. Thesoureiro- Aurelio Joaquim de Souza Fernandes¹³⁴

¹³² “Loj.º (Loja) Cap.º (Capitular) Indep.º (Independência). No dia 16 do corrente, (2ª feira) haverá sess.º (sessão) de instrucç.º (instrução) no Gr.º (Grau) de M.º (Mestre) Á 23 do corrente terá lugar a sess.º (sessão) de eleiç.º (eleição) de LL.º (Luzes) e DDignid.º (Dignidades) da Offic.º (Oficina), para o que se convida a todos os Ilr.º (Irmãos) do quad.º (quadro). Sec.º (Secretário) da Loj.º (Loja) Cap.º (Capitular) Indep.º (Independência) ao Or.º (Oriente) de Campinas, 14 de dezembro de 1872 (E.º V.º) (Era Vulgar). O condestável D. Álvaro, secr.º (secretário)”.¹³² *Gazeta de Campinas*, Annuncios, 15 de dezembro de 1872.

¹³³ Profano é a expressão utilizada pelos maçons para designar aqueles que não pertencem a ordem.

¹³⁴ *Correio Paulistano*, “Annuncios”, 1 de junho de 1870

A *Gazeta de Campinas* também publicou notícias direcionadas aos irmãos acionistas:

Loj.'. Cap.'. Fidelidade O secretário da comissão encarregada da construção da Loja, Francisco Antonio da Costa Braga, avisa aos Iir.'. accionistas que a entrada da 1ª chamada é dia 15 de maio, "á bocca do cofre, entregue ao thesoureiro João Proost Rodovalho."¹³⁵

Outro tipo de sessão bastante anunciada referia-se à eleição para os cargos da loja, importante para o comparecimento do maior número de membros possível. Eram chamadas eleições de "novas Luzes", sendo que as sessões de posse também eram especificadas como posse das Luzes. A Loja América anunciou que:

Em virtude da deliberação tomada em sess.'. econ.'. desta off.', celebrada em 2 do corrente, fica marcado o dia 5 deste mez para proceder-se a eleição dos respectivos cargos. Pede-se o comparecimento de todos os Iir.'. attenta a importância da matéria de que se tem de tratar. O secr.'. Cyriaco Antonio dos Santos e Silva.¹³⁶

E no dia da eleição, fez novo anúncio reforçando que "Ha hoje sessão para eleição dos funcçionarios da officina."¹³⁷ Alguns dias depois era a Loja Amizade quem anunciava a posse das suas novas Luzes: "São convidados os Irm.'. para a sessão de posse, que terá lugar hoje às 7 horas da noite."¹³⁸

Em alguns momentos de maior tensão entre a Igreja Católica e a ordem maçônica, havia uma necessidade maior de se destacar mais as atividades das lojas, assim foi comum publicarem anúncios mais rebuscados, como o abaixo reproduzido:¹³⁹

¹³⁵ *Gazeta de Campinas*, Annuncios, 8 de maio de 1873

¹³⁶ *Correio Paulistano*, "Annuncios", 4 de maio de 1870. Notícia cifrada: sess.'. – sessão; econ.'. – econômica; off.'. – oficina; Iir.'. – Irmãos; secr.'. – secretário.

¹³⁷ *Correio Paulistano*, "Noticiario", 5 de maio de 1870.

¹³⁸ *Correio Paulistano*, "Noticiario", 14 de maio de 1870. Notícia cifrada: Irm.'. - Irmãos

¹³⁹ "Aug:. (Augusta) e Resp:. (Respeitável) Loj:. (Loja) América. Acha-se marcado o dia 3 de setembro próximo futuro para ter lugar a ses:. (sessão) de eleij:.(eleição) das LL:.(Luzes) e mais Off:.(Ofícios) desta Loj:.(Loja), para o que roga-se aos Iir:.(Irmãos) a comparecerem. A sess:. (sessão) terá lugar as 7 e meia horas da noite.V:.(Vale) de S:.(São) Paul:.(Paulo) 20 de agosto de 1873 (E:.(V:.) (Era Vulgar). O secret:.(secretário) Guttemb:.(apelido Guttemberg)" *Correio Paulistano*, Annuncios, 21 de agosto de 1873

Fonte: *Correio Paulistano*, Anuncios, 21 de agosto

de 1873

Outro tipo de sessão eram as de iniciação de novos membros, os chamados de “profanos”, geralmente na mesma sessão de iniciação ocorria a filiação do novo membro. As notícias de iniciação são interessantes para a presente pesquisa, pois atestam a difusão da Maçonaria neste período, indicavam o crescente número de membros, uma vez que as de sessões de iniciação apareciam constantemente nos periódicos.

No *Correio Paulistano* de 4 de setembro de 1870, havia a notícia da Loja Amizade de que “Haverá sess. magna de iniciação na terça-feira 6 do corrente às 7 horas da noite.”; e em 7 de setembro de 1870 a da Loja América de que “Na sexta-feira 9 do corrente, haverá sess. magna de inic.,” e no mesmo “Noticiário” a da Loja Sete de Setembro de que “Ha hoje sessão magna nesta offic.,”¹⁴⁰ Foi comum a proximidade das sessões de iniciação nas diferentes lojas¹⁴¹.

Analisando a quantidade de notícias no *Correio Paulistano* de iniciações de novos membros nas lojas de São Paulo no ano 1870 temos o seguinte quadro: Loja América noticiou sessões de iniciações dias 23 de abril, 3 de junho, 11 e 14 de agosto, 7 e 13 de setembro, 13, 20 e 28 de outubro, 24 de dezembro; Loja Amizade dias 11 de março, 7 de julho, 4 de setembro, 26 de outubro, 22 de novembro, 10 de dezembro; Loja

¹⁴⁰ As palavras cifradas que aparecem nas notícias são: sess. (sessão); inic. (iniciação); offic. (oficina)

¹⁴¹ Como exemplo temos no *Correio Paulistano* de 10 de dezembro de 1870 que a Loja Amizade noticiou “Sessão mag. hoje para inic. às 7 e meia”, e a Loja 7 de Setembro também “Haverá sessão magna na próxima segunda-feira para iniciação”, e no dia 24 de dezembro de 1870 a Loja América convocou para a sessão de iniciação. Outro exemplo: no *Correio Paulistano* de 27 de maio de 1871, a Loja Sete de Setembro informou que hoje teria sessão magna para iniciação; e em 1º de junho de 1871, a Loja Amizade também informou que haveria sessão magna para iniciação hoje.

Sete de Setembro dias 2 de abril, 7 de setembro, 12 de novembro, 10 de dezembro; Loja Piratininga não publicou nenhuma notícia de iniciação nos jornais em 1870.

A Loja América era a que mais noticiava sessão de iniciação de novos membros. Na primeira metade de 1873, ano agitado pela Questão Religiosa, temos sessão de iniciação em 7 de fevereiro, 21 de março, 6 de abril, 4 e 18 de maio. Confirmando a intensa atividade desta loja neste período.

Na parte de Anúncios, alguns eram específicos para o público maçônico, algumas lojas vendiam artigos para maçons, como ornamentos com símbolos maçônicos para vestimenta, e outras aproveitavam para vender partituras de piano com temas maçônicos.¹⁴²

ANNUNCIOS

A Maçonaria e os Jesuítas
Nova e lindíssima QUADRILHA para piano.
N. 1 Ataque dos Jesuítas à Maçonaria.
N. 2 O irmão terrível brada as Armas.
N. 3 Toque de Rebate nas columnas.
N. 4 Grande Batalha Maçônico-Jesuitica.
N. 5 A Maçonaria supplanta o Jesuitismo.
Preço de cada exemplar com 5 numeros 1\$500.
A' venda na loja de musica e perfumarias de
H. Luiz Levy, N. 34 rua da Imperatriz.
A' mesma casa chegou novamente :
FEITICEIRA, polka brilhante ao Club Aca-
demico.
A Virgem do Cemiterio, valsa terna. 4-1

Agradecimento
O abaixo assignado vem por este meio agra-
decer ao publico desta cidade o trato franco e
sincero que sempre recebeu durante o tempo

Fonte: *Correio Paulistano*, Annuncios, 7 de maio de

1873

Na *Gazeta de Campinas*, havia um anúncio da loja do Barateiro: “Chegaram á rua do Commercio nº59 INSIGNIAS MAÇONICAS dos gr.º. 3.º. e 18.º., ricamente

¹⁴² “A Maçonaria e os Jesuítas

Nova e lindíssima QUADRILHA para piano.

N.1 Ataque dos Jesuítas à Maçonaria.

N.2 O irmão terrível brada as armas.

N.3 Toque de Rebate nas columnas.

N.4 Grande Batalha Maçônico-Jesuitica.

N.5 A Maçonaria supplanta o Jesuitismo.

Preço de cada exemplar com 5 numeros 1\$500.

Á venda na loja de musica e perfumarias de H. Luiz Levy, n.34 rua da Imperatriz.

Á mesma casa chegou novamente:

FEITICEIRA, polka brilhante ao *Club Acadêmico*.

A Virgem do Cemitério, valsa terna.”

bordadas, as quaes se vendem muito barato.”¹⁴³ Essa questão da utilização dos jornais para anunciar produtos para os maçons era mais uma prova de que a sociedade conhecia e tolerava o funcionamento das lojas maçônicas, sendo algo muito presente em seu cotidiano.

A questão da “abertura” da Maçonaria nesse período foi citada por Barata, quando reproduziu um trecho de um boletim maçônico produzido no contexto da Questão Religiosa que afirmava

A Maçonaria brasileira, conquanto conserve o uso de cerimônias, símbolos, ornatos, sinais, fórmulas e abreviaturas das seitas maçônicas antigas – está bem longe de ser uma sociedade secreta, pois que os livros, de que se serve, andam expostos a compra de quem quer que os procure nas livrarias; são anunciadas pela imprensa as suas sessões e os fins principais de suas festividades; acrescentando que nenhum de seus iniciados já foi coagido a abjurar da religião e das leis que vigoram no Estado.¹⁴⁴

2.2 A propaganda maçônica e a educação

Analisando os campos de atuação da Maçonaria, percebe-se que a educação era um dos meios da Maçonaria divulgar as suas idéias e influenciar a formação das pessoas. Defensora de um ideal de progresso (ver capítulo 1), pretendia difundir as “Luzes”, apontando que o caminho para alcançar a liberdade e o progresso era difundir a educação.

É instruindo as massas que se habilita a conhecerem a importância de seus direitos. Uma população de analfabetos é uma recua de escravos; e não merece o nome de nação.¹⁴⁵

A educação para a Maçonaria paulista ocupava um lugar central na mudança política que se pretendia articular, para os maçons era preciso formar cidadãos esclarecidos, levar a Luz do conhecimento para a população analfabeta, e assim combater o obscurantismo, a ignorância, que eram representadas pela situação política do império, com a excessiva centralização defendida pela Igreja católica.

Barata quando descreveu as esferas de atuação da Maçonaria no Brasil destacou que a construção de uma ampla rede de escolas primárias e de bibliotecas poderia ser

¹⁴³ gr. . (grau). *Gazeta de Campinas*, Annuncios, 14 de agosto de 1873. Repete dia 21, 28 de agosto, 4, 14, 21, 25 de setembro e 5 de outubro.

¹⁴⁴ BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras: a ação da Maçonaria Brasileira (1870 – 1910)*. Op cit., p.93-4.

¹⁴⁵ *Correio Paulistano*, “Noticiário”, 27 de setembro de 1870

considerada o instrumento mais sólido utilizado pela Maçonaria para a divulgação das suas idéias.

A criação de escolas e de aulas noturnas para os filhos de maçons e para as camadas populares procurava fortalecer uma identificação das lojas maçônicas como herdeiras das “Luzes”, libertadoras da consciência dos homens e fiéis escudeiras no combate às “Trevas”, representadas pelo fanatismo da Igreja Católica.¹⁴⁶

Para Barata a discussão maçônica acerca da difusão da educação no Brasil tinha um forte caráter anticlerical. “Assim, a Maçonaria e Igreja disputavam no mesmo espaço: a formação das mentes.”¹⁴⁷ Eliane Colussi analisando a Maçonaria gaúcha no século XIX, também destacou a estratégia maçônica no campo da educação. “Ao lado da atuação na imprensa, nos meios culturais e na beneficência, o campo educacional foi uma das preocupações da maçonaria e que se tornou um instrumento da sua luta anticlerical.”¹⁴⁸

Carmem Sylvia Vidigal Moraes também descreveu a relação entre a Maçonaria e a educação no artigo “A maçonaria republicana e a educação: um projeto para a conformação da cidadania”, e concluiu que

A grande campanha pela instrução do povo foi deflagrada na Província de São Paulo pela maçonaria republicana e, posteriormente, pelos clubes republicanos. As Lojas Maçônicas foram as primeiras a criar, na Província, escolas ou aulas noturnas para a alfabetização de adultos, trabalhadores livres ou escravos.¹⁴⁹

Barata citou que havia uma escola maçônica no Rio de Janeiro desde 1872, mas, por meio da leitura dos jornais paulistas pode-se comprovar que as escolas maçônicas paulistas é que foram as pioneiras, sendo que já havia uma escola noturna mantida pela Loja América desde abril de 1869, conforme as notícias analisadas abaixo.

A Loja América foi pioneira na fundação de escolas noturnas populares, seu exemplo foi amplamente citado e exaustivamente aplaudido pelo *Correio Paulistano*, que dedicou vários números da sua publicação à criação de novas escolas mantidas pela

¹⁴⁶ BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras: a ação da Maçonaria Brasileira (1870 – 1910)*. Op cit., p.138-9.

¹⁴⁷ BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras: a ação da Maçonaria Brasileira (1870 – 1910)*. Op cit., p.141.

¹⁴⁸ COLUSSI, Eliane Lucia. Op cit., p.436.

¹⁴⁹ MORAES, Carmen Sylvia Vidigal, “A maçonaria republicana e a educação: um projeto para a conformação da cidadania”, in: SOUSA, Cynthia Pereira de (org). *História da educação: processos, práticas e saberes*. São Paulo: Escrituras Editora, 1998, pp.5-26. Esse artigo faz parte da sua pesquisa de Mestrado na área de Educação, portanto, a sua grande preocupação é analisar currículos escolares e não discutir a sociedade maçônica.

Maçonaria.¹⁵⁰ A Loja América fundou uma escola noturna e depois uma diurna. O *Correio Paulistano* publicou uma matéria detalhada sobre sua fundação e fez a quantificação dos alunos matriculados:

O sr. Secretario da loja maçonica America, estabelecida nesta capital, confiou-nos os livros de matrículas das duas aulas – uma nocturna e outra diurna – creadas e mantidas pela mencionada loja, dos quaes extrahimos o seguinte resumo:

Eschola nocturna – matricularam-se 252 alumnos, a saber: livres, 217; escravos 35. São: solteiros 231; viúvos 2; casados 16; de 5 à 10 annos 36; de 10 à 20, 132; de 20 à 30, 55; de 30 à 40, 16; de 40 à 70, 13. Brasileiros 222; portuguezes 18; africanos 5; allemães 3; suisso 1; hespanhol 1; italiano 1; militares 6; alfaiates 25; sapateiros 10; pedreiros 13; carpinteiros 20; marceneiros 10; charuteiros 3; padeiros 4; confeiteiro 1; commerciantes 4; correieiros 5; chapeleiros 4; ourives 1; carroceiros 5; caixeiros 3; marchante 1; agentes 2; cocheiros 4; ferreiros 8; barbeiro 1; canteiro 1; cosinheiros 2; oleiros 2; typographo 1; pintores 3; serralheiro 1; lavradores 2; funileiro 1; credaos 88; sem officio 21. Os indivíduos notados sob designação – sem officio – são menores.

Eschola diurna – para menores de ambos os sexos. Matricularam-se 39 alumnos, sendo: do sexo masculino, 20. Destes são escravos 2, estrangeiros 2, brasileiros 18. Do sexo feminino 19, sendo estrangeiras 2, escrava 1, brasileiras 17.

A aula nocturna foi aberta a 22 de abril do anno passado: funciona à rua municipal, casa nº53, das 6 às 8 horas.

Os escravos somente são admittidos apresentando autorisação escripta de seus senhores¹⁵¹; e os menores com autorisação dos paes, tutores, etc.

A aula diurna foi aberta a 15 de junho do mesmo anno, e funciona das 8 horas ao meio dia.

São professores da primeira – os senhores: Antonio José Cardoso, Henrique Antonio Barnabé Vicent, Vicente Rodrigues da Silva, Luiz Gonzaga Pinto da Gama. É professora da segunda a senhora, D.Guilhermina de Santa Anna Junker.

A eschola diurna funciona à rua 25 de março. Nestes estabelecimentos, além de ensino gratuito, é fornecido aos alumnos todo o material do ensino.¹⁵²

A partir dos dados citados na notícia, pode-se constatar que era permitida a matrícula de escravos, desde que apresentassem a autorização de seus respectivos senhores, – a questão da presença de escravos será analisada no item 2.3 – outro aspecto

¹⁵⁰ Uma transcrição do *Correio Nacional*, publicada no *Correio Paulistano*, discutiu a instrução pública e perguntou quem iniciou essa prática “(...) quem estabeleceu a primeira pedra deste gigantesco edificio? Foi um punhado de homens desconhecidos, que viviam ignorados na capital da rica e esperançosa província de S.Paulo, foi, enfim, a Loja América. (...) Esse punhado de homens, apesar das dificuldades (...) sobretudo das perseguições que a gente da *ordem* e da soberania divina dos reis lhes apresentava (...)”. *Correio Paulistano*, “Transcrição”, 22 de abril de 1870

¹⁵¹ O fato de ser necessário que o escravo, para freqüentar as aulas, precisava apresentar autorização do seu senhor evidencia que o princípio da propriedade era respeitado.

¹⁵² *Correio Paulistano*, “Noticiário”, 3 de abril de 1870

importante é que a ocupação profissional dos alunos era caracterizada pelas classes populares, indicando que o público alvo da escola mantida pela loja eram as camadas populares. O público alvo das escolas maçônicas era diferente do público das escolas mantidas pela Igreja católica, estas eram dedicadas ao ensino da elite, enquanto aquelas se preocupavam em formar mão-de-obra mais qualificada.

A Loja América deu prosseguimento ao seu projeto de difusão do conhecimento, em 1º de junho de 1871 noticiou a criação de uma Biblioteca Popular por ela mantida. A notícia exaltava essa iniciativa, “A Loj.ª. America, a incansável propugnadora da instrução popular” que já fundara escolas, agora criava uma biblioteca pública que, segundo o jornal, era uma necessidade numa “cidade civilizada”.¹⁵³ Segundo a opinião do jornal, o pensamento da Loja América, era uma semente que poderia ser transplantada, sua iniciativa era um grande impulso para a instrução popular.¹⁵⁴

A loja criou uma comissão para arrecadar livros, e o próprio escritório do *Correio Paulistano* recebia donativos para a Biblioteca Popular que estava sendo organizada, sendo que todos os “bons cidadãos” deveriam contribuir. O jornal passou a publicar os nomes dos doadores e dos livros doados para essa biblioteca, a exemplo da notícia que segue, muitas outras foram publicadas: “O sr. Dr. Belizerio Francisco Caldas enviou á bibliotheca 29 volumes. É o segundo presente de livros que faz o dr. Caldas ao estabelecimento.”¹⁵⁵

Havia uma função social na doação dos livros e na publicação desse ato, o livro nesse período era considerado um artigo de luxo, a elite era quem tinha maior acesso aos livros¹⁵⁶. Era a mesma elite que fazia essas doações que se filiava à Maçonaria, essa sociedade ao longo de sua história possuía um caráter elitista.

¹⁵³ *Correio Paulistano*, “Noticiario”, 1º de junho de 1871

¹⁵⁴ *Correio Paulistano*, “Noticiario”, 6 de junho de 1871. Além da criação de escolas e da biblioteca, a Loja América utilizou outro meio para difundir a instrução popular, criou Preleções Populares, convidando a população em geral para participar. “Por deliberação dos operários da Loj.ª. America vão ser abertas prelecções populares no recinto d’aquella Officina, mas em reuniões absolutamente despidas do character maçónico, feitas de modo a poderem ser assistidas por profanos.”, poderiam participar as senhoras e as primeiras preleções seriam feitas pelo “operário da America”, o sr. Oliveira Bello. *Correio Paulistano*, “Noticiario Geral”, 11 de maio de 1872

¹⁵⁵ *Correio Paulistano*, “Noticiario Geral”, 28 de março de 1872.

As notícias de donativos foram freqüentes e seguiam a mesma forma, dando o nome do benfeitor e a doação feita: O sr. Manoel Jacyntho Botelho ofereceu a escola nocturna da Loja America 30 e tantos volumes. O sr. Joaquim Gaspar dos Santos Pereira ofereceu 132 folhetos. O sr. João Fernandes da Silva Jr. ofereceu uma pequena quantia para auxilio da Bibliotheca popular. O sr. Pedro Marret ofereceu 5 volumes à biblioteca. *Correio Paulistano*, “Noticiario Geral”, 17 de maio de 1872

¹⁵⁶ Ver: ABREU, Márcia (org.). *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas, Mercado das Letras; São Paulo, Fapesp, 1999.

Muitos políticos faziam doações à biblioteca da Loja América, por diversas vezes foi informado que foram enviados documentos oficiais como o último relatório do ministério da guerra e o último relatório do tesouro provincial;¹⁵⁷ que o ministro da agricultura, José Fernandes da Costa Pereira, enviou um caixote de livros com mais de 30 volumes, contendo relatórios e diversas publicações sobre agricultura, indústria, exposições, mapas.¹⁵⁸ João Theodoro, presidente da província, enviou a biblioteca exemplares litografados dos quadros de Pedro Américo.¹⁵⁹

Além das notícias publicadas nos jornais, no Livro de Atas da Loja América¹⁶⁰ também se encontram referências à escola popular mantida pela loja. A primeira referência apareceu na sessão de 9 de setembro de 1874, na qual o cidadão Dr. Leôncio de Carvalho¹⁶¹ ofereceu para a escola noturna 50 exemplares dos Apontamentos de Geografia e Cosmografia.¹⁶² Outras doações apareceram, como a que o irmão José Antonio do Amaral comunicou que o cidadão Chamberlain ofereceu a escola 7 livros de Testamentos ou Evangelhos.¹⁶³

A leitura das Atas da Loja América permitiu a constatação do envolvimento da loja em todas as questões referentes a essa escola noturna. Na sessão de 13 de dezembro de 1874, o irmão José Luiz Flaquer pediu a nomeação de uma comissão para servir de examinadores dos alunos da escola noturna da loja; ficou nomeada a comissão composta pelos irmãos Américo de Campos, Antonio Ferreira de Almeida, José Antonio do Amaral. O mesmo irmão Flaquer, em outra sessão, pediu para residir em um pequeno quarto que existia junto à escola e que não tinha utilidade, e foi concedida a permissão.¹⁶⁴ Um outro pedido foi que se estabelecesse feriado na escola noturna as quintas-feiras, porque esse era o dia em que a loja se reunia.¹⁶⁵

¹⁵⁷ *Correio Paulistano*, Noticiário, 27 de abril de 1873

¹⁵⁸ “Prova com isto o sr. Costa Pereira, que apesar de ministro não perdeu a memória, nem esqueceu os antigos conhecidos.” *Correio Paulistano*, Noticiário, 4 de abril de 1873.

¹⁵⁹ *Correio Paulistano*, Noticiário, 6 de junho de 1873

¹⁶⁰ Como fonte para desenvolver a presente pesquisa utilizou-se também o Livro de Atas da Loja América, que está disposto em dois volumes. O primeiro inicia em 26 de agosto de 1874 e termina em 19 de julho de 1881, e o segundo inicia em 4 de maio de 1886 e termina em 9 de maio de 1890. Infelizmente as atas de 1868 até agosto de 1874 não foram conservadas, assim como as do período de julho de 1881 a maio de 1886; uma das possíveis causas para o desaparecimento dessas atas foram as diversas mudanças de sede da Loja América.

¹⁶¹ Nas atas Leôncio de Carvalho é tratado como “cidadão” e não Irmão, assim sendo não foi possível constatar se havia sido iniciado na Maçonaria.

¹⁶² Loja América, “Livro de Atas”, São Paulo, 9 de setembro de 1874.

¹⁶³ Loja América, “Livro de Atas”, São Paulo, 21 de outubro de 1874.

¹⁶⁴ Loja América, “Livro de Atas”, São Paulo, 28 de janeiro de 1875.

¹⁶⁵ Loja América, “Livro de Atas”, São Paulo, 3 de dezembro de 1874.

Nas Atas da Loja América, também há anotações de despesas da escola noturna feita pelo irmão José Antonio do Amaral, que informou que para o trimestre de 1874 os gastos foram de 25 mil réis, e foi autorizado ao tesoureiro fazer o pagamento. Na mesma sessão houve a consulta sobre o pagamento da gratificação ao irmão professor da escola noturna, ficou autorizado o pagamento.¹⁶⁶

O exemplo da Loja América foi seguido por outras lojas da capital como a Loja Sete de Setembro que também fundou uma escola popular em 1869, a notícia publicada afirmava que

Consta-nos que a Loj.ª Maçonica Sete de Setembro fundou ou pelo menos deu maior desenvolvimento a uma escola gratuita para meninas, estabelecida a expensas da Loj.ª nesta capital, na rua de S. Gonsalo. Já conta a escola 32 meninas, ao que nos referiram. É digno de louvor o esforço com que trabalham em tal sentido algumas officinas maçônicas desta capital.¹⁶⁷

Alguns meses depois foram publicadas novas notícias sobre o desenvolvimento dessa escola mantida pela Loja Sete de Setembro, sendo as alunas matriculadas 60 e freqüentes 45; e confirmou que entre as alunas existiam crianças escravas. A notícia criticou a situação educacional do império e lembrou que essa iniciativa partiu da Loja América, que mantinha na capital duas escolas gratuitas.

De nossa parte, trazendo a publico este facto, saudamos cordialmente aos obreiros da humanitária officina Sete de Setembro, que tão galhardamente sabe cumprir os nobres e grandiosos deveres que a civilização empoe a todos quantos compenetraram-se do misero estado de aviltamento e ignorancia em que jazem os rebanhos da Corôa brasileira.¹⁶⁸

Outras lojas maçônicas da província paulista passaram a instalar escolas e bibliotecas populares, o *Correio Paulistano* publicou uma notícia de Iguape

A 9 do corrente começa a funcionar nesta cidade a escola nocturna de primeiras letras do sexo masculino creada e mantida a expensas da Loj.ª M.ª Frater.ª 2ª.ª. (...) A escola é dirigida por membros da mesma Loj.ª.¹⁶⁹

Com o título de “Mais escola nocturna”, o *Correio Paulistano* noticiou que em São José dos Campos fora criada uma escola noturna com o nome América, em homenagem a Loja América. A escola era gratuita, e sustentada por alguns homens

¹⁶⁶ Loja América, “Livro de Atas”, São Paulo, 11 de novembro de 1874. Não foi possível identificar pela leitura das Atas quem era o irmão Professor, mas acredita-se que neste período era José Luiz Flaquer.

¹⁶⁷ *Correio Paulistano*, “Noticiario”, 11 de setembro de 1870.

¹⁶⁸ *Correio Paulistano*, Noticiario, 10 de fevereiro de 1871

¹⁶⁹ *Correio Paulistano*, “Noticiario”, 28 de maio de 1871. Notícia cifrada: Loj.ª – Loja; M.ª – Maçonica; Frater.ª – Fraternidade; 2ª.ª – Segunda.

desta localidade; acrescentou ainda que seria criada uma loja maçônica, sob os auspícios da Loja América.¹⁷⁰ Em outra notícia informaram a criação de um gabinete de leitura anexo à escola, e o *Correio Paulistano* se comprometeu em mandar seus exemplares para o gabinete de leitura que seria inaugurado.¹⁷¹

De Porto Feliz deram a notícia de que estava sendo organizado um Gabinete de Leitura, tendo a sua frente o estudante de medicina Cezário Nazianzeno Junior.¹⁷² Sobre Rio Claro, o *Correio Paulistano* transcreveu a carta que Campos Salles publicou na *Gazeta de Campinas*, afirmando que ali a fundação de escolas noturnas era um progresso para a educação e que a sua fundação se deveria exclusivamente à Loja Fraternidade 3, ressaltando o papel de Silveira da Motta nesta fundação.¹⁷³ Sobre a criação de uma escola noturna em Areias noticiaram que

A Loja – Fraternidade Areense – situada no Valle da cidade de Arêas, ha muito installada e dirigida pelo tenente Joaquim Marianno da Rosa, acaba de crear uma aula nocturna na villa de S. José dos Barreiros a favor da pobreza desvalida.¹⁷⁴

Em Itapetininga foi instalada pela Loja Firmeza uma sociedade com o título Sociedade Propagadora da Instrução.¹⁷⁵ A Sociedade tinha por fim criar escolas primárias e secundárias, imprensa e aquisição de livros para a biblioteca já existente.¹⁷⁶ Em outra notícia conta que já estava aberta uma escola noturna com 48 alunos; sendo o professor Pedro de Azevedo Marques; e que a biblioteca todos os dias aumentava seu

¹⁷⁰ No final dessa notícia, em tom irônico, uma provocação à posição dos católicos que consideravam a Maçonaria subversiva: “É mais um foco de conspiradores perigosos, que porão em risco as instituições pátrias, se de prompto não for augmentado o corpo policial.”, deixando implícito que para estes a Maçonaria devia ser combatida. *Correio Paulistano*, “Noticiario”, 28 de fevereiro de 1871.

¹⁷¹ *Correio Paulistano*, “Noticiario Geral”, 9 de abril de 1872

¹⁷² A comissão diretora é formada por: A. de Toledo Piza e Almeida, diretor do novo colégio aberto naquela cidade, J. Vieira de Almeida Junior, e padre Ilidoro Rodrigues, novo vigário da paróquia. “Dando esta notícia, felicitamos aos iniciadores da instituição, que representa um notável serviço às letras, à instrução popular, e por tanto à prosperidade social. Os fantores de taes obras, modestos embora, são verdadeiros apóstolos do progresso e beneméritos da pátria.” *Correio Paulistano*, Noticiario, 24 de maio de 1873

¹⁷³ Informava ainda que Joaquim de Paula Souza, um “assiduo cooperador dos princípios que tendem a elevar o povo à sua maior e mais legítima soberania”, contribuiu com uma quantia de dinheiro para ser aplicada na escola noturna, sendo que outro fazendeiro também teria dado grande quantia de dinheiro. Segundo as informações de Campos Sales a aula fora fundada em 24 de junho de 1869, e tinha 59 alunos matriculados, sendo 41 brasileiros, 11 alemães, 2 portugueses, 1 italiano e 1 belga, com idade entre 7 e 39 anos. *Correio Paulistano*, “Transcrição”, 15 de janeiro de 1870.

¹⁷⁴ *Correio Paulistano*, Noticiário, 29 de janeiro de 1873

¹⁷⁵ No final da notícia cita “um voto de gratidão, aos serviços prestados á instrucção publica neste município, pelo dr. Venâncio Ayres.” *Correio Paulistano*, “Noticiario”, 1 de março de 1873.

¹⁷⁶ “É preciso que o cidadão comece a interferir nos negócios públicos, naquillo que lhe for permitido, para que não seja uma surpresa aquella intervenção, quando chegar o dia, que não está longe, do governo da nação pela nação. (...) Tratemos, associando-nos, da educação de nossos filhos; e elles serão livres amanhã.” *Correio Paulistano*, Noticiario, 17 de março de 1873.

catálogo.¹⁷⁷ Uma semana depois, mais uma notícia de que a Sociedade Propagadora de Instrução conseguiu a fundação de mais uma escola de ensino secundário.¹⁷⁸

De Sorocaba, que também possuía uma Maçonaria bastante atuante, apareceu a notícia de que Loja Perseverança 3ª sustentava há mais de um ano uma escola noturna freqüentada por 36 alunos efetivos. A notícia apresentou também dados sobre esta loja, que era composta por mais de 80 irmãos e, que além de atuar no campo da educação, estava dando quotas para alforrias de adultos e socorro a desvalidos.¹⁷⁹ Alguns anos depois o *Correio Paulistano* noticiou que foram aprovados os estatutos para a criação de um Gabinete de Leitura em Sorocaba.¹⁸⁰ E, em 18 de janeiro de 1873, publicou a notícia da celebração do aniversário do Gabinete de Leitura Sorocabano, constando como presidente Ubaldino do Amaral Fontoura.¹⁸¹

As notícias publicadas sobre Franca agitaram os debates sobre a liberdade de ensino. Uma das notícias contou que “uma alma nobre”, admirando a “patriótica iniciativa” da Loja América de criar escolas noturnas, gratuitas e populares, propôs à Loja América que abrisse uma escola noturna em Franca, pedindo que esta arcasse com as despesas. A loja aceitou, pois esta era “a mais fecunda obra do século”, o “apostolado a,b,c”. O problema foi que a criação dessa escola noturna em Franca gerou uma grande polêmica com o vigário daquela freguesia. O padre Candido Martins da Silveira Rosa, vigário de Franca, marcou um terço para a mesma data e horário da abertura da escola, fez discursos para que as pessoas não fossem àquela solenidade, e “com a voz estridente e tremula pintou ao povo com as mais terríveis cores a Maçonaria.”¹⁸²

O *Correio Paulistano* publicou, durante meses, notícias referentes a essa polêmica. Como a Maçonaria era, naquele período, permitida pelo governo houve o apelo junto ao presidente de província para que este intercedesse em favor da escola. O professor de Franca, Antonio Joaquim Martins da Cunha, publicou uma circular

¹⁷⁷ *Correio Paulistano*, Secção particular, 23 de março de 1873

¹⁷⁸ *Correio Paulistano*, Noticiário, 30 de março de 1873

¹⁷⁹ *Correio Paulistano*, “Noticiário”, 12 de novembro de 1870. Outra notícia que também se refere a essa escola informa que nela matricularam-se desde 7 de setembro de 1869 até 20 de julho de 1870: 117 alunos, saíram 65, ficaram 52, sendo freqüentes 35. Aponta que dos que saíram foi pelos boatos de que a escola era protestante, mas não havia propaganda religiosa nenhuma, também afirmava que “A off. Perseverança III dá aos alumnos: mestre, livros, papel, pennas, lápis, etc”, *Correio Paulistano*, “Noticiário”, 4 de agosto de 1870.

¹⁸⁰ *Correio Paulistano*, “Noticiário Geral”, 4 de abril de 1872

¹⁸¹ Como vice-presidente João Feliciano da Costa Ferreira, tesoureiro José Teixeira Cavalleiro, 1º secretário reeleito dr. Antonio José Ferreira Braga, 2º secretário João Lycio Gomes e Silva. Concedeu o título de presidente honorário ao ex-presidente Luiz Matheus Maylasky e de sócios honorários a capitão Cabral e Joaquim Pereira de Castro e Vasconcellos. *Correio Paulistano*, Noticiário, 18 de janeiro de 1873.

¹⁸² *Correio Paulistano*, editorial, 23 de outubro de 1870

anunciando que reabria a escola noturna, mediante autorização do presidente da província, e pedindo que se mandasse alguém para ver o que ensinava, se era o A,B,C ou matérias “contra a religião do Estado”.¹⁸³

Depois da polêmica com o vigário de Franca, o *Correio Paulistano* se empenhou em noticiar quando algum membro da Igreja católica agia no sentido de incentivar a educação, sendo este um exemplo que deveria ser seguido. Na notícia sobre a escola noturna criada em Espírito Santo do Pinhal, o vigário local, Francisco Candido Corrêa, reuniu em sua casa grande número de amigos e propôs a criação de uma aula noturna, e que esta “deve trabalhar sob os auspícios da Loja America.” O jornal se referiu ao vigário como “O digno sacerdote, verdadeiro obreiro do progresso”. No final da notícia havia a comparação do comportamento dos dois vigários, e a saudação à atitude do vigário do Espírito Santo do Pinhal, “Ainda bem! Se ha um Candido Rosa na Franca, um D. Lacerda na corte, ha também um padre Francisco Corrêa nesta diocese, para perpetuo desengano desse malfadado obscurantismo jesuítico.”¹⁸⁴

O exemplo da Loja América foi seguido não somente por lojas paulistas, mas também por lojas de outras províncias, como a do Paraná:

Registramos com summo prazer as linhas seguintes, que deparamos no *Commercio* do Paraná, de 25 do passado, relativas à fundação de uma escola nocturna em Antonina, província do Paraná.

A idéia generosa e civilisadora iniciada pela Aug.ª. Loj.ª. America, e adoptada por tantas outras do império, não podia deixar de fructificar no Paraná. Assim é que a Loj.ª. Estrella de Antonina inspirando-se em iguaes sentimentos, acaba de fundar na cidade do mesmo nome uma escola nocturna para o ensino gratuito de adultos do sexo masculino, contando já em tão pouco tempo o avultado numero de 22 alumnos!

Saudamos aos dedicados membros de tão respeitável officina, enviando-lhes um fraternal abraço.¹⁸⁵

A partir do artigo de Carmen Moraes, constatou-se que em 1874 foram criadas escolas pela Loja União e Fraternidade, de Mogi-Mirim; no mesmo ano a Loja Independência, de Campinas, criou uma para atender homens livres e escravos, em 1880 a Maçonaria de Campinas abriu mais uma escola; em 1874 a Loja Cruz d’Oeste, de

¹⁸³ *Correio Paulistano*, “A Pedido”, 1 de fevereiro de 1871

¹⁸⁴ *Correio Paulistano*, “Noticiario Geral”, 18 de maio de 1872

¹⁸⁵ *Correio Paulistano*, “Noticiario”, 17 de março de 1870. No *Correio Paulistano* de 14 de março de 1871, na seção do “Noticiario” havia outra informação sobre o ensino no Paraná, com o título “A semente voa”, uma carta do sr. Joaquim Vicente de Paula Montepoliciano ao sr. Secretário da Loja América, ele é da vila de Palmeiras, no Paraná, pedia a aprovação da Loja América, porque auxiliado pelo conselheiro Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá e o sr. Hypolito Alves de Araújo, ambos maçons, abriram uma escola noturna; recebeu os elogios do redator.

Araraquara, fundou uma para trabalhadores livres e escravos; as Lojas Regeneradora, de Tatuí, e Constância, de Sorocaba, sustentavam aulas noturnas para alfabetização de crianças e adultos; a Loja Fraternidade, de Taubaté, criou uma Biblioteca Pública Popular com 800 obras; o Club Republicano de Itu influenciado pelos maçons daquela localidade manteve uma escola noturna.¹⁸⁶

Os maçons de Campinas também estavam preocupados com a difusão da educação e se envolveram direta ou indiretamente para alcançar este objetivo, um exemplo é a composição da diretoria da *Sociedade Propagadora de Instrução*, tendo a sua frente Francisco Quirino dos Santos e Francisco Glicério, membros da Loja Independência.¹⁸⁷

A *Gazeta de Campinas*, também noticiou que a Loja Fidelidade, de Campinas, tratou de fundar uma escola para ensino popular, o anúncio dizia que:

A aula de ensino primário gratuito, para os pobres, sob os auspícios da loja maçônica Fidelidade, abriu-se-ha, nesta cidade, em lugar que será com antecedência designado, no dia 9 de janeiro de 1873.

As pessoas que a quizerem freqüentar dirigir-se-hão, para a competente matricula, ao venerável da mesma Loja, dr. Balthazar da Silva Carneiro, ou ao thesoureiro João Proost Rodovalho.

Aos discípulos pobres, fornece a mesma Loja, papel, pennas, tinta e compêndios gratuitamente. O secretario adjunto, Antonio Rodrigues dos Santos.¹⁸⁸

Além das discussões já apontadas, é preciso fazer referência a mais duas: a ligação entre a Maçonaria paulista, principalmente entre a Loja América e o Liceu de Artes e Ofícios; e a relação com a Bucha da Faculdade de Direito.

Uma das principais instituições de educação na década de 1870 e 1880 foi a Sociedade Propagadora da Instrução Popular que deu origem, em 1883, ao Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. Carmen Moraes, ao analisar essa instituição, constatou semelhanças com as escolas maçônicas, como a proposta de oferecer cursos noturnos e gratuitos, e afirmou que:

[...] a escola foi ‘amparada largamente pela Loja América’ que, entre outros auxílios, doou-lhe a própria Biblioteca, o que pode ser considerada uma

¹⁸⁶ MORAES, Carmen Sylvia Vidigal, “A maçonaria republicana e a educação: um projeto para a conformação da cidadania”, in: *Op cit.*, p.11-12.

¹⁸⁷ ANANIAS, Mauricéia. *Propostas de educação popular em Campinas: “As aulas noturnas”*. Cadernos Cedex, ano XX, nº 51, novembro/2000.

¹⁸⁸ *Gazeta de Campinas*, “Annuncios”, 29 de dezembro de 1872

evidência da identidade de propósitos dessa iniciativa com os da Maçonaria.¹⁸⁹

Brasil Bandecchi, em *A bucha, a maçonaria e o espírito liberal*, também apontou a existência de uma relação entre a Loja América e o Liceu de Artes e Ofícios, e acrescentou a essa relação a *Burschenschaft* - mais conhecida como Bucha, uma sociedade secreta dos estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo. Para o autor, a Bucha que fora fundada em 1831,

A Burschenschaft tem muita semelhança com a Maçonaria. Sua organização é diferente, embora ambas sejam secretas, filantrópicas e liberais. Pode-se dizer que é a maçonaria das faculdades.¹⁹⁰

A Bucha tinha objetivos filantrópicos, como o pagamento da mensalidade de estudantes carentes, e com a ascensão do movimento republicano, também políticos ao propagar idéias republicanas e abolicionistas. Os membros da Bucha eram escolhidos entre os acadêmicos que revelassem firmeza de caráter, espírito filantrópico, amor à liberdade e aos estudos.¹⁹¹

Por não ser o foco central da pesquisa, não foi possível analisar a fundo essas relações, mas é possível afirmar que o envolvimento de maçons na Bucha e no Liceu de Artes e Ofícios foi uma realidade.¹⁹² O Liceu de Artes e Ofícios, teve a iniciativa de Leôncio de Carvalho, e a sessão de fundação se realizou sob presidência do Conselheiro Martim Francisco Ribeiro de Andrada, membro da Loja Piratininga. Bandecchi também afirmou que o Liceu foi muito amparado pela Loja América e, em uma nota de rodapé deixa um questionamento no ar:

Teria este auxílio maçônico alguma relação com o uso do Liceu de Artes e Ofícios para reuniões da Bucha, levando-se em consideração que a maioria dos bucheiros passou para a Maçonaria?¹⁹³

¹⁸⁹ MORAES, Carmen Sylvia Vidigal, “A maçonaria republicana e a educação: um projeto para a conformação da cidadania”, in: *Op cit.*, p.15.

¹⁹⁰ BANDECCHI, Brasil. *A bucha, a maçonaria e o espírito liberal*. São Paulo: Livraria Teixeira, 1978, p.96.

¹⁹¹ Ver: BANDECCHI, Brasil. *Op cit.*, p.93

¹⁹² Bandecchi Citou uma lista grande de elementos da Bucha que foram também maçons, dentre eles Joaquim Nabuco pertenceu à Bucha e foi iniciado na loja América em 1º de dezembro de 1868; Prudente de Moraes, fundador da Benemérita Loja de Piracicaba, em 24 de novembro de 1875; Américo Brasiliense, Venerável da Loja América entre 1870 e 1871; Bernardino de Campos, fundador da Loja Trabalho, de Amparo, em 18 de agosto de 1872; Campos Sales iniciado na Loja Independência, de Campinas; Ubaldino do Amaral, membro da Loja Firmeza, de Itapetininga, também foi filiado a Loja Constância III, de Sorocaba; Rangel Pestana, membro das lojas Sete de Setembro e América (orador); Américo de Campos, um dos fundadores da América; Quirino dos Santos, iniciado na Loja Independência, de Campinas; Antonio Bento, Loja Piratininga; Francisco Glicério, da Independência, de Campinas, e Grão Mestre adjunto do Grande Oriente do Brasil. BANDECCHI, Brasil. *Op cit* p.134.

¹⁹³ BANDECCHI, Brasil. *Op cit.*, p.98.

Carmen Moraes, na sua Dissertação de Mestrado com publicação intitulada *O ideário republicano e a educação*, analisou a criação do colégio Culto à Ciência de Campinas e concluiu a relação dos seus fundadores com a Maçonaria de Campinas. Esse colégio foi criado em 1869, por uma sociedade composta por fazendeiros, comerciantes, militares e intelectuais que se afirmavam positivistas, maçons e republicanos.¹⁹⁴

A fundação dessas escolas mantidas pela Maçonaria se dava em meio à discussão sobre a obrigatoriedade do ensino. O *Correio Paulistano* assumia a defesa tanto da obrigatoriedade como da secularização do ensino por considerá-lo a “base indispensável da liberdade civil e política.”¹⁹⁵ O jornal publicou várias notícias sobre a situação do ensino em países da Europa, buscando incentivar reformas do mesmo caráter no Brasil. Publicou muitos textos estrangeiros cujo tema era o ensino obrigatório e a liberdade religiosa de ensino. Em janeiro de 1873, por exemplo, publicou um texto sobre educação primária obrigatória por George Lafargue, “O mal e o remédio”.¹⁹⁶

A *Gazeta de Campinas* defendia a mesma posição e também publicou notícias sobre esses países. O editorial de 18 de setembro de 1873 discutiu o ensino obrigatório ao transcrever do livro publicado em Lisboa, *A Instrução Nacional*, ao estabelecer uma comparação com o Brasil, apontou que país aderiu a necessidade da educação pública, e muito dessa iniciativa se devia a particulares, pois os poderes públicos pouco haviam feito. Havia uma crítica implícita de que o governo não estava cumprindo seu papel, e a Maçonaria foi citada como uma das responsáveis pelos esforços para o desenvolvimento da educação.¹⁹⁷

Com o título “As boas idéas germinam” o *Correio Paulistano* publicou um trabalho da Memória Histórica da Academia de São Paulo, do ano de 1871, de autoria de Leôncio de Carvalho, contendo reflexões sobre a reforma do ensino acadêmico. Leôncio defendia o ensino livre, a mudança para que se concedesse a qualquer cidadão o direito de abrir cursos, a incompatibilidade do magistério oficial com cargos políticos, libertando o magistério da influência de interesses partidários.¹⁹⁸

¹⁹⁴ Ver: MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. *O ideário republicano e a educação*. Op cit.

¹⁹⁵ *Correio Paulistano*, editorial, 18 de fevereiro de 1872

¹⁹⁶ *Correio Paulistano*, Tradução, 23 de janeiro de 1873.

¹⁹⁷ “Ainda assim cumpre notar-se que essa atitude devida ao pronunciamento nacional, que por meio de esforços de particulares, e de maçonarias levantou-se á bem da vulgarisação do ensino primário, não corresponde, nas medidas até hoje conhecidas, á intensidade do sentimento publico e ás elevadas aspirações do Brasil.” *Gazeta de Campinas*, editorial, 18 de setembro de 1873.

¹⁹⁸ *Correio Paulistano*, Transcrição, 27, 29, 30 de abril e 1 de maio de 1873

Moacyr Primitivo, em *A instrução e o império (subsídios para a História da Educação no Brasil 1850-1887)*, ao analisar a Reforma proposta pelo ministro Leôncio de Carvalho em 1878, destacou que a grande defesa de Leôncio de Carvalho para melhorar o ensino no império era a liberdade de ensino, citando como exemplo o caso dos EUA em que “a liberdade de ensino encerra o segredo da prodigiosa prosperidade dessa grande nação”.¹⁹⁹ No que se refere a questão da educação obrigatória, Leôncio de Carvalho defendia que

[...] não é lícito ao Estado crusar os braços e ver impassível crescerem na ignorância, sem o mais elementar aprendizado, privados da mais ligeira noção de seus direitos e deveres, milhares de creança, a quem mais tarde está reservado um papel na vida social e política da nação.²⁰⁰

Para o ministro, a decretação do ensino obrigatório teria como consequência a necessidade de um maior número de escolas. O Estado deveria assegurar “a instrução, moralizando o povo, inspirando-lhe o habito e o amor ao trabalho”.

Moacyr Primitivo reuniu relatórios sobre a situação da educação no Império e as várias propostas de reformas para o ensino. Um relatório sobre a educação em 1866 revelou que

O atraso em que se acha a instrução popular em todo o Império, sem excetuar a sua grande Capital, não pode deixar de atrair a seria atenção dos poderes do Estado. Todos compreendem que um vasto sistema de instrução elementar convenientemente organizado, além da influencia que exerce sobre o desenvolvimento do indivíduo e da sociedade em geral, é a condição primordial da verdade das instituições representativas [...]. A insuficiência do numero das escolas, a sua deficiente organização e inspecção [...]²⁰¹

A questão do atraso da educação no Brasil era algo comum nos relatórios. O ministro João Alfredo constatou, em 1872, que “É deficiente o nosso sistema de ensino, escassa a retribuição: são mal retribuídos os mestres, insuficientes as escolas, nulo o ensino pedagógico e imperfeita a fiscalização.”²⁰²

Em 1877 o ministro José Bento da Cunha Figueiredo comparando os dados da instrução em todo império com os dados do ministro Paulino de Sousa, para 1869, constatou que

¹⁹⁹ MOACYR, Primitivo. *A instrução e o império (subsídios para a História da Educação no Brasil 1850-1887)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2º vol (Reformas do ensino), p.169.

²⁰⁰ Ibidem, p.182.

²⁰¹ Ibidem, p.92.

²⁰² Ibidem, p.139.

Em 1869 havia 3.516 escolas publicas e particulares de ensino primário; em 1876 esse numero atingiu a seis mil; em 1869 a freqüência delas era de 115.935 alumnos; em 1876 as escolas foram freqüentadas por duzentos mil alumnos. Em 1869, havia uma escola primaria para 2394 habitantes livres, cujo numero total pelo ultimo recenseamento (1872) era de 8.419.612; em 1876, contava uma escola por 1280 habitantes livres. Em 1869, havia uma escola primaria por 541 habitantes livres em idade escolar (6 a 15 anos), cujo numero total se verificou, pelo recenseamento, ser de 1.902.424; em 1876, havia uma escola primaria por 314 habitantes livres de idade escolar.²⁰³

Também constatando a situação de atraso da educação no Brasil, o *Correio Paulistano* publicou o trecho do relatório do presidente de província, João Theodoro Xavier, relativo à instrução pública. “É também um grande ramo da arvore da administração provincial, que tem descido até a – esterilidade.”²⁰⁴

Sendo assim, como o Estado não estava sendo capaz de oferecer educação para a maior parte da população, fato constatado pelos diversos relatórios apresentados pelos ministros que ocuparam a pasta da Educação, havia um espaço para que a Igreja católica e a Maçonaria disputassem o controle.

Segundo Mauricéia Ananias, no artigo *Propostas de educação popular em Campinas*: “As aulas noturnas”, foram abertas escolas destinadas à população pobre e muitas eram mantidas pela Maçonaria.²⁰⁵ A autora considerou que a principal preocupação era com a alfabetização, em segundo o encaminhamento profissional, uma vez que as atividades urbanas, como o comércio e a indústria nascente, necessitavam de profissionais capacitados – o conhecimento em contabilidade, desenho aplicado e geometria visavam essa capacitação. Também havia a preocupação em ensinar os direitos dos homens na sociedade, idéia de que “por meio da educação, o “povo” deveria saber se governar e fazer valer os seus direitos políticos.”²⁰⁶

De fato, parece que a maior preocupação da Maçonaria era com a educação das camadas populares. A contribuição da Maçonaria na difusão da educação popular

²⁰³ Ibidem, p.505-6.

²⁰⁴ *Correio Paulistano*, 12 de fevereiro de 1873.

²⁰⁵ “Campinas, considerada uma das mais importantes cidades da época, teve, entre outras, uma escola mantida pelos maçons, que era destinada à instrução gratuita de adultos e crianças maiores de 12 anos que fossem reconhecidamente pobres.

A seleção para o acesso às aulas era baseada em critérios rígidos não só para os alunos, mas também para os professores. Esses deveriam ser profissionais reconhecidos pela sociedade. Um dos itens que legitimavam esse reconhecimento era o exercício do magistério em colégios de renome da cidade. Em relação aos alunos, para ter acesso às aulas deveriam comprovar uma ocupação profissional. Essa exigência demonstra a preocupação que havia em ensinar os já alocados no mercado de trabalho.”ANANIAS, Mauricéia. *Op cit.*,p.72

²⁰⁶ Ibidem, p.74. Nesse artigo a autora atenta para o fato de não encontrar nenhuma referência a escolas que garantiriam o ensino secundário ao “povo”, e o acesso ao ensino superior nunca foi cogitado.

também apareceu no *Correio Paulistano*, em uma interessante declaração que teve lugar na seção “A Pedido”, um cocheiro disse para não se admirarem por ele ser um cocheiro e estar escrevendo, pois

Desde que o amigo senhor Luiz Gama e mais alguns homens lá da Maçonaria começaram a dar escola á gente que tem barba na cara, e isto de graça, vamos sahindo da burrice em que andávamos, e podemos fallar mais fresco.²⁰⁷

E comparando essa iniciativa com a ação dos clérigos disse que “os senhores frades do seminário” nunca fizeram isso. A carta do cocheiro citada acima, independente da discussão de ser escrita por um cocheiro ou por algum redator maçom, bem como a permissão para que escravos freqüentassem as escolas populares maçônicas, eram provas de que a Maçonaria não procurava recrutar apenas os filhos da elite como alunos.

Tanto Barata quanto Eliane Colussi concordaram que neste período a Igreja católica preocupava-se principalmente com a educação das elites, enquanto a Maçonaria criava escolas voltadas para os setores populares. Eliane Colussi afirmou que “a preocupação maçônica com a instrução popular objetivou a propaganda anticlerical e, mais do que isso, encaixou-se no espírito filantrópico da instituição.”²⁰⁸

Para Carmen Moraes, a Maçonaria defendia a emancipação do indivíduo nos campos econômico, intelectual, político e religioso. A falta de conhecimento preservava a situação vigente, por meio da educação a sociedade como um todo poderia ser transformada, o indivíduo conheceria seus direitos cívicos.

A luta contra o analfabetismo e pela difusão da instrução ao povo obedecia, assim, a objetivos políticos precisos: o alargamento das bases de participação política no país, a conformação da cidadania, indispensáveis à legitimação do Estado Republicano.²⁰⁹

2.3 A propaganda maçônica e a causa abolicionista

No que se refere ao tema escravidão e as lojas da província paulista na segunda metade do século XIX, os jornais publicaram notícias que envolviam a discussão acerca da questão escravista, chegando inclusive a publicizar a ação abolicionista de algumas lojas.

²⁰⁷ *Correio Paulistano*, “A Pedido”, 10 de março de 1871

²⁰⁸ COLUSSI, Eliane Lucia. *Op cit.*, p.450.

²⁰⁹ MORAES, Carmen Sylvia Vidigal, “A maçonaria republicana e a educação: um projeto para a conformação da cidadania”, in: *Op cit.*, p.10.

Segundo Barata, de fato as lojas maçônicas se transformaram em centros de debate e formação de consenso sobre os grandes temas do período. A Maçonaria tinha o interesse em intervir na resolução dos problemas nacionais.

A sociabilidade proporcionada pelas lojas maçônicas favorecia a formação de quadros que, através da imprensa, da Justiça e do Parlamento, questionavam a vigência dessa forma de trabalho.²¹⁰

Mas, assim como ressaltou Barata, é importante lembrar que mesmo dentro da Maçonaria muitos se opunham à libertação de escravos, ou seja, não havia uma única posição favorável à abolição.

Jonas Soares de Souza, no artigo “Notas sobre a ‘Convenção de Itu’”, concluiu que o movimento republicano em São Paulo era constituído por grupos urbanos e rurais, e, analisando a composição dos representantes republicanos em Itu, indicou que os fazendeiros formavam o núcleo mais importante. Apesar de haver líderes republicanos abolicionistas como Luís Gama, a questão da mão-de-obra foi contornada; preservando assim a adesão do meio rural que ainda possuía numerosa escravaria.²¹¹

Para Emilia Costa Nogueira, em “O movimento republicano em Itu. Os fazendeiros do Oeste paulista e os pródromos do movimento republicano (Notas prévias)”, trataram os ideais republicano e abolicionista de forma separada, o PRP desvinculou essas duas campanhas (ver capítulo 4), pois se preocupava em manter a simpatia dos lavradores, evitando que se afastassem por causa da questão da abolição. Para a autora, “Era em termos de direito de propriedade, sagrado e inviolável, que se formulavam sempre as questões da escravatura e abolição”²¹² Assim muitos republicanos eram senhores de escravos.

Na visão de José Maria dos Santos, em *Os republicanos paulistas e a abolição*, os radicais paulistas, como Luiz Gama e os irmãos Américo e Bernardino de Campos, pretendiam um programa abolicionista, mas com o aumento da adesão dos fazendeiros do Oeste Paulista ao movimento republicano, esse ideal abolicionista foi perdendo espaço.

²¹⁰ BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras: a ação da Maçonaria Brasileira (1870 – 1910)*. Op cit., p.121.

²¹¹ Ver: SOUZA, Jonas Soares de. “Notas sobre a “Convenção de Itu””, in: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, USP, tomo XXVII, 1976.

²¹² NOGUEIRA, Emilia Costa. “O movimento republicano em Itu. Os fazendeiros do Oeste paulista e os pródromos do movimento republicano (Notas prévias)”; in: *Revista de História*. São Paulo, nº 20, out/dez, 1954, p.384.

Não resta a menor dúvida de que a intromissão agrária na corrente republicana, automaticamente desarticulando-a da campanha abolicionista, foi para os radicais de São Paulo uma contrariedade e um desgosto.²¹³

Para Santos, o recém criado PRP estava dividido em uma ala que guardava seus escravos e uma outra abolicionista e radical.

Analisando as notícias publicadas pelas lojas maçônicas nos jornais, é possível perceber que algumas lojas que estariam mais comprometidas com o ideal abolicionista, utilizavam a imprensa para fazer propaganda de sua atuação. Publicavam notícias de manumissões, de criação de escolas que permitiam a participação de escravos e de projetos abolicionistas maçônicos.

Analisando o conteúdo das notícias publicadas, nota-se um tipo de notícia muito comum nos jornais, que era a descrição de solenidades maçônicas acompanhadas de manumissões. Para as lojas paulistas, no início dos anos 1870, acabou se tornando uma prática recorrente conceder algumas alforrias durante suas principais celebrações. Como na notícia em que a Loja Sete de Setembro, em consideração ao Venerável (chefe) daquela loja, Vicente Mamede de Freitas, os membros ofertaram um retrato e houve a entrega das cartas de alforria de duas crianças.²¹⁴ Em outra notícia, uma carta de Rio Claro ao descrever os festejos maçônicos daquela localidade informou que a Loja Fraternidade 3ª concedeu liberdade a três crianças do sexo feminino.²¹⁵

A Loja América era uma das lojas que queria fazer sua postura emancipacionista conhecida, num anúncio que se repetiu por vários dias, a loja informou que para solenizar o seu aniversário, deliberou libertar o maior número de escravos que pudesse e pedia que cada operário fizesse uma subscrição para esse fim. Todos os irmãos deveriam participar desse propósito e, atestando seu compromisso com essa causa,

²¹³ SANTOS, José Maria dos. *Os republicanos paulistas e a abolição*. São Paulo: Livraria Martins, 1942, p.104. Santos apontou o não comparecimento de Luiz Gama à Convenção de Itu, já que ele era o principal elemento de atração dos radicais, como sinal dessa insatisfação. No Congresso Republicano na capital em julho, Luiz Gama se retirou.

²¹⁴ “A loja Sete de Setembro demonstrou com esse acto que comprehende o papel da maçonaria, cujos sublimes deveres não podem limitar-se, como aliás pensa muita gente, às estéreis vaidades das pompas, velludos e candelabros de seus templos. A Maçonaria, trabalhe embora em templos de mármore, será nulla e impotente, desde que a alma de seus obreiros não for o sacrário das liberdades sociaes, a ambula da civilisação. Nossos parabens aos maçons da Sete de Setembro por que comprehenderam essa grande aspiração, e tão dignamente collocam-se na estacada em que batalham ha muito os obreiros da loj. . America.” *Correio Paulistano*, “Noticiario”, 13 de setembro de 1870

²¹⁵ *Correio Paulistano*, “Correspondencia”, 7 de julho de 1870

enfatizava que “Todos quantos glorificam se com o titulo de Ir.º da Loj.º America” deveriam participar.²¹⁶

O *Correio Paulistano* também dedicou espaço a notícias de envolvimento de lojas maçônicas na manumissão de escravos em outras províncias, como a notícia de uma sociedade emancipadora na Bahia que recebeu contribuição da Loja Fidelidade e Beneficência²¹⁷; ou sobre o Maranhão, onde a sociedade maçônica Justiça e Equidade de Caxias, em honra ao seu patrono S. João, alforriou quatro crianças do sexo feminino, e pelo mesmo motivo, o tenente coronel Clementino José Ribeiro alforriou outra.²¹⁸

É importante ressaltar que as notícias sempre informavam um pequeno número de escravos sendo alforriados, não havia um grande contingente sendo liberto pelas lojas maçônicas, a atitude abolicionista era mais simbólica, não consistia em um ataque direto e violento à propriedade de escravos. O outro ponto é que não foi noticiado nenhum caso em que um maçom libertasse escravos de sua propriedade sem receber nenhum pagamento por isso, sempre havia uma quantia envolvida. O objetivo dessa publicidade era consolidar a imagem de preocupação das lojas maçônicas com a discussão abolicionista do período.

Outra prática que aumentava a propaganda maçônica era que algumas lojas permitiam a participação de escravos em suas escolas populares. Relacionando duas discussões importantes do período, a questão do acesso à educação e a questão escravista, na maioria das escolas maçônicas eram admitidos escravos, desde que apresentassem uma autorização por escrito de seus senhores - o que evidenciava que o princípio da propriedade era respeitado.

Analisando a notícia anteriormente citada no item 2.2 sobre a escola noturna da Loja América²¹⁹, pode-se constatar que na escola noturna aproximadamente 86% dos alunos eram livres e 14% eram escravos. A presença do elemento escravo era significativa para um período em que a educação não era acessível para a imensa maioria da população brasileira. Mais da metade dos alunos estavam na faixa etária entre 10 e 20 anos de idade; havia uma predominância de brasileiros e uma pequena parcela de estrangeiros. Já na escola diurna, a presença de escravos (7,6%) caiu praticamente pela metade em relação ao número de alunos livres, fato que pode ser

²¹⁶ *Correio Paulistano*, “Annuncios”, 17 de setembro de 1870. Repete dias 20, 21, 23, 28, 30/setembro e 01, 12, 21, 22, 28/outubro; assina o anúncio José Maria de Azevedo Marques - adj.º do secr.º.

²¹⁷ *Correio Paulistano*, “Noticias das Províncias”, 9 de junho de 1870

²¹⁸ *Correio Paulistano*, “Noticias das Províncias”, 20 de julho de 1870

²¹⁹ *Correio Paulistano*, “Noticiario”, 3 de abril de 1870

explicado pelo trabalho exercido por estes escravos para os seus senhores durante o período diurno. Mesmo assim, é significativo que alguns senhores permitissem que seus escravos freqüentassem as aulas durante este período, abrindo mão de seus serviços.

Em seu estudo sobre a Loja Perseverança III e Sorocaba, o maçom José Aleixo Irmão, afirmou que a escola popular mantida pela loja, em 1869, aprovou a proposta do irmão Ubaldino do Amaral para que escravos freqüentassem a escola, e que no momento da matrícula deveriam apresentar por escrito uma licença dos seus senhores.²²⁰

Esses dados apontam que a relação entre senhor e escravo era mais complexa do que uma simplificada dicotomia entre explorador e explorado. A difusão da educação se tornava um aspecto importante quando a discussão era a exclusão do voto dos analfabetos, combater o analfabetismo era aumentar o número de votantes.²²¹

Numa notícia do *Correio Paulistano* de janeiro de 1870, temos a descrição sobre as ações da Loja América, que desejava espaço para publicar que era responsável pelas despesas para libertação e manutenção de liberdade de 42 cativos, sendo a maior parte deles alforriados por ação judicial.²²² Luiz Gama aparecia como advogado comissionado pela Loja América libertando escravos. Ele que havia sido vendido como escravo, identificava-se com a causa abolicionista e procurava libertar do cativo o maior número de escravos possível.²²³

O *Correio Paulistano* publicou por algumas semanas uma grande polêmica sobre a libertação de um escravo envolvendo dois maçons, Luiz Gama e Raphael Tobias de Aguiar, o primeiro era um líder abolicionista e o segundo defendia o direito da posse de escravos. A esposa do segundo morreu e reconheceu a liberdade do pardo

²²⁰ IRMÃO, José Aleixo. *A Perseverança III e Sorocaba*. Sorocaba: Fundação Ubaldino do Amaral, 1999, vol.1, p.67. O autor refletindo sobre o fato afirmou: “Quanto senhor, ao tomar conhecimento do assunto ou ao lhe ser pedida autorização pelo escravo, há de ter dito, exasperado: ‘Escravo não precisa saber ler! Isso é invenção desses maçons que não têm o que fazer!!! Nada de escola! Lugar de catingudo é no eito!’”

²²¹ Ver: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 7ª ed., t.II, vol.7, 2005.

²²² *Correio Paulistano*, “Noticiário”, 12 de janeiro de 1870. Como essa prática da Loja América tornou-se bastante conhecida, os jornais publicavam pedidos de ajuda. Como na seção “A Pedido”, em que há um apelo para Luiz Gama, a carta cobrava que ele tomasse uma atitude em relação a alguns cativos de Amparo e Campinas que, por testamento, eram livres. No dia seguinte, Luiz Gama respondeu que não tinha tomado providências porque desconhecia o fato (*Correio Paulistano*, “A Pedido”, 10 e 11 de fevereiro de 1870). Alguns dias depois, outra notícia informou que “a manutenção da liberdade foi requerida e ventilada em juízo pelo sr. Luiz Gama, que, como outras pessoas, acha-se comissionado pela loja maçônica America, de proteger perante os tribunais daquela ordem. É mais um título que realça os nobres e ferventes esforços daquela officina no caminho da caridade e philantropia.” *Correio Paulistano*, “Noticiário”, 15 de fevereiro de 1870.

²²³ Ver: AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de Carapina: A trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

Narciso, que teria como condição prestar serviços por 10 anos ao seu consorte Raphael Tobias de Aguiar. Algumas pessoas disponibilizaram a quantia de 200\$000 para emancipá-lo, sabendo disso Raphael T. de Aguiar castigou o escravo para “cura-lo da mania emancipadora”. Luiz Gama escreveu então um artigo expressando a sua indignação com o fato, pois o referido Raphael Tobias de Aguiar era de uma das principais famílias de São Paulo, “nobre e rico”, membro proeminente do Partido Liberal, formado em Ciências Sociais e Jurídicas, já havia exercido os cargos de deputado, juiz municipal e juiz de direito. Luiz Gama enfatizou sua qualidade de maçom, utilizando esse fato para atacá-lo: “é maçom e como outros muitos jurou manter os grandes principios evangélicos da liberdade, egualdade e fraternidade!”²²⁴

Em sua resposta a Luiz Gama, alegou que para alforriar algum escravo não contava com o dinheiro do dr. Camargo, presidente da Fraternisação, que era a associação abolicionista mantida pela Loja Amizade, ou do próprio Luiz Gama. E lançou uma crítica dizendo que “se alguns libertar não será por ostentação e nem para arrebanhar votantes”, e completou afirmando que “não tenho loja maçônica que me dê dinheiro para engrandecer o nome de Luiz Gama, entretendo-me com elle.”²²⁵ Nessa polêmica o véu da filantropia foi posto de lado e a defesa da causa abolicionista foi tratada como assunto político. Luiz Gama, respondendo a provocação feita, continuou associando a emancipação com a participação política, “É certo, sr.dr.Raphael Tobias, que eu contribuindo para alforrias de escravos, contribuo egualmente para augmentar-se o número de cidadãos, e tendo os libertos direito de votar também contribuo indirectamente para o augmento dos votantes (...);” mas afirmou que nunca pediu votos para si.²²⁶

Em mais uma resposta, Raphael Tobias de Aguiar defendeu seu direito de propriedade e, dirigindo-se dessa vez ao público, acusou de estarem-no forçando a alforriar seu escravo. “Ninguém pode estar seguro de sua propriedade, que aos olhos dessa gente humanitária, é talvez um roubo.”; exigiu, por fim, a proteção das autoridades, pois seu escravo estava em poder de Luiz Gama.²²⁷

A polêmica continuou por mais alguns dias, o dr. Raphael Tobias de Aguiar, por meio de documentos tentava manter o escravo, enquanto Luiz Gama defendia que o

²²⁴ *Correio Paulistano*, “A Pedido”, 27 de novembro de 1870

²²⁵ *Correio Paulistano*, “A Pedido”, 29 de novembro de 1870

²²⁶ *Correio Paulistano*, “A Pedido”, 30 de novembro de 1870

²²⁷ *Correio Paulistano*, “A Pedido”, 1 de dezembro de 1870.

escravo podia ser alforriado mesmo contra a vontade do dono, exibindo o seu justo valor.

Nesse conflito ficou colocada a divergência de opiniões que havia dentro da Maçonaria, Raphael Tobias defendia a propriedade escrava, alegando que o próprio governo assegurava o seu direito, e Luiz Gama representava a ala abolicionista.

Por adotar essa postura, a Loja América era alvo de críticas daqueles que não compartilhavam dos seus ideais. Percebe-se que havia uma oposição a suas práticas abolicionistas pela publicação de uma declaração assinada por Américo Brasiliense, venerável da Loja, e Américo de Campos, 1º vigilante, desmentindo boatos acerca dos meios que empregavam na defesa dessa causa.

Propalam nesta capital, e ao que consta também no interior, que a Loja América emprega meios violentos e criminosos a bem da libertação de escravos nesta província [...] Por autorização e em nome da Loja declaramos que são falsos semelhantes boatos. [...] Sua ação nesse sentido nunca passou do exercício da philantropia. [...] O que a Loja fez foi arrecadar esmolas ou apoiar causas no tribunal.²²⁸

A forma como deveria ser feita a abolição do trabalho escravo era motivo de grande discussão nos anos 1870, as primeiras idéias maçônicas sobre a abolição eram gradativas e muitas começavam pela libertação do ventre escravo.

Maria Emilia Marques Zimmermann, em *O PRP e os fazendeiros do café*, analisou que um dos principais problemas econômicos que os fazendeiros do Oeste Paulista enfrentavam nas décadas de 1870 e 1880 era a falta de regularidade no abastecimento da mão-de-obra. Para a autora, não se tratava de tendências escravocratas, mas da questão da manutenção do desenvolvimento da lavoura paulista. A reorganização do mercado de trabalho passava pela extinção da escravidão, mas sem prejuízos a grande lavoura.

E a política do PRP era clara quanto à questão: utilizar-se do escravo enquanto não se tem mão-de-obra livre em quantidade que permita suprir toda a lavoura mas, paralelamente a isso, empregar seus esforços para a transformação se dar o mais rápido possível e sem abalos para a produção cafeeira.²²⁹

Mesmo as lojas maçônicas que assumiam uma postura abolicionista não tratavam a questão de forma radical. Nota-se o incentivo e a proteção dessas lojas para

²²⁸ *Correio Paulistano*, “A Pedido”, 19 de abril de 1871

²²⁹ ZIMMERMANN, Maria Emilia Marques. *O PRP e os fazendeiros do café*. Tese de Mestrado, Unicamp, 1986, p.141.

a fundação de associações de senhoras com o intuito de levantar fundos para alforriar alguns cativos. Neste contexto houve a criação da sociedade Redemptora, criada pela Loja América em julho de 1869, com o objetivo de libertar menores, era comandada por uma associação de senhoras, 113 mulheres que tinham algum parentesco com os maçons.²³⁰ A simpatia pela causa abolicionista apareceu no anúncio de uma sessão de aniversário em que a Loja América convidou as associações emancipadoras: Redemptora, Fraternisação Primeira²³¹, Fraternisação, Sociedade Beneficente Democrática²³².

Em 1873 a sociedade Redemptora continuava ativa e publicava o seguinte comunicado

A directoria desta sociedade tendo ainda em seu cofre a quantia necessária para libertação de uma menor, convida por meio deste a todas as pessoas que tiverem menores do sexo feminino para libertar, queiram apresentar suas propostas, acompanhadas de exame médico, no prazo de 15 dias, contados da presente data, á abaixo assignada, rua do Imperador n. 2. Assina secretária Luiza Emilia da Conceição e Azevedo.²³³

Na Loja Amizade, Américo de Campos, Vitorino Carmilo e outros propuseram que a partir daquele momento apenas fossem admitidos como novos membros aqueles

²³⁰ AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de Carapina: A trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999, p.97.

²³¹ Nesse período na Faculdade de Direito havia sociedades abolicionistas como a Fraternisação, que foi uma das primeiras a levantar a idéia da liberdade escrava. Rui Barbosa propôs que a sociedade se tornasse pública, mas ela se manteve secreta até abril de 1870 quando deu origem a Fraternisação Primeira. No jornal *Correio Paulistano* há a notícia da criação dessa associação, que não fora fundada por nenhuma loja maçônica, mas que contava com o apoio das lojas. Esse era uma sociedade secreta que funcionava há muitos anos. Um grupo de moços acadêmicos abolicionistas que iniciaram o movimento libertador, no dia 7 de setembro de 1864 foi fundada essa associação secreta Fraternisação, seus fundadores: Agostinho Vidal, Moraes Pupo, C.Alberto Bulhões Ribeiro, França Carvalho, Thompson Flores, Fausto F. Castro, Fortunato da Graça, Gualberto da Silva, J.B.Furtado de Mendonça, Xavier Rabello, Jequiriça, Castro Sobrinho, José Bento, e M.Coelho de Almeida. Foi a 1ª associação abolicionista do Brasil. No dia 10 de abril de 1870 decidiu-se que essa associação tornaria-se pública, com o nome Fraternisação Primeira. Seus sócios: Joaquim Matoso, Bustamante, Felix da Costa, Santos Lobo, Ruy Barbosa, Luiz Gama, Alencastre, José de Queiroz, Modesto, José Felipe, Baptista Lopes, Nobre e Callado. Fizeram eleições, e venceram João Francisco Leite Nunes (presidente), José Fernandes Torres (vice-presidente), Carlos Augusto Carvalho (1º secretário), Joaquim Augusto de Assumpção (2º secretário), José Ferreira Nobre (thesoureiro), e a comissão econômica, Felix José da Costa e Souza, Joaquim Mattoso D. E. Camara e Paulo Emydio dos Santos Lobo; advogados: Luiz Gama, Francisco de Paulo Rodrigues Alves e Ruy Barbosa. *Correio Paulistano*, “Noticiário”, 13 de abril de 1870

²³² *Correio Paulistano*, “Annuncios” 8 de novembro de 1870.

²³³ *Correio Paulistano*, “Annuncios”, 20 de julho de 1873. No Rio de Janeiro também floresciam sociedades abolicionistas inspiradas pela Maçonaria, o *Correio Paulistano* teve conhecimento da instalação de uma sociedade composta de senhoras que visavam à libertação de escravos. A Loja Segredo, do Vale dos Beneditinos, alforriou 20 crianças do sexo feminino, o grão-mestre, Saldanha Marinho, discursando sobre o elemento servil, convidou as senhoras a criarem uma sociedade emancipadora. Essa sociedade recebeu a assinatura de mais de 80 senhoras e ficou sob alta proteção do Grande Oriente; o conselheiro dessa sociedade era o próprio Saldanha Marinho. *Correio Paulistano*, “Noticiário”, 6 de abril de 1870.

que se comprometessem a darem liberdade aos filhos de suas escravas nascidos na paróquia da Sé. Evidenciando a falta de consenso dentro das lojas maçônicas, a proposta não foi aprovada, e por esse motivo, Américo de Campos se desligou da Loja Amizade e se filiou à Loja América, em 15 de julho de 1870.²³⁴

Posteriormente, a Loja Amizade fundou uma associação chamada Fraternisação para libertar escravos, que ficou instalada na sede da loja.²³⁵ A Loja Amizade que antes havia se oposto a proposta de Américo de Campos, agora acolhia uma sociedade abolicionista liderada por estudantes.²³⁶ Para Eliane Colussi, o envolvimento da ordem maçônica no abolicionismo se devia mais a aspectos de ordem filantrópica do que propriamente a convicções políticas e liberais.²³⁷

Quanto à Loja Piratininga, Brasil Bandecchi constatou que esta já não admitia em seu quadro indivíduos que se dedicassem ao comércio de escravos. Em 14 de setembro de 1887, Martim Francisco III propôs a proibição de entrada de novos irmãos que fossem senhores de escravos, e caso depois viessem a possuir escravos seriam multados e o dinheiro revertido a um fundo de emancipação.²³⁸

Ubaldo do Amaral apresentou em 1869 a Loja Perseverança III de Sorocaba, a proposta para criação de uma caixa de Emancipação com o objetivo de libertar crianças do sexo feminino de 2 a 5 anos, que ficariam sob proteção da loja.²³⁹

Mas, a proposta abolicionista de maior repercussão foi a de Rui Barbosa na Loja América, o Venerável era Antonio Carlos de Andrada e Silva e Rui Barbosa ocupava a função de orador da Loja. Na sessão de 4 de abril de 1870, Rui Barbosa apresentou o projeto de que os maçons desta loja estariam obrigados a libertar o ventre de suas

²³⁴ BANDECCHI, Brasil. *Op cit.*, p.111-113.

²³⁵ “Presentes 30 pessoas na Loja Amizade installou-se uma associação denominada Fraternisação com o fim de libertar escravos por todos os meios legítimos.

Foram aclamados: presidente o sr.dr. Joaquim Augusto de Camargo – secretário, o sr. José Machado Pinheiro Lima – thesoureiro o sr. Joaquim José Teixeira de Carvalho Junior.

Foram mais nomeadas duas comissões, uma para apresentar um projecto de estatutos composta dos srs. Felix de Abreu Pereira Coutinho, Pinheiro Lima e Teixeira de Carvalho Junior, e outra, para agenciar donativos composta dos srs. José Gonçalves Marques, Carlos Teixeira de Carvalho, Guery, Bernardino Monteiro de Abreu, padre Antonio Maria Chaves e Carvalho Pinto Filho.

Consta-nos que os iniciadores deste bello pensamento na Loja Amizade foram os acadêmicos srs. Machado Lima, Joaquim Carvalho Junior, Gonçalves Marques e o consocio daquela loja sr. Carlos Teixeira de Carvalho.

São estes senhores dignos dos maiores applausos, bem como aquelles outros maçons da Loja Amizade que acceitaram e vão levar a effeito o magno propósito, hoje posto sob a guarda dos brios brasileiros.” *Correio Paulistano*, editorial, 12 de abril de 1870

²³⁶ BANDECCHI, Brasil. *Op cit.*, p.113.

²³⁷ COLUSSI, Eliane Lucia. *Op cit.*, p. 153.

²³⁸ BANDECCHI, Brasil. *Op cit.* p.130- 132.

²³⁹ A.M.Barata cita essa proposta, ver: BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras: a ação da Maçonaria Brasileira (1870 – 1910)*. *Op cit.*, p.122. Ver: IRMÃO, José Aleixo. *Op cit.*

escravas, essa também seria a condição para se admitir novos membros. Essa proposta se tornou um projeto de lei e foi enviado ao Grande Oriente dos Beneditinos.

O projeto era composto por 11 artigos, que consistiam em: Artigo 1º - pretendia que a Maçonaria se comprometesse a propagar a emancipação do elemento servil e a educação popular, apressando a realização dessas idéias; Artigo 2º - todas as lojas, as existentes e as futuras, deveriam adotar esses dois princípios; Artigo 3º - todas as lojas deveriam reservar uma verba especial, um quinto da receita total, para cartas de alforria de crianças escravas; e todas as lojas deveriam empregar todos os meios para criarem nos seus Vales escolas gratuitas para adultos e crianças de ambos os sexos; Artigo 4º - para ser iniciado o indivíduo deveria declarar livres todas as crianças do sexo feminino que nascessem de suas escravas daquele dia em diante, assinando uma declaração com a presença de testemunhas; Artigo 5º - se referia aos já iniciados dizendo que estes também deveriam fazer essa declaração; Artigo 6º - para fazer essas declarações individuais haveria um livro em cada loja; Artigo 7º - se alguém que ainda não foi iniciado se recusar a fazer essa declaração não poderia ser iniciado e caso já fosse maçom ficaria suspenso; Artigo 8º - se algum maçom não cumprisse a declaração, mantendo ilegalmente a escravidão dessas crianças, seria expulso da maçonaria brasileira; Artigo 9º - caso acontecesse a loja deveria levar aos tribunais civis e obter a liberdade daquelas crianças; Artigo 10º - se a loja não cumprisse essas obrigações seria repreendida da primeira vez e posteriormente suspensa; Artigo 11º - essas disposições dependiam da aprovação do Grande Oriente para vigorarem em todo o país.²⁴⁰

No Livro de Atas da Loja América há sessões que abordaram a questão abolicionista. Na sessão de 23 de setembro de 1874 foi proposta uma esmola de 20 mil réis em favor da liberdade de Ubelina, escrava de herança de Alexandrina C. de Carvalho, a esmola foi aprovada.²⁴¹

Em agosto de 1875, em resposta a discussão abolicionista, o Grande Oriente Unido emitiu um decreto proibindo a iniciação de indivíduos que fizessem profissão de

²⁴⁰ “Projeto apresentado pela Loja América ao Grande Oriente Brasileiro do Vale dos Beneditinos”, 4/abril/1870. Começou a vigorar como lei apenas na Loja América (4/abril/1870). Para B. Bandecchi há uma ligação entre esse projeto maçônico e a Lei do Ventre Livre de 1871. Ressaltou que em 1870 o Visconde do Rio Branco era presidente do Conselho de Ministros e Grão-Mestre da Maçonaria, e ele teria resolvido transformar o projeto de Rui na lei do Ventre Livre de 28 de setembro de 1871. “Desta forma temos a gênese da Lei do Ventre Livre, no projeto que Rui apresentou na Loja América de São Paulo e, ipso facto, a causa primeira da própria Questão Religiosa. Foi em regozijo pela Lei de 28 de setembro de 1871, que o padre Almeida Martins, orador do Grande Oriente, saudou o Grão Mestre Visconde do Rio Branco o que motivou a advertência que o Bispo D. Pedro de Lacerda fez ao padre Almeida, que não a aceitando foi suspenso de ordens.” BANDECCHI, Brasil. *Op cit.*, p.118.

²⁴¹ Loja América, “Livro de Atas”, São Paulo, 23 de setembro de 1874.

comércio de escravos. Essa resolução do Grande Oriente Unido (Beneditinos) foi lida na sessão da Loja América de 10 de agosto de 1875, e o Venerável fez o seguinte comentário:

Este sábio Decr.º de harmonisar com o pensamento de todos os verdadeiros maçons e muito principalmente pelos Obb.º da Loj.º América.²⁴²

Ainda não foram feitos estudos que abordam o processo abolicionista e a respectiva legislação produzida e a discussão dos projetos apresentados dentro das lojas maçônicas. Seria interessante analisar qual o impacto produzido por estas tentativas abolicionistas, uma vez a Maçonaria possuía um caráter elitista e influenciava de forma direta ou indireta a política imperial.

Analisando as propostas abolicionistas das lojas, torna-se evidente que a Maçonaria paulista estava debatendo a questão da emancipação do elemento servil, e que existiram tentativas de implantar medidas abolicionistas.

Apesar do grande esforço abolicionista de algumas lojas, deve-se lembrar os limites da ordem maçônica que possuía um caráter elitista, já que ela mesma não admitia a iniciação de escravos ou de libertos até 1876, quando o Vale dos Beneditinos passou a considerar a iniciação de libertos; já o Vale do Lavradio, apenas em 1883 permitiu o ingresso de libertos na ordem.²⁴³

2.4. A Maçonaria e a Igreja Católica na imprensa

A partir da década de 1870, a disputa por uma maior esfera de poder, por áreas de influência, se deu entre a Maçonaria e a Igreja Católica. As principais polêmicas envolveram o debate acerca da separação Igreja e Estado, o ingresso de membros do clero na Maçonaria e a disputa pelo campo da educação, que envolvia a questão das lojas maçônicas sustentarem escolas populares.

Segundo Barata, seguindo uma tendência internacional, a Igreja Católica brasileira iniciou um processo de reorganização interna conhecido como romanização do clero católico.

²⁴² Loja América, “Livro de Atas”, São Paulo, 10 de agosto de 1875. Decr.º : Decreto; Obb.º : Obreiro; Loj.º : Loja

²⁴³ Ver: : BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras: a ação da Maçonaria Brasileira (1870 – 1910)*. *Op cit.*, p.123

A romanização significou o fortalecimento da Igreja como instituição, iniciando um movimento de caça aos chamados ‘erros modernos’: o progresso, o racionalismo, o liberalismo, a liberdade religiosa.²⁴⁴

Para Barata, o papa Pio IX (1846-1878) intensificou a luta entre o catolicismo e a sociedade moderna,

A postura doutrinária da Santa Sé se consolidou através da *Encíclica Quanta Cura* e do *Syllabus Errorum*, que a acompanha (1864). Estes documentos condenaram o racionalismo, o socialismo, o comunismo, a Maçonaria, a separação entre a Igreja e o Estado, o liberalismo, o progresso e a civilização moderna. A incompatibilidade entre a Igreja e uma sociedade cada vez mais laicizada foi reforçada quando da aprovação, pelo Concílio do Vaticano (1870), do dogma da infalibilidade papal.²⁴⁵

Neste contexto o ataque à Maçonaria ficou evidente, pois foi considerada anti-cristã pela imprensa católica ultramontana. A nova hierarquia católica do ultramontanismo não admitia que nenhum católico fosse maçom. Ao analisar o discurso ultramontano de ataque à Maçonaria, Barata constatou que os católicos ultramontanos brasileiros defendiam principalmente a supremacia do poder espiritual sobre o poder temporal, portanto desejavam a extinção do beneplácito imperial; a Monarquia como forma ideal de governo; e o combate à educação laica.

A Maçonaria por sua vez, possuía um discurso de defesa da liberdade de pensamento, do racionalismo, da liberdade religiosa.

[...] a Maçonaria assumia o compromisso das “Luzes” de combater as “Trevas”, representadas pela ignorância, pela superstição e pela religião revelada.²⁴⁶

Eliane Colussi analisou a Maçonaria como um dos grupos de elite intelectual e política responsável pela difusão do pensamento liberal e cientificista no Rio Grande do Sul no século XIX, e concluiu que

Debatiam-se, assim, dois projetos ideológicos opostos: o primeiro, consubstanciado pela influência das correntes de pensamento *liberal* e *cientificista* no Brasil e que se transpunha para a esfera da política e da cultura a defesa de noções, como racionalismo, progresso, modernidade; o

²⁴⁴ BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras: a ação da Maçonaria Brasileira (1870 – 1910)*. Op cit., p.95.

²⁴⁵ Ibidem, p.102-3. David Gueiros Vieira, em *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*, também afirmou que o ultramontanismo do século XIX era contra “todos os tipos de liberalismo, o protestantismo, a maçonaria, o deísmo, o racionalismo, o socialismo e certas medidas propostas pelo estado civil, tais como a liberdade de religião, o casamento civil, a liberdade de imprensa e outras mais. Ver: VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. Brasília: Editora da UNB, 1980.

²⁴⁶ BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras: a ação da Maçonaria Brasileira (1870 – 1910)*. Op cit., p.92.

segundo, uma reação do catolicismo mundial frente aos avanços do liberalismo, que, no Brasil, reuniu os defensores do pensamento católico-conservador.²⁴⁷

Nos anos compreendidos entre 1870 e 1874 a quantidade de matérias nos jornais paulistas que se referiam ao enfrentamento entre a Maçonaria e a Igreja Católica aumentou sensivelmente. As polêmicas foram tornando-se cada vez mais constantes até o desfecho da chamada Questão Religiosa, envolvendo os bispos do Pará e de Pernambuco. A questão do enfrentamento entre a ordem maçônica e a Igreja aos poucos deixou de ser uma simples troca de acusações para transformar-se em uma verdadeira crise política, suscitando o debate acerca da separação entre Igreja e Estado.

Luiz Eugênio Vêscio, na obra *O crime do padre Sório: Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul 1893-1928*, descreveu o assassinato de um padre no Rio Grande do Sul como ponto de partida para uma reflexão sobre o caráter das relações entre os poderes seculares e espirituais. A autoria do crime era atribuída à Maçonaria, pois o padre Sório alertava e denunciava o perigo representado pela Maçonaria que acabava de fundar uma loja na região. Na visão do autor havia um enfrentamento entre o ultramontanismo e a Maçonaria, mas a questão central era que a Igreja lutava por um espaço próprio e o Estado já não podia subordinar-se aos princípios monopolistas da Igreja.²⁴⁸

O que se pretende analisar é como esse enfrentamento com a Igreja católica acabou se transformando em um instrumento de propaganda da ordem maçônica e da causa republicana. Eliane Colussi também destacou que a Questão Religiosa “foi, para a instituição, um momento privilegiado de propaganda do seu ideário político-ideológico”.²⁴⁹

Três casos foram amplamente discutidos pela imprensa paulista nesse período, a oposição ferrenha do padre Cândido Rosa em Franca, o caso do padre Almeida, no Rio de Janeiro, que era membro da Maçonaria e sofreu perseguição e, os conflitos no Norte envolvendo o bispo de Pernambuco e do Pará que desrespeitaram o princípio do beneplácito imperial.

Em Franca, a criação da Loja Amor a Virtude despertou polêmica com o padre local, o padre Candido Rosa, que em suas pregações dizia que “a maçonaria é uma

²⁴⁷ COLUSSI, Eliane Lucia. *Op cit.*, p.147-8.

²⁴⁸ Ver: VÊSCIO, Luiz Eugênio. *O crime do padre Sório: Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul 1893-1928*. Santa Maria: Editora UFSM, 2001.

²⁴⁹ COLUSSI, Eliane Lucia. *Op cit.*, p.142.

sociedade do demônio” e recomendava que as pessoas cortassem relações com aqueles que ingressassem nessa sociedade. “Uma alma nobre” admirando a “patriótica iniciativa” da Loja América de criar escolas noturnas, propôs à Loja América que abrisse uma escola noturna em Franca, pedindo que esta arcasse com as despesas. O padre Candido Rosa marcou um terço para a mesma data e horário da abertura da escola, fazendo discursos para que as pessoas não fossem aquela solenidade.²⁵⁰

Outras notícias sobre a dificuldade da escola noturna em Franca e os obstáculos erguidos pelo clero local continuaram chegando nos meses seguintes. O clérigo proibiu aos maçons de serem irmãos de qualquer irmandade religiosa e padrinhos em casamentos e batizados.²⁵¹ Em outra notícia, com o irônico título “O immortal sr. Candido Rosa”, havia uma correspondência de Franca sobre o padre, que “não cessa de gritar todos os domingos contra a maçonaria” e continuava rejeitando batismos por serem maçons os padrinhos.²⁵²

O *Correio Paulistano* ao noticiar as ações do padre, criticava-as e assumia a posição de defesa da Maçonaria. Referiam-se ao tal padre como “sombra de alguma ave agourenta, desgarrada das trevas”²⁵³; “alma ultramontana em desespero” que queria fazer “parar o carro da democracia”²⁵⁴. Em tom irônico, afirmavam que as atitudes do padre “longe de fazer mal, antes dava vigor à loj.ª maçônica, pois taes exaggerações só serviam para abrir os olhos aos homens sinceros e bons”²⁵⁵.

Além do caso de Franca, em janeiro de 1871 foi citada a criação de uma escola noturna em Itu, despertando a ira dos clérigos locais. Em Itu, “o quartel-general dos apóstolos da escravidão popular por meio do obscurantismo intellectual” foi fundada uma escola noturna, de educação gratuita para o sexo masculino. A notícia confirmava que em São Paulo, Campinas, Jundiaí, Rio Claro, Sorocaba, Franca e Santos já tinham escolas noturnas.²⁵⁶

O jornal *A Esperança* dos jesuítas de Itu lançou feroz ataque a essa iniciativa, que visava “inocular no povo, por esse meio (escola), as doutrinas perigosas”, estaria empenhada em “propagar entre nós o protestantismo, e as escolas nocturnas, são o meio mais efficaz – que inventou a maçonaria para plantar suas más doutrinas tanto políticas

²⁵⁰ *Correio Paulistano*, Noticiário Geral, 23 de outubro de 1870.

²⁵¹ *Correio Paulistano*, Comunicado, 7 de fevereiro de 1872; Noticiário, 28 de março de 1872

²⁵² *Correio Paulistano*, “Noticiário Geral”, 27 de abril de 1872

²⁵³ *Correio Paulistano*, editorial, 23 de outubro de 1870

²⁵⁴ *Correio Paulistano*, editorial, 4 de janeiro de 1871

²⁵⁵ *Correio Paulistano*, Comunicado, 7 de fevereiro de 1872

²⁵⁶ *Correio Paulistano*, Noticiário, 18 de janeiro de 1871

como religiosas.” No próprio editorial o redator respondeu que a escola noturna de Itu não é fundada pela Maçonaria e, para desconstruir a idéia de que a Maçonaria propaga o protestantismo disse que todos sabem que ela não é instituição religiosa, e que admitia sectários de todas as doutrinas religiosas.²⁵⁷

Na *Província de São Paulo*, temos a notícia de que em Bragança na inauguração de uma loja maçônica uma banda iria tocar e o vigário queria impedir, mesmo ameaçando a banda de que não mais tocaria na igreja a banda compareceu. E completou a notícia dizendo: “Preferia a excomunhão, julgando perfeitamente desarrazoada e imprópria da civilização e do século a exigência do reverendíssimo vigário.”²⁵⁸

Em um dos artigos que defendia a Maçonaria contra os ataques da Igreja, adotaram como estratégia utilizar a figura da mulher para responder aos ataques. Em uma notícia intitulada “Até o sexo frágil protesta”, apresentaram a carta de Maria Cândida do Amaral dizendo que seu pai foi maçom e que nunca deixou de ser católico.

Se a maçonaria é contraria a religião nenhum ministro do Senhor deve fazer parte d’ella: mas desde que um grande número lhe pertence e em geral a melhor sociedade do Universo, é porque ella não offende a religião e doutrina do Divino Salvador. (...) a classe a que v. rvdma. pertence não tem feito a millesima parte dos benefícios que a maçonaria tem feito à humanidade em geral. (...) vou pedir a meu marido e a meus filhos que entrem na ordem maçônica, porque, sendo ella tão guerreada por alguns de vv, rvdma, é porque sem duvida é a melhor conhecida.²⁵⁹

Em meio ao enfrentamento com a Igreja Católica, surgiu a primeira organização maçônica para mulheres. Por iniciativa da Loja Sete de Setembro instalou-se uma associação de senhoras, a Loja de Adopção. Que teria como principal atividade promover a emancipação de escravos. A notícia de instalação dessa associação terminou com a provocação: “Maçonaria de mulheres! Os jesuítas decididamente não prevalecerão...Vão gritar, bracejar, escommungar a torto e a direito.”, mas os “apóstolos da civilização” devem manter-se firmes.²⁶⁰

Os maçons sempre que podiam publicizavam suas ações, principalmente aquelas que se opunham ao comportamento de alguns clérigos, como quando libertavam escravos de religiosos. Uma das notícias informava que, Luiz Gama, comissionado pela

²⁵⁷ *Correio Paulistano*, Noticiário, 18 de janeiro de 1871

²⁵⁸ *A Província de São Paulo*, 20 de janeiro de 1875

²⁵⁹ *Correio Paulistano*, Noticiário, 6 de janeiro de 1871

²⁶⁰ *Correio Paulistano*, Noticiário, 18 de janeiro de 1871. Em uma transcrição da *Republica*, afirmam que o ultramontanismo fez das mulheres “servas de Roma em vez de boas mães de família”, *Correio Paulistano*, Transcrição, 27 de abril de 1872.

Loja América, conseguira a liberdade de nove escravos que foram ilegalmente escravizados por um bispo; a notícia tinha tom irônico: “Cousa notável! Democratas e maçons, duas espécies de excomungados, libertando indivíduos ilegalmente mantidos na escravidão por um sancto bispo de Jesus Christo”.²⁶¹

O conflito entre essas instituições se deu de forma aberta na imprensa, a utilização de termos depreciativos para designar tanto os maçons como os membros do clero merecem atenção. A utilização de expressões como “espécies de excomungados”, ou críticas ásperas como “O jesuitismo é uma enfermidade moral, uma febre cerebral, pestilenta exhalada do corpo apodrecido dos filhos legítimos de Loyola.”²⁶² são ilustrativas da tensão que marcava o embate entre esses dois grupos.

Ambos se utilizaram do enfrentamento para fazer propaganda de suas atitudes e reforçarem suas posições. Para a Maçonaria, o vigário de Franca se tornou um exemplo condenável e foi amplamente citado pelo *Correio Paulistano*.²⁶³ A própria forma como o jornal se referia as notícias de Franca, como “Ainda os taes”,²⁶⁴ mostram sua posição contrária a essas atitudes dos representantes da Igreja Católica.

Em abril de 1872, um fato novo gerou grande movimentação na imprensa, tanto da Igreja Católica quanto da Maçonaria, a questão envolvia a participação de um membro do clero em uma solenidade maçônica. O bispo do Rio de Janeiro, d. Lacerda, suspendeu das ordens religiosas o padre Almeida Martins, por este ter sido orador do Grande Oriente dos Beneditinos em uma solenidade maçônica oferecida ao Visconde do Rio Branco em relação à lei de 28 de setembro. O bispo suspendeu as licenças do padre de pregar e confessar.

O padre Almeida Martins informou que o bispo o convidou “a abjurar a Maçonaria”, ao que respondera que nunca tomou parte de uma associação contrária à “religião santa”, reiterando que a Maçonaria “tem por primeiro intuito a caridade, a fraternidade, a beneficência” e que ele não iria abjurá-la.²⁶⁵ Era bastante comum que em defesa da ordem maçônica declarassem ser apenas uma sociedade filantrópica permitida pela Constituição.

²⁶¹ *Correio Paulistano*, “Noticiário”, 22 de outubro de 1870

²⁶² *Correio Paulistano*, “Comunicado”, 30 de abril de 1872

²⁶³ “Decididamente o sr. Candido Roza, vigário da Franca, não encontrará no clero desta província grande número de sectários para propagação da – *ignorancia obrigatoria* – de que é venerável apóstolo.”²⁶³ *Correio Paulistano*, “Noticiário Geral”, 6 de abril de 1872

²⁶⁴ *Correio Paulistano*, “Noticiário”, 11 de abril de 1872.

²⁶⁵ *Correio Paulistano*, “Chronica Política”, 23 de abril de 1872

O *Correio do Brasil*, citado no próprio *Correio Paulistano*, ao tratar de “A Igreja e a Maçonaria” condenou o ato de suspensão apontando que era “digno de figurar nas paginas sombrias da inquisição”, e defendeu a Maçonaria, dizendo que sendo “(...) a maçonaria uma instituição tolerada pelas leis civis e criminaes, e estando a liberdade de associação garantida pela constituição política do império, não ha pretensão mais absurda do que a da igreja querer submeter os princípios de nosso organismo social á tutela do fanatismo e dos preconceitos religiosos.”²⁶⁶

A participação de membros da Igreja Católica na Maçonaria não era pequena. A *Gazeta de Campinas* publicou uma notícia sobre a Loja Fraternidade, de Paris, fundada por membros da Igreja Católica.

O celebre escriptor portuguez, o sr. Innocencio Francisco da Silva, tratando da loja maçonica *Fraternidade*, formada pelos emigrados portuguezes que existiam em Paris, no anno de 1821 [...] Entre os obreiros figuram diversos frades, padres, etc. Celebrariam esses ecclesiasticos conventiculos adversos à religião e ao throno? (interroga o mesmo sr. Innocencio). Prestariam juramentos contrários à fé catholica e ás leis do Estado? E estariam em uma ceita destinada a dar em terra com a igreja? Mereceriam a excommunhão que Pio IX em 1865, á falta de assumpto, se lembrou de applicar aos pedreiros livre? Só algum desmiolado bispo responderá affirmativamente.²⁶⁷

Com a gravidade dos ataques à ordem maçônica foi necessária uma aproximação entre os dois Grandes Orientes, que se encontravam divididos nessa época²⁶⁸, para melhor defenderem seus interesses. Em 23 de abril de 1872, o *Correio Paulistano* informava que

Os grandes orientes dos Benedictinos e do Lavradio reuniram-se hontem em sessão extraordinaria, e resolveram unanimemente reagir pela imprensa contra o acto injustificável do bispo do Rio de Janeiro que ferio a ordem maçonica na pessoa de um dos seus distinctos membros.(...) A victoria não pertencerá ao ultramontanismo!²⁶⁹

A união entre os dois Orientes foi efêmera, entre maio e setembro de 1872, as posições divergentes não permitiram o prolongamento dessa união. Para Barata,

Na realidade, a existência de duas Obediências no seio da comunidade maçônica brasileira, mesmo diante de uma oposição radical do

²⁶⁶ *Correio Paulistano*, “Chronica Política”, 23 de abril de 1872. A posição da *Gazeta de Campinas* no que se refere às atitudes dos clérigos foi expressa em um editorial escrito por Quirino dos Santos, também foi a de criticar o fanatismo religioso como solução promover a instrução pública. Critica duramente os tributos cobrados pelos bispos, não considerando legítimo. *Gazeta de Campinas*, editorial, 26 de junho de 1873

²⁶⁷ *Gazeta de Campinas*, Miscellanea, 22 de maio de 1873

²⁶⁸ Ver Capítulo 1

²⁶⁹ *Correio Paulistano*, “Chronica Política”, 23 de abril de 1872

ultramontanismo católico, revela a distância existente entre as posições de Saldanha Marinho e do visconde do Rio Branco e, conseqüentemente, dos dois grupos maçônicos.²⁷⁰

Ao longo da Questão Religiosa a existência de dois discursos maçônicos diferentes torna-se mais evidente. Barata identificou o discurso da vertente de Saldanha Marinho como mais próximo do liberalismo clássico, defendendo a separação Igreja e Estado, já Rio Branco representava a vertente que, sem abandonar as idéias liberais, se identificava com o regalismo.²⁷¹

Com o crescente embate com os religiosos, as lojas maçônicas publicaram manifestos de apoio ao padre Almeida Martins. As lojas de São Paulo manifestaram seu apoio, no *Correio Paulistano* de 26 de abril de 1872 foi noticiado que a Loja América por meio de uma comissão iria felicitar o padre maçom.

As offic.ªs maçônicas desta heróica e livre província de S.Paulo não podiam assistir indifferentes aos gritos de alarme que chama a postos aos Filhos da Viúva em defeza de seus direitos, que são os direitos do homem, a virtude, o bem, a perfeição moral e a liberdade, ante a provocação cathégorica dos apóstolos da ignorância e da superstição – os negregados filhos de Loyola. [...] Propomos mais que essa Aug.ª Loja prossiga com energia na lucta encetada desde o momento da sua existência, de libertar a consciência dos indivíduos, e de combater com tenacidade toda a tyrania política e religiosa, seja qual for a sua origem.²⁷²

Nessa notícia, a Loja América definia não só a sua função, mas, a da Maçonaria como um todo, esclarecendo que a Maçonaria não era apenas uma sociedade beneficente, mas que também exercia uma grande função política.

Os jornais que se identificavam com a causa maçônica acreditavam que essa polêmica com o bispo do Rio de Janeiro serviria para fortalecer a Maçonaria, aproveitando o embate para fazer propaganda da sua atuação. Para comprovar o vigor da ordem, os jornais estavam cheios de notícias de reuniões maçônicas, iniciações de novos membros e instalação de novas lojas. Uma das notícias fez questão de ressaltar que em uma assembléia geral, que ocorrera no Grande Oriente ao Vale dos Beneditinos, compareceram á reunião cerca de 3 mil maçons.²⁷³

²⁷⁰ BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras: a ação da Maçonaria Brasileira (1870 – 1910)*. Op cit., p. 96.

²⁷¹ Ibidem, p.109.

²⁷² *Correio Paulistano*, “Noticiario Geral”, 26 de abril de 1872. Nessa matéria também comunicou sua resolução ao Grande Oriente do Vale dos Beneditinos e a todas as Lojas da província, e elegeram o Irmão Américo Brazilio de Campos para ser o defensor dessas idéias na imprensa.

²⁷³ *Correio Paulistano*, “Chronica Politica”, 2 de maio de 1872. É o *Correio do Brazil* de 28 do passado, que informava que teve no Grande Oriente do Vale dos Beneditinos uma “assembléa geral do povo

Essa análise positiva da polêmica continuou sendo adotada pelo *Correio Paulistano*, que em outra notícia sobre os “Efeitos do jesuitismo” afirmou que, segundo *A Republica*, crescia a cada dia o movimento de iniciações. No Vale do Lavradio foram iniciados em uma loja, em um único dia, dezessete novos membros, e no Vale dos Beneditinos deveriam ser iniciados mais nove novos membros na Loja Segredo, sendo que na Loja Philantropia e Ordem, um já fora iniciado e mais três seriam recebidos.²⁷⁴

Sem dúvida, o ponto de maior tensão entre os maçons e a Igreja aconteceu em 1873, quando o bispo de Pernambuco d.Vital decidiu cumprir a bula Syllabus que determinava a expulsão de todos os membros da Maçonaria que pertencessem a ordens religiosas.

Em 19 de janeiro de 1873, o *Correio Paulistano* comentou que o *Jornal de Recife* noticiava que a população se achava impressionada com as circulares do bispo diocesano aos vigários da capital mandando que se expulsasse daquelas ordens os pertencentes à Maçonaria; e ameaçava que as irmandades que não obedecessem seriam interditas.

Ao revm. cônego vigário de Santo Antonio de Recife. Constando-nos que o sr.dr. Antonio José da Costa Ribeiro, notoriamente conhecido por maçom, é membro da irmandade do Santíssimo Sacramento dessa matriz, e pesando sobre os iniciados na maçonaria pena de excomunhão maior, lançada por diferentes papas, mandamos que v.revma., sem perda de tempo, dirija-se ao juiz daquella irmandade e ordene-lhe em nosso nome que exorte caridosa e instantemente ao dito irmão a abjurar essa seita condenada pela igreja. Se por infelicidade este não quizer retractar-se, seja immediatamente expulso do grêmio da irmandade, por quanto de taes instituições são excluídos os excommungados. Da mesma sorte se proceda com todo e qualquer maçom por ventura membro de qualquer irmandade existente na sua freguezia. Aguardamos a comunicação de que nossas ordens foram cumpridas.

Eliane Colussi afirmou que essas expulsões feitas pelos bispos brasileiros podem ser vistas como uma espécie de “caça às bruxas”, pois pretendiam “realizar uma *limpeza* nos seus próprios quadros e, ao mesmo tempo, fragilizar os principais defensores da laicização.”²⁷⁵

Diante desse ataque, a Maçonaria pernambucana convocou uma reunião, decidindo fazer representações aos poderes políticos e civis, contra os abusos cometidos

maçônico”. O grão-mestre, o sr. Conselheiro Saldanha Marinho fez um discurso, o sr. Dr. Rozendo Moniz Barreto leu um manifesto que a maçonaria apresentaria defendendo-se.

²⁷⁴ *Correio Paulistano*, “Noticiario Geral”, 14 de maio de 1872

²⁷⁵ COLUSSI, Eliane Lucia. *Op cit.*, p.145.

pelo bispo e solicitando providencias; além de decidir realizar conferências públicas para esclarecer ao povo sobre esses abusos e publicar os quadros dos irmãos ativos das diferentes lojas deste vale e a relação nominal de todos os maçons avulsos da província.²⁷⁶

A própria Loja América também se reuniu conforme relatou o jornal:

A Loj.: maçônica América desta Capital deliberou em sessão de antehontem, por voto unânime de grande numero de operários presentes, que fosse dirigida ao Gr.: O.: Unid.: do Brazil, e por intermédio deste às Offi.: maçônicas de Pernambuco, um voto de fraternidade e plena adesão á causa maçônica desvairadamente vilipendiada nas pessoas e direitos dos Maçons de Pernambuco pelo diocesano frei Vital de Oliveira, cégo representante dos jesuítas e das ambições ultramontanas naquelle bispado.²⁷⁷

Com o conhecimento de tais fatos, a Maçonaria começou a se organizar para combater as atitudes do bispo de Pernambuco. O Grande Oriente Unido do Brasil, por convocação do Grão-Mestre da Ordem, Joaquim Saldanha Marinho, marcou uma reunião do povo maçônico para fazer causa comum com os irmãos do norte que estavam sofrendo perseguição.

O fim dessa reunião foi o de elevar um novo protesto contra as invasões do poder ecclesiastico nos domínios da jurisdição civil, tentando sequestrar todas as liberdades, todos os direitos dos cidadãos brasileiros.

Pela segunda vez vê-se o corpo maçônico no imprescindível dever de accudir com sua influencia e com os seus recursos para amparar a liberdade humana e os inauferíveis direitos da consciência contra a perseguição e contra o fanatismo religioso.²⁷⁸

Convocou a “resistência enérgica de todos os homens livres e verdadeiramente amantes da religião.” Afirmando ainda que aguardavam a ação do governo e do corpo legislativo. E ao final da notícia lançavam uma provocação ao Grande Oriente do Lavradio:

O Lavradio, série de maçons dissidentes na ultima junção dos Orientes, é que não ruge nem muge, resolvido ao certo a manter-se *neutral* na guerra movida aos *maçons*, naturalmente porque é a séde – dos maçons – ministeriaes.

²⁷⁶ *Correio Paulistano*, Províncias 19 de janeiro de 1873. A Loja Harmonia, do Pará, também realizou uma reunião, os assuntos tratados foram: 1º felicitar a maçonaria paraense e pernambucana pela maneira pacífica e honrosa na ocasião dos ataques dos jesuítas; 2º nomeação de uma comissão para “em face da legislação do paiz e da civilização do século” formular uma representação para ser levada aos altos poderes do Estado, foram escolhidos: padre Eutychio, dr. Samuel, capitão tenente Queiroz, dr. Assiz, Manoel Cruz, dr. Julião e dr. Malcher; 3º publicar-se o quadro de todas as lojas existentes no vale, dos ativos e dos eliminados. *Correio Paulistano*, Províncias, 20 de fevereiro de 1873.

²⁷⁷ *Correio Paulistano*, Noticiário, 24 de janeiro de 1873

²⁷⁸ *Correio Paulistano*, Noticiário, 2 de fevereiro de 1873

A *Gazeta de Campinas* noticiou que a Loja Independência pretendia dirigir um manifesto ao Grande Oriente Unido aderindo à representação dos maçons de Pernambuco em oposição ao bispo daquela diocese. Essa loja identificando-se com o brado contra esse fanatismo “declara aderir a todos os actos do Grande Oriente Unido, a este respeito, reconhecendo, como o tem feito por mais de uma vez, na qualidade de única potencia legitima da maç. . no Brasil.”²⁷⁹

Nos meses seguintes as publicações acerca da Questão Religiosa tornaram-se praticamente diárias, descrevendo as atitudes dos bispos de Pernambuco e do Pará. Aumentando a pressão sobre o governo e sobre os ministros filiados a Maçonaria para solucionar tal questão.

O *Jornal do Recife*, citado pelo *Correio Paulistano*, continuou a relatar novos interditos do diocesano, agora também proibira sepultura aos que fossem maçons.²⁸⁰ Com o título “Brilhanturas do bispo de Pernambuco” o jornal descreveu a resposta da irmandade do Divino Espírito Santo, que foi interditada pelo bispo, decidiu declinar da condenação, continuar franqueando o templo aqueles que quiserem exercer o culto e quanto a negação da sepultura a maçons afirmou que “esta irmandade deixa que esta ameaça caia desmoralizada pelo irrisório arbítrio que a dictou; e portanto esta irmandade declara-se resolvida a proceder em caso de morte de algum irmão maçom, do mesmo modo porque o tem feito até aqui”, e termina dizendo que o bispo “julga que nos deve governar espiritualmente como se fôramos uma aldeia de índios botucudos.”²⁸¹

Os dias subseqüentes traziam informações sobre “Os desvarios de d. Vital”, “As diabruras do diocesano de Recife”, que também não concedia mais licença para maçons se casarem.²⁸² Os ânimos estavam cada vez mais exaltados em Pernambuco, o jornal relatou um motim, em que a multidão invadiu um colégio jesuíta, quebrou móveis e os atirou na rua, quebraram também a tipografia da folha União e só não entraram no palácio episcopal porque as forças públicas os impediram.²⁸³

²⁷⁹ *Gazeta de Campinas*, Notícias, 2 de fevereiro de 1873

²⁸⁰ *Correio Paulistano*, Províncias, 20 de fevereiro de 1873

²⁸¹ *Correio Paulistano*, Noticiário, 22 de fevereiro de 1873

²⁸² Transcreveu o *Jornal do Commercio* do *Jornal de Recife*, que o sr. dr. João Baptista Pinheiro Corte-Real não pode se casar porque o jovem prelado não quis dar-lhe licença por ser maçom e não querer abjurar a maçonaria. *Correio Paulistano*, Noticiário, 22 de março de 1873. Em outra notícia extraída da *República* informou que o nº de matrimônios protestantes tem aumentado, não pela propaganda religiosa, mas porque os bispos acabaram de declarar nulo o sacramento do matrimônio recebido pelos católicos maçons. *Correio Paulistano*, 29 de abril de 1873

²⁸³ *Correio Paulistano*, Noticiário, 27 de maio de 1873

Em outra notícia intitulada “Os ‘taes’ em campanha”, apontou que a luta com os jesuítas ganhava importância, essa luta teria iniciado com os maçons, mas já se transferiu para os terrenos político e religioso. Informou que o bispo d. Antonio, do Pará, suspendeu irmandades religiosas Senhor dos Passos e as ordens terceiras de S. Francisco e do Carmo. A mesa diretora da Santa Casa de misericórdia também recebeu uma carta, exortando o diretor a abandonar a Maçonaria. O jornal publicou um trecho da carta em resposta a esse apelo do bispo, em que a mesa diretora informou que participava da Maçonaria porque ela é “uma instituição (que) consideramos altamente humanitária; por isso que todos os seus actos são pautados pelas doutrinas do christianismo”, afirmou que se consideravam católicos apostólicos romanos; informando ainda que continuariam no cargo de direção a menos que o governo provincial os destituísse.²⁸⁴

Para tentar rebater as críticas e conquistar maior apoio da sociedade, o Grande Oriente Unido do Brasil apresentou um projeto para criação de Monte-pio maçônico.²⁸⁵ O objetivo era exaltar a beneficência da Maçonaria, para desarticular os ataques da Igreja.

Uma outra estratégia de combate foi a de abrir conferências públicas semanais no Oriente dos Beneditinos, “no intuito de desmascarar as intrigas e ameaças jesuíticas.”²⁸⁶ Nesse mesmo Noticiário da Corte, além de comentar as excomunhões de maçons no Rio, citou o fato de um maçom em Niterói que foi convocado para o júri e declarou a impossibilidade de servir como júri, uma vez que sendo maçom e como tal excomungado, não devia prestar juramento. O presidente disse que não se importava por ele ser maçom e que se ele se declarava cristão era o que bastava para fazer o juramento.

Outro caso interessante que ilustra os ânimos exaltados foi noticiado no *Correio Paulistano*, em “Os maçons e os homens da opa”, descrevendo o enterro, em São Paulo,

²⁸⁴ *Correio Paulistano*, 29 de abril de 1873

²⁸⁵ “Em uma éphoca em que a tyrannia e a ignorância ameaçam até a família do maçom, nenhum acto maçom pode recommendar-se melhor á gratidão do século, nem melhor desmascarar a hypocrisia de seus calumniadores gratuitos ou mercenários, do que demonstrar a nossa augusta e civilisadora instituição, que a família assim como é o primeiro elo da cadeia social, o seu futuro e prosperidade é para o maçom o vínculo mais adorável e a mais apaixonada de suas aspirações.” O Monte-pio tem por fim “livrar da penúria as famílias dos membros da maçonaria brasileira”; é obrigatório para todos os maçons do Grande Oriente Unido e livre para os outros que queiram pertencer. *Correio Paulistano*, “Projeto maçônico importante”, 26 de abril de 1873.

²⁸⁶ Sobre a 1ª conferência, a *República* publicou que o palestrante foi o sr. conselheiro Liberato Barroso, discursou sobre o espírito do cristianismo. *Correio Paulistano*, Corte, 16 de maio de 1873. Em uma correspondência do jornal houve uma crítica informando que as conferências cessaram por falta de oradores, “pois que os nossos patriotas não comprehendem como se possa estudar para fallar durante uma hora sem retribuição real. A verdade é esta. E note-se que nos beneditinos ha muitos e bons oradores. E são estes homens que se propõe vencer os jesuítas, disputando-lhes a influencia na sociedade?” *Correio Paulistano*, Corresp, 15 de agosto de 1873.

de uma senhora da Loja de Adopção. Contou que as mulheres carregavam o caixão e choravam e que por estarem cansadas pediram aos homens da opa que carregassem o caixão, estes responderam: “as irmãs que a carreguem, não nos deixaram tirar o cadáver de casa, agora nada temos com isso” e murmuraram contra a maçonaria. A indignação foi geral, e as mulheres tiveram que pegar o caixão de volta. A notícia termina dizendo:

Eis o facto; o publico que faça o seu juízo. A caridade representada pela maçonaria, brilhou mais uma vez e o jesuitismo e a soberba foram corridos de vergonha e oppobrio. Será isto o prenuncio de luta aqui em S.Paulo, entre os jesuítas e a maçonaria? Quererão parodiar os escândalos de d. Vital e d. Lacerda? Acautelle-se o povo, e prepare-se para o combate.²⁸⁷

No dia seguinte foi publicada uma carta assinada pelos irmãos da opa, pretendendo esclarecer o incidente no enterro citado anteriormente. Os irmãos da opa esclareceram que foi com a intervenção de Antonio Egydio de Moraes que disse que a condução do caixão pertencia as irmãs da Loja maçônica Adopção, um dos irmãos da opa fazia referência a fala citada recebendo um resposta “pouco cortez” do sr. Egydio, que aos gritos “*em formula maçônica* chamava os vigilantes da loja – Sete de Setembro”. As senhoras prosseguiram com o caixão e quando solicitaram ajuda dos homens da opa estes recusaram “para evitar novas questões e proclamações maçônicas dentro da capella”. Afirmando que não murmuraram contra a maçonaria “pois também fazem parte della. (...) Não há questões de jesuítas e maçonaria. O *jesuitismo* não está só na opa. Ha neste mundo muito jesuíta de casaca, gritando por liberdade e progresso.”²⁸⁸

A notícia citada acima faz referência à idéia de que o combate era contra o jesuitismo. Eliane Colussi ao analisar os discursos maçônicos, percebeu que a estratégia era combater o jesuitismo, que na segunda metade do século XIX, aproximou-se do poder papal.

Com isso, o ataque era quase sempre indireto, pois não se dirigia abertamente à instituição e, sim, a uma das suas ordens religiosas, o que, de certa maneira, reduzia prováveis conflitos com os católicos maçons.²⁸⁹

Em algumas das notícias notamos que existia o sentido de legitimar a Maçonaria como ordem que não feria os preceitos do catolicismo, como em uma correspondência de Londres para o jornal do Comércio, afirmando que enquanto alguns bispos brasileiros perseguem franco-maçons, na Europa, o príncipe de Gales mostrava o

²⁸⁷ *Correio Paulistano*, 17 de maio de 1873

²⁸⁸ *Correio Paulistano*, 18 de maio de 1873

²⁸⁹ COLUSSI, Eliane Lucia. *Op cit.*, p. 148.

respeito que tem pela ordem aceitando o cargo de grão-mestre dos Cavaleiros Templários.²⁹⁰

Entre as várias manifestações sobre a Questão Religiosa, um “Communicado”, intitulado “A maçonaria, os jesuítas e o sr.Paranhos” é extremamente interessante para compreensão do viés político que essa questão acabou tomando.

Sou maçon, sr. redator, honro-me disso [...] Já se vê, pois, quão tristes apprehensões assaltaram meu espírito á vista do papel que em todo esse movimento maçônico ha representado o muito alto sr. Paranhos, visconde do Rio Branco, senador, chefe dos ministros, valido privado de sua magestade, e sobre tudo isso alto funcionario na maçonaria brasileira.

A maçonaria agita-se; por um lado a desvairada cholera dos jesuítas, por outro lado as luctas internas.Bem vejo nesta ebulição immensos benefícios dando em resultado nova vida e larga regeneração à Ordem, realmente abatida até estes últimos tempos [...]. Convem que os espíritos sábios e bons saibam reagir com dignidade e independência. Convem chamar à contas os tresvairados, e não dar quartel ás culpas e aos culpados, sejam quaes forem.

O maçom autor da carta afirmou que fez todos os esforços para manter o Visconde do Rio Branco em seu cargo de Grão-Mestre

quando, reunidos os orientes e depostos os grãos-mestres que existiam, se procedeu a eleição para esse elevado cargo maçônico. Ainda frustrado todos os esforços, procurei conserval-o nessa posição, restabelecendo a autoridade do Lavradio [...]. Restabelecido assim o antigo Oriente do Lavradio, sómente para lisongear a s. ex.[...] E s. ex., a primeira influencia hoje no paiz, e chefe do gabinete, dispondo de um poder sem igual, e mais ainda com as chaves da diplomacia em suas mãos, nos podia, no interior como no estrangeiro, prestar os mais relevantes serviços.

Continua denunciando que no momento em que aumenta a perseguição dos jesuítas aos maçons

vão passando sob o maior silencio e indiferença de s. ex!” [...] não tem encontrado guarida nem no seu chefe.[...] No senado brasileiro, e em face do sr. Visconde do Rio Branco, os maçons são acoimados de irreligiosos, de pérfidos, de indignos, de relapsos, de excommungados e excluídos do grêmio catholico, e s. ex. IMPASSIVEL deixa que a calumnia e a injuria passem em julgado, e nem sequer lhes oppõe um protesto! [...] Quem defenderá a maçonaria desde que o seu chefe assim a abandona? [...] Quem garante no Brazil a maçonaria? Ninguém? Não: a maçonaria se garantirá a si própria [...]

²⁹⁰ *Correio Paulistano*, Noticiário, 27 de maio de 1873. Esta noticia também foi citada no *Gazeta de Campinas* de 25 de maio de 1873.

O autor afirmou que acreditava que o Visconde do Rio Branco seria o defensor da Ordem, depois da passividade do ministro diante dos ataques da Igreja, se declarou arrependido por ter apoiado Rio Branco. Assinando a carta como “um maçom, um católico caluniado, uma das vítimas dos padres de Roma. Um velho maçom do Lavradio.”²⁹¹

É importante lembrar que os maçons ligados ao jornal *Correio Paulistano* estavam filiados a lojas maçônicas do Vale dos Beneditinos²⁹², sendo assim é comum encontrar algumas críticas diretas ou indiretas a liderança do Lavradio, Visconde do Rio Branco, ou membros relacionados a este Vale.

Eliane Colussi lembrou que a Maçonaria brasileira não se posicionou homogeneamente quanto a Questão Religiosa. O Lavradio não acusava a instituição católica como responsável pelos acontecimentos recentes, nem fazia críticas às autoridades imperiais, mas atacava o jesuitismo. Já os Beneditinos defendiam uma posição mais radical, o próprio Saldanha Marinho na publicação de seus artigos como Ganganelli atacava a Igreja e criticava a política imperial.²⁹³

Barata citou um Boletim do Grande Oriente do Brasil ao Vale do Lavradio, publicado em janeiro de 1873, que em um discurso cuidadoso dizia que “entre o catolicismo e a Maçonaria não há barreiras, nem levantam-se hostilidades.”²⁹⁴ Posicionando-se de maneira contrária o próprio Saldanha Marinho, com o apelido de Ganganelli, publicou uma série de artigos sobre o conflito entre os dois poderes. A série de artigos era composta por: “O poder irresponsável na questão religiosa”; “A dialética dos ultramontanos”; “O partido do Syllabus”.²⁹⁵ Nesses artigos Saldanha Marinho defendia a separação da Igreja e Estado, a instituição do casamento e do registro civil, a secularização dos cemitérios e a liberdade de culto.

A questão tornava-se cada dia mais política, ganhando espaço nos debates parlamentares. Uma crônica, intitulada “O fermento ultramontano e a política”, apontou que a campanha liderada pelos bispos estaria servindo para “levantar o paiz, dar vida e fogo a política. É a benéfica revolução da pedra infernal da chaga apodrecida”. Descreveu o choque que houve na sessão do Senado entre o liberal Zacarias de Góes e

²⁹¹ *Correio Paulistano*, Comunicado, 21 de março de 1873

²⁹² Ver Capítulo 1.

²⁹³ Logo depois da publicação dos artigos de Saldanha Marinho, o Lavradio lançou uma nota para informar que a sua posição não era a mesma. COLUSSI, Eliane Lucia. *Op cit.*, p. 150.

²⁹⁴ BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras: a ação da Maçonaria Brasileira (1870 – 1910)*. *Op cit.*, p. 97.

²⁹⁵ *A Província de São Paulo*, 23 de fevereiro de 1875

Vasconcelos e o conservador Visconde do Rio Branco. Zacarias, “liberal apenas no nome”, reivindicou o título de chefe do partido ultramontano; e que como oposição, Rio Branco “ria-se, ria-se, ria-se o bom rir.” O presidente do Conselho se opunha a política dos bispos e do papa; enquanto Zacarias amaldiçoava e atirava injúrias aos maçons. Rio Branco fazia “a defesa e apologia da maçonaria”. Já a situação dos liberais era difícil, pois não rompiam com seu chefe, mas ao mesmo tempo havia aqueles que criticavam a posição dos bispos.²⁹⁶

O senador do Maranhão Candido Mendes de Almeida também se levantou para criticar a posição do Visconde do Rio Branco, afirmando que suas reflexões derivavam da sua “posição especial em relação a maçonaria brasileira”. Rio Branco rebateu declarando que deveriam promover os interesses da religião por outro modo, educando melhor o clero e não começando a excomungar, “não começando a expellir da igreja catholica os membros de uma associação, que existia no Brazil há tantos annos, sempre como associação pacífica e beneficente.” Recordando que em outros tempos a Maçonaria foi muito favorecida pelos papas, quando os maçons eram chamados pedreiros livres e tinham corporações. E o senador Mendes de Almeida retrucou ironicamente dizendo: “V.ex. faz um descobrimento maior do que o de Colombo!”. Rio Branco continuou esclarecendo qual seria o motivo da perseguição da Igreja Católica a Maçonaria,

É que v. ex. conhece a maçonaria pelos livros de seus detractores, interessados em quebrar o que julgam um extenso e forte elemento do progresso social. Depois que, no princípio do século XVIII, a maçonaria se converteu em associação philosophica, e em alguns paizes tomou parte activa na política do dia, desde então começou a perseguição contra ella.

E declarou ainda que quando aceitou o cargo como chefe do círculo do Lavradio, não imaginava ser contrário a doutrina católica. Citando maçons ilustres como José Bonifácio, D.Pedro I. E se esquivou dizendo que

No Brazil a maçonaria tem sido inútil para a política; tem vivido inteiramente a parte, pacífica e neutra, de sorte que públicos de todos os credos encontram-se nessas reuniões com a maior fraternidade.[...] Desde que a maçonaria não trata nem de política nem de religião; desde que a sua missão é puramente moral e beneficente, essa fraternidade é natural e muito conforme a religião christã e aos interesses geraes da humanidade.²⁹⁷

²⁹⁶ *Correio Paulistano*, Chronica Política, 28 de maio de 1873

²⁹⁷ *Correio Paulistano*, Parlamento, 29 de maio de 1873

Alguns dias depois, um editorial do *Correio Paulistano* aproveitou a tensão dos debates políticos e criticou ferozmente a posição do chefe dos liberais, Zacarias de Góes.

O sr.Zacharias, chefe dos liberais, supremo sacerdote entre os cultos proeminentes do Centro Liberal, estado maior, do partido, é ao mesmo tempo o campeão mais robusto dos ultramontanos, dos jesuítas e das irmãs de caridade, valente paladino da negregada cohorte, e seu infatigável defensor em todas as suas pretensões e intentos. Como harmonizar essa anarchia?

Enquanto o problema religioso não havia tomado, como agora, pronunciada feição política, era tolerável a cousa, as divergências religiosas dos chefes não eram obstáculo insuperável para a união no terreno político. Mas hoje?

Quando os bispos jesuítas põem em execução o Syllabus, as encyclicas e decretos pontificiais, tentando transformar o regimento do paiz a seu modo, atacando de frente as raras prerrogativas democráticas da Constituição, acolmando de herético o liberalismo, como hade ser o sr. Zacharias ao mesmo tempo eminência ultramontana e chefe do liberalismo?

O editorial apontou a divergência entre Zacarias e Silveira Martins, que defendia a separação entre a Igreja e o Estado. E lembrou que no partido conservador também havia dissidências, enquanto Rio Branco opinava contra a política de Roma, os srs. Junqueira, Duarte e Alfredo “abraçam-se constrictos aos prelados jesuítas.” E para concluir apontou uma crise política em que a própria estrutura dos partidos monárquicos se encontrava:

Amarrados ao carro da monarchia, é o seu destino a incoherencia, o tripudio do desespero no meio das ruínas em que se desfaz o imperial edifficio.

Nesta como em tantas outras questões, só podem manter-se unidos os que tem por base o terreno sólido dos princípios radicaes – os republicanos.

Estes, sim, nem pela religiosidade separam-se, porque partem do grande princípio de que a religião e a política devem ser espheras distinctas e perfeitamente independentes.²⁹⁸

As folhas que tinham simpatia pela causa republicana, aproveitavam as dificuldades dos partidos monárquicos para solucionar tal questão e defendiam que com a instalação da República essa questão estaria solucionada, uma vez que Igreja e Estado seriam independentes.

O Club Popular, núcleo liberal de Pernambuco, informou pela imprensa que

Lamenta, porém, que, tendo-se declarado ultramontano e sectário do Syllabus, houvesse s.ex. (Zacharias de Góes e Vasconcellos) arremessado para muito longe de si o honroso título de um dos mais conspícuos chefes do mesmo partido, e obliterado até certo ponto a benemerência, resultante de taes serviços.” [...] “Resolve, pois, não aceitar jamais a direcção do exm.

²⁹⁸ *Correio Paulistano*, editorial, 14 de junho de 1873

sr. conselheiro Zacharias de Góes e Vasconcellos; a menos que melhor compenetrando-se dos deveres inerentes a posição, que espontaneamente assumio, assente s.ex. mudar de rumo.²⁹⁹

Alguns dias depois, um novo editorial do *Correio Paulistano* afirmava que esta é uma questão política, “Por uma razão bem visível. Porque há entre nós uma religião de Estado, e porque é esta religião justamente a que promove a lucta.[...] O ultramontanismo declara a constituição herética e pretende reforma-la a seu favor, ou ao menos anulal-a”.³⁰⁰ No dia seguinte um outro editorial discutia que havia uma contradição entre o princípio da infalibilidade papal e a soberania do Estado, corroborando para a idéia de que era necessária a separação da Igreja e do Estado.³⁰¹

As matérias que envolviam o debate sobre liberdade religiosa se multiplicavam. Em um dos editoriais, essa questão foi abordada como sendo um assunto urgente

É esta uma das mais importantes questões do paiz, tão séria e transcendente como a forma de governo. Della pendem assumptos de alto e complexo interesse, na ordem civil, política, financeira e na própria esfera religiosa, tais como a independência e paz entre a Egreja e o Estado, a immigração estrangeira, meio único de salvar a agricultura pela organização do trabalho livre, e a própria dignidade da Egreja que só pudera ser nobilitada pela abolição do triste privilégio que a sujeita á dependência e absurdo senhorio do poder temporal.³⁰²

A discussão atingiu o ápice quando o governo publicou decretos contra as atitudes dos bispos. A *Gazeta de Campinas* de 22 de junho de 1873 transcreveu o aviso do ministério acerca da decisão do governo sobre os atos do bispo de Pernambuco.

Considerando que os decretos dos concílios e lutas apostólicas, assim como quaesquer outras constituições ecclesiaticas, dependem, para sua execução, de beneplácito do governo ou de aprovação da assembléa geral legislativa [...] Considerando que não tiveram beneplacito as bullas que fulminaram excommunhão contra as sociedades maçônicas;

Considerando que a maçonaria como sociedade secreta é permittida pela lei civil, não tem fins religiosos, nem conspira contra a religião catholica; e que, portanto, faltam-lhe character e intuitos que a sujeitem á jurisdição ecclesiastica e á condemnação sem fórma e figura de juízo; [...]

Considerando que a mesma irmandade não tinha poder para expellir do seu grêmio os membros que pertecessem á maçonaria [...].³⁰³

²⁹⁹ *Correio Paulistano*, Chronica política, 10 de julho de 1873

³⁰⁰ *Correio Paulistano*, editorial, 18 de junho de 1873

³⁰¹ *Correio Paulistano*, editorial, 19 de junho de 1873

³⁰² *Correio Paulistano*, editorial, 9 de julho de 1873

³⁰³ *Gazeta de Campinas*, Notícias, 22 de junho de 1873

Ordenando que no prazo de um mês os efeitos desse ato sejam revogados, condenando a ação do bispo que “praticando uma verdadeira usurpação do poder temporal” pedia que fosse cumprida a ordem da Coroa.

A resposta do bispo de Pernambuco não tardou e em 30 de julho transcreveram a resposta ao governo imperial. O bispo se recusou a ouvir os conselhos do governo e afirmou que “não levanta a pena do interdicto lançada contra as irmandades que não querem expellir do seu seio os maçons”. Diante da negativa do bispo, o jornal questionou como o bispo pode ter jurado a Constituição e não concordar com parte dela, sendo que não manifestou nada disso quando fez o juramento.

A *Gazeta de Campinas* informou que no Diário da Bahia, por cartas o bispo do Pará informou que também não se submeterá a decisão do governo imperial na questão religiosa desobedecendo aos mandamentos da cúria romana.³⁰⁴ E contou ainda que o vigário Candido Rosa, de Franca, posicionando-se a favor dos bispos “concitou o povo a oppôr-se por todos os meios aos actos do governo em relação a questão Vital.”³⁰⁵

A postura ousada dos bispos provocou novamente o debate Parlamentar, descrito em uma crônica, intitulada “O governo e o bispo de Pernambuco”. O deputado Silveira Martins pediu que se marcasse um dia para que ele pudesse interpelar o presidente do Conselho sobre quais meios o governo iria utilizar para resolver a crise e, se esses meios seriam eficazes para obter a obediência do bispo. O Visconde do Rio Branco discursou, apontando que cada ministro era independente e tinha suas atribuições expressas por lei, por isso não caberia a ele falar como responsável por todos. E concluiu que a questão entre o Estado e a Igreja era delicada e que o governo não estava sendo desatento, estava sendo apenas cauteloso.

Em seu discurso esclareceu que não apóia a separação entre Igreja e Estado, dizendo que isso não seria a solução, nem cessariam os conflitos, defendeu que a harmonia deveria ser restabelecida. E como conselho aos bispos brasileiros citou o discurso de um bispo católico na Alemanha: “[...] não esquecendo jamais que não é a luta e a discórdia, mas a paz e harmonia, que devem reger, segundo a vontade de Deus, as relações entre os dous poderes instituídos, por Elle para o bem da sociedade humana. Não queremos que se contestem e desprezem as leis existentes, porque abalar a autoridade da legislação é abalar as bases do Estado, a protecção dos direitos de todos.” No final da crônica, o redator criticou o discurso de Rio Branco dizendo que esse “não

³⁰⁴ *Gazeta de Campinas*, Notícias, 31 de julho de 1873

³⁰⁵ *Gazeta de Campinas*, Correspondência, 14 de setembro de 1873

adeantam patavina”, e enfatiza que Rio Branco não disse o que vai fazer e nem como, além de rejeitar a separação entre Igreja e Estado.³⁰⁶

Nas publicações que se seguem o jornal continua criticando a posição de Rio Branco. “Em quanto o sr. Paranhos amontoa promessas sobre promessas visivelmente atrapalhado no falso terreno dos paliativos” descreveu como d.Vital tem desobedecido as ordens do governo, não aceitando a intimação do delegado imperial e ameaçando seus vigários de castiga-los caso obedecessem as ordens do governo. Os bispos de Pernambuco, Pará, da Corte e do Rio Grande já se levantaram e recentemente o da Bahia publicou um documento de d.Vital que o governo havia proibido.³⁰⁷

Nos debates parlamentares Silveira Martins defendia o direito do Estado examinar as letras apostólicas, afirmando que o bispo não só insultou o poder público mas desprezou as leis do país, as quais jurou obediência. Defendeu a separação entre a Igreja e o Estado e disse que era preciso que o governo tivesse coragem de apresentar uma lei de casamento civil; recebeu apoio de vários presentes.³⁰⁸

O tom das críticas piora, apontando que a laicização do Estado era a única solução eficaz e que garantiria a paz.

A falsa e insustentável aliança pretendida pela dynasthia brasileira entre o despotismo da realeza e o despotismo religioso. Dado o ponto de apoio de um religião official, poderoso arrimo e instrumento de dominação com que contava a realeza para melhor firmar sua tutela sobre o paiz pela complacência e submissão da consciência dos crentes, foi o próprio governo imperial quem promoveo a importação dos jesuítas para o Brazil, quem lhes deu mão forte, posição, dinheiro e largo poderio.³⁰⁹

* * *

Após uma análise mais detalhada das notícias que envolviam a Maçonaria na província de São Paulo no início dos anos 1870, pode-se concluir que a Maçonaria possuía um espaço privilegiado na imprensa paulista. Os jornais se tornaram um dos principais meios de comunicação entre as lojas e seus membros, além de servir como uma forma eficaz de propaganda da ordem, que pretendia conseguir novos membros e conquistar um apoio maior da sociedade nas lutas travadas contra os jesuítas e a Igreja católica.

³⁰⁶ *Correio Paulistano*, Chronica política, 5 de agosto de 1873

³⁰⁷ *Correio Paulistano*, Chronica política, 6 de agosto de 1873

³⁰⁸ *Correio Paulistano*, Chronica política, 12 de agosto de 1873

³⁰⁹ *Correio Paulistano*, 15 de agosto de 1873

Por meio dessas notícias também foi possível demonstrar quais eram as principais esferas de atuação das lojas maçônicas paulistas, e como os projetos educacionais e abolicionistas estavam articulados com as principais discussões do período.

Em seguida, a questão se torna analisar as relações estabelecidas dentro das lojas maçônicas, em especial na Loja América, e como foi construída uma rede de relacionamento entre as lojas da capital e as do interior paulista, culminando com a presença maçônica na Convenção de Itu (1873).

CAPÍTULO 3. A EXPANSÃO DAS LOJAS MAÇÔNICAS PAULISTAS E AS REDES CLIENTELARES

A Maçonaria pode ser analisada de diversas formas, mas quando se trata do contexto paulista a partir da década de 1860, percebe-se que o ambiente da loja maçônica constituiu-se, sobretudo, em um espaço para construção de redes clientelares.

No que se refere ao conceito de redes clientelares, António Manuel Hespanha e Ângela Barreto Xavier, em um artigo intitulado *As redes clientelares*, analisaram a construção desse tipo de relação em Portugal no século XVII, e constataram que era comum em muitas situações sociais a predominância de laços de interdependência sobre as relações institucionais formais.³¹⁰ As práticas informais de poder, a “economia do dom”, consistiam em uma cadeia infinita de atos benéficiais, que estruturavam as relações políticas e formavam as tais redes clientelares. As relações sociais estavam baseadas em uma tríade de obrigações: dar, receber e restituir. Assim, o prestígio político de uma pessoa estava ligado à sua capacidade de dispensar benefícios, e também na retribuição dos serviços recebidos.

Maria Fernanda Vieira Martins em sua tese sobre o Conselho de Estado no Segundo Reinado, *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*, utilizou o conceito de redes clientelares ao se referir a uma das recorrentes práticas políticas do período imperial. Ao analisar os membros que compunham o Conselho de Estado, constatou que eles integravam diferentes redes de relacionamentos que se constituíam no Brasil desde o século XVIII. As velhas práticas da elite colonial se perpetuaram no período imperial, com a reconstrução e reorientação das antigas estratégias de aliança; laços matrimoniais, relações de parentesco e compadrio uniam o grupo a diversos setores dominantes, tanto no nível local, como numa rede mais ampla.

As práticas clientelares funcionavam como elemento fundamental na manutenção e ampliação das redes, solidificando, fortalecendo e reproduzindo ligações sociais, políticas e econômicas. Tratava-se indubitavelmente de uma herança do Antigo Regime português, e com frequência formava a base das relações políticas³¹¹

³¹⁰ HESPANHA, António M. & XAVIER, Ângela B. “As redes clientelares”. (1998), In: José Tengarrinha (org.). *História de Portugal: o Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa.

³¹¹ MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS, 2005.

Assim, no que tange às transformações políticas e econômicas durante o Segundo Reinado, percebe-se que as elites paulistas, especialmente aquelas do Oeste da província procuraram construir novas redes clientelares. O convívio social dentro da Maçonaria visava não só a reiterar laços de amizade, mas também solidificar laços políticos que permitissem a esses grupos maior desenvolvimento econômico e maior influência política no contexto nacional.

Analisando a documentação produzida pelas próprias lojas maçônicas é possível observar como os maçons e as diferentes lojas se relacionavam, o que significava pertencer a alguma delas, quais eram os benefícios e obrigações envolvidas.

Na primeira parte do capítulo, tomou-se a Loja América como referência para a construção dessas redes mais amplas que pretendiam articular o restante dos grupos da província. Em seguida, notou-se a expansão da economia cafeeira e a difusão das lojas maçônicas no interior da província de São Paulo e o crescimento das idéias republicanas.

3.1 A Loja América e a construção de redes clientelares

Desde sua fundação a Loja América registrava em suas atas todos os acontecimentos mais importantes, como os comunicados enviados pelo Grande Oriente, as cartas de outras lojas maçônicas, os pedidos de donativos, os pedidos de proteção política. Em geral as atas eram redigidas pelo secretário da loja ou na falta deste pelo secretário adjunto. A cada reunião ou sessão maçônica uma ata era redigida, descrevendo resumidamente as questões abordadas e as resoluções tomadas, e na sessão seguinte a ata era lida e aprovada.

No cabeçalho da ata aparecia o caráter da reunião, cuja maioria foi classificada como sessão econômica, o que significava a reunião regular da loja, geralmente semanal; o outro tipo de classificação era a sessão magna, que poderia tratar da iniciação de novos membros, da elevação de grau maçônico, de eleições para os cargos da loja, ou de posse da nova administração. Em seguida havia um comentário sobre como foi iniciada a sessão, com ou sem formalidades, ou seja, se fora seguida toda a ritualística maçônica ou não.

A reunião era presidida pelo Venerável da loja, na falta dele o 1º Vigilante deveria assumir o papel. A primeira parte da reunião consistia no “expediente”, que significava a leitura das cartas (ou “pranchas”, como são chamadas nas atas) recebidas pela loja, tais como decretos e comunicações enviadas pelo Grande Oriente, cartas de

outras lojas maçônicas, ou carta de algum maçom. Também era feita a leitura da ata da sessão anterior (chamada de “balaustre”), posteriormente discutida e votada.

A segunda parte da sessão consistia na passagem do “tronco de proposição”, período em que os membros da loja podiam escrever proposições que seriam discutidas em seguida. A maior parte das propostas se referia à iniciação de novos membros, à filiação de maçons de outras lojas, ou a pedidos de donativos (“esmolas”) em favor de alguém. Em seguida, havia um período em que a palavra era concedida aos irmãos que desejassem discursar sobre tema que achassem conveniente, constituindo-se num momento importante para o debate entre os irmãos. Finalmente corria o “tronco de beneficência” onde eram depositados os donativos, que ficavam sob os cuidados do irmão Esmolador. Sendo, então, encerrada a sessão pelo Venerável com ou sem a ritualística maçônica.

Ao considerar a difusão do movimento republicano na província de São Paulo, notou-se que o espaço da Loja América representava a possibilidade de ajuda mútua entre aqueles que se empenhavam em aumentar sua influência política e econômica. A Loja América tornou-se uma espécie de aglutinadora das reivindicações de grupos que se sentiam aliados do poder, e que precisavam encontrar uma forma de solucionar tal questão. A leitura das atas das reuniões da Loja América da década de 1870, esclarecem sobre quais foram os frequentadores assíduos, quais foram aqueles que recorreram a pedidos de proteção, ou mesmo como a loja se relacionava com o governo provincial.

As atas que registravam eleições para preencher os cargos administrativos da loja identificavam o número de cédulas eleitorais contabilizadas, e a quantidade de cédulas indicava aproximadamente quantos irmãos estavam presentes na reunião, permitindo constatar quantos membros estavam de fato frequentando as reuniões semanais. Por exemplo, a sessão de 26 de agosto de 1874 foi destinada a eleições³¹², foram consideradas 18 cédulas eleitorais para eleição das Luzes e Dignidades³¹³, e 17

³¹² Recebe a designação maçônica de eleição de Luzes, Dignidades e Oficiais. As luzes são o Venerável e os primeiros e segundos vigilantes. As dignidades são o orador, o secretário, o tesoureiro e o chanceler. Os oficiais são o mestre de cerimônias, o hospitaleiro, o primeiro e o segundo diácono, o porta espada, o porta estandarte, os primeiros e segundos espertos, o guarda do templo, o cobridor, o mestre de banquetes, o mestre de harmonia, os arquitetos e o bibliotecário.

³¹³ Venerável Luiz Gama (17 votos), Américo Brasiliense (1); 1º Vigilante Américo de Campos (14), Vicente Rodrigues (3), Manoel Fernandes (1); 2º Vigilante João Fernandes da Silva Junior (14), José Ferreira de Mello Nogueira (1), José Hannikel Forster (1); Orador Ignácio Achilles Betoldi (13), Américo de Campos (3), Evaristo Gonçalves Marinho (2); Secretário Jesuíno Antonio de Castro (14), Vicente Rodrigues (1), Aureliano Pereira Ramos (1), e 2 cédulas em branco. Foram escolhidos como Veneráveis de Honra Américo Brasiliense e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva. Loja América, “Livro de Atas”, São Paulo, 26 de agosto de 1874.

cédulas para a eleição dos demais cargos³¹⁴, o que significa que havia por volta de 18 membros da loja presentes naquela sessão. Na sessão seguinte³¹⁵, houve a eleição da comissão de finanças, sendo consideradas 13 cédulas eleitorais, que indicavam a presença de 13 membros. No dia 9 de setembro de 1874, ocorreu eleição para o cargo de 2º Vigilante³¹⁶, contando-se 9 cédulas eleitorais.

A análise da contagem das cédulas eleitorais apontou para uma baixa frequência de irmãos nas sessões regulares da loja. Ou seja, é possível perceber que havia aqueles que de fato administravam a Loja América, e cuja presença era constante nas sessões, enquanto a outra parte apenas pertencia ao quadro de membros, mas não comparecia às reuniões semanais.

Na sessão de 21 de junho de 1878, o maçom Jesuíno Antônio de Castro pediu a palavra e propôs que se constituísse uma comissão para reorganizar o quadro de irmãos da loja, e também para aplicar as penas previstas para aqueles que estavam em atraso com a tesouraria.³¹⁷ Em 9 de agosto de 1878, foi apresentado o parecer da comissão que constataria que havia 205 membros efetivos, sendo que 11 irmãos foram excluídos por

³¹⁴ Adjunto Orador José Ferreira de Mello Nogueira (13 votos), Evaristo Gonçalves Marinho (3), Vicente Rodrigues (1); Adjunto Secretário José Augusto de Sousa Passos (14), Francisco Gonçalves dos Santos Crus (1), Evaristo Gonçalves Marinho (1), José Luiz Flaquer (1); Tesoureiro Antonio Joaquim de Araújo (11), Pedro Hannikel Forster (5), Francisco Marques de Sousa (1); Esmolador Manoel Ferreira Guimarães (12), Antonio Joaquim de Araújo (3), José Hannikel Forster (1), e 1 cédula em branco; 1º Experto Pedro Hannikel Forster (10), Antonio Francisco Barbosa (3), Antonio Joaquim de Araújo (1), José Antonio do Amaral (1), Maximilien Corbisier (1), Manoel Antonio dos Santos (1); 2º Experto Carlos Cirillo de Castro (12), Pedro Marret (1), Aureliano Pereira Ramos (1); 3º Experto Francisco Lourenço Vidal (14), Pedro Marret (1), Carlos Cirillo de Castro (1), Pedro Hannikel Forster (1); Porta Espada Maximilien Corbisier (14), Francisco Jorge Gonzaga (1), José Luiz Flaquer (1), José Cardoso de Sousa Brandão (1); Porta Estandarte Francisco Jorge Gonzaga (13), Maximilien Corbisier (3), Francisco Bossignon (1); Arquiteto José Antonio do Amaral (13), Antonio Francisco Barbosa (2), João Baptista Leme (1), José Luiz Flaquer (1); Mestre de Cerimônia José Hannikel Forster (16), Augusto Duprat (1); 1º Diácono Manoel Antonio dos Santos (14), Manoel Ferreira Guimarães (1), Martinho Meyer (1), e 1 cédula em branco; 2º Diácono Francisco Gonçalves dos Santos Crus (13), José Augusto de Sousa Passos (2), Lucas Bueno da Silveira Campos (1), e 1 cédula em branco; Cobridor Interno José Luiz Flaquer (11), Aureliano Pereira Ramos (2), João Francisco Bueno de Aguiar (1), Luiz Gama (1), Manoel Ferreira Guimarães (1), Pedro Antonio Rodrigues de Oliveira (1); Cobridor Externo Pedro Marret (15), Luiz Gama (1), Pedro Antonio Rodrigues de Oliveira (1); Chanceler Martinho Meyer (14), Antonio Joaquim de Araújo (1), Francisco Marques de Sousa (1), José Luiz Flaquer (1). Loja América, “Livro de Atas”, São Paulo, 26 de agosto de 1874.

³¹⁵ Nessa sessão foram nomeados por aclamação representantes para o Grande Oriente Unido do Brasil (Benedictinos) Salvador Furtado de Mendonça Drummond, Rodrigo Octavio de Oliveira Meneses, José Ferreira de Meneses; e Ubaldino do Amaral foi escolhido como delegado ao Grande Loja do Rito Escocês Antigo e Aceito. Loja América, “Livro de Atas”, São Paulo, 2 de setembro de 1874.

³¹⁶ Vicente Rodrigues (5 votos), José Antonio do Amaral (1), 2 cédulas para irmãos com mais votos e 1 cédula em branco. Loja América, “Livro de Atas”, São Paulo, 9 de setembro de 1874.

³¹⁷ A comissão ficou composta por Luiz Gama, João Fernandes, José Antonio do Amaral, Jesuíno Antonio de Castro e Manoel da Rocha Guimarães. Loja América, “Livro de Atas”, São Paulo, 21 de junho de 1878.

motivos reservados, e alguns deveriam ser considerados honorários pelos serviços prestados a loja.³¹⁸

Embora considerassem que a Loja América possuía por volta de 205 membros, na sessão seguinte podia-se perceber que a frequência dos irmãos nas reuniões continuava sendo de menos de dez por cento do total, já que realizaram-se eleições e foram apresentadas apenas 17 cédulas eleitorais.³¹⁹ Não foi diferente na sessão eleitoral de 29 de agosto de 1879, na qual estavam presentes apenas 17 irmãos.³²⁰ Interessante é notar que em quase todas as sessões havia ao menos uma proposta de iniciação de novos membros³²¹, mas a quantidade média de maçons presentes nas reuniões não ultrapassava 20 irmãos. O simples fato de pertencer à Loja América já garantia a possibilidade de usufruir das redes clientelares nas quais ela estava inserida, independentemente do maçon frequentar ou não as reuniões.

Vale estabelecer uma comparação com o número de maçons filiados a outras lojas da província de São Paulo. Segundo Castellani, a Piratininga, em 1852, possuía 91

³¹⁸ Loja América, “Livro de Atas”, São Paulo, 9 de agosto de 1878.

³¹⁹ Para Venerável Luiz Gama recebeu 17 votos; para 1º Vigilante Jesuíno Antonio de Castro recebeu 15 votos; para 2º Vigilante João Fernandes recebeu 15 votos; para Orador Américo Brasilico de Campos recebeu 15 votos; para Secretário José Augusto de Toledo Barbosa recebeu 11 votos. Para representantes junto ao Grande Oriente receberam 14 votos: Luiz Alves Bello, José Ferreira de Menezes; para Delegado Joaquim Alexandrino de Amaral recebeu 14 votos. Demais Dignidades: Tesoureiro Manoel da Rocha Guimarães recebeu 15 votos; para Esmolador Manoel Correa recebeu 15 votos; para 1º Experto Manoel Ferreira Guimarães recebeu 10 votos; 2º Experto Augusto Duprat 9 votos; 3º Experto Antonio José recebeu 9 votos; para Mestre de Cerimônia Hamicker Frostes 11 votos; para Chanceler Felisardo Antonio Varella 11 votos; para Arquitecto Manoel Joaquim Augusto 9 votos; para Cobridor Interno Lucas Bueno de Campos 9 votos; Cobridor Externo Antonio Joaquim de Araújo 9 votos; Adjunto Orador Thomaz Galhado 13 votos; Adjunto Secretário Albino Bayrão 10 votos; Porta Espada Francisco Pereira de Araújo 8 votos; Porta Estandarte Luiz Tohine 14 votos; para 1º Diácono João Raymundo 10 votos; para 2º Diácono Francisco Augusto Ferreira de Andrade 10 votos. Loja América, “Livro de Atas”, São Paulo, 15 de agosto de 1878.

³²⁰ Resultados: para Venerável Luiz Gama 17 votos; 1º Vigilante Jesuíno Antonio de Castro, 16 votos; 2º Vigilante João Fernandes, 16 votos; Orador Américo de Campos, 17 votos; Secretário Albino Bayrão, 13 votos; para Delegado Luiz Leite e José Ferreira de Menezes; Esmolador Manoel Correia 17 votos; 1º Experto Manoel Rocha Gomes, 17 votos; 2º Experto Benedicto da Gama, 13 votos; 3º Experto Francisco Pereira de Araújo, 16 votos; Mestre de Cerimônia José Frostes, 17 votos; Chanceler Felizardo Varella, 17 votos; Tesoureiro Antonio Araujo, 16 votos; Cobridor interno Lucas B, 17 votos; Cobridor externo Antonio Nascimento, 17 votos; Orador Adjunto José Augusto; Secretario adjunto José Francisco. Loja América, “Livro de Atas”, São Paulo, 29 de agosto de 1879.

³²¹ Por exemplo, na sessão de 23 de agosto de 1878, proposta de iniciação de José Alves Gomide e Augusto de Almeida; na sessão de 25 de setembro de 1878, proposta de iniciação de Leopardo Cesar Mascarenhas Arouca, 32 anos, brasileiro, natural do RJ, solteiro, negociante, residente em Rio Claro; na sessão de 15 de outubro de 1878, proposições para ser iniciado Pacheco de Mendonça, Manoel de Resende e Henrique Gonsalves; na sessão de 11 de março de 1879, proposta para iniciação de Francisco Pereira de Miranda; na sessão de 15 de abril de 1879, proposta para iniciar Francisco Aldo de Oliveira, morador de Santa Rita do Passa Quatro, 57 anos, casado, médico, foi recomendado pelo Venerável; na de 29 de abril de 1879, iniciação de Matheus Nunes, 48 anos, casado, português, católico, residente em São Paulo; em 13 de junho de 1879 foi proposta a iniciação de Antonio José do Nascimento, brasileiro, 38 anos, artista, solteiro; em 21 de junho de 1879, foi proposta a iniciação de Antonio da Rocha Guimarães e de João de Medeiros.

membros cadastrados, sendo que destes estavam ausentes de São Paulo temporariamente 29.³²² A Loja Independência, de Campinas, em 1874, possuía 225 irmãos, e a Loja Regeneração 3ª, que funcionava no prédio da Loja Independência, contava com 75 irmãos ao todo.³²³

A despeito do grande número de membros da Loja América, é preciso considerar que havia um protocolo a ser seguido para que qualquer pretendente fosse aceito como membro da loja. O protocolo exigia que, depois de proposta a iniciação, fosse formada uma comissão para investigar se o pretendente atendia aos requisitos sociais e econômicos necessários para se tornar um maçom, sendo necessários três pareceres favoráveis ao pretendente. O que se nota nas atas da Loja América, é que em alguns casos a loja aprovava o candidato sem que fossem feitos os pareceres, principalmente quando se tratava de candidato já conhecido de muitos irmãos, ou de alguém que morava em outros municípios. O protocolo também costumava ser quebrado em relação à elevação do grau maçônico, pois muitos eram elevados no mesmo dia da iniciação; ou seja, o recém-iniciado recebia além do grau de aprendiz (grau 1), o grau de companheiro (grau 2) e o grau de mestre (grau 3), sendo que o recebimento dos graus era normalmente gradativo, demorando alguns meses até que o maçom demonstrasse comprometimento com a ordem maçônica.³²⁴

Na sessão magna de 15 de abril de 1875, por exemplo, foi iniciado Marcelino Alfredo Carneiro – português, viúvo, negociante, cristão, “liberal”, 25 anos, residente em Jundiaí –, que imediatamente recebeu a elevação ao grau de mestre.³²⁵ Três anos depois, na sessão magna de 25 de setembro de 1878, a história se repetiu. Foi proposta de iniciação Leopardo Cesar Mascarenhas Arouca – 32 anos, brasileiro, natural do Rio de Janeiro, solteiro, negociante, residente em Rio Claro –, que, conforme registrado em

³²² CASTELLANI, José. *Piratinina: História da Loja Maçônica Tradição de São Paulo*. São Paulo: OESP, 2000, p.30.

³²³ LISBOA, José Maria. *Almanach Litterario de São Paulo para o anno de 1879*. São Paulo: IHGSP, Edição Fac-similar, 1983, p.8.

³²⁴ O Art.543 da Constituição do Grande Oriente Unido (Benedictinos) de 1877 decretava que “Os graus simbolicos só poderão ser conferidos mediante os períodos seguintes:

§1º - Os aprendizes que tiverem assistido em sua loja a quatro sessões consecutivas, sendo uma de iniciação, poderão ser propostos pelo 2º vigilante para o grau de companheiro.

§ 2º - Os companheiros que tiverem assistido a cinco sessões consecutivas depois de sua iniciação no 2º grau, poderão ser propostos pelo 1º vigilante para o grau de mestre.”

E o Art. 544 permitia que “Estes interstícios serão dispensados para os que tiverem de retirar-se para ponto distante sete léguas, pelo menos, apresentando á loja documento que isso prove, ou tendo o obreiro prestado relevantes serviços à Ordem ou à sua loja.” *Leis e Rituais do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brazil*. Rio de Janeiro: Typographia do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brazil, 1877.

³²⁵ Loja América, “Livro de Atas”, São Paulo, 15 de abril de 1875.

ata, em razão do “caráter de urgência”, resolveu-se colocar em discussão, sendo não só aprovada a proposta, como o candidato foi iniciado e em seguida elevado ao grau de mestre porque precisava se retirar de São Paulo.³²⁶

Castellani quando analisou as atas da Loja Piratininga, também constatou que recém-iniciados recebiam elevação de grau quando se tratava de moradores de fora de São Paulo. Na sessão da Loja Piratininga de 1º de setembro de 1851, o venerável informava que Luiz Henrique Pupo de Moraes, recém-iniciado, estaria partindo para Santos, sendo assim, propunha que ele fosse elevado ao grau de mestre.³²⁷

Com certeza, a questão ritualística era posta de lado quando se tratava de expandir e fortalecer a Maçonaria na província de São Paulo. O fato da Loja América elevar ao grau de mestre aqueles que eram recém-iniciados era uma maneira de promover a abertura de novas lojas no interior da província, já que para a instalação de uma loja maçônica era necessário sete maçons, sendo destes três mestres maçons. A expansão das lojas maçônicas significava a possibilidade de aumentar as redes clientelares.

A Constituição do Grande Oriente Unido (Beneditinos) de 1877 estabeleceu uma série de valores para a iniciação e elevação dos graus maçônicos.

Tabela 1: Valores maçônicos

	título	Jóia
Iniciação:		50\$000
Regularização:		50\$000
Filiação de maçom do círculo:		20\$000
Filiação de outros quaesquer maçons regulares:		30\$000
Graus simbólicos dos diversos ritos:		
Companheiro:		6\$000
Mestre:	8\$000	10\$000
Certificados do 1º a 2º graus:	4\$000	
Graus capitulares no rito escossez:		
Grau 4º ao 9º:	4\$000	12\$000
Grau 10º a 14º:	4\$000	16\$000

³²⁶ Loja América, “Livro de Atas”, São Paulo, 25 de setembro de 1878. Mais um exemplo, na sessão magna de 18 de novembro de 1879, foi proposta a iniciação com urgência de José Pereira da Silva, brasileiro, 40 anos, residente em São José dos Campos; foi iniciado e elevado ao grau de mestre. Loja América, “Livro de Atas”, São Paulo, 18 de novembro de 1879.

³²⁷ CASTELLANI, José. *Piratininga. Op cit*, p.28.

Grau 15° a 17°:	4\$000	20\$000
Grau 18°:	8\$000	21\$000
Grau 19° a 22°:	4\$000	4\$000
Grau 23° a 27°:	4\$000	10\$000
Grau 28° e 29°:	4\$000	16\$000
Grau 30°:	8\$000	12\$000
Grau 31°:	12\$000	27\$000
Grau 32°:	12\$000	35\$000
Grau 33°:	25\$000	100\$000

Fonte: *Leis e Rituais do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brazil*. Rio de Janeiro: Typographia do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brazil, 1877.

Analisando os valores apresentados³²⁸, constatou-se que os valores não eram tão elevados, provavelmente para que houvesse uma expansão das lojas maçônicas.³²⁹

Nas atas da Loja América encontram-se algumas discussões sobre o pagamento das taxas maçônicas³³⁰. Na sessão de 15 de agosto de 1875 foi decidido que 1º) o Tesoureiro deveria apresentar um balancete da receita e despesa da Oficina, e uma relação dos irmãos residentes em São Paulo e os débitos de cada um; 2º) por hora, não aumentariam a mensalidade, sendo que cada irmão estava livre para contribuir com um valor além das taxas; 3º) deveria ser verificada a dívida dos irmãos, e que aqueles que não acertassem os seus débitos seriam eliminados do quadro; 4º) que fossem eliminadas

³²⁸ Castellani reproduziu uma tabela com as taxas cobradas pela Loja Piratininga em 26 de novembro de 1873:

Iniciação (Aprendiz)	32\$000
pagamento de trimestre adiantado	3\$000
	35\$000
Regularização (Até o grau Mestre (3º))	46\$000
Carta de grau	6\$000
um trimestre adiantado	3\$000
	55\$000
Filiação (Em qualquer grau)	12\$000
Um trimestre adiantado	3\$000
	15\$000
Graus (Do Aprendiz à Mestre)	14\$000
(Do 4 Grau a 17.: inclusive)	24\$000

Fonte: CASTELLANI, José. *Piratininga. Op cit*, p.92

³²⁹ Em termos de comparação, Maria Luiza Ferreira de Oliveira analisou a sociedade paulista entre 1850 e 1900, e constatou que entre 53 proprietários urbanos dos setores médios, 46,3% de seus escravos valiam entre 1 conto e 2contos e 600 mil réis, valores considerados pela autora altíssimos. Sendo que 64,4% dos escravos valiam de 700 mil para cima. Ver: OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira. *Entre a casa e o armazém: Relações sociais e experiência da urbanização*, São Paulo, 1850-1900. São Paulo: Alameda, 2005, p.109.

³³⁰ Ivanilson Bezerra da Silva, em seus estudos sobre Sorocaba, informou que no livro de jóias e mensalidades da Loja Constancia, a iniciação tinha um custo total de 49\$000, sendo 30\$000 para iniciação, 5\$000 para elevação de grau de companheiro maçom, 3\$000 para exaltação de mestre maçom. A mensalidade tinha um custo de 4\$000 e 8\$000 para diploma, cartas e selos. SILVA, Ivanilson Bezerra da. *A cidade, a Igreja e a Escola: relações de poder entre maçons e presbiterianos em Sorocaba na segunda metade do século XIX*. Dissertação de Mestrado, USP, 2010, p.42.

as dívidas dos irmãos que não pudessem pagá-las, podendo permanecer na loja desde que se comprometessem a pagar em dia as mensalidades; 5º) o irmão tesoureiro e o secretário estavam encarregados de fazer as cobranças; e, 6º) os irmãos em geral ficavam encarregados, se lhes aprouvesse, de fazer as cobranças dos que residiam fora de São Paulo.³³¹

Em certos casos, a Loja América interveio junto ao Grande Oriente dos Beneditinos, pedindo a suspensão parcial ou total de pagamentos das taxas para alguns irmãos. Na sessão de 17 de maio de 1878, foi lida a carta remetida pelo Grande Oriente Unido, informando que ficara suspenso o pagamento de metade das jóias dos graus 31, 32 e 33 pelo irmão Luiz Gama³³². Na mesma carta, dispensavam também de metade das jóias dos graus 17 ao 30 os irmãos José Antonio do Amaral, Augusto Duprat, José Frostes e Jesuíno Antonio de Castro.³³³

Segundo o Artigo 551 da Constituição do Grande Oriente Unido de 1877, os graus de 1 a 3 eram conferidos pelas lojas simbólicas³³⁴; os graus 4 a cavaleiro rosa-cruz³³⁵ eram conferidos pelos capítulos; o grau 13 pelos grandes capítulos dos cavaleiros noachitas; os graus 19 a 30 pelas grandes lojas do rito escocês; e os graus 31 a 33 pelo Supremo Conselho.³³⁶

O fato das lojas intervirem em favor da suspensão do pagamento de alguma taxa em benefício de algum irmão era parte do contexto maçônico do período, demonstrando a capacidade da loja de oferecer proteção aos seus membros.

As relações de poder informais estabelecidas via Maçonaria obedeciam uma lógica clientelar. As relações de natureza meramente institucional ou jurídica coexistiam

³³¹ Loja América, “Livro de Atas”, São Paulo, 15 de agosto de 1875.

³³² Luiz Gonzaga Pinto da Gama foi um dos precursores do abolicionismo em São Paulo, jornalista, nasceu em Salvador (BA) em 1830 e faleceu em São Paulo em 1882. Filho de uma negra africana livre e de um fidalgo português que, arruinado no jogo, o vendeu, como escravo. Com apenas dez anos de idade foi levado para o Rio de Janeiro e foi vendido ao Alferes Antônio Pereira Cardoso, que o levou junto com um lote de escravos para Santos e depois para Campinas. Aos 17 anos aprendeu a ler e, em 1848, assentou praça, servindo durante seis anos. Por dois anos serviu como escrivão às autoridades policiais e, em 1856, foi nomeado amanuense da Secretaria da Polícia, onde trabalhou até 1868, quando foi demitido por questões políticas. Ingressou no jornal *Ipiranga*, como aprendiz e colaborador, e também iniciava a vida forense. Tornou-se redator do jornal *Radical Paulistano*, com Rui Barbosa, Bernardino de Meneses e outros. Foi um importante militante do movimento abolicionista e um dos fundadores do PRP.

AMARAL, Antonio Barreto do. *Dicionário de História de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.

³³³ Loja América, “Livro de Atas”, São Paulo, 17 de maio de 1878.

³³⁴ São as lojas que atribuem os três primeiros graus: aprendiz, companheiro e mestre.

³³⁵ O Soberano Grande Capítulo de Cavaleiros Rosa-Cruz é uma Potência Maçônica, soberana e independente, de caráter filosófico.

³³⁶ *Leis e Rituais do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, 1877.

com outras relações paralelas, igualmente importantes, baseadas em critérios de amizade, parentesco, fidelidade, honra.

Para Hespanha e Xavier, as redes clientelares possibilitavam a realização e concretização de benefícios, e o desenvolvimento de relações políticas. As relações construídas dentro da Maçonaria configuravam uma economia de favores e interesses. Era muito comum que uma loja fizesse pedidos de proteção a algum de seus membros, ou fizesse recomendações sobre os mesmos; em contrapartida aqueles maçons ou lojas maçônicas que recebessem essas solicitações faziam tudo que estivesse ao seu alcance para que o pedido fosse bem sucedido. Como apontado por Hespanha e Xavier, o prestígio político de uma pessoa estava ligado a sua capacidade de dispensar benefícios, e também de retribuir os serviços recebidos. Sendo assim, na economia de favores a retribuição é indefinida. Quando uma loja maçônica ou um maçom concedia um benefício, estabelecia-se uma relação de “crédito”, que poderia ser reinvidicada a qualquer momento.

Para que tal rede de favores e interesses funcionasse era necessário que houvesse uma comunicação constante entre as lojas. Através da leitura das atas da Loja América foi possível constatar que havia de fato uma comunicação intensa, sendo uma prática bastante comum o envio, entre as lojas, de cópias dos quadros de seus respectivos membros.³³⁷ Na ata de 3 de dezembro de 1874, por exemplo, está registrado que a Loja Fraternidade 3ª, de Rio Claro, enviara o quadro de membros ativos e pedia a retribuição, ficando o secretário da Loja América incumbido de enviar a informação. Nos meses posteriores as seguintes lojas enviaram seus quadros à América: Cantagalo; Cruzeiro do Sul 2ª, de Uruguaiana; Amparo da Virtude 2ª, de Uberaba; Triumpho do Barão, de Alegrete, na província do Rio Grande do Sul.³³⁸

Além do envio do quadro de membros das lojas, algumas mandavam também cópias dos nomes dos irmãos eleitos para a administração das respectivas lojas naquele ano; como na sessão de 7 de junho de 1878, em que constava que a Loja 7 de Setembro

³³⁷ O Artigo 321 da Constituição do Grande Oriente Unido de 1877 decretava que “As oficinas do mesmo oriente enviarão umas às outras, de seis em seis meses, uma prancha em que communicarão o movimento nellas ocorrido, e annualmente as que se acharem em oriente distante.” *Leis e Rituais do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brazil*. Rio de Janeiro: Typographia do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brazil, 1877.

³³⁸ Loja América, “Livro de Atas”, São Paulo, 3 de dezembro de 1874, 13 de dezembro de 1874, 5 de janeiro de 1875, 11 de fevereiro de 1875, 25 de fevereiro de 1875.

remetera o quadro administrativo que havia sido empossado no dia 11 de maio do mesmo ano.³³⁹

Outro fator interessante da comunicação entre as lojas era o aviso de exclusão de membros do quadro maçônico. Na sessão de 11 de março de 1875 o secretário da Loja América leu o decreto do Grão Mestre do Grande Oriente Unido do Brasil (Beneditinos) que declarava definitiva a sentença de expulsão da ordem maçônica contra o ex-membro da Loja Aurora, de Belém do Pará, João Augusto Ribeiro Malcher, grau 3, brasileiro, empregado público. Na mesma sessão foi arquivada uma carta do secretário da Loja Beneficência Ituana, de Itu, comunicando a expulsão do seu obreiro Carlos Augusto de Vasconcellos Tavares, grau 3, brasileiro, empreiteiro.³⁴⁰ Infelizmente, nas atas analisadas não constava os motivos das sentenças de exclusão, sendo provável que os acusados tivessem cometido alguma falta grave contra algum membro da ordem, ou não houvessem cumprido suas obrigações maçônicas. Na Constituição do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil (Beneditinos) de 1877, o Artigo 14º decretava que os maçons perdiam seus direitos “Por qualquer acção dehsonrosa provada maçonicamente; por violação dos juramentos de fidelidade à Ordem; à constituição; aos estatutos e regulamentos geraes; por expulsão da Ordem.”³⁴¹

Mesmo sem especificar o motivo da exclusão, o fato das atas registrarem as comunicações de expulsão enviadas por lojas de outras províncias, algumas bem distantes, demonstra o trabalho de articulação que a maçonaria realizava, e sua capacidade de se mobilizar em conjunto quando havia interesse.

Expulsões eram situações limite, pois as lojas procuravam resolver os possíveis atritos surgidos entre os irmãos internamente. Na sessão de 11 de novembro de 1874, uma contenda entre dois irmãos do quadro da Loja América foi apresentada, na qual o irmão Paulo di Mayo queixou-se de “atos praticados contra ele” pelo irmão José Lima de Almeida Fleming.³⁴² Uma das características da Maçonaria era a de solucionar internamente qualquer tipo de conflito que envolvesse um de seus membros; assim, quando aquele irmão da Loja América expôs o seu problema, esperava que os demais irmãos se posicionassem para solucioná-lo, prática que fazia parte da sociabilidade maçônica.

³³⁹ Loja América, “Livro de Atas”, São Paulo, 7 de junho de 1878.

³⁴⁰ Loja América, “Livro de Atas”, São Paulo, 11 de março de 1875.

³⁴¹ *Leis e Rituais do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil*. Rio de Janeiro, Typographia do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, 1877, p.13.

³⁴² Loja América, “Livro de Atas”, São Paulo, 11 de novembro de 1874.

Contudo, a despeito da tendência de resolver internamente os problemas, algumas contendas entre maçons se tornaram conhecidas por toda a rede de lojas maçônicas brasileiras. Em 1878, na sessão de 20 de outubro, uma carta do Rio de Janeiro, redigida pelo Grão Mestre Adjunto do Grande Oriente dos Beneditinos, não só informava a fuga de um irmão com a esposa e filho de outro maçom, como enviava o retrato e pedia auxílio das lojas para encontrá-los.³⁴³ A Loja América, em resposta ao pedido, nomeou uma comissão para este fim, demonstrando que havia um empenho em solucionar o problema, ou que esta era a atitude esperada das outras lojas.

Reinhart Koselleck, em *Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*, analisou a formação das lojas maçônicas como resposta a regimes absolutistas. Para o autor, a Maçonaria serviu para unir pessoas que de outra forma teriam permanecido distantes, funcionando como canal de ligação e articulação entre pessoas que desejam maior influência política. Além da questão política, para muitos ingressar na Maçonaria era a promessa de obter benefícios sociais e econômicos, além do fato de que nesse período, segundo Koselleck, seria visto como “de bom tom” o ingresso em uma sociedade secreta. O segredo reforçava a idéia de pertencimento à ordem, e contribuía para a formação da consciência de uma elite da nova sociedade. A divisão dos ritos maçônicos em diferentes graus estimulava um ímpeto constante de subir na hierarquia, de elevação permanente dos graus. Assim, “Quanto mais iniciado no segredo, mais o maçom ganhava – ou esperava ganhar – influência e prestígio”.³⁴⁴

A leitura das atas da Loja América revelou que os pedidos de favores apareciam com certa frequência, indicando, de fato, que o pertencimento à ordem poderia garantir benefícios sociais e políticos. Quanto maior fosse a capacidade de um indivíduo ou de uma instituição de garantir proteção, maior seria o seu poder político. A perspectiva de análise da Maçonaria que se propõe é de sua capacidade de se organizar politicamente para influenciar um complexo jogo de interesses, que incluía tanto a troca de favores e benefícios pessoais, quanto a propagação ou implementação de projetos coletivos³⁴⁵, como a difusão do movimento republicano.

³⁴³ Loja América, “Livro de Atas”, São Paulo, 20 de setembro de 1878.

³⁴⁴ Ver: KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: Eduerj Contraponto, 1999.

³⁴⁵ “Assim entendida, a noção de rede permite exatamente extrapolar o sentido de troca individual usualmente associado à idéia das práticas clientelares, quando se considera a inserção desses indivíduos em suas redes de relacionamentos, que por definição apresentam uma composição dinâmica, mutável, englobando setores distintos e variados, e onde, inclusive, os objetivos e interesses pessoais moldam-se e ajustam-se aos interesses coletivos bem como às diferentes conjunturas.” MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *Op cit.*, p.232.

Nas cartas enviadas pelas lojas pedindo auxílio aos maçons da América, constatou-se que as solicitações eram importantes para aumentar a influência política de alguns grupos no interior da província. Na sessão de 28 de outubro de 1874, por exemplo, a Loja Caridade 3ª, de Tatuí, enviou uma carta pedindo que a Loja América apoiasse a nomeação do maçom João Manoel de Caneiros Bastos para o cargo de delegado de polícia daquela cidade, justificando que alguns irmãos estavam sendo alvo de perseguição. É importante ressaltar que, naquela época, as nomeações de delegados eram feitas pelo presidente da Província, e que, provavelmente, os membros da Loja Caridade 3ª estavam então pedindo o auxílio de seus irmãos da América, mais capazes de pressionar o governo da província, no sentido da efetivação de uma nomeação.

Segundo Thomas Flory, a Lei nº 261, de 3 de dezembro de 1841, ou a reforma do Código de Processo Criminal, criou uma vasta burocracia judiciária remunerada. Além de alterar a estrutura da polícia, cabia aos chefes de polícia de cada província nomear delegados e, por recomendação destes, subdelegados e substitutos.³⁴⁶ A nova reforma retirava os poderes da figura do juiz de paz e concentrava nos funcionários de polícia e nos juízes nomeados. Os novos funcionários tinham uma mescla de poderes policiais e jurídicos, aos chefes de polícia e aos delegados cabiam as seguintes atribuições dos juízes de paz:

§1º. Tomar conhecimento das pessoas, que de novo vierem habitar no seu distrito, sendo desconhecidas ou suspeitas; e conceder passaporte as pessoas que lhe o requererem. § 2º. Obrigar a assinar termo de bem viver aos vadios, mendigos, bêbados por habito, prostitutas, que perturbam o sossego publico, aos turbulentos, que por palavras, ou ações ofendem os bons costumes, a tranqüilidade publica, e a paz das famílias. §3º. Obrigar a assinar termo de segurança aos legalmente suspeitos da pretensão de cometer algum crime, podendo cominar neste caso, assim como aos compreendidos no parágrafo antecedente, multa até trinta mil réis, prisão até trinta dias, e três meses de Casa de Correção, ou Oficinas públicas. §4º. Proceder a Auto de Corpo de Delito, e formar a culpa aos delinquentes. §5º. Prender os culpados ou o sejam no seu ou em qualquer outro Juízo. §7º. Julgar: 1º, as contravenções às Posturas das Câmaras Municipais; 2º, os crimes, a que não seja imposta pena maior que a multa até cem mil réis, prisão, degredo ou desterro até seis

³⁴⁶ “Junto com esta estructura judicial, las reformas conservadoras del *Código Procesal* asignaron considerables prerrogativas judiciales a una serie de funcionarios policiacos. Desde las capitales provinciales, los jefes de policía designados por el ministro de Justicia nombraron altos aguaciles (delegados) em cada condado o municipio. A recomendacion de estos delegados, el jefe nombró entonces um aguacil suplente (subdelegado) y seis sustitutos a nível de la parroquia. Los poderes policiacos y las atribuciones penales que habían acumulado los jueces de paz fueron transferidas a esta cadena policiaca centralizada.” FLORY, Thomas. *El juez de paz y el jurado en el Brasil imperial, 1808-1871*. México: Fondo de Cultura Económica, p.267.

meses, com multa correspondente à metade deste tempo, ou sem ela, e três meses de Casa de Correção ou Oficinas publicas onde as houver.³⁴⁷

Sem dúvida, a ampliação dos poderes desses cargos, somado ao fato de, a partir da reforma de 1841, serem preenchidos por nomeação, despertava um interesse das elites locais para influenciar a escolha daqueles que deveriam ocupar tais cargos.

Richard Graham, em *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*, investigou como a concessão de proteção, cargos oficiais e outros favores, aconteciam durante todo o século XIX em troca de lealdade política e pessoal. A capacidade de preencher cargos com os clientes, amigos e parentes deles constituía a essência da política nacional. Graham analisou seiscentos pedidos escritos por particulares em favor de pretendentes a cargos. Era por meio desse tipo de correspondência que a política era feita e as transações de poder aconteciam. A maior parte dos pedidos era de deputados e senadores que escreviam a membros do Gabinete em favor de terceiros.³⁴⁸

Entre os pedidos analisados por Graham, o cargo mais procurado era o de juiz, juiz de direito ou juiz municipal eram as posições mais desejadas, parte procurava cargos lucrativos como juízes de órfãos. Muitos pediam outros cargos associados à atividade judicial como tabeliães e escrivães; já que estes desempenhavam tarefas-chave em todas as ações legais, podiam inclusive bloquear investigações criminais.³⁴⁹

Outro cargo disputado era o de chefe de polícia, já que estes eram os principais agentes dos presidentes de província para fazer cumprir a lei e aglutinar a inteligência política. Havia um chefe de polícia para cada província, e um delegado e subdelegado para cada município. Graham constatou que “No interior, a maioria possuía terras e buscava esses cargos públicos para exercer autoridade extra e estender favores, isenções e proteção aos seus apadrinhados.”³⁵⁰ Essas nomeações serviam para aumentar suas clientelas.

Sérgio Buarque de Holanda, em *História Geral da Civilização Brasileira*, no capítulo sobre a “A Democracia Improvisada”, apontou para a relação íntima que se estabelecera entre a ação política e o exercício de cargos públicos, sobretudo, nas três

³⁴⁷ DANTAS, Monica Duarte. “O código do processo criminal e a reforma de 1841: dois modelos de organização do Estado (e suas instâncias de negociação)”. Conferência apresentada junto ao IV Congresso do Instituto Brasileiro de História do Direito – Autonomia do direito: configurações do jurídico entre a política e a sociedade. São Paulo: Faculdade de Direito/ USP, 2009, p.9-10.

³⁴⁸ GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

³⁴⁹ GRAHAM, Richard. *Op cit.*, p.283.

³⁵⁰ Ibidem, p.87.

últimas décadas da monarquia em que os “vícios do patronato” encontraram terreno mais fértil.

Não se tratava de coisa nova, nem era coisa especificamente brasileira. [...] Assim, paralelamente aos corretores públicos, ou perdidos no meio deles, havia outra espécie de agentes auxiliares que, sem matrícula ou fiança, dispunham, no entanto, do melhor título que se poderia esperar para a prática do ofício: o serem parentes ou compadres ou amigos do peito do Ministro, ou do amigo do Ministro, ou do Secretário do Ministro, e o terem acesso à cadeia de empregados que ocupavam postos-chave nas repartições do Governo.³⁵¹

Para o autor, as conseqüências da prática do patronato, contribuíram para converter o sistema representativo numa “farsa mal encenada”.

Monica Duarte Dantas, em seus estudos sobre a política exercida por influentes famílias no interior da província da Bahia, discutiu a questão do acesso de grande parte dos proprietários de engenhos de Itapicuru a cargos do judiciário ou da polícia. Atentou para a preocupação das elites em controlar ou desautorizar as autoridades judiciárias, policiais e administrativas.

O apoio a um partido deveria assegurar aos fazendeiros a nomeação de autoridades judiciárias e policiais, que, por sua vez, deveriam garantir-lhes o controle sobre as eleições e o recrutamento e uma certa isenção perante a polícia e a justiça, permitindo-lhes exercer algum mando sobre a população. [...] Se eram as autoridades administrativas, policiais e judiciárias que controlavam as eleições, não ter um amigo na consecução e reconhecimento das listas de votantes poderia custar ao fazendeiro sua indicação para eleitor, ou pior ainda, uma baixa votação para algum parente que concorria à deputação provincial ou imperial.³⁵²

Percebe-se então, que as elites tinham clareza de que o controle do judiciário e da polícia era fundamental para o controle político da região. As disputas partidárias envolviam juízes, vereadores, delegados e subdelegados, escrivães e tabeliães; sendo que o controle desses cargos se mostrava fundamental para a permanência de um grupo no poder.

No que se refere ao contexto paulista das últimas décadas do império, nota-se que a sociabilidade construída dentro da Maçonaria permitia, sobretudo, aos grupos do Oeste Paulista se articularem para alcançar maior influência política nas regiões. O próprio funcionamento do meio maçônico era constituído por uma sistemática de

³⁵¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. “A Democracia Improvisada”, In: *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, t.2, v.7, p.111.

³⁵² DANTAS, Monica Duarte. *Fronteiras movediças: A Comarca de Itapicuru e a Formação do Arraial de Canudos*. São Paulo: Editora Hucitec, 2007, p.393.

auxílio mútuo e proteção, permitindo, então, a construção de redes clientelares que interligavam todo o interior da província paulista. Os líderes republicanos que pertenciam a Maçonaria teriam percebido, então, que era possível explorar essas redes no sentido de expandir sua rede clientelar visando a um fortalecimento político na província.

Outra carta da mesma Loja Caridade 3ª, de Tatuí, datada de 24 de outubro, pedia a proteção da América “afim de ser nomeado definitivamente para o cargo de Escrivão de Órfãos da Vila de Paranapanema o Ir.º Antonio Joaquim de Azevedo do Amaral que já exerce interinamente.”³⁵³ A mesma loja recorreu a outros pedidos de proteção à Loja América, como na sessão de 11 de março de 1875, na qual o próprio venerável Luiz Gama³⁵⁴ pediu a palavra e apresentou uma proposição da Loja Caridade 3ª, pedindo proteção ao irmão Leopoldo Arthur Goularte Penteado, que pretendia a nomeação do cargo de Escrivão de Órfãos da Faxina; o próprio Luiz Gama ficou responsável para “tratar de tudo que for relativo a pretensão daquele irmão.”³⁵⁵ A preocupação dos maçons de Tatuí em controlar os cargos de delegado de polícia e de escrivão, garantiria maior influência política na região, inclusive sobre o processo eleitoral. O objetivo de fortalecimento político e econômico não se restringia apenas aos maçons de Tatuí, estando também no centro das preocupações das demais lojas do Oeste Paulista, que viabilizaram esse fortalecimento através de meios informais como a sociabilidade maçônica.

Na sessão de 8 de abril de 1875, foi a vez da Loja Amor à Virtude, de Franca, pedir apoio e proteção da Loja América em favor do irmão José Teixeira Álvares que pretendia o ofício de “Tabelião do Público Judicial e Notas do Termo de Ribeirão

³⁵³ Loja América, “Livro de Atas”, São Paulo, 28 de outubro de 1874.

³⁵⁴ Analisando as relações estabelecidas dentro da Loja América, sabe-se que Luiz Gama ocupou o cargo de Venerável entre 1874 e 1880, através da leitura do Livro de Atas da Loja América constatou-se que entre 1878 e 1880 a presença dele nas reuniões era bem rara. Entre março de 1878 e março de 1880, Luiz Gama assumiu a presidência das reuniões como Venerável em apenas 8 sessões (29 de março, 25 de julho e 4 de outubro de 1878; 28 de fevereiro, 11 de março, 29 de abril e 27 de junho de 1879; 20 de fevereiro de 1880) das mais de 60 que foram realizadas nesse período. Na maior parte das sessões em que o Luiz Gama não estava presente, quem serviu de Venerável foi o 1º Vigilante Jesuíno Antônio de Castro. A explicação encontrada nas atas para essa longa ausência de Luiz Gama era seu estado de saúde, já que em uma sessão de março de 1878, pediu a palavra para agradecer aos irmãos da Loja América e de outras lojas por todo o cuidado recebido enquanto estava enfermo. Um ano depois, em 28 de fevereiro de 1879, Luiz Gama agradeceu novamente a Loja América pela consideração e amizade durante sua enfermidade e pediu o envio de uma carta a Loja 7 de Setembro agradecendo também. Mesmo não comparecendo a maior parte das reuniões, Luiz Gama continua sendo eleito Venerável.

³⁵⁵ Loja América, “Livro de Atas”, São Paulo, 11 de março de 1875.

Preto”; sendo comissionado o próprio venerável da Loja América para fazer o necessário para atender ao que fora requisitado pela loja de Franca.³⁵⁶

Outro pedido de proteção foi apresentado na sessão de 28 de maio de 1875, presidida então pelo 1º vigilante Américo de Campos (servindo de venerável), pela Loja Amor e Caridade, de Ribeirão Preto. Solicitava-se a proteção da Loja América para que fosse bem sucedida a comissão que enviariam a São Paulo para representar ao governo da província e chefe de polícia “contra as autoridades judiciais d’aquella villa que estão exercendo perseguições e mesquinhas vinganças.” O secretário da Loja América, Jesuíno Antonio de Castro, informou que, por ordem do venerável, tudo seria feito para aquela comissão tivesse justiça.³⁵⁷

A prática de auxílio mútuo era permanente. Na sessão de 9 de janeiro de 1880, foi registrada uma carta da Loja Esperança, de Rio Verde, pedindo auxílio em favor de dois irmãos do seu quadro “para que obtenhão os lugares de que consta a mesma pranch:.”, sendo o irmão venerável incumbido de “dar o competente desempenho”.³⁵⁸ Embora a ata não detalhe quais foram as solicitações, é possível perceber que a Loja América tinha condições de oferecer proteção política e social.

Alguns maçons também recorriam à sociabilidade maçônica para obterem sucesso nos negócios. Na sessão de 20 de setembro de 1878, foi lida uma carta remetida pelo irmão Antonio Alvertino, residente em Rio Claro, pedindo a proteção para seus negócios que estavam correndo mal.³⁵⁹ Em outra sessão, a Loja Fraternidade 3ª, de Rio Claro, pediu auxílio em prol do jornal *Estrela d’Oeste*; sendo não só nomeada uma comissão para atender o pedido, como autorizando-se, para tanto, o gasto de 50 mil réis anuais.³⁶⁰

A própria Loja América também recorria a pedidos de proteção em benefício de seus membros. Em 1875, na sessão de 25 de fevereiro, foi proposto que fosse remetida uma carta à Loja Independência, de Campinas, pedindo a proteção em favor do irmão Casimiro Alves que pretendia retirar-se para Campinas.³⁶¹

³⁵⁶ Loja América, “Livro de Atas”, São Paulo, 8 de abril de 1875.

³⁵⁷ Loja América, “Livro de Atas”, São Paulo, 28 de maio de 1875.

³⁵⁸ Loja América, “Livro de Atas”, São Paulo, 9 de janeiro de 1880.

³⁵⁹ Loja América, “Livro de Atas”, São Paulo, 20 de setembro de 1878.

³⁶⁰ Loja América, “Livro de Atas”, São Paulo, 28 de outubro de 1874. Ivanilson Bezerra da Silva, em um estudo sobre a influência da Maçonaria em Sorocaba, constatou que a influência da elite sorocabana maçônica era tanta a tal ponto que as ruas onde moravam essas figuras principais receberam melhoramentos em detrimento de outras. SILVA, Ivanilson Bezerra da. *A cidade, a Igreja e a Escola: relações de poder entre maçons e presbiterianos em Sorocaba na segunda metade do século XIX*. Dissertação de Mestrado, USP, 2010, p.20.

³⁶¹ Loja América, “Livro de Atas”, São Paulo, 25 de fevereiro de 1875.

As relações sociais de tipo clientelar consistiam na troca de proteção por lealdade, favores que garantiam influência e sobrevivência política. Favor e lealdade garantiam assistência protetora contra poderes que outros pudessem empregar.

A busca por uma melhor posição social, política e econômica levava à formação de redes de interdependência. Tanto na interpretação de Graham, quanto na visão de Hespanha e Xavier, todos eram enredados num processo constante de troca mútua, mas desigual. A amizade representava um estado de desequilíbrio, de um lado estava o credor e do outro o devedor que, por ter recebido algum benefício, se colocava disponível para prestar serviços futuros e incertos.

As relações assimétricas de amizade (relações de poder) teriam tendência para derivar em relações do tipo clientelar que, apesar de serem informais, apareciam, pela obrigatoriedade da reciprocidade acrescentada (impossível de elidir), como o meio mais eficaz para concretizar não só intenções políticas individuais, como para estruturar alianças políticas socialmente mais alargadas e com objectivos mais duráveis[...] ³⁶²

Esses comportamentos poderiam ser utilizados para objetivos políticos específicos. Ser capaz de influenciar na nomeação de cargos fazia com que, automaticamente, essa figura se tornasse o protetor de outrem, permitindo-lhe, numa relação sempre tênue e instável, formar um grupo de seguidores. A Maçonaria poderia ser vista como um dos caminhos para se obter uma clientela.

Luiz Eugênio Vécio, em *O crime do padre Sório: Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul 1893-1928*, demonstrou que o pertencimento às lojas configurava uma política do clientelismo, de compadrio, que deixava entrever a intimidade do relacionamento entre a maçonaria e o poder político no estado no período estudado. Por meio da análise da documentação maçônica do Grande Oriente do Rio Grande do Sul (GORGS), fundado em 1893 em meio a Revolução Federalista (1893-95) ³⁶³ (período de fortalecimento da relação entre o Partido Republicano Riograndense (PRR) e a Maçonaria local) o autor identificou três temáticas recorrentes: a solicitação de favores assistenciais, de interferências na administração da justiça, e a busca de espaço na administração pública. Vécio destaca, nesse sentido, a recorrência de pedidos de intervenção visando à nomeação e transferências de certos cargos, ao favorecimento em

³⁶² HESPANHA, Antônio M. & XAVIER, Ângela B. “As redes clientelares”, *Op. Cit.*, p.340.

³⁶³ “A fundação do GORGS foi obra do grupo político que seguia a orientação de Castilhos e contribuiu para o alijamento dos liberais e a tomada do poder pelos republicanos castilhistas.” VÉCIO, Luiz Eugênio. *O crime do padre Sório: Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul 1893-1928*. Santa Maria: Editora UFSM, 2001, p.123.

concursos públicos e processos judiciais³⁶⁴, e até mesmo para a distribuição de cartórios.

Havia a preocupação em ampliar a presença maçônica nos postos de mando da administração pública, e os empregos públicos eram obtidos por meio de recomendações que poderiam ser feitas via Maçonaria. Os pedidos de cargos importantes também davam status às lojas que, assim, enviavam seus pedidos ao GORGS, na expectativa de que este interferisse junto ao governo, “[...] havia uma estreita ligação entre as lojas maçônicas, principalmente do interior do Estado, com os vários organismos públicos e judiciários. O GORGS funcionava como intermediário entre os pedidos originados nas lojas e os poderes públicos constituídos.”³⁶⁵

Para Vêscio, portanto, no que tange ao funcionamento da sociabilidade maçônica, “pertencer à Maçonaria significava a possibilidade de beneficiar-se dos favores do Estado. [...] O apadrinhamento, a proteção, a manipulação dos empregos públicos e o favorecimento ficam exaustivamente demonstrados na documentação.”³⁶⁶

No que se refere à análise sobre a Loja América, constatou-se que ao mesmo tempo em que pertencer à Maçonaria significava poder se beneficiar das suas redes clientelares, também havia as perseguições por parte dos seus opositores. Rangel Pestana, na publicação de uma pequena biografia sobre Américo Brasiliense, comentou que, quando este pretendia uma vaga de lente na Faculdade de Direito, a Faculdade o indicou para o cargo, dando-lhe o segundo lugar da lista, mas o governo imperial não o nomeou pois, “Correu que os motivos principaes desse acto tinham origem no facto de ser o distincto paulista republicano e uma das luzes da Loja *América*.”³⁶⁷

Outro fato que apontou para certa resistência do governo imperial em relação à Loja América, foi uma carta enviada pelo Grão Mestre Saldanha Marinho recomendando “a esta offic.: que não forneça esclarecimentos que lhe forem pedidos acerca de seu pessoal e de suas receitas e despesas as camaras municipaes, que por ordem do governo imperial tem requisitado esses esclarecimentos.”³⁶⁸ Como a relação entre a Maçonaria e o governo imperial foi marcada por períodos de maior perseguição

³⁶⁴ Casos que iam para a justiça também eram objeto de apelo ao GORGS. Descreve casos em que maçons estão envolvidos com acusações por moedas falsas, por exemplo, e as lojas escrevem afirmando a boa reputação dos maçons acusados. VÊSCIO, Luiz Eugênio. *Op cit.*, p.144.

³⁶⁵ VÊSCIO, Luiz Eugênio. *Op cit.*, p.172.

³⁶⁶ Ibidem, p.127.

³⁶⁷ LISBOA, José Maria. *Almanach Litterario de São Paulo para o anno de 1877*. São Paulo: IHGSP, Edição Fac-similar, 1983, p.87.

³⁶⁸ Loja América, “Livro de Atas”, São Paulo, 24 de abril de 1879.

e outros de aproximação, o aumento da propaganda republicana e da crise política no final do Segundo Reinado contribuiu para o aumento da tensão.

3.2 – A Maçonaria e o PRP

Um dos motivos de sucesso na formação desse novo grupo político em São Paulo teria sido, então, a construção e reiteração das redes de relacionamentos a partir da convivência comum em diferentes espaços de sociabilidade, como as instituições educacionais, irmandades, corpo diretor de companhias e instituições culturais, bem como na própria política.

As relações entre o grupo de maçons republicanos que vieram a compor o PRP foram tecidas e fortalecidas ao longo de suas trajetórias. Ainda na fase de estudantes estabeleceram relações pessoais e laços de sociabilidade. Sabe-se que ingressaram na mesma turma da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, de 1859 a 1863, Campos Salles, Prudente de Moraes, Bernardino de Campos, Rangel Pestana, Francisco Quirino dos Santos. Também foram contemporâneos Américo de Campos (turma 1856-1860) e Jorge de Cerqueira Miranda (turma 1857-1861). Já Américo Brasiliense bacharelara-se em 1855.³⁶⁹

No tempo de estudantes da Faculdade de Direito, muitos dos futuros membros do PRP se dedicaram a escrever em jornais acadêmicos, abraçaram suas primeiras convicções políticas, e muitos foram iniciados na Maçonaria, como Américo e Bernardino de Campos, Rangel Pestana, Campos Salles, Quirino dos Santos.

A Loja América e o PRP

Uma das figuras centrais no que tange à articulação do PRP na província de São Paulo foi o maçom da Loja América, Américo Brasiliense. Sobre este líder republicano, Rangel Pestana, que também pertenceu ao quadro da América, escreveu que após graduar-se bacharel pela Faculdade de Direito em 1855, aos 22 anos³⁷⁰, iniciou sua vida pública em Sorocaba, advogando por lá em 1856 e 1857. Naquele período, iniciou também sua carreira política, estando à frente do partido Liberal de Sorocaba, sendo eleito deputado à Assembléia provincial, em 1857, da qual se tornou 1º secretário.

³⁶⁹Ver: VAMPRÉ, Spencer. *Memórias para a História da Academia de São Paulo*. Brasília, INL, 1977.

³⁷⁰ Rangel Pestana fez referência a sua iniciação maçônica durante este período dizendo “Também elle que vira a luz nesta capital”, “ver a luz” nesse contexto significa ingressar na ordem maçônica. LISBOA, José Maria. *Almanach Litterario de São Paulo para o anno de 1877*. São Paulo: IHGSP, Edição Fac-similar, 1983.

Depois disso foi nomeado juiz municipal e de órfãos na vila de Faxina, mas em 1859 pediu demissão e foi residir na capital. Tornou-se vice-presidente da Assembléia provincial em 1863 e presidente no ano seguinte. Durante o ministério do Marquês de Olinda foi convidado para administrar a província da Paraíba do Norte, lá permanecendo até 1867. Em 1868, recebeu um convite de Zacarias de Góes e Vasconcelos para ocupar a presidência da província do Rio de Janeiro. Após a queda do gabinete Zacarias, retornou a São Paulo, abriu um escritório de advocacia e se filiou à Loja América³⁷¹, tornando-se seu venerável.

Quanto ao papel de Américo Brasiliense para a estruturação do PRP, Rangel Pestana fez referência à importância de sua atuação, lembrando como sua casa era freqüentada por aquele grupo que constituiu a liderança do movimento republicano na província,

Nessa casa do canto do Largo da Sé reúnem-se habitualmente conservadores, liberaes, republicanos, ultramontanos, e catholicos livres. Todos se estimam, conversam, e discutem vindo á baila as questões da época. Ninguém se insulta e a harmonia reina sempre entre os freqüentadores da *sala vermelha* do chefe republicano.

É admirável a concórdia que existe n'aquella assembléa, na qual as maiorias e minorias se formam com summa rapidez ás vezes dentro de meia hora! Entretanto não ha trânsfugas: as transformações rápidas dependem dos membros que comparecem.³⁷²

A cena descrita por Rangel Pestana ilustra bem a questão dos espaços de sociabilidade, nos quais as redes clientelares se fortaleciam. O convívio nas reuniões maçônicas e a prática do auxílio mútuo e proteção influenciaram na construção das relações estabelecidas no interior do grupo republicano paulista. O fato de muitos terem cursado a Faculdade de Direito em São Paulo, terem se iniciado na Maçonaria e freqüentarem as mesmas lojas maçônicas contribuiu para o fortalecimento da coesão da liderança republicana.

³⁷¹ Rangel Pestana completou que “A Loja *América*, o coventiculo de utopistas como chamavam-nas uns – e o antro de revolucionários abolicionistas como qualificavam-na outros, fel-o seu venerável. Moderado por índole, por estudo, por experiência e educação, o dr. Américo Brasiliense assumiu sempre francamente a responsabilidade do que a Loja fazia solidariamente em nome da democracia e da humanidade.” LISBOA, José Maria. *Almanach Litterario de São Paulo para o anno de 1877*. São Paulo: IHGSP, Edição Fac-similar, 1983, p.87.

³⁷² “[...] Vede: Liberaes, conservadores, republicanos e catholicos estão em larga palestra; o dr. Américo puxa do relógio e paga no chapéu, sae. Os outros ficam e proseguem na conversação que esta calorosa, esquecidos talvez de que a hora adianta-se. Nenhum dos presentes se incommoda com a retirada do dono da casa. Sabem que sae para servir um amigo ou cumprir um dever.” *Ibidem*, p.88-89.

Outro nome de destaque na Loja América e na construção do PRP, é o de Américo de Campos, que teve sua biografia escrita no *Almanach Litterario de São Paulo para o anno de 1878*, por J. Felisardo Junior.

Américo Brasília de Campos, filho de Bernardino José de Campos e de Felisbina Gonçalves, nasceu em Bragança, em 1835, e, a partir de 1845, residiu em Campinas. Em 1853, Américo de Campos mudou-se para São Paulo para estudar Direito.³⁷³ Em 1861, foi nomeado promotor da comarca de Itu, advogando também no civil para aumentar sua receita. Segundo seu biógrafo, a vida de Américo de Campos teria mudado em janeiro de 1864, quando, ao sair de um teatro em Campinas, seu pai foi assassinado. Ele abandonou seu posto de magistrado e foi para a capital, onde abriu um escritório de advocacia, em que trabalhou por dois anos. Estando o *Correio Paulistano* sem redator, José Maria Lisboa indicou-o para o posto, que ocupou de 1866 a 1874.³⁷⁴ Em 1875, foi criado o jornal *A Província de São Paulo*, órgão do PRP, assumindo Américo de Campos e Rangel Pestana sua redação.

Sobre sua vida maçônica, Felisardo Junior apenas comentou que “Foi durante esse lapso de tempo que elle deixou a loja maçônica *Amisade* de que fazia parte, para ser um dos fundadores da loja *América* em cujas deliberações pesa sempre a sua palavra auctorisada.”³⁷⁵

Outra figura maçônica, que pertenceu ao quadro de membros da Loja América e se destacou na difusão do movimento republicano foi Rangel Pestana, um dos signatários do Manifesto Republicano de 1870. Francisco Rangel Pestana nasceu em 1839 e graduou-se Bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1863. Sua iniciação maçônica deve ter sido na Loja Amizade, ainda no período de estudante, pois quando da inauguração da Loja Sete de Setembro, em 7 de setembro de 1862, apareceu

³⁷³ Segundo Felisardo Junior, na academia se passava por um “estudante vadio”, preferia os livros de filosofia e matemática; possuía “Espírito independente e sempre em revolta com todos os preconceitos que lhe pareciam ridículos.” Também comentou que “Durante todo esse anno, que era o de 1860, Américo de Campos não poudé comprar um livro; estudou muitas noutes á luz da lamparina por faltar-lhe meios para comprar uma vella [...]” LISBOA, José Maria. *Almanach Litterario de São Paulo para o anno de 1878*. São Paulo: IHGSP, Edição Fac-similar, 1983, p.150.

³⁷⁴ “Pode-se dizer que o *Correio Paulistano* foi nesses últimos tempos o primeiro jornal que no paiz defendeu corajosamente as vantagens da fôrma republicana. De repente, porém, e pos circumstancias que me não cumpre investigar, o proprietário do *Correio* voltou a face aquellas ideas e tacitamente constringia o seu redactor a não aventurar-se tanto...

Coagido a mascarar os princípios que sinceramente defendia, Américo de Campos seguiu os impulsos de sua probidade política. Affastou-se do *Correio Paulistano* que o teve por único redactor de 1866 a 1874.” LISBOA, José Maria. *Almanach Litterario de São Paulo para o anno de 1878*. São Paulo: IHGSP, Edição Fac-similar, 1983, p.153-154.

³⁷⁵ Ibidem, p.154.

entre seus fundadores, juntamente com Campos Salles, Jorge Miranda, Francisco Quirino dos Santos, entre outros.³⁷⁶ Na década de 1870 veio a se filiar à Loja América.

Em 1864 mudou-se para o Rio de Janeiro, a convite do Conselheiro Zacarias de Góes, para ser o redator do *Diário Oficial*. Em seguida fundou o jornal *Opinião Liberal* e, em 1868, o *Correio Nacional*. Após os acontecimentos políticos de 1868, com a queda do gabinete Zacarias de Góes, retornou à província de São Paulo, e foi residir em Campinas, exercendo a advocacia e fundando uma escola; período em que, provavelmente, frequentou a Loja Independência, a qual pertenciam Campos Salles, Jorge Miranda e Quirino dos Santos.

Nesse contexto de difusão das idéias republicanas na província e de organização do PRP, Rangel Pestana trabalhou como redator-chefe do jornal *A Província de São Paulo*; e apareceu como candidato republicano nas eleições municipais e provinciais, sendo eleito deputado provincial em 1884 e reeleito por mais uma vez.³⁷⁷

A se considerar as biografias de alguns de seus luminares, pode-se dizer que, desde a fundação da Loja América havia, entre seus membros, um comprometimento com a difusão da idéia republicana³⁷⁸. No contexto de crise do governo imperial no final da década de 1860, especialmente depois da queda do gabinete Zacarias, em 1868, a adesão à solução republicana se intensificou e encontrou um terreno fértil nas reivindicações dos fazendeiros do Oeste Paulista. A facilidade da Maçonaria de criar redes clientelares foi utilizada na construção do PRP, principalmente na arregimentação de uma clientela para obter as primeiras vitórias eleitorais³⁷⁹.

A expansão do café, da Maçonaria e do PRP

A expansão da cafeicultura pelo Oeste Paulista garantiu aos fazendeiros dessa região um maior peso econômico, que, para eles, não teria sido acompanhada por uma influência política condizente.³⁸⁰ A formação de um novo partido que atendesse às necessidades dos fazendeiros do Oeste Paulista se difundia ao mesmo tempo em que a vertente republicana da Maçonaria se fortalecia.

³⁷⁶ GIUSTI, Antonio (editor). *A Maçonaria no centenário*. São Paulo: Revista A Maçonaria no Estado de S.Paulo, 1922, p.166.

³⁷⁷ AMARAL, Antonio Barreto do. *Dicionário de História de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.

³⁷⁸ Ver: Capítulo 1.

³⁷⁹ Ver: Capítulo 4.

³⁸⁰ Ver: ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

Nas cidades de São Paulo, Campinas, Sorocaba, Itu e outras do Oeste Paulista, os clubes republicanos eram criados paralelamente à difusão das lojas maçônicas e as redes clientelares ganhavam contorno. A formação de uma nova elite econômica na província exigia novas estratégias de fortalecimento político e social; sendo que a estrutura de funcionamento da Maçonaria garantia a possibilidade de questionamento do governo imperial e ao mesmo tempo protegia seus membros.

Para Koselleck, grupos que se sentiam alijados da tomada de decisões políticas que influenciavam diretamente o desenvolvimento econômico das atividades que exerciam usaram como estratégia, justamente, sua organização em uma sociedade aparentemente “apolítica”, a Maçonaria, e que por ter este caráter era permitida pelo Estado. “Os homens da sociedade, excluídos da política, reuniam-se em locais ‘apolíticos’ [...]. A nova sociedade criou suas instituições sob a proteção do Estado absolutista, cujas tarefas – toleradas, promovidas ou ignoradas pelo Estado – eram ‘sociais’.”³⁸¹

Desta maneira, grupos com pequena representação política podiam, de fato, exercer influência “política”, ainda que de maneira indireta. E, na medida em que os debates maçônicos e as redes clientelares construídas ou reforçadas a partir da Maçonaria influenciavam a política e a legislação do Estado, tornavam-se forças políticas indiretas, mas eficazes.³⁸²

A expansão da economia cafeeira rapidamente favoreceu a formação de uma nova elite econômica em São Paulo, mas esse grupo durante muito tempo não conseguiu a inserção política que fosse correspondente ao seu crescimento econômico. Assim, a expansão do café pelo interior da província de São Paulo foi uma das condições para a formação do PRP, que se utilizava da criação de novas lojas maçônicas para se consolidar.

Na década de 1830, superando o açúcar, o café tornou-se o principal produto de exportação do país³⁸³. A expansão da produção cafeeira³⁸⁴, que se iniciou no vale do

³⁸¹ KOSELLECK, Reinhart. *Op cit.*, p.60.

³⁸² “As lojas maçônicas são a formação típica de um poder indireto, no Estado absolutista, exercido pela nova burguesia. Funcionavam cobertas por um véu que elas próprias haviam tecido: o segredo.” KOSELLECK, Reinhart. *Op cit.*, p.63.

³⁸³ “No século XIX, o café, que não tinha sido importante no período colonial, tornou-se o mais importante produto da economia brasileira, suplantando o açúcar.” COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Editora Unesp, 7ª edição, 1999, p.176.

³⁸⁴ “Essa expansão vinha de longe, aliás, mas chega à fase aguda só em meados do século, quando o café toma afinal o lugar do açúcar como principal gênero de exportação da Província.” HOLANDA, Sérgio Buarque de. “São Paulo”, in: idem (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 3ª edição. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972, t.2, v.2, p.461.

Paraíba fluminense, estendendo-se então para a parte paulista do vale, remou então para a parte “norte” da província de São Paulo, até alcançar o chamado Oeste Paulista. A demanda crescente de café pelo mercado internacional impulsionou essa expansão. Segundo Odilon Matos³⁸⁵, a principal transformação que o aumento da produção cafeeira trouxe foi o deslocamento dos centros econômicos importantes do Nordeste do território brasileiro que passaram para o Sul do país.

Nas décadas de 1870 e 1880, São Paulo passou a ocupar posição central na economia do país.³⁸⁶ Segundo Affonso de E. Taunay, a produção paulista passara de 2.304.000 arrobas em 1866-1867 para 3.715.232 no ano seguinte, enquanto a produção fluminense, em 1869, era de 8.926.247 arrobas, declinando, em 1870, para 6.723.550³⁸⁷. Em 1886, contudo, Odilon Matos constatou uma nova configuração, com quatro regiões respondendo conjuntamente pela produção nacional. A primazia era, porém, de Campinas, com 29% da produção nacional, enquanto a região da Mogiana³⁸⁸ fornecia 21,81%, a Paulista³⁸⁹ 23,69%, e o Vale do Paraíba apenas 20%. Além das quatro regiões, surgiram então novas áreas, como a Araraquarense, com 4% da produção, e a Alta Sorocabana, com 1,46%³⁹⁰. Ao melhorar as condições de transporte e estabelecer a ligação com o porto de Santos, os produtores do oeste da província estavam em condições de expandir sua produção.

Odilon Nogueira de Matos, estudando a associação entre expansão cafeeira e ferrovias, demonstrou que as estradas de ferro paulistas, na maior parte dos casos, seguiram a marcha da agricultura.

Parece fora de dúvida que a nossa Ferrovia surgiu e se desenvolveu “à cata” do café, isto é, a Estrada de Ferro seguiu de perto o caminho feito pelo cafezal. Sem o deslocamento do café não haveria a extensão da rede ferroviária. [...] as nossas Estradas de Ferro, em especial as Paulistas, não abriram novas fronteiras, mas, pelo contrário, acompanharam aquelas que

³⁸⁵ MATOS, Odilon Nogueira de. *Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. 1ª ed. 1974. São Paulo: edições do Arquivo do Estado, 1981.

³⁸⁶ Ver: DEAN, Warren, *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura 1820-1920*. Trad. Waldívia M. Portinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977; DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil (1850)*. Prefácio de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1980.

³⁸⁷ TAUNAY, Affonso de E. *Pequena História do Café no Brasil (1727-1937)*. Rio de Janeiro: edição do Departamento Nacional do Café, 1945, p.53-58.

³⁸⁸ A Companhia Mogiana, fundada em 1872, ligou Mogi-Mirim a Campinas, depois expandindo seus trilhos para Casa Branca, Franca, Amparo, São Simão, Ribeirão Preto. Ver: MATOS, Odilon Nogueira. *Op cit.*

³⁸⁹ Num primeiro momento a Companhia Paulista ligava apenas Jundiaí a Campinas, mas havia a pressão dos cafeicultores para expandir essa ferrovia além de Campinas, até 1876 já havia alcançado Santa Bárbara, Limeira e Rio Claro. Ver: MATOS, Odilon Nogueira. *Op cit.*

³⁹⁰ MATOS, Odilon Nogueira de. *Op cit.*, p.47. Sérgio Buarque de Holanda também apresenta alguns dados: em 1836 Campinas produz 8.801 arrobas de café e ocupa 9º lugar dentre as localidades cafeeiras, todas as outras pertenciam ao “norte” da província; em 1854 com 335.550 arrobas ocupava o 4º lugar, depois de Bananal, Taubaté e Pindamonhangaba, Ver: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Op cit.*, p.463.

iam sendo desbravadas e se constituíram em “frentes pioneiras”, na expansão colonizadora desencadeada pelo café.³⁹¹

O crescimento econômico do café contribuiu para o crescimento de centros urbanos e da população, São Paulo obteve melhoramentos urbanos como a iluminação pública, a instalação de bondes elétricos e obras de saneamento.

Angela Alonso, em *Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*, observou que o poder econômico de São Paulo se intensificava rapidamente, mas em termos de representação política isso não ocorria. Os cafeicultores do Oeste Paulista reivindicavam maior participação política, descontentes com a excessiva centralização que marcava a política do Segundo Reinado. Para a autora a “geração de 1870”³⁹² tinha uma experiência comum, a marginalização política em relação aos postos de mando do Segundo Reinado devido à longa dominação saquarema. Com as cisões ocorridas na ordem política no final da década de 1860 abriram-se novas oportunidades, permitindo ao grupo dos cafeicultores paulistas expressarem seu descontentamento e se organizarem em um partido.

Nesse contexto de busca por uma representação que atendesse diretamente seus interesses, o ideal republicano mostrava-se um caminho eficaz para a realização das aspirações de poder dos fazendeiros paulistas. Como coloca Emília Costa Nogueira:

Essa relativa receptividade às idéias republicanas, em certos meios rurais paulistas, parece-nos estar intimamente relacionada com o desenvolvimento da cultura cafeeira no Oeste; com as condições de organização social e psicológica do chamado “pioneirismo”, da tão propalada marcha para Oeste, que se revestiu de condições próprias, sob muitos aspectos às áreas urbanas.³⁹³

³⁹¹ MATOS, Odilon Nogueira de. *Op cit.*, p.10-11. A rede ferroviária paulista foi construída atendendo aos interesses e às conveniências dos fazendeiros, que empregavam seu capital para poder expandir a malha e facilitar o escoamento da sua produção, uma vez que as dificuldades de transporte no interior da província impediam o aumento das lavouras. Em São Paulo foram criadas quatro grandes companhias de estradas de ferro: a São Paulo Railway, a Paulista, a Mogiana e a Sorocabana. Cf. *Ibidem*, p.148.

³⁹² Para Ângela Alonso, a “geração de 1870” compreendia liberais republicanos como Quintino Bocaiúva e Saldanha Marinho, novos liberais como André Rebouças e Joaquim Nabuco, positivistas abolicionistas como Lauro Sodré e Silva Jardim, federalistas positivistas do Rio Grande do Sul e federalistas científicos de São Paulo. Na divisão apontada por Alonso, o grupo dos federalistas científicos de São Paulo era constituído por boa parte de proprietários rurais e cafeicultores, que tinham uma preocupação em utilizar as descobertas científicas recentes para obter maior produtividade, sendo assim fundaram sociedades como o Clube da Lavoura e instituições de ensino com cursos profissionalizantes. Para Alonso, os paulistas queriam autonomia para gerir seus negócios e implementar seus projetos, a demanda por uma representação política mais equânime com seu crescimento econômico foram a tônica desse federalismo. Ver: ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

³⁹³ NOGUEIRA, Emília Costa. “O movimento republicano em Itu. Os fazendeiros do Oeste paulista e os pródromos do movimento republicano (Notas prévias)”; in: *Revista de História*. São Paulo, nº 20, out/dez, 1954, p.394.

Nota-se que os fazendeiros do Oeste Paulista não encontravam no governo imperial o apoio de que necessitavam e não alcançavam, na Assembléia Provincial, uma representação política satisfatória para solucionar seus problemas mais urgentes, como construção das estradas de ferro e fornecimento de mão de obra.³⁹⁴ A iniciativa particular foi vista como uma alternativa, aumentando as críticas principalmente quanto à excessiva centralização do governo imperial.

Campinas

Uma das localidades em que o movimento republicano mais prosperou foi em Campinas, região conhecida como “capital da lavoura”³⁹⁵. Sandra Lúcia Lopes Lima, em *O Oeste paulista e a República*, um rico estudo sobre Campinas³⁹⁶, analisou as preocupações dos fazendeiros do Oeste Paulista que se mostraram mais freqüentes na *Gazeta de Campinas*, sendo os três temas mais recorrentes: transporte, crédito e mão de obra. A construção de ferrovias recebeu ampla atenção do jornal, que convocava fazendeiros a se associarem, noticiava inauguração de novos trechos, e debatia os rumos que os trilhos deveriam seguir. A questão da mão de obra também recebeu muita atenção, com a publicação de artigos, cartas ou relatos de experiências particulares com imigrantes europeus.

Assim como a *Gazeta de Campinas* era um dos instrumentos para tornar conhecidas as insatisfações dos fazendeiros do Oeste Paulista, a fundação do Clube da Lavoura, em 10 de abril de 1876, tinha por fim despertar a atenção dos poderes públicos para os problemas da cafeicultura, como o abastecimento de mão de obra, melhorias técnicas na produção, qualidade do produto, redução de taxas, e obtenção de créditos. Pertenciam ao Clube da Lavoura vários colaboradores do jornal, como Campos Salles e Francisco Glycerio.

Para os fazendeiros de Campinas, a própria sobrevivência da economia cafeeira dependia de uma melhor comercialização (que dependia do melhoramento do sistema de transportes); de acesso à mão de obra para a produção; crédito para modernizações e

³⁹⁴ Ver: ZIMMERMANN, Maria Emilia Marques. *O PRP e os fazendeiros do café*. Tese de Mestrado, Unicamp, 1986. LIMA, Sandra Lúcia Lopes. *O Oeste paulista e a República*. São Paulo: Vértice, 1986

³⁹⁵ LIMA, Sandra Lúcia Lopes. *Op cit.*, p.12

³⁹⁶ “O sistema de transporte foi melhorado através da construção de estradas de ferro; novas escolas foram fundadas; as ruas receberam iluminação a gás; jornais foram criados, teatros construídos. O comércio e a indústria foram estimulados.

Em Campinas os agricultores reuniam-se para discutir problemas e buscar soluções; era natural, portanto, o aparecimento de veículos de divulgação e defesa dos interesses locais.” LIMA, Sandra Lúcia Lopes. *Op cit.* p. 28.

eventualidades. Apesar dos altos impostos pagos, não recebiam auxílio do governo imperial para desenvolver sua economia, ou seja, não conseguiam o apoio financeiro que consideravam corresponder à sua importância econômica. Para a autora, o fato de terem que procurar soluções através de recursos próprios teria aumentado sua insatisfação e a decepção com o regime monárquico.

Assim, a falta de respostas do governo para essas questões teria contribuído para o desenvolvimento do republicanismo naquela região.

A capacidade de realização, de superação dos próprios problemas e a sensação de abandono provocada pelas atitudes governamentais aumentavam nos paulistas a autoconfiança e a certeza de sobreviverem melhor sem a dependência a um governo central. O desejo de autonomia para a província se identificava perfeitamente com o federalismo republicano.³⁹⁷

Analisando os artigos produzidos pelos representantes dos fazendeiros do Oeste Paulista tanto nos jornais do período quanto nos almanaques, a insatisfação com a falta de solução dos problemas por parte do governo imperial era muito clara. Campos Salles, conhecedor da realidade dos problemas enfrentados no Oeste Paulista, foi um dos que assumiu uma postura de combate às ações do governo imperial. No *Almanach Litterario de São Paulo para o anno de 1879*, publicou um artigo sobre “O espírito de iniciativa em Campinas”, em que sua crítica dirigia-se à centralização política. Nele, referiu-se ao fato de o presidente de província ser uma figura mais associada ao poder central que o nomeava e que não aos interesses da província.

[...] a vitalidade nacional consome-se, oprimida debaixo do formidável peso de uma centralização compressora.[...] o systema adoptado atrophie e mata as extremidades, suppondo que attrahe para o centro o vigor e a força. [...] A província não possui uma administração propria, que possa ser fecunda e benéfica, nem apta para dar expansão ás suas forças, porque á frente dos seus destinos está collocado um agente do poder central, que é mais um commissario político do que mesmo um administrador.³⁹⁸

Na província de São Paulo entre 1852 e 1860, apenas um entre 10 presidentes de província foi paulista.³⁹⁹

Campinas se destacava, então, como centro econômico da região e, portanto, atraía muitas pessoas, constituindo-se em um dos núcleos de difusão da Maçonaria,

³⁹⁷ Ibidem, p.103.

³⁹⁸ LISBOA, José Maria. *Almanach Litterario de São Paulo para o anno de 1879*. São Paulo: IHGSP, Edição Fac-similar, 1983, p.1-2.

³⁹⁹ COSTA, Milene Ribas da. *Op cit.*, p.44.

associada esta à idéia republicana. As lojas maçônicas de Campinas foram bastante importantes para a estruturação do movimento republicano no Oeste Paulista, sendo a Loja Independência, instalada em 1867 e filiada ao Grande Oriente dos Beneditinos em 1869, aquela de maior centralidade para a articulação do projeto republicano em Campinas.⁴⁰⁰

Carmen S. V. Moraes enfatizou que a Loja Independência era quase integralmente composta por republicanos. Campos Salles, Francisco Quirino dos Santos, Bernardino de Campos, Rangel Pestana e Jorge de Cerqueira Miranda, depois de formados pela Faculdade de Direito, filiaram-se à Loja Independência. O *Almanak da Província de São Paulo para 1873* informava que a Loja Independência funcionava em um prédio de sua propriedade na rua do Bom Jesus, e que seu Venerável⁴⁰¹ era Francisco Quirino dos Santos, enquanto Francisco Glycerio de Cerqueira Leite era 1º Vigilante, Francisco Ferreira de Mesquita, 2º Vigilante, sendo Joaquim José Vieira de Carvalho e o capitão Raymundo A. dos Santos Prado respectivamente Orador e Secretário.⁴⁰²

⁴⁰⁰ Aos 23 de novembro de 1867, em sessão presidida por Pedro Ernesto Albuquerque de Oliveira, Grande Inspetor Geral e Delegado do Supremo Conselho do Grande Oriente Brasileiro, os maçons Joaquim Xavier de Oliveira, Antonio Firmino de Carvalho e Silva, José Bento Pereira dos Santos, José Henrique Ponte, João Lopes da Silva, José Ribas D'Avilla, Benedito Camargo Pedroso, José de Souza Teixeira, José Manoel Cerqueira Cezar e Francisco Pedroso da Silva Barros, liderados por Joaquim José Vieira de Carvalho se reuniram para instalarem a Loja Independência, na verdade se tratava do reerguimento da loja que havia sido fundada em 1859. Uma semana depois da fundação, iniciou o crescimento de seu quadro com o ingresso de notáveis cidadãos de Campinas, como Francisco Glicério Cerqueira Leite, Jorge Miranda, Eloy Cerqueira, Antônio Benedito Cerqueira Leite, Bento Quirino Simões dos Santos, João Quirino do Nascimento, Joaquim Quirino dos Santos, Francisco de Paula Simões dos Santos, Francisco Quirino dos Santos, Rafael Sampaio, Manoel Ferraz de Campos Salles e outros. (<http://www.lojaindependencia.org.br/nossahistoria.html>)

⁴⁰¹ Os Veneráveis da Loja Independência deste período foram: Joaquim José V. Carvalho (1867 – 1870), João Quirino Nascimento (1870), Antônio C. Moraes Salles (1870 – 1872), Francisco Quirino dos Santos (1872 – 1879), Francisco Glicério C. Leite (1879 – 1892).

⁴⁰² LUNÉ, Antonio José Baptista de & FONSECA, Paulo Delfino da (orgs.). *Almanak da Província de São Paulo para 1873*. São Paulo: Typographia Americana, 1873, p. 327. O *Almanak de Campinas para 1873* publicado por José Maria Lisboa, informou sobre a Loja Independência: “Funciona esta Loja: Maç.: ao Val.: do Bom Jesus em um optimo prédio de sua propriedade. Está construindo um temp.: afim de nelle celebrar as suas ses.: [sessões] no gr.: [grau] de ap.: [aprendiz] É um salão vastíssimo e que hade ser decorado convenientemente, bem como as demais partes acessórias do edifício de modo a tornar-se digno do objecto a que se destina, tanto pela capacidade como pela forma. O ardor com que trabalham os op.: e a affluencia de iniciaç.: ultimamente havidas, auguram uma carreira esplendida e segura para esta instituição, cujo alcance está na medida dos serviços reaes por ella prestados á humanidade. A *Independência* foi regularis: [regularizada] em 1869 ao Gr.: Or.: dos Benedictinos, hoje Gr.: Or.: Unido do Brasil. São Luz.: [Luzes] desta Loja: Ven.: Dr. Francisco Quirino dos Santos, gr.: 30.: 1º Vig.: Francisco Glycerio de Cerqueira Leite, gr.: 18.: 2º Vig.: Francisco Ferreira de Mesquita, gr.: 18.: Orad.: Dr. Joaquim José Vieira de Carvalho, gr.: 30.: Secret.: Capitão Raymundo A. dos Santos Prado, gr.: 17.:” LISBOA, José Maria. *Almanak de Campinas seguido do Almanak do Rio-Claro para 1873*. Campinas: Typographia da Gazeta de Campinas, 1872, p.44.

Alguns membros da Loja Independência fundaram, em 1876, a Loja Regeneração 3ª (também filiada ao Grande Oriente dos Beneditinos), funcionando no mesmo edifício da Loja Independência, e tendo como primeiro Venerável Campos Salles.

O grupo formado dentro da Loja Independência atuou em diversas áreas em Campinas, fundando o jornal *Gazeta de Campinas*, organizando a Sociedade Promotora de Instrução⁴⁰³, o Gabinete de Leitura⁴⁰⁴, e o colégio Culto à Ciência.

A *Gazeta de Campinas*, conforme analisado no Capítulo 2, foi criada em 1869, por iniciativa de Francisco Quirino dos Santos, Venerável da Loja Independência a partir de 1872, que recebeu o apoio financeiro de seu sogro, o capitão Joaquim Roberto de Azevedo Marques, então proprietário do *Correio Paulistano*. O gerente do novo jornal era José Maria Lisboa, sendo redator-chefe o próprio Francisco Quirino dos Santos e colaboradores seu irmão João Quirino dos Santos, e os amigos Jorge Miranda e Campos Salles. Além destes, Rangel Pestana e Américo Brasiliense escreviam ocasionalmente.

A cabeça do mais rico município da província de S.Paulo, a formosa cidade de Campinas, tornou-se, ha alguns annos, o foco mais animado e brilhante do espírito livre naquella terra que parece destinada para ser o oriente da liberdade política, que para nós, retardados americanos, agora apenas amanhece. Em 1869, um esforçado grupo de moços democratas levantou alli a *Gazeta de Campinas*, uma das melhores folhas da imprensa nacional. O dr. Francisco Quirino dos Santos, poeta encantador, os drs. Campos Salles, Jorge de Miranda e Francisco Glycerio, todos elles advogados de nota [...]⁴⁰⁵

Rangel Pestana no *Almanach Litterario de São Paulo para o anno de 1879*, publicou a biografia de Francisco Glycerio, apresentando-o como uma das figuras chaves de Campinas,

Se apparece em Campinas um artista, leva cartas de appresentação para F. Glycerio. Elle é como que a chave que abre as portas dos theatros e dos

⁴⁰³ Organizada em 1870, sua diretoria em 1873 era composta pelo Presidente Bacharel Francisco Quirino dos Santos; Secretários João Braz da Silveira Caldeira, Francisco Glycerio Cerqueira Leite; Adjuntos Antonio Benedito de Cerqueira Leite, José Maria Lisboa; Tesoureiro Joaquim Candido de Almeida; Bibliotecário Joaquim Roberto Alves. LUNÉ, Antonio José Baptista de & FONSECA, Paulo Delfino da (orgs.). *Almanak da Província de São Paulo para 1873*. São Paulo: Typographia Americana, 1873.

⁴⁰⁴ Em 1873 possuía como Presidente Bacharel Francisco Quirino dos Santos; Bibliotecário Joaquim Roberto Alves; Secretario Alferes Carlos Augusto Bressane; Tesoureiro Francisco de Paula Simões dos Santos. A biblioteca possuía mais de 1.000 volumes, e era aberta ao público todos os dias. LUNÉ, Antonio José Baptista de & FONSECA, Paulo Delfino da (orgs.). *Almanak da Província de São Paulo para 1873*. São Paulo: Typographia Americana, 1873.

⁴⁰⁵ LISBOA, José Maria. *Almanach Litterario de São Paulo para o anno de 1879*. São Paulo: IHGSP, Edição Fac-similar, 1983, p.51.

clubs; o “lord protector” que recommenda o recém-chegado ao director da orchestra, que vence os embaraços policiaes; o cartaz que annuncia e engrandece os méritos do hospede nos círculos que frequenta. E tudo isso elle faz sem pretensão, na certeza de bem cumprir um dever da instituição humanitária a que pertence e da qual é uma das mais firmes columnas.⁴⁰⁶

Quando o autor diz que Francisco Glycerio cumpria um “dever da instituição humanitária a que pertence”, ele se referia à ordem maçônica, o que fica ainda mais explícito ao declarar que Glycerio era “uma das mais firmes columnas”, uma expressão claramente maçônica.

Segundo seu biógrafo, Francisco Glycerio deveria ser reverenciado por atuar no foro, na política, na instrução publica, em obras de caridade, commercio, lavoura, imprensa...

Em tudo que interessa o progresso de Campinas anda ligado o nome popular deste modesto cidadão. Folheai as actas dos clubs de política e recreio, das irmandades, das sociedades de socorros, da Santa Casa de Misericórdia, da sociedade Culto à Sciencia, do Club da Lavoura, das lojas maçônicas, da sociedade do theatro, e em todas ellas apparece um acto attestando seu patriotismo, sua caridade e o amor ao trabalho.⁴⁰⁷

Por suas biografias, fica evidente que as figuras-chaves da Maçonaria e do movimento republicano conviviam cotidianamente; estavam relacionados por laços de parentesco, partilhavam a diretoria de muitas instituições técnico-científicas, pertenciam às mesmas irmandades religiosas, escreviam conjuntamente em certos órgãos de imprensa, partilhavam do convívio em associações políticas, ou seja, construíam, em sua dia-a-dia uma sociabilidade que favorecia a formação das redes clientelares.

Quanto à criação do colégio Culto à Ciência⁴⁰⁸, Campos Salles escreveu um artigo, no *Almanach Litterario de São Paulo para o anno de 1876*, em que mais uma vez destacava a iniciativa particular na cidade de Campinas, concluindo que

⁴⁰⁶ Ibidem, p.212.

⁴⁰⁷ Ibidem, p.212.

⁴⁰⁸ A idéia de criar o colégio foi levantada pelo agricultor Antonio Pompeo de Camargo. Em 9 de novembro de 1869 a nova sociedade foi organizada, mas em seguida foi interrompida. Apenas em 1873 a idéia foi retomada, os estatutos iniciais foram reformados, a sociedade era composta por 126 sócios que não tinham direito a lucro algum. Em 12 de janeiro de 1874 inaugurou-se o colégio Culto à Ciência, cujo fim principal e único era facilitar a instrução primaria e secundária, fundando e mantendo na cidade de Campinas um colégio para a educação de alunos do sexo masculino; onde também seriam admitidos gratuitamente alunos pobres. Para uma análise mais detalhada da criação do colégio Culto à Ciência e de sua relação com a Maçonaria de Campinas ver: MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. *O ideário republicano e a educação: uma contribuição à história das instituições*. Campinas: Mercado das Letras, 2006.

[...] já se reconhece com justiça que aqui, na província de S.Paulo, a iniciativa particular, supprindo a acção governamental opera grandes resultados na ordem moral também, utilizando os mais profícuos esforços no generoso intuito de espalhar a instrucção e levar a luz a todas as almas. [...] A instrucção é um meio, o fim é – a liberdade⁴⁰⁹

Carmen S. V. Moraes, ao analisar a composição da comissão encarregada de elaborar os estatutos da Sociedade Culto à Ciência, destacou que esta era composta por maçons pertencentes à Loja Independência: Jorge Miranda (grau 33), Cândido Ferreira da Silva Camargo (grau 33) e Campos Salles (grau 33) – ou seja, o futuro presidente da República, ao publicar loas ao colégio, escrevia em causa própria. Além da comissão, eram também maçons os membros da primeira diretoria e os próprios professores. Como bem atesta a autora, o “‘batismo maçônico’ era imperativo para aqueles que ocupariam a direção da sociedade e os cargos docentes do colégio.”⁴¹⁰

Não apenas em Campinas o movimento republicano conseguia adeptos, pois a insatisfação com o governo imperial generalizava-se ao longo da década de 1870 e 1880 em todo o Oeste Paulista.⁴¹¹

Sorocaba

Embora a expansão das lojas maçônicas e das idéias republicanas fosse mais acentuada nas regiões de cafeicultura do Oeste Paulista, como Campinas (então grande centro produtor), também em outras áreas da província, como Araraquara e Sorocaba, foi possível constatar um crescimento da atividade maçônica. Fosse relacionada ao café ou a outras atividades estimuladas a partir do desenvolvimento econômico do Oeste Paulista, as lojas maçônicas surgiam articuladas por esses grupos emergentes.

Ivanilson Bezerra da Silva, em sua dissertação de mestrado intitulada *A cidade, a Igreja e a Escola: relações de poder entre maçons e presbiterianos em Sorocaba na segunda metade do século XIX*, destacou que o grupo ligado à Maçonaria sorocabana representava os interesses de uma nova elite econômica, preocupada em desenvolver as

⁴⁰⁹ LISBOA, José Maria. *Almanach Litterario de São Paulo para o anno de 1876*. São Paulo: IHGSP, Edição Fac-similar, 1983, p.181.

⁴¹⁰ MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. *O ideário republicano e a educação*. *Op cit.*, p.129.

⁴¹¹ Manoel de Moraes Barros, se apresentando como um dos defensores dos interesses da região de Piracicaba, denunciou a política imperial, dizendo que “Para isso não pedimos a protecção do governo: pelo contrario, pedimos-lhe que se afaste e nos destranque o caminho – abolindo esses odiosos e absurdos privilégios de religião e casamento, que impedem a vinda de braços para rotear nossas uberrimas terras; deixando de ser o escoadouro de nossas rendas, que nos arranca para esbanjar na capital e principalmente na Côrte: em fim – que nos entregue a nós mesmos – que se tire de nosso sól.” LISBOA, José Maria. *Almanach Litterario de São Paulo para o anno de 1878*. São Paulo: IHGSP, Edição Fac-similar, 1983, p.164.

atividades produtivas da região. A transformação econômica em Sorocaba, observada a partir da década de 1860, foi de um novo ciclo baseado no plantio de algodão e mais tarde no processo de industrialização, substituindo a tradicional atividade tropeira da região.⁴¹²

Silva observou que este foi um período em que foram construídas estrategicamente relações de poder em um espaço social marcado por novas idéias políticas, religiosas e educacionais. Em meio a esse contexto de mudanças houve a fundação de uma nova loja maçônica filiada ao Oriente dos Beneditinos e relacionada aos maçons da Loja América⁴¹³, transformando-se em uma das difusoras dos ideais republicanos na região. Assim, em 31 de julho de 1869, um grupo de 24 maçons, liderados por Luiz Matheus Maylasky, decidiu fundar a Loja Perseverança 3ª.⁴¹⁴

Os maçons que fundaram a Loja Perseverança 3ª eram membros da Loja Constância, que havia sido fundada em 1847, e que pertencia ao Oriente do Lavradio. É provável que, esperando obter maior espaço político e econômico, alguns maçons tenham decidido deixar esta loja e fundar uma nova associada ao grupo dos Beneditinos, estabelecendo certa rivalidade entre elas. As três figuras que representavam os anseios do grupo de maçons da nova Loja Perseverança 3ª, eram Luiz Matheus Maylasky, Ubaldino do Amaral⁴¹⁵ - ambos riscados do quadro de membros da Loja

⁴¹² SILVA, Ivanilson Bezerra da. *A cidade, a Igreja e a Escola: relações de poder entre maçons e presbiterianos em Sorocaba na segunda metade do século XIX*. Dissertação de Mestrado, USP, 2010.

⁴¹³ A reunião em que decidiram se separariam ou não da Loja Constância, José Leite Penteadado declarou que: “Com Ubaldino estive na loja América. Conversamos com os irmãos de lá, especialmente com o estudante Rui Barbosa, quartanista de direito, ardoroso e combativo. Todos estão animados do firme propósito de pugnar pela cada vez maior campanha de libertação dos escravos, de que faz tema principal a maçonaria brasileira, paralelamente ao da proclamação da república.” IRMÃO, José Aleixo. *A Perseverança III e Sorocaba*. Sorocaba: Fundação Ubaldino do Amaral, 1999, vol.1, p.47- 48.

⁴¹⁴ Dos 24 maçons que saíram da Loja Constância, de Sorocaba, para formar a Perseverança III, 2 eram advogados, 12 eram comerciantes, 2 funcionários públicos, 3 militares, 1 dentista, 3 não tiveram ocupação definida. Praticamente todos eram grau 3. Muitos foram iniciados no mesmo período, o que contribuiu para criar um vínculo entre eles. SILVA, Ivanilson Bezerra da. *Op cit.*, p.40. Eram eles: Vicente Eufrásio da Silva Abreu, Ubaldino do Amaral, José Antonio Cardosos, Luiz Matheus Maylasky, Francisco de Assis Machado, Antonio Bernardo Vieira, José Tomás da Silveira, Jerônimo de Abreu Lolot, Antonio Augusto de Pádua Fleury, José Leite Penteadado, Vicente de Paula Gomes e Silva, Roberto Dias Baptista, José Ferreira Braga, André de Andrade, Joaquim Galvão de Campos, Rafael Gomes da Silva, Bernardo de Mascarenhas Martins, Francisco Chagas do Amaral Fontoura, José Pereira Chagas, José Timóteo de Oliveira, João Marcondes França, Joaquim Carneiro do Amaral, Prudente Floriano da Costa, Antonio Mascarenhas Camelo. IRMÃO, José Aleixo. *Op cit.*, p.33.

⁴¹⁵ Ubaldino do Amaral Fontoura nasceu em Lapa, no Paraná, em 1843. Aos 12 anos mudou-se com os pais para Sorocaba, em 1855. Matriculou-se na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, tornou-se bacharel em 1865. Retornou a Sorocaba para advogar. Na formação da Companhia Sorocabana de Estrada de Ferro, ocupou o cargo de secretário da primeira diretoria. Foi um dos fundadores do Gabinete de Leitura Sorocabano e da Loja Perseverança III, “quando em fins de 1869 e princípios de 1870, Luiz Matheus Maylasky o convidou para esses empreendimentos.” Ubaldino ocupou o cargo de Orador da primeira administração da Loja Perseverança III. Ubaldino retirou-se de Sorocaba em 1874 e foi advogar no Rio de Janeiro juntamente com Saldanha Marinho. IRMÃO, José Aleixo. *Op cit.*, p.36-37.

Constância após fundarem a Perseverança 3ª - e Julio Ribeiro - que pertencia a Loja América e que se filiou à Perseverança 3ª em 25 de fevereiro de 1871.⁴¹⁶

Para Silva, o grupo da Perseverança 3ª representava a diversificação do comércio, das indústrias, das estradas de ferro, em um momento de reconfiguração do campo político e econômico da cidade. As iniciativas desse grupo estavam relacionadas às suas convicções políticas, mas também aos seus interesses econômicos. Esses interesses eram defendidos principalmente no jornal *O Sorocabano*, que, em 1872, transformou-se em *O Sorocaba*, do qual eram os redatores-proprietários. Utilizavam o jornal para tornar conhecido o projeto da estrada de ferro⁴¹⁷ e os benefícios da plantação de algodão, além de defenderem a liberdade religiosa e a forma de governo republicana.

Para manter a hegemonia, os maçons da Loja Perseverança III, além de construírem as estratégias em torno da libertação do escravo, instrução escolar e da implantação da República, começaram a liderar outras agremiações: Partido Liberal, Gabinete de Leitura, Câmara Municipal, Hospital, Escolas. Isto implica em dizer que eles estavam, praticamente, dominando vários espaços sociais e vários campos na cidade de Sorocaba. No interior da Loja Maçônica eles discutiam e estabeleciam suas estratégias. Através da imprensa jornalística, eles divulgavam seus interesses e aquilo que eles achavam conveniente para justificar suas ações e procedimentos.⁴¹⁸

Assim como em Sorocaba, em Campinas e em outras partes do Oeste Paulista, a questão era a solidificação das novas elites que buscavam na Maçonaria um respaldo para alcançar seus objetivos políticos e econômicos.

A expansão das lojas maçônicas

No que tange ao crescimento das lojas maçônicas na província de São Paulo na segunda metade do século XIX, é preciso considerar as mudanças da própria organização maçônica, principalmente durante o período em que existiram dois Grandes Orientes, o do Lavradio e o dos Beneditinos⁴¹⁹. No período entre 1863 e 1883, no contexto de agitação política e intensificação do movimento republicano, um grupo de

⁴¹⁶ Ver: IRMÃO, José Aleixo. *Op cit.*

⁴¹⁷ Segundo José Aleixo Irmão a criação da Companhia Sorocabana era um “trabalho nitidamente maçônico”, Maylasky estava a frente do projeto de construir uma estrada de ferro ligando Sorocaba a Itu. A comissão era toda maçônica: Maylasky, Ubaldino do Amaral, Francisco G. de Oliveira Machado, Ferreira Leão. IRMÃO, José Aleixo. *Op cit.*, p.81-82.

⁴¹⁸ SILVA, Ivanilson Bezerra da. *Op cit.*, p.25.

⁴¹⁹ Ver: Capítulo 1.

maçons liderado por Saldanha Marinho decidiu criar o Oriente dos Beneditinos, caracterizado pela abertura a idéias como a republicana. Enquanto o grupo do Lavradio se manteve sob a direção do visconde do Rio Branco, que, entre 1871 e 1875, ocupou o cargo de presidente do Conselho de Ministros pelo do Partido Conservador.

Foi durante o período de cisma maçônico que a número de lojas fundadas na província paulista foi mais acentuado. Até 1863 foram fundadas dezessete lojas na província de São Paulo (ver tabela 2). Entre 1863 e 1872, outras treze foram fundadas, sendo que a maior parte estava filiada ao Oriente dos Beneditinos, como a Loja América e a Perseverança 3ª. Entre maio e setembro de 1872, quando se criaram apenas quatro lojas, ocorreu um breve período de unificação entre os dois Orientes, sendo o enfrentamento com a Igreja Católica, na Questão Religiosa⁴²⁰, o principal fator que estimulou essa tentativa de aproximação.

Mas, as diferentes concepções políticas tanto em relação à atuação da ordem maçônica quanto em relação à política imperial afastaram novamente os dois grupos, e a divisão entre o Lavradio e os Beneditinos voltou a ocorrer, influenciando o período de maior crescimento maçônico na província, entre setembro de 1872 e 1883, com a criação de trinta e cinco novas lojas (ver tabela 3). A tentativa de fortalecimento de ambos os grupos aumentou a necessidade de organização e difusão das lojas a eles filiadas, razão direta da fundação de novas lojas. Paralelamente, ocorria um período de franco crescimento econômico do Oeste Paulista, com o consequente desejo por maior articulação política que configurasse uma representação política de peso mais substantivo, dando à fundação de novas lojas maçônicas um caráter de organização política.

Tabela 2: Lojas maçônicas paulistas fundadas até 1863

Loja	Local	Fundação
Inteligencia	Porto Feliz	1831
Amizade	São Paulo	1832
Piratininga	São Paulo	1850
Constancia	Sorocaba	1847
Fraternidade	São Paulo	

⁴²⁰ Ver: Capítulo 2.

Firmeza ⁴²¹	Itapetininga	1852
Harmonia Areense	Arêas	1833
União e Fraternidade	Bananal	1834
Amor à Ordem Respeitada	Ubatuba	1837
União Paranaguense	Paranaguá	1837
Cruzeiro do Sul	Bananal	1838
Asylo da Virtude	Capivari	1844
Fraternidade Curitibana	Curitiba	1845
Conciliação Morreteana	Morretes	1847
Ypiranga	São Paulo	1847
Independência	Campinas	1859
Fraternidade Campineira	Campinas	1859

Fonte: GIUSTI, Antonio (editor). *A Maçonaria no centenário*. São Paulo: Revista A Maçonaria no Estado de S.Paulo, 1922; BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras: a ação da Maçonaria Brasileira (1870 – 1910)*. Campinas: Editora da Unicamp, coleção Tempo e Memória nº14, 1999.

⁴²¹ O Grande Oriente da Rua do Passeio instalara em São Paulo o Grande Consistório Paulista; em 1852 esse Grande Consistório Paulista deu a nove maçons a autorização para instalarem em Itapetininga uma loja. Em 19 de dezembro de 1852 foi eleita como administração provisória: Venerável Matheus Gomes Pinheiro Machado (David Canabarro) (grau 18) da Loja Amizade; 1º Vigilante Joaquim Gomes Pinheiro Machado (Amador Bueno) (grau 18) da Loja Piratininga; 2º Vigilante Jorge Gomes Pinheiro Machado (Pedro Ivo) (grau 3) da Loja Piratininga; Orador Joaquim Baptista Rodrigues da Silva (S.Matheus) (grau 18) da Loja Amizade; Secretário Tito Correa de Mello (José Bonifácio) (grau 3) da Loja Amizade; 1º Experto Francisco de Almeida Mello (Cypreste) (grau 18) da Loja Constancia de Sorocaba; Tesoureiro Paulino Ayres de Aguirra (Itá) (grau 3) da extinta Loja Fraternidade de São Paulo; Mestre de Cerimônias João Monteiro de Carvalho (Vasconcellos) (grau 3) da Loja Constância de Sorocaba; 1º Diácono Antonio Benedicto de Mattos Salles (Álvares Machado) da Loja Amizade. “Em sete dias, a administração provisória installou a Loja, reuniu-a em 6 sessões e augmentou o seu quadro com mais treze obreiros, dos quaes doze foram, dentro desse período, elevados ao grau de mestre.”

Os novos obreiros eram: padre Jesuíno Ferreira Prestes (pio nono), Hygino José Rolim de Oliveira (Nunes Machado), professor Christovão Felix do Amaral (Bruto), João Manoel Freire (Tibiriçá Piratininga), Salvador José Rolim (Martim Francisco), Luiz Ayres do Nascimento (Feijó), Ludovico Antonio Homem de Góes (Paula Sousa), Joaquim Augusto Ribeiro de Carvalho Rios (Hahnmeman), Manoel da Costa Brisola (Antonio Carlos), João Affonso Pereira (Barata), Antonio da Rosa Nascimento (conego Francisco de Mello), Mariano José de Oliveira Fróes (Catão) e José Ribeiro França (Ottoni). A loja “adormeceu” em março de 1860. Em 28 de janeiro de 1872, sete maçons se reuniram para reerguer a loja, sendo os mesmos eleitos: Venerável Venâncio Ayres (Luiz Blanc) (grau 3); 1º Vigilante major João Monteiro de Carvalho (Vasconcellos) (grau 18); 2º Vigilante capitão Salvador José Rolim (Martim Francisco) (grau 18); Orador vigário padre Francisco de Assumpção Albuquerque (Fr. Bartholomeu dos Martyres) (grau 3); Secretario José Manoel de Almeida (Homero) (grau 3); Hospitaleiro Alferes Benedicto dos Santos Azevedo Marques (Saldanha Marinho) (grau 3). Em 1874 se filiou ao Grande Oriente dos Beneditinos. Na sessão de 5 de junho de 1876 instalou-se uma cisão chefiada pelo maçom Antonio Moreira da Silva. A questão foi resolvida com algumas medidas, dentre elas a mudança do nome da loja para Cosmopolita II, aprovada pelo Vale dos Beneditinos em 10 de setembro de 1876. “Os desgostos, porém, continuaram, os eleitos deixavam de tomar posse de seus cargos, as sessões se tornavam raras, e assim a Loja, de novo, abateu columnas, pois que sua ultima sessão, nessa segunda phase, foi em 17 de Maio de 1877.” Apenas em 18 de agosto de 1894, a loja foi restaurada. GIUSTI, Antonio (editor). *Op cit.*, p.206-208.

Tabela 3: Lojas maçônicas paulistas fundadas entre 1863 e 1883

Loja	Local	Fundação
Sete de Setembro	São Paulo	1863
Fraternidade	Santos	
Fraternidade	Taubaté	1865
União e Fraternidade Mogymiriana	Mogy Mirim	1866
Fraternidade 2ª	Iguape	1868
Feliz Lembrança ⁴²²	Iguape	1868
Fraternidade Areense	Arêas	1869
Fraternidade 3ª ⁴²³	Rio Claro	1869
Vinte e Cinco de Março	Limeira	1869
América	São Paulo	1868
Lealdade	Jundiaí	1870
Perseverança 3ª	Sorocaba	1869
Fidelidade	Campinas	1868
Amor à Virtude ⁴²⁴	Franca	1872*
Adopção Sete de Setembro	São Paulo	1872*
Cruzeiro do Sul	Pirassununga	1872*
Trabalho ⁴²⁵	Amparo	1872*
Beneficiencia Ituana	Itu	1873
Caridade 3ª	Tatuí	1874
Liberdade 2ª	São Carlos	1874
Integridade (Antiga Asylo da Virtude)	Capivari	1874
Ararituaba	Porto Feliz	1874

⁴²² Em 1873, a Loja Fraternidade 2ª tinha como Venerável Manoel Homem Pamplona, e a Loja Feliz Lembrança, tinha como Venerável Francisco José Pedroso. LUNÉ, Antonio José Baptista de & FONSECA, Paulo Delfino da (orgs.). *Almanak da Província de São Paulo para 1873*. São Paulo: Typographia Americana, 1873,p.308.

⁴²³ “Loj.: Fraternidade 3ª:.. Tem seu templo á r. da Aurora. Ses.: [sessão] ord.: [ordinária] nos sab.: [sábados] ás 7 horas da noute.” Almanak de S.João do Rio-Claro para 1873 – organizado por Thomaz Carlos de Molina e publicado por José Maria Lisboa, p.15.

⁴²⁴ A Loja Amor à Virtude possuía como Venerável, em 1873, Francisco Barbosa Lima. LUNÉ, Antonio José Baptista de & FONSECA, Paulo Delfino da (orgs.). *Almanak da Província de São Paulo para 1873*. São Paulo: Typographia Americana, 1873,p.553.

⁴²⁵ Foi fundada em 18 de agosto de 1872, e foi regularizada em 31 de janeiro de 1873. Os irmãos fundadores foram: José Pinto Junior (grau 18); Manuel de Paiva Moreira (grau 3); Francisco Antonio de Oliveira Prestes (grau 18); José Gomes de Oliveira Carneiro (grau 3); Bernardino José de Campos Junior (grau 3); João Pedro de Godoy Moreira (grau 3); Joaquim Pereira da Silva Barros (grau 3); Antonio José Soares Filho (grau 3); Eugenio Pinto Pereira (grau 18); João Mendes do Amaral (grau 3); Francisco de Assis Santos Prado (grau 3); Joaquim Caetano Leme (grau 3); José Manuel de Miranda (grau 3); Zeferino da Costa Guimarães (grau 3); Jorge Franco do Amaral (grau 3); João Rodrigues Teixeira (grau 3); José Francisco Leme (grau 3) e Salvador José de Miranda 3:.. GIUSTI, Antonio (editor). *Op cit.*,p.237

Triunpho e União ⁴²⁶	Descalvado	1874
Ganganelli 2ª	Brotas	1874
Amor da Pátria	Bragança	1874
Washington Lodge	Santa Bárbara	1874
Amor e Caridade	Ribeirão Preto	1874
Paulista	Jundiaí	1875
Cinco de Março	Tiete	1875
Regeneração	Tatuí	1875
Cruz d'Oeste	Araraquara	1875
Piracicaba ⁴²⁷	Piracicaba	1875
Márquez do Pombal	Jaú	1875
Saldanha Marinho	Lenções	1876
Fé e Perseverança	São Carlos	1876
Guia do Futuro ⁴²⁸	Botucatu	1875
Regeneração 3ª	Campinas	1876
Cosmopolita	Itapetininga	1876
Deus, Pátria e Liberdade	São João da Boa Vista	1876
Humildade	São Paulo	1877
Asylo de Beneficência	Guaratinguetá	1878
Deus e Humanidade 2ª	Guaratinguetá	1878
Araxoyaba	Sorocaba	1878
Vinte de Julho	Santos	1878
Esperança	Itaporanga (Aporanga)	1879

⁴²⁶ Essa loja foi fundada em Descalvado, em 29 de março de 1874 e foi regularizada em 31 de outubro de 1874. Foram seus fundadores: Gabriel Amâncio Lisboa, Anacleto Rodrigues Dias, José Peixoto da Motta Junior, Justiniano Leite Machado, Alberto Ferreira Penteado, Caetano Pinto de Carvalho Junior, Joaquim Candido de Almeida Leite e José Lourenço de Oliveira. GIUSTI, Antonio (editor). *Op cit.*, p.186

⁴²⁷ A Loja Piracicaba foi fundada em 24 de novembro de 1875 pelos seguintes maçons: Antonio Meira Penteado; Antonio Freire da Fonseca; Antonio Teixeira Mendes; Antonio de Almeida Leite Ribeiro; Antonio Pinto Coelho; Antonio Carlos de Camargo; Antonio Gomes de Souza; Antonio da Silva Gordo; Antonio Oliveira Leite Junior; Bernardino Ferreira da Cunha; Bibiano da Costa Silveira; Bento Barreto de Almeida Gurgel; Casemiro José Vieira Guimarães; Francisco Antonio Siciliano; Francisco Leocadio de Castro Neves; Francisco Stipp; Francisco Correa de Barros; Felipe Stipp; Fernando Barros Galvão; João Baptista da Rocha Conceição; João Alves do Amaral; João Augusto de Brito; João Miguel da Rocha Conceição; João Francisco Leite; João Alves da Silva Coelho; José Gomes Marques; José Manoel de França; Jacyntho Ferreira Furtado; Manoel de Moraes Barros; Norberto de Campos Freire; Prudente de Moraes; Pedro Blumer; Pedro Nicolau Stipp e Ricardo de Mattos. GIUSTI, Antonio (editor). *Op cit.*, p.230.

⁴²⁸ A loja foi fundada em 1875, destacou-se José Gonçalves da Rocha, o primeiro Venerável, que exercia a função de Juiz de Direito naquela comarca. A morte trágica do Dr. Rocha fez com que a Loja ficasse adormecida em 1877. Apenas em 28 de abril de 1898, Daniel Carlos Jordão da Rocha Peixoto, restabeleceu a Loja, que foi regularizada em 4 de fevereiro de 1899. GIUSTI, Antonio (editor). *Op cit.*, p.215.

Vinte e oito de Setembro	São José dos Campos	1881
Virtude e Caridade	Santa Bárbara	1881
União e Liberdade	Faxina (Itapeva)	1882
São João	Guaratinguetá	1882
Trabalho e Honra	Casa Branca	1882
Segredo 2ª	Limeira	1882
Estrela do Oriente	São Carlos	1882

*Breve período de unificação entre os Orientes do Lavradio e dos Beneditinos.

Fonte: GIUSTI, Antonio (editor). *A Maçonaria no centenário*. São Paulo: Revista A Maçonaria no Estado de S.Paulo, 1922; BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras: a ação da Maçonaria Brasileira (1870 – 1910)*. Campinas: Editora da Unicamp, coleção Tempo e Memória nº14, 1999.

Em 1883, a divisão entre os dois Orientes novamente deixou de existir; sendo que, entre 1883 e 1889 apenas novas cinco lojas foram fundadas. sendo elas as lojas: Triunpho, Honra e Verdade (1884); Estrela d'Oeste (1885); Itália (1888); Roma (1889); e Fé e Perseverança (1889).

A partir dessa listagem da fundação de novas lojas na província de São Paulo, é possível constatar que a Maçonaria estava se difundindo cada vez mais pela província e que, nas áreas onde o café prosperava e as cidades se desenvolviam, eram criadas, em ritmo impressionante, novas lojas maçônicas. Mas não só, a expansão das lojas pelo Oeste Paulista, mais acentuada na década de 1870, coincidiu com a expansão das idéias republicanas pela província, e com a organização dos primeiros congressos republicanos.

A busca por preponderância política, econômica e simbólica, levou à formação de redes de relacionamentos que garantissem tal poder. No processo de formação dessa nova elite econômica associada ao café, a necessidade de reconhecimento social, de maior acesso aos cargos administrativos e de maior influência política no âmbito provincial e nacional, os laços maçônicos podiam fornecer maior *status* social e político. Para esse grupo de fazendeiros do Oeste paulista, a estrutura do governo imperial era a responsável por sua dificuldade de acesso ao poder; culpando ora o funcionamento do poder Moderador e as constantes mudanças de gabinetes, ora a falta de renovação do Senado (por seu caráter vitalício), ou ainda o fato de serem os presidentes de província nomeados pelo governo central (figuras que consideravam alheias aos seus interesses ou problemas).

Assim, as redes clientelares formadas pelas lojas maçônicas espalhadas pelo interior da província também funcionaram como um instrumento para a luta política,

uma vez que podiam se utilizar da iniciação maçônica para a obtenção de benefícios, como nomeações para cargos administrativos, ou, mais ainda, para arregimentação de apoio político nas eleições, e até de apoio para um projeto que lhes era próprio.

No momento de crise política dos próprios partidos imperiais, como foi a década de 1860, com a formação da Liga Progressista, e depois com a queda do gabinete Zacarias de Góes e Vasconcellos em 1868, formar um novo partido autônomo em São Paulo parecia a solução mais eficaz para esses fazendeiros paulistas e seus representantes políticos.

A idéia republicana ganhou muitos adeptos no interior da província paulista, sendo as lojas maçônicas recém-instaladas uma das formas de expansão desse ideário republicano, e um dos principais veículos de arregimentação de correligionários políticos. A organização da Convenção Republicana de Itu, realizada em abril de 1873, foi um marco na formação do PRP, estiveram presentes, principalmente, representantes do interesse cafeeiro, quase todos membros da maçonaria paulista.

CAPÍTULO 4. A MAÇONARIA, A CONVENÇÃO DE ITU E A ESTRUTURAÇÃO DO PRP

O período de maior expansão das lojas maçônicas na província de São Paulo se deu concomitantemente ao da organização da primeira reunião republicana na província, a Convenção de Itu, realizada em abril de 1873, que contou com a participação de maçons das lojas paulistas mais ativas do período.

A presença das principais figuras maçônicas de São Paulo no evento que foi considerado o marco da fundação do PRP era significativa, tanto assim, que, no que tange aos participantes, a reunião republicana mais parecia uma convocação maçônica. Da Loja América estavam presentes o venerável (presidente da loja) Américo Brasiliense, além de Américo de Campos, Joaquim Roberto de Azevedo Marques, José Luiz Flaquer e Antonio Francisco de Paula Sousa; da Loja Independência, de Campinas, estavam o venerável Francisco Quirino dos Santos, Francisco Glycério, Jorge de Miranda, Antonio Benedicto Cerqueira César e Bento Quirino dos Santos; da Loja Perseverança 3ª, de Sorocaba, Ubaldino do Amaral entre outros; da Loja Trabalho, de Amparo, Bernardino de Campos; além de Prudente e Manoel Moraes de Barros que viriam a fundar a Loja Piracicaba em 1875.

A Convenção Republicana de Itu tinha como principal objetivo aumentar a propaganda republicana na província de São Paulo, especialmente na região do Oeste Paulista. Tratava-se de um esforço para consolidar redes clientelares que sustentassem a formação do novo partido.

Se a movimentação maçônica já era grande desde a década de 1860, ela se tornou ainda maior após a crise política de 1868 com a queda do gabinete de Zacarias de Góes e a difusão do movimento republicano. A insatisfação com a pouca representação paulista na província e em âmbito nacional era o cenário favorável a adesões ao republicanismo por parte dos maçons paulistas.

4.1 A política imperial na década de 1860 e o surgimento do PRP

Os efeitos da crise política de 1868 estão diretamente relacionados à intensificação do movimento republicano e da criação do PRP. A partir desses acontecimentos políticos, a deterioração do regime imperial teria se tornado aparente,

iniciando, segundo alguns autores, um processo que veio a culminar com a proclamação da República em 1889.

Na visão de José Murilo de Carvalho, a origem remota da crise de julho de 1868 localizava-se na política de conciliação promovida pelo marquês de Paraná a partir de 1853. O marquês tentou romper com as lutas partidárias do período regencial e refundar o sistema partidário. Assim, na organização do seu ministério convocou políticos jovens como Nabuco de Araújo e Paranhos, futuro visconde do Rio Branco. Sua política acabou dividindo o Partido Conservador e afastando velhos correligionários como os viscondes de Itaboraí e do Uruguai e Euzébio de Queiroz. Nesse contexto de redefinição partidária, após a morte de Paraná em 1856, nenhum dos velhos conservadores voltou ao governo.⁴²⁹

Em um novo período de reordenação política, no início da década de 1860, formou-se um grupo composto por liberais moderados e conservadores dissidentes conhecido como Liga Progressista⁴³⁰. Sérgio Buarque de Holanda ao descrever a formação desse grupo político afirmou que a liga era composta de “conservadores moderados com os destroços do velho Partido Liberal (os ‘luzias’ do primeiro decênio da Maioridade) contra o predomínio dos conservadores puritanos, que preservam a tradição saquarema.”⁴³¹ Holanda também comentou que os conservadores da velha-guarda eram chamados de “emperrados”, sendo esta designação difundida pelo próprio Zacarias de Góes, pois este entendia que aqueles procuravam ocupar todas as posições de maior prestígio político não permitindo que outros ascendessem. E, citou a declaração de Nabuco de Araújo que se referia ao fato de que o grupo saquarema possuía o “*uti possidetis* das altas e invejadas posições”.⁴³²

⁴²⁹ Ver: CARVALHO, José Murilo de. *Liberalismo, radicalismo e republicanismo nos anos sessenta do século dezenove*. Centre for Brazilian Studies University of Oxford.

⁴³⁰ Para Silvana Mota Barbosa, a política econômica e financeira adotada pelo Gabinete Ferraz (10 de agosto de 1859 a 2 de março de 1861) impulsionou a reordenação dos grupos conservadores e liberais, surgindo um novo agrupamento político já em fins de 1860 e início de 1861, que será chamado posteriormente de Liga Progressista. BARBOSA, Silvana Mota, “A política progressista: Parlamento, sistema representativo e partidos nos anos 1860”, in: *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.305. A Liga Progressista era formada pela migração de conservadores moderados “em direção as hostes liberais” consistia em uma coalizão iniciada pelos “escalões superiores dos dois partidos”, que desejavam aproximar os elementos mais moderados contra os conservadores “ortodoxos” ou a “oligarquia”. Ver: COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: editora Hucitec, 1996, p.222-3.

⁴³¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, t.2, v.7, p.30.

⁴³² Ibidem, p.31.

Silvana Mota Barbosa, no artigo *A política progressista: Parlamento, sistema representativo e partidos nos anos 1860*, comentou que os membros da Liga utilizavam o *Correio Mercantil* para defender seus ideais. Em seus artigos constatou que defendiam a chamada “verdade da constituição”, as reformas na polícia e na Guarda Nacional, assim como a garantia de que a nomeação e demissão dos ministérios seria um ato do monarca por atribuição do poder Moderador, sem a interferência dos “papas do consistório” – outro apelido usado para se referir à “velha trindade saquarema”, constituída por Eusébio de Queiroz, o “papa”, e os cardeais visconde de Itaboraí e visconde do Uruguai, os “cardeais”.⁴³³

Os “ligueiros” estavam unidos contra o predomínio dos “emperrados”, mas na visão de Sérgio Buarque de Holanda, a Liga formava uma organização mal articulada; uma vez que aqueles que compunham a ala liberal eram figuras ainda pouco expressivas, sendo o grupo dos conservadores dissidentes mais atuante, constituído por Zacarias de Góes, Nabuco de Araújo e Saraiva.

Para José Murilo de Carvalho, o período entre 1864 e 1868 foi o de maior instabilidade ministerial do Segundo Reinado. Sucederam-se quatro ministérios nesse período, um dos exemplos dessa instabilidade foi a queda do gabinete de Zacarias de Góes, chefe da Liga, derrubado ainda em 1864 por uma câmara dominada pelo grupo progressista, com minoria conservadora.⁴³⁴ Seu sucessor também não obteve êxito, o histórico Francisco José Furtado, não conseguiu aprovar as reformas baseadas no próprio programa progressista. O governo de Furtado pendia para os liberais históricos, e em seu Ministério não havia nenhum representante dos ex-conservadores.⁴³⁵ Além da oposição política, o gabinete Furtado ainda tinha que lidar com uma crise financeira, resultado das reformas monetárias do liberal Sousa Franco, iniciada em 1857, durante o gabinete de Olinda; e com o início da Guerra do Paraguai. O gabinete caiu por votação da Câmara em maio de 1865.

O imperador encontrou dificuldade em formar o novo gabinete, estando a Câmara dividida entre progressistas e liberais históricos. Abaeté, Saraiva e Nabuco de Araújo declinaram o convite do imperador, que acabou recorrendo a Olinda, para que,

⁴³³ BARBOSA, Silvana Mota, “A política progressista: Parlamento, sistema representativo e partidos nos anos 1860”, in: *Op cit.*, p.305.

⁴³⁴ CARVALHO, José Murilo de. *Liberalismo, radicalismo e republicanismo nos anos sessenta do século dezenove. Op cit.*, p.4.

⁴³⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, t.2, v.7, p.36.

conforme José Murilo de Carvalho, organizasse um “gabinete apolítico”, apaziguando qualquer crise política interna, preocupado com o problema da guerra na bacia platina.

O novo gabinete de Olinda, inaugurado em maio de 1865, também enfrentou grande dificuldade. Segundo Sérgio Buarque de Holanda, faltava coesão ao chamado Ministério “das Águias”⁴³⁶, sendo que um dos desentendimentos se deu entre o ministro da Fazenda, João da Silva Carrão, e o da Agricultura, Antônio Francisco de Paula Sousa, que acabou por deixar o Ministério. Na visão de Holanda, o gabinete de Olinda desmanchava-se, levando seu presidente, apenas um ano depois de constituído o gabinete, a pedir demissão do cargo, indicando Zacarias de Góis para sucedê-lo.⁴³⁷ O novo gabinete, iniciado em agosto de 1866, também enfrentou grande instabilidade.

A experiência da Liga é concomitante com a primeira fase da Guerra do Paraguai, período em que os grupos mais ortodoxos dos partidos apresentavam sua oposição e rebeldia na câmara, dificultando a formação de uma base parlamentar para os gabinetes da Liga. Wilma Peres Costa, em *A espada de Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*, analisou a influência da Guerra do Paraguai sobre o sistema político parlamentar do Império. As escolhas dos comandos militares eram complicadas, pois havia relações intensamente politizadas entre as cúpulas militares e a elite política. Cada partido tinha o “seu” general e a mudança de governo abalava as relações entre os chefes militares, o que fazia com que as questões da guerra fossem sempre vistas politicamente.

[...] incapaz de organizar o exército em bases modernas, procurava-se cooptar os elementos da alta cúpula militar concedendo-lhes títulos nobiliárquicos e envolvendo-os na vida partidária. Essa era a forma escolhida pela elite imperial para neutralizar a força armada e garantir a primazia do poder civil. Ter cada partido o seu general era a expressão dessa lógica patrimonial. A guerra, pela sua própria dinâmica, iria demonstrar a face perversa dessa lógica: a partidarização da guerra acabaria por trazer como corolário a militarização da política.⁴³⁸

No início da guerra o governo era ligeiro, levando então à escolha de Tamandaré para o comando da esquadra e Osório para o comando do primeiro corpo do exército. O ministro da Guerra do Gabinete Olinda era Silva Ferraz, que se afastara dos

⁴³⁶ Segundo Wilma Peres Costa, o gabinete era assim chamado por ser composto por quatro ex-presidentes de conselho: Nabuco de Araújo, Justiça; Silveira Lobo, Marinha; Saraiva, Estrangeiros; Silva Ferraz, Guerra; Dias de Carvalho, Fazenda; Paula e Souza, Agricultura. COSTA, Wilma Peres. *Op cit.*, p.222-3.

⁴³⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, t.2, v.7, p.49-50.

⁴³⁸ COSTA, Wilma Peres. *Op cit.*, p.239.

conservadores durante o Gabinete Caxias-Paranhos (1861-62) para a formação da Liga Progressista. Silva Ferraz era contrário a Caxias, e manteve os comandos nas mãos dos escolhidos pelo Gabinete Furtado – Canabarro era o comandante militar da fronteira oeste e Caldwell comandante de armas do Rio Grande do Sul -, procurando manter-se dentro da Liga. Com a ineficácia da defesa da província do Rio Grande do Sul, Ferraz puniu Canabarro e demitiu Caldwell, nomeando o barão de Porto Alegre⁴³⁹, Manuel Marques de Sousa, que era o representante local da Liga Progressista, para o comando do segundo corpo do exército.

A fragmentação dos comandos foi um problema e a tensão entre os oficiais aumentou. Durante o Gabinete Olinda os comandos estiveram com indivíduos que compunham a Liga, excluindo sistematicamente os conservadores.⁴⁴⁰

Segundo Wilma Peres Costa, os limites foram ultrapassados pelo terceiro Gabinete Zacarias (agosto de 1866 a julho de 1868). Se por um lado o Gabinete Zacarias poderia ser considerado uma continuidade do Gabinete Olinda, como por exemplo, na manutenção de Silva Ferraz no Ministério da Guerra, por outro

Não procurava, como seu antecessor, disfarçar sua cor política e procurava enfrentar a câmara caprichosa que já o derrubara por duas vezes mediante uma postura combativa, confiante, por um lado, em que as eleições próximas trouxessem um parlamento mais governável e sobretudo na extrema docilidade que procurava desenvolver os desejos do imperador. Procurar o apoio do trono para fortalecer-se perante a câmara foi a marca característica do terceiro Gabinete Zacarias [...]⁴⁴¹

Quanto à guerra, apesar da violência, o recrutamento não conseguia a quantidade suficiente de contingente exigida pela ofensiva militar. Assim, o Gabinete Zacarias tomou a medida extrema de conceder a libertação de escravos para o serviço do exército.⁴⁴² Mas foi na escolha do comando que a crise se explicitou. Quanto às medidas de estratégia militar ficou decidida a criação de um comando unificado para as forças brasileiras. O nome mais indicado para assumir o comando era o do marquês de Caxias, pela antiguidade da sua patente, adquirida nas guerras externas e nas rebeliões internas;

⁴³⁹ Foi nomeado barão em 1852, visconde em 1866 e conde em 1868.

⁴⁴⁰ COSTA, Wilma Peres. *Op cit.*, p.242-3.

⁴⁴¹ COSTA, Wilma Peres. *Op cit.*, p.243.

⁴⁴² “O ponto central aqui é que a medida do Gabinete Zacarias era uma alforria que se fazia por iniciativa do governo(...)Ela expõe, porque partida do Estado, a contradição latente entre o Estado moderno e o escravismo e a explicita, abalando a solidariedade entre o escravismo e os interesses nacionais ou, em outras palavras, entre o escravismo e a “razão de Estado” na conjuntura da guerra externa.” COSTA, Wilma Peres. *Op cit.*, p.248.

e também porque com o comando unificado deveria ficar nas mãos de um militar que tivesse condições de se sobrepor aos demais.

Caxias era um homem de partido, um dos principais líderes dos conservadores e chefe do último gabinete conservador antes da guerra, contra o qual se formara justamente a Liga Progressista. O Gabinete Zacarias assumiu o risco de nomeá-lo; mas, para isso, precisava trocar alguns nomes, colocando em seu lugar oficiais da sua confiança, com o que o ministério assentiu. Nomeou J.J.Inácio (futuro visconde de Inhaúma) para o lugar de Tamandaré; e Silva Ferraz foi substituído por Paranaguá na pasta da Guerra⁴⁴³.

Na Câmara, Zacarias enfrentava forte oposição dos liberais históricos, conseguindo manter-se no gabinete, após uma moção de desconfiança, por uma diferença de apenas oito votos. Os embates se intensificaram quando Zacarias fez incluir o tema da questão servil na Fala do Trono de 1867.⁴⁴⁴ Na visão de Sérgio Buarque de Holanda, essa era uma tentativa de desviar as atenções da Guerra do Paraguai, já que o próprio Zacarias posteriormente votaria contra a Lei do Ventre Livre, por julgá-la precipitada.⁴⁴⁵

Caxias sofreu muitas críticas da imprensa liberal, acusando-o pela demora na reorganização do exército. As gazetas liberais denegriam a imagem de Caxias e elogiavam Osório, aumentando sua popularidade no exército. A crise teve seu auge quando, no início de 1868, Caxias pediu demissão do cargo de comandante-chefe, alegando oficialmente motivos de saúde, mas dizendo, em carta particular ao ministro da Guerra, que não contava com a confiança do gabinete para permanecer no posto. Como a questão da Guerra era uma prioridade naquele momento, o gabinete Zacarias também apresentou seu pedido de demissão após a atitude de Caxias.

Consultado pelo imperador, o Conselho de Estado pronunciou-se contra a exoneração tanto do gabinete como do general, embora a maioria do Conselho reforçasse o primado do poder civil.⁴⁴⁶ Enquanto o Conselho de Estado decidia pela manutenção do ministério por uma questão de princípios, o imperador discordava, por

⁴⁴³ Wilma Peres Costa apontou que após ser substituído, Silva Ferraz, entrou para o Conselho de Estado e recebeu como recompensa o título de barão de Uruguaiana. COSTA, Wilma Peres. *Op cit.*, p.251.

⁴⁴⁴ “O elemento servil no Império não pode deixar de merecer oportunamente a vossa consideração, promovendo-se de modo que, respeitada a propriedade atual e sem abalo profundo em nossa primeira indústria – a agricultura – sejam atendidos os altos interesses que se ligam à emancipação.” COSTA, Wilma Peres. *Op cit.*, p.244.

⁴⁴⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, t.2, v.7, p.113-4.

⁴⁴⁶ Ver: *Ibidem*, p.120-2.

considerar que o fim da Guerra era o assunto mais importante. Sendo assim, o gabinete Zacarias não contava mais com o apoio do imperador, sendo apenas uma questão de tempo para a sua retirada. O desfecho aconteceu quando houve uma discordância quanto à indicação de um senador pelo Rio Grande do Norte, recaindo a escolha do imperador sobre o menos votado da lista; o gabinete Zacarias utilizou-se então do caso como pretexto para pedir demissão, alegando não querer referendar a escolha do imperador.⁴⁴⁷

O imperador decidiu manter Caxias no comando militar e chamar ao governo os correligionários do marquês, os velhos conservadores, comandados pelo visconde de Itaboraí, com o objetivo de uma conclusão honrosa da guerra. O problema é que os conservadores não contavam com mais de dez deputados na câmara, majoritariamente composta pela Liga, o que acabou levando à dissolução da câmara. Para muitos dos coevos, esse ato imperial de dissolução da câmara assumia as características de um “golpe de Estado”, evidenciando o imenso poder investido no imperador.⁴⁴⁸

Os liberais decidiram fazer uma campanha de abstenção nas próximas eleições para a câmara, em janeiro de 1869, o que resultou na eleição de uma câmara unanimemente conservadora. Com a queda do gabinete Zacarias, a Liga Progressista se desfez, parte dos progressistas formou o novo Partido Liberal⁴⁴⁹.

No bojo da crise política, já em 1868, foi criado o Clube Radical. Em seu programa defendiam a abolição do Conselho de Estado, da Guarda Nacional, da vitaliciedade do Senado e da escravidão, enquanto pleiteavam a eleição dos presidentes de província, e o voto direto e universal. Segundo José Murilo de Carvalho, esse foi o programa mais radical proposto oficialmente no Império.⁴⁵⁰

Seguindo o exemplo do Rio de Janeiro, vários clubes radicais foram criados no país, em especial na província de São Paulo. O Clube Radical do Rio de Janeiro durou pouco mais de dois anos, em dezembro de 1870, seus membros decidiram fundar o Clube Republicano.

O Manifesto Republicano foi publicado na página principal do primeiro nº do jornal *A República*, em 3 de dezembro de 1870. Na visão de Carvalho, o Manifesto

⁴⁴⁷ Ver: Ibidem, p.122-4.

⁴⁴⁸ Ver: Ibidem, p.124.

⁴⁴⁹ O Programa do novo Partido Liberal incluía: eleição direta nas cidades maiores (não voto universal); Senado temporário; Conselho de Estado apenas administrativo (não a abolição dele); abolição da Guarda Nacional; liberdade de consciência, educação, comércio, indústria; reformas judiciárias do programa progressista; abolição gradual da escravidão, a iniciar-se com a libertação do ventre. Ver: CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da ordem: a elite política imperial*. RJ: Civilização Brasileira, 2003.

⁴⁵⁰ Ver: CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da ordem: a elite política imperial*. Op cit.

Republicano de 1870 refletia o pensamento liberal clássico. Também pedia-se o federalismo, mas e “quase todo o Manifesto era dedicado ao ataque aos desvios do governo representativo por parte do sistema político brasileiro. Verdade democrática, representação, direitos e liberdades individuais eram os pontos fundamentais do Manifesto.”⁴⁵¹

O republicanismo em São Paulo

O Clube Radical de São Paulo, criado em 1868, era formado por nomes como Luiz Gama, Américo de Campos, Bernardino de Campos, Jorge de Miranda, Francisco Glycerio, Zoroastro Pamplona, Bernardino Pamplona e Quirino dos Santos. Desde a queda do gabinete de Zacarias de Góes, em 1868, Américo Brasiliense tornou-se parte desse núcleo paulista.⁴⁵² Em 1869, dois elementos novos se aproximaram do Clube Radical, os jovens ituanos João Tibiriçá Piratininga e José de Vasconcellos de Almeida Prado⁴⁵³, ambos proprietários rurais e senhores de escravos; ainda que não haja indicação de que tenham de fato ingressado no Clube Radical, mantinham contatos freqüentes com Américo Brasiliense.

Depois do Manifesto de 1870, o Clube Radical de São Paulo transformou-se em Clube Republicano, com os paulistas declarando apoio ao Manifesto Republicano; sendo Américo de Campos quem comunicou ao Clube do Rio de Janeiro essa mudança.⁴⁵⁴ Foram publicadas posteriormente várias cartas de adesões republicanas de todo o país, e da província de São Paulo se manifestaram favoráveis ao movimento

⁴⁵¹ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da ordem: a elite política imperial*. *Op cit.* p.208.

⁴⁵² Américo Brasiliense, na queda do gabinete Zacarias de Góes, foi demitido do cargo de presidente da província do Rio de Janeiro, que ocupava desde janeiro de 1868.

⁴⁵³ “São esses dois elementos os principais responsáveis pela instalação do Clube Republicano em Itu. A 10 de setembro de 1871 há uma reunião geral dos simpatizantes das idéias republicanas em Itu, sob a presidência de Piratininga, secretariando a sessão o engenheiro Francisco de Paula Souza e Inácio Xavier de Campos Mesquita, na qual se procura organizar o partido republicano com a formação de um clube.” NOGUEIRA, Emilia Costa. “O movimento republicano em Itu. Os fazendeiros do Oeste paulista e os pródromos do movimento republicano (Notas prévias)” in: *Revista de História*. São Paulo, nº 20, out/dez, 1954, p.381. Segundo a autora, havia um grande número de lavradores e de bacharéis formados pela Faculdade de Direito de São Paulo. Nessa mesma reunião foi fundada uma escola noturna em Itu, que era um método de propaganda freqüentemente de iniciativa maçônica; encontrou referências de que as escolas eram mantidas por estes (*Gazeta de Campinas*, dezembro de 1872 e janeiro de 1873), “Uma idéia surge imediatamente: dada a divulgação da maçonaria nesse tempo, seria de se esperar que alguns desse republicanos fossem maçons. Quais seriam eles? Haverá como no movimento de Independência alguma relação entre a ação republicana e a maçonaria? São questões a serem esclarecidas.” NOGUEIRA, Emilia Costa. *Op cit.*, p.382.

⁴⁵⁴ *Correio Paulistano*, 8 de janeiro de 1871.

republicano figuras de Jundiaí, Constituição (Piracicaba), Amparo, Itapetininga, Capivari, Itu, Rio Claro e Botucatu.⁴⁵⁵

A primeira reunião para organizar o Partido Republicano em São Paulo foi realizada a 17 de janeiro de 1872, na residência da mãe de Américo Brasiliense, no Largo da Sé, em São Paulo. Nesta reunião estiveram presentes, do Clube de São Paulo, Américo Brasiliense, Luiz Gama, Américo de Campos, Joaquim Roberto de Azevedo Marques, Olympio Paixão, Vicente Rodrigues, Jayme Serra e José Ferreira de Menezes; de Amparo veio Bernardino de Campos; de Campinas, Jorge de Miranda, Francisco Quirino dos Santos, Manoel Ferraz de Campos Salles; de Jundiaí, Francisco de Paula Cruz; e, finalmente, de Itu, José Vasconcellos de Almeida Prado. Todos eram maçons, sendo que Brasiliense, Gama, Campos, Azevedo Marques, Paixão e Rodrigues pertenciam especificamente à Loja América.

A reunião tinha como finalidade decidir a organização do movimento republicano na província, as resoluções tomadas foram: 1º) que o novo partido republicano não se constituiria um ramo ou uma secção do Partido Republicano do Rio de Janeiro, mas o Partido Republicano Paulista, dotado de autonomia, defendendo o princípio federativo; 2º) a nomeação de uma comissão de três membros para redigir as idéias debatidas na reunião, sendo nomeados Campos Salles, Américo de Campos e Américo Brasiliense; 3º) que a arregimentação dos aderentes se faria em torno do Clube Republicano da Capital, através dos Clubes dos municípios.

Uma das grandes preocupações presentes desde a primeira reunião para formação do novo partido era a questão do debate abolicionista. O grupo empenhado em formar o PRP se preocupava em desvencilhar a propaganda republicana da abolicionista, já que um posicionamento radical afastaria a adesão dos fazendeiros paulistas. No que se refere a essa preocupação com a arregimentação do apoio dos fazendeiros do Oeste Paulista, muitos autores apontaram para Américo Brasiliense

⁴⁵⁵ “Em janeiro, 25 habitantes de Jundiaí anunciaram sua adesão ao republicanismo; a 30 de março, foram publicadas quatorze assinaturas da cidade de Constituição, inclusive Bernardino de Campos, aderiram ao movimento e de Itapetininga, os democratas liberais – conforme se intitulavam a si mesmos – anunciaram sua adesão à causa; em julho, mais quarenta e quatro pessoas de Capivari hipotecaram o seu apoio ao republicanismo. Em Itu, o Clube Republicano, recém-formado, publicou um manifesto de adesão assinado por 80 membros. A 21 de janeiro de 1872, os paulistas receberam também o apoio de um grande jornal, *O Paulista*, de Taubaté. [...] de Rio Claro, onde setenta e três pessoas assinaram um manifesto, em seguida a um comício no qual falou Manuel Ferraz de Campos Salles, de Pirassununga, onde vinte e sete republicanos fundaram um Clube, e de Botucatu, onde se inscreveram dezessete novos membros.” BOEHRER, George C. A. *Da Monarquia à República: história do Partido Republicano do Brasil (1870-1889)*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000, p.84.

como figura conciliadora entre aquele grupo e os abolicionistas, como Luiz Gama e Américo de Campos.⁴⁵⁶

Sendo assim, no dia seguinte à reunião, a comissão redigiu um manifesto desmentindo os boatos de que o Partido Republicano pretendia por em prática medidas violentas para a realização da sua política e para a abolição da escravidão, afirmando que “[...] não tem e nem terá a responsabilidade de tal solução, pois que antes de ser governo, estará ella definida por um dos partidos monarchicos...”⁴⁵⁷ Desta forma, se a abolição não era de sua competência, o melhor seria não se posicionar quanto a isso, para não correr o risco de perder apoio político na província. Segundo Emília Costa Nogueira, essa circular foi fruto das considerações feitas pelos fazendeiros presentes na reunião.⁴⁵⁸

O próximo passo seria a convocação de um Congresso, e para tanto, foi encaminhada uma circular aos clubes do interior para convocarem uma reunião preliminar em Campinas ou Itu. Ao final de 1872, nova circular do Clube Republicano da capital convocou seus correligionários para uma reunião que deveria discutir as bases do novo partido. A decisão sobre qual seria o local mais apropriado, Campinas ou Itu, fez com que muitos se manifestassem. Mas, a escolha final recaiu sobre Itu, já que José Vasconcellos de Almeida Prado e João Tibiriçá Piratininga⁴⁵⁹ conseguiram grande apoio dos fazendeiros da região.

Um acontecimento no Rio de Janeiro tornou mais premente a necessidade de se organizar o partido o mais rápido possível, o ataque à sede do jornal *A República* durante uma manifestação para comemorar a queda da monarquia espanhola. Saldanha Marinho iria presidir as comemorações, mas a redação do jornal foi apedrejada e destruída, e a publicação desse jornal, suspensa.⁴⁶⁰ Em São Paulo, os jornais divulgaram amplamente o acontecido no Rio de Janeiro e, os republicanos reforçaram a idéia de realizar logo a reunião republicana na província paulista.

⁴⁵⁶ Ver: SANTOS, José Maria dos. *Os republicanos paulistas e a abolição*. São Paulo: Livraria Martins, 1942; SOUZA, Jonas Soares de. “Notas sobre a “Convenção de Itu”, in: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, USP, tomo XXVII, 1976.

⁴⁵⁷ BRASILIENSE, Américo. *Os Programas dos Partidos e o Segundo Império*. Brasília: MEC, 1979. (1ªed 1878), p.102.

⁴⁵⁸ Boehrer também comentou que ao contornar a questão do abolicionismo, “Ficava deste modo a porta aberta tanto aos abolicionistas declarados como aos fazendeiros de Campinas, escravagistas extremados.” BOEHRER, George C. A. *Op cit.*, p.86.

⁴⁵⁹ “O maior número porém decidia-se por Itu, graças a um activo e largo aliciamento de assignaturas alli feito por Almeida Prado e João Tibiriçá.” SANTOS, José Maria dos. *Op cit.*, p.122.

⁴⁶⁰ Segundo alguns boatos Visconde do Rio Branco teria ordenado o ataque a sede do jornal republicano. SANTOS, José Maria dos. *Op cit.*, p.125-8.

O fato de decidirem por Itu como sede da primeira convenção republicana, e optarem por realizá-la nos dias da inauguração da estrada de ferro Ituana, tal como queriam os lavradores ituanos, tinha também um caráter de provocação à monarquia, de protesto⁴⁶¹, já que a referida inauguração seria uma solenidade do governo imperial, com várias autoridades presentes, inclusive o presidente da província, João Theodoro Xavier⁴⁶².

4.2 – A Convenção de Itu e a Maçonaria

A maior parte dos fazendeiros do Oeste Paulista se ressentia do fato de intensificarem seu poder econômico, mas não encontrarem espaço político equivalente a esse poder tanto na esfera provincial quanto no governo central. Devido ao seu peso econômico entendiam que seus interesses deveriam ser atendidos prontamente, e compreendiam que isso não acontecia de forma satisfatória.

A Convenção de Itu realizou-se no dia 18 de abril de 1873 na residência do maçom Carlos de Vasconcellos de Almeida Prado, sendo presidida pelo maçom João Tibiriça Piratininga⁴⁶³, e nomeado como secretário o também maçom Américo Brasiliense, venerável da Loja América. A reunião ituana tinha como objetivo principal a difusão da propaganda republicana no Oeste Paulista, além da unificação dos republicanos espalhados pelos diversos clubes da província, e a organização das bases para eleição dos representantes dos municípios no congresso republicano que se realizaria em julho, na capital.

Estavam presentes 133 representantes republicanos de dezessete localidades: Indaiatuba (8), Campinas (15), São Paulo (10), Mogi-Mirim (2), Sorocaba (5), Amparo

⁴⁶¹ Segundo José Maria dos Santos, durante a solenidade, o presidente da Câmara pediu que não se fizesse referência à manifestação republicana. Candido Barata pediu a palavra e disse que a construção da estrada fora obra de alguns cidadãos ilustrados, e que apesar da presença das autoridades da monarquia, a verdadeira realeza era a do povo. Já no banquete, Martim Francisco (filho) saudou a iniciativa dos ituanos que demonstraram que o povo não precisava mais da tutela do governo para fazer progresso. Situação embaraçosa porque o presidente da província estava presente; ouviram-se vivas à República federativa. SANTOS, José Maria dos. *Op cit.*, p.134-6.

⁴⁶² Presidente da província entre dezembro de 1872 e junho de 1875.

⁴⁶³ Nascido em Itu (SP), a 7 de agosto de 1829, e falecido em Nice, na França, a 1º de dezembro de 1888, João Tibiriça Piratininga foi agricultor e político, um dos maiores líderes republicanos da Província de São Paulo. Quando jovem frequentou um curso de agricultura, mineralogia e geologia, o que lhe permitiu ter grande controle técnico sobre a produtividade de suas terras, regressando ao país e à Província de São Paulo, dedicou-se à agricultura, em Mogi-Mirim. Frequentava os meios intelectuais da região de Itu e da Capital da província, tornou-se maçom, provavelmente através da Loja Amizade, pertencendo posteriormente à Loja Beneficência Ituana. Participou da fundação, em 1871, do Clube Republicano de Itu, do qual foi eleito presidente. CASTELLANI, José. *A Maçonaria e o movimento republicano brasileiro*. Editora Traço, 1989, p.78-79.

(4), Rio de Janeiro (2), Itu (32), Capivari (13), Jundiaí (9), Botucatu (4), Porto Feliz (15), Tietê (1), Piracicaba (Constituição) (4), Bragança (4), Atibaia (Bethlem de Jundiahy) (1), Jaú (1), Monte-Mor (1).

Entre os conveniados notou-se a participação de maçons da Loja América e de lojas do interior. As lojas maçônicas que estavam ali representadas eram as mais ativas na difusão e organização do movimento republicano na província. Essa notável presença maçônica evidenciava como as lojas contribuíram para a formação e/ou intensificação das redes clientelares que sustentaram o PRP nos seus primeiros anos de funcionamento e nas suas primeiras disputas eleitorais na província.

Na tabela abaixo estão relacionados os nomes dos participantes da reunião republicana de Itu, em seguida a localidade que representavam e na última coluna a indicação da loja maçônica a qual pertenciam, caso o conveniado fosse maçom. É preciso ressaltar que, provavelmente, mais conveniados fossem maçons, o grande problema é que como poucas das lojas maçônicas da província de São Paulo foram alvos de estudos historiográficos, as informações sobre algumas delas são escassas ou se perderam ao longo do tempo.

Tabela 4:

NOME	LOCALIDADE	LOJA MAÇÔNICA
Tristão da Silveira Campos	Amparo	LOJA TRABALHO*
Francisco de Assis dos Santos Prado	Amparo	LOJA TRABALHO
Bernardino de Campos	Amparo	LOJA TRABALHO
José Pinto do Carmo Cintra	Amparo	
Amélio Carneiro da Silva Braga	Bethlem de Jundiahy (Itatiba)	
Domingos Soares de Barros	Botucatu	
Bernardo Augusto Roiz da Silva	Botucatu	
Francisco Xavier de Almeida Pires	Botucatu	
João Eloy do Amaral Sampaio	Botucatu	
Manoel Jacintho de Moraes e Silva	Bragança	LOJA AMOR DA PÁTRIA**
Theodoro Henrique de Toledo	Bragança	LOJA AMOR DA PÁTRIA **
Antonio Joaquim Leme	Bragança	
Joaquim Antonio da Silva	Bragança	LOJA AMOR DA PÁTRIA **
Américo Brasiliense de Almeida Mello	Campinas	LOJA AMÉRICA
Alexandre Jeremias Junior	Campinas	
Antonio Carlos da Silva Telles	Campinas	
Totó (Antonio) de Cerqueira	Campinas	LOJA INDEPENDÊNCIA
Evaristo Brasileiro de Campos	Campinas	
Jorge de Miranda	Campinas	LOJA INDEPENDÊNCIA
Theophilo de Oliveira	Campinas	
Antonio Benedicto Cerqueira César	Campinas	LOJA INDEPENDÊNCIA
Francisco Quirino dos Santos	Campinas	LOJA INDEPENDÊNCIA
Francisco Glycerio de Cerqueira Leite	Campinas	LOJA INDEPENDÊNCIA

João José de Araújo Vianna	Campinas	
Francisco José de Camargo Andrade	Campinas	
Asarias Dias de Mello	Campinas	
Joaquim de Sampaio Góes	Campinas	
Joaquim Galvão de França Pacheco	Capivari	
João Correa Leite de Moraes	Capivari	
Gabriel de Toledo Piza e Almeida	Capivari	
Francisco Pedro de Sousa Mello	Capivari	
Balduino de Mello Castanho Sobrinho	Capivari	
Manoel de Arruda Castanho	Capivari	
Antonio de Camargo Barros	Capivari	
Joaquim Augusto de Sousa	Capivari	
Francisco Antonio de Sousa	Capivari	
Luiz Antonio de Sousa Ferraz	Capivari	
Antonio Dias de Aguiar	Capivari	LOJA INTEGRIDADE
Antonio José de Sousa	Capivari	
Prudente de Moraes Barros	Constituição (Piracicaba)	LOJA PIRACICABA **
Claudino de Almeida César	Constituição (Piracicaba)	
Balduino do Amaral Mello	Constituição (Piracicaba)	
José da Rocha Camargo Mello	Constituição (Piracicaba)	
Manoel de Moraes Barros	Constituição (Piracicaba)	LOJA PIRACICABA**
João Tibiriça Piratininga	Indaiatuba	LOJA BENEFICENCIA ITUANA
Manuel José Ferreira Carvalho	Indaiatuba	
José de Almeida Prado Netto	Indaiatuba	
Diogo do Amaral Campos	Indaiatuba	
Ladislau do Amaral Campos	Indaiatuba	
José Vasconcellos de Almeida Prado	Indaiatuba	
Luiz Augusto da Fonseca	Indaiatuba	
Theophilo de Oliveira Camargo	Indaiatuba	
Ignácio Xavier de Campos Mesquita	Itu	
Francisco Emydio Fonseca Pacheco	Itu	
Carlos Vasconcelos de Almeida Prado	Itu	LOJA BENEFICENCIA ITUANA*
José Antonio de Sousa	Itu	
Antonio Nardy de Vasconcelos	Itu	
João Xavier da Costa Aguiar	Itu	
Antonio Freire da Fonseca Sousa	Itu	
Luiz Ferraz Sampaio	Itu	
Antonio Nardy de Vasconcellos Junior	Itu	
Manuel Fernando de Almeida Prado	Itu	
Luiz Antonio Nardy de Vasconcellos	Itu	
Manuel da Costa Falcato	Itu	
Victor de Arruda Castanho	Itu	
Elias Álvares Lobo	Itu	
José Egydio da Fonseca	Itu	
Joaquim Manuel Pacheco da Fonseca	Itu	
Joaquim Pires Pereira de Almeida	Itu	
Pedro Alexandrino Rangel Aranha	Itu	
José Álvares da Conceição Lobo	Itu	
José Theresio Pereira da Fonseca	Itu	
Francisco Alves Lobo	Itu	

Estanislau de Campos Pacheco	Itu	
José Vaz Pinto de Mello	Itu	
José Bernardo de Freitas	Itu	
Bras Carneiro Leão	Itu	
Joaquim de Paula Sousa	Itu	LOJA BENEFICENCIA ITUANA
José Nardy de Vasconcellos	Itu	
Theophilo da Fonseca	Itu	
Antonio Roiz de Sampaio Leite	Itu	
Joaquim Rois Barros	Itu	
Antonio Basilico de Souza Payaguá	Itu	
João Tobias de Aguiar e Castro	Itu	
José Ribeiro de Camargo	Jaú	
Antonio Augusto da Fonseca	Jundiaí	
Antonio Joaquim Pereira Guimarães	Jundiaí	
Manuel Elpidio Pereira de Queiros	Jundiaí	
Raphael Aguiar Paes de Barros	Jundiaí	
Carlos de Queiroz Guimarães	Jundiaí	
Francisco de Paula Crus	Jundiaí	
Luiz Antonio de Oliveira Crus	Jundiaí	
Constantino José dos Santos	Jundiaí	
Antonio Basilico de Vasconcellos Barros	Jundiaí	LOJA LEALDADE*
Ladislau Antonio de Araújo Cintra	Mogymirim	LOJA UNIÃO E FRATERNIDADE MOGYMIRIANA*
Antonio Francisco de Araújo Cintra	Mogymirim	LOJA UNIÃO E FRATERNIDADE MOGYMIRIANA*
José Raphael de Almeida Leite	Porto Feliz	
Antonio de Toledo Piza e Almeida	Porto Feliz	
Luiz Gonsaga de Campos Leite	Porto Feliz	
João Baptista Silveira Ferras	Porto Feliz	
Bernardino de Sena Mota Magalhães	Porto Feliz	
Antonio Joaquim Viegas Muniz	Porto Feliz	
Luiz Antonio de Carvalho	Porto Feliz	
Jeronimo Pereira de Almeida Barros	Porto Feliz	
Cesário N. Azevedo Motta Junior	Porto Feliz	LOJA INTEGRIDADE
José Roiz Paes	Porto Feliz	
Américo Boaventura de Almeida Pires	Porto Feliz	
Joaquim Floriano de Toledo Junior	Porto Feliz	
Cesário N. Azevedo Motta Magalhães	Porto Feliz	
Eduardo de Oliveira Amaral	Rio de Janeiro	
Barata Ribeiro	Rio de Janeiro	
Malachias Rogério de Salles Guerra	São Paulo	
José M. Maxwell Rudge	São Paulo	
Joaquim Roberto de Azevedo Marques	São Paulo	LOJA AMÉRICA
Nuno de Mello Vianna	São Paulo	
Candido Barata	São Paulo	
José Luiz Flaquer	São Paulo	LOJA AMÉRICA
Américo de Campos	São Paulo	LOJA AMÉRICA
Joaquim Tagues Alvim	São Paulo	
Antonio Francisco de Paula Sousa	São Paulo	LOJA AMÉRICA
Antonio Joaquim Lisboa e Castro	Sorocaba	LOJA PERSEVERANÇA 3ª
Joaquim Silveira Rodrigues	Sorocaba	
Ubaldo do Amaral	Sorocaba	LOJA PERSEVERANÇA 3ª
Jesuino Pinto Bandeira Sobrinho	Sorocaba	LOJA PERSEVERANÇA 3ª
João Lycio	Sorocaba	LOJA PERSEVERANÇA 3ª

Pedro Alves da Costa Machado	Tietê	
Joaquim Pinto de Oliveira	Vila do Montemór	
Salvador Brizola		
João de Paula Mascarenhas		
Domingos Veigas Muniz		
Bento Quirino dos Santos		LOJA INDEPENDÊNCIA
Venâncio Ayres		LOJA FIRMEZA (Itapetininga)
Carlos G. Mendelson		

*São considerados maçons, com probabilidade de pertencerem a tal loja.

** A loja foi fundada após a Convenção de Itu.

Fonte: “Ata da Convenção de Itu”, in: BRASILIENSE, Américo. *Os Programas dos Partidos e o Segundo Império*. Brasília: MEC, 1979 (1ª ed 1878); GIUSTI, Antonio (editor). *A Maçonaria no centenário*. São Paulo: Revista A Maçonaria no Estado de S. Paulo, 1922.

A Loja América, estava representada pelo seu venerável Américo Brasiliense, e também por Américo de Campos, Joaquim Roberto de Azevedo Marques, José Luiz Flaquer e Antonio Francisco de Paula Sousa. Analisando as lojas maçônicas paulistas, percebe-se que a Loja América, era um centro difusor das idéias republicanas na província. Américo Brasiliense e Américo de Campos eram os principais líderes republicanos da Loja América, desde a queda do gabinete “ligueiro” em 1868 assumiram uma postura de crítica ao governo imperial e de apoio a solução republicana; Azevedo Marques, proprietário do *Correio Paulistano*, em 1873, era um dos apoiadores do movimento republicano e permitia a utilização da sua folha para propaganda republicana. Além da fundamental presença dos irmãos da Loja América, salta aos olhos também a presença das Lojas Independência, de Campinas, e Perseverança 3ª, de Sorocaba.

A Loja Independência, de Campinas, também bastante atuante na propaganda republicana, como discutido no Capítulo 3, estava representada na Convenção de Itu pelo venerável Francisco Quirino dos Santos, e pelos irmãos Francisco Glycério, Jorge de Miranda, Antonio Benedicto Cerqueira César e Bento Quirino dos Santos. A Loja Perseverança 3ª, de Sorocaba, difusora dos ideais abolicionistas e republicanos, estava representada por quatro de seus fundadores Ubaldino do Amaral, Antonio Joaquim Lisboa e Castro, Jesuíno Pinto Bandeira Sobrinho e João Lycio. Da Loja Trabalho, de Amparo, criada em 1872, foram à Convenção dois de seus fundadores, Bernardino de Campos e Francisco de Assis dos Santos Prado.

Além destas, também estiveram presentes os articuladores da Loja Integridade (antiga Asylo da Virtude) de Capivari; Prudente de Moraes e Manoel Moraes de Barros que fundariam depois a Loja Piracicaba, em 1875; Venâncio Ayres, que reergueu a Loja

Firmeza em Itapetininga, filiando-a ao Oriente dos Beneditinos e difundindo as idéias republicanas naquela região.

Outro ponto que explicita a relação entre a presença de representantes das lojas maçônicas paulistas e a Convenção de Itu foi o fato de terem aproveitado a ampla presença maçônica para fundar uma loja em Itu ao final da Convenção. O *Correio Paulistano* de 24 de abril de 1873, ao mesmo tempo em que descrevia a reunião republicana do dia 18, também noticiava a criação da Loja Beneficência Ituana. Estavam cerca de 40 maçons presentes para a instalação da nova loja, sendo os 2/3 residentes em Itu aqueles que vieram a integrar o quadro. A notícia informava ainda que “Foi brilhantíssima e entusiástica a sessão, abrindo-se largo e sério debate sobre os importantes fins da Maçoneria e sobre a prospera carreira augurada á Loj.: ituana.” Após uma discussão entre os maçons presentes, decidiram que a loja pertenceria ao Grande Oriente Unido do Brasil (Beneditinos), cedendo alguns irmãos por conta da vontade da maioria.⁴⁶⁴

Pode-se perceber que a própria divulgação conjunta da notícia da Convenção e da fundação da Beneficência Ituana evidenciava que a criação de novas lojas era uma das estratégias para a construção de uma rede de relacionamentos entre maçons-republicanos, contribuindo para a sustentação política do novo grupo.

Os fazendeiros paulistas e a Convenção

Entre os 133 convencionais havia 78 lavradores e 55 de outras profissões; sendo 12 negociantes diversos, um joalheiro, 10 advogados, 8 médicos, 3 capitalistas, 3 farmacêuticos, 3 músicos, 3 engenheiros, um alfaiate, um guarda-livros, 5 jornalistas, um hoteleiro, um solicitador, um dentista, e 2 não identificados.⁴⁶⁵ Jonas Soares de Souza, em uma análise da Convenção, destacou o fato de que mais da metade dos convencionais se declararam lavradores, confirmando a percepção de que, em São Paulo, ao contrário do que ocorria com o Partido Republicano do Rio de Janeiro (com maior presença de profissionais liberais), os fazendeiros formavam o núcleo mais importante, enquanto em outras províncias acontecia o inverso.⁴⁶⁶ Sem sombra de

⁴⁶⁴ “Por ocasião das recentes festas havidas em Itu installou-se ali uma Loj.: Maçônica sob o título Beneficente Ituana.[...]” *Correio Paulistano*, Noticiário, 24 de abril de 1873.

⁴⁶⁵ SANTOS, José Maria dos. *Op cit.*, p.146.

⁴⁶⁶ Ver: SOUZA, Jonas Soares de. “Notas sobre a ‘Convenção de Itu’”, in: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, USP, tomo XXVII, 1976.

dúvida, a presença dos fazendeiros paulistas influenciou a trajetória política e o posicionamento do PRP em questões polêmicas como o abolicionismo.

José Murilo de Carvalho, ao comparar o grupo republicano do Rio de Janeiro com o paulista, constatou que, enquanto o primeiro era composto principalmente por profissionais liberais e homens de negócio, predominando os advogados e jornalistas (que respondiam por 40% dos signatários), o grupo paulista, a despeito de contar também com grande número de advogados, tinha menos profissionais liberais do que o grupo do Rio, chamando, na verdade a atenção, a expressividade do número de proprietários rurais. Além disso, o autor também levanta a questão de que vários daqueles paulistas que se diziam advogados eram também proprietários rurais, como o próprio Campos Salles.⁴⁶⁷ Assim, para o autor, os republicanos paulistas refletiam os interesses dos cafeicultores da sua província.

Muitos nomes da liderança do PRP – grande parte deles, como se viu, maçons (ou já na época da Convenção, ou iniciados pouco depois) - possuíam laços com o meio agrário e não defendiam um posicionamento radical do partido.

Havia uma preocupação em utilizar um discurso moderado que conquistasse a simpatia dos fazendeiros, evitando temas polêmicos como o debate abolicionista ou a idéia de tomada do poder pela via revolucionária. Assim, na visão de José Maria dos Santos, a missão principal da Convenção foi limitada a discutir a necessidade da eleição de representantes para um futuro congresso republicano, na capital, onde, “em câmara seleta e menos sensível a agitações, o programma definitivo se assentasse.”⁴⁶⁸

A ligação com o meio agrário era aparente nos casos, por exemplo, de Prudente de Moraes, que advogava em Piracicaba, e era representante de uma das famílias mais antigas e notáveis da província; seu irmão Manoel de Moraes Barros⁴⁶⁹ era fazendeiro e

⁴⁶⁷ Carvalho publicou uma tabela com os seguintes dados sobre a ocupação dos republicanos: funcionários públicos – Rio 5,26% e SP 2,78%; profissionais liberais – Rio 63,15% e SP 55,55%; proprietários rurais – Rio 1,76% e SP 30,56%; comerciantes – Rio 14,04% e SP 11,11%. CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da ordem: a elite política imperial*. RJ: Civilização Brasileira, 2003, p.213-4.

⁴⁶⁸ Também comentou que um dos temas polêmicos que surgiu foi a questão da imprensa republicana, já que o jornal era considerado o mais eficaz instrumento de ação política, então questionou-se o que seria mais adequado: reservar os recursos do partido para a imprensa local; enviá-los à imprensa do Rio, ou ainda dividir entre os dois. Cremildo Barata Ribeiro fez um violento ataque aos redatores de *A República*; momento de confusão. Então João Tibiriçá ponderando que a questão da imprensa não estava na ordem do dia e que, portanto deveria ser deliberada posteriormente, encerrou a convenção. José Maria dos. *Op cit.*, p.138-9.

⁴⁶⁹ Nascido em Itu (SP), em 1º de maio de 1836, e falecido no Rio de Janeiro, a 20 de dezembro de 1902, Manoel de Moraes Barros, irmão de Prudente de Moraes, foi advogado e político. Bacharelado em Ciências Políticas e Sociais, pela Faculdade de Direito de S. Paulo, em 1857, foi logo nomeado promotor público de Constituição (Piracicaba). Aí foi, também, juiz municipal e de órfãos, de 1862 a 1864, quando,

senhor de grande número de escravos, dos quais só se desfez às vésperas da abolição; Campos Salles era descendente de grandes proprietários e depois ele mesmo lavrador escravocrata, alforriando seus escravos apenas em 1887; Glycerio e Jorge de Miranda também tinham negócios na lavoura; e Américo Brasiliense, apesar de não ter propriedade servil, era também descendente de família com propriedades, e possuía íntimas relações com o grande meio rural, e, portanto tinha certa tolerância quanto à questão servil.

Emília Costa Nogueira apontou que não havia, para eles, incoerência em defender o ideal republicano e não defender o ideal abolicionista, pois era “em termos de direito de propriedade, sagrado e inviolável, que se formulavam sempre as questões da escravatura e abolição”⁴⁷⁰. Assim, muitos republicanos eram senhores de escravos, e o “Partido Republicano Paulista nascente, dirigia suas vistas para os lavradores. Era a estes que pretendia agradar e conquistar. E com razão, pois elementos da lavoura, ao lado de alguns poucos membros da burguesia, representavam a força política da Província.”⁴⁷¹

Contudo, sua decisão, já em 1872, de não discutirem o abolicionismo fizera com que Luiz Gama se posicionasse em protesto, decidindo não comparecer à Convenção de Itu, pois a maioria dos presentes seria de fazendeiros, em uma localidade que era um dos maiores centros da escravatura da província.⁴⁷² No Congresso republicano de julho de 1873, Luiz Gama participou como representante de São José, e em seu pronunciamento defendeu a abolição veementemente, mas, percebendo que esta não

com a ascensão do gabinete Zacarias de Góes, foi demitido. Iniciou carreira política em 1870, no Partido Liberal, aderindo ao Manifesto Republicano de 3 de dezembro de 1870. Participou da Convenção de Itu e de diversos Congressos Republicanos. De 1884 a 1888, exerceu mandatos de deputado provincial e vereador em Piracicaba. Proclamada a República, foi nomeado delegado de polícia da cidade. Deputado à Constituinte nacional, foi relator do orçamento da Justiça, na Câmara dos Deputados. Reeleito deputado, em 1893, foi presidente da primeira câmara legislativa da União, após a Constituinte. Senador, em 1895, ocupou o cargo até falecer, em 1902. CASTELLANI, José. *A Maçonaria e o movimento republicano brasileiro*. Editora Traço, 1989.

⁴⁷⁰ NOGUEIRA, Emília Costa. *Op cit.*, p.384. Para Maria Emília Marques Zimmermann, em *O PRP e os fazendeiros do café*, a questão não era discutir o emancipacionismo, mas a reorganização do mercado de mão-de-obra. O grande problema era a falta de regularidade no abastecimento da mão-de-obra. Para a autora a reorganização do mercado de trabalho passava pela extinção da escravidão, mas sem prejuízos a grande lavoura. A irregularidade do abastecimento de mão-de-obra era constante nas décadas de 1870 e 1880. Não se trata de tendências escravocratas, mas da questão da manutenção do desenvolvimento da lavoura paulista. “E a política do PRP era clara quanto à questão: utilizar-se do escravo enquanto não se tem mão-de-obra livre em quantidade que permita suprir toda a lavoura mas, paralelamente a isso, empregar seus esforços para a transformação se dar o mais rápido possível e sem abalos para a produção cafeeira.” ZIMMERMANN, Maria Emília Marques. *O PRP e os fazendeiros do café*. Tese de Mestrado, Unicamp, 1986, p.141.

⁴⁷¹ Ibidem, p.385.

⁴⁷² Itu tinha na época 10.821 habitantes, dentre os quais 4.245 eram escravos. SANTOS, José Maria dos. *Op cit.*, p.145.

seria a política oficial do PRP, se retirou do congresso.⁴⁷³ José Murilo de Carvalho ao se referir à atitude de Luiz Gama declarou que “sua voz foi a única a levantar-se em favor de uma clara condenação da escravidão”⁴⁷⁴, já que o PRP apenas declarou apoio oficial a abolição um ano antes dela ser feita.

A própria escolha de Itu para realização da convenção republicana e a posição que foi assumida quanto à questão servil são demonstrações dos objetivos dos fazendeiros paulistas, que defendiam seus interesses. Assim, apesar de haver líderes abolicionistas como Luís Gama, a questão da mão de obra foi contornada; preservando assim a adesão do meio rural que ainda possuía numerosa escravaria. Américo Brasiliense era um dos que afirmava que o problema servil é que consistia no ponto de separação entre o lado urbano e o agrário do movimento republicano, mas afirmava que isso não deveria ser um empecilho intransponível, a questão deveria ser contornada em nome da unidade do PRP.

Foi através do Partido Republicano Paulista que parte da elite da província manifestou seus descontentamentos. Os planos dos republicanos paulistas se afastavam de qualquer tipo de radicalismo, uma vez que “Direcionavam, os grandes proprietários e fazendeiros de café, a sua agremiação para uma ação política que pretendia derrubar o regime através da evolução e da reforma, nunca da revolução.”⁴⁷⁵

As palavras “ordem” e “moderação” eram constantes nos discursos do PRP, assim as transformações deveriam ser graduais. As reformas que consideravam necessárias deveriam se realizar sem comprometer a ordem social, através de mudanças nas leis.

O Partido Republicano é o meio legal de participação, a nível do estado, de determinado setor da classe dominante- os fazendeiros de café do oeste paulista – que procurava, através dele, encontrar soluções para seus principais problemas. O partido surge como alternativa para esse setor de classe descontente com a política imperial, que mostrava-se incapaz de absorver as mudanças que iam ocorrendo na sociedade.⁴⁷⁶

⁴⁷³ “Não resta a menor dúvida de que a intromissão agrária na corrente republicana, automaticamente desarticulando-a da campanha abolicionista, foi para os radicaes de São Paulo uma contrariedade e um desgosto.” SANTOS, José Maria dos. *Op cit.*, p.104.

⁴⁷⁴ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da ordem: a elite política imperial. Op cit.*, p.215.

⁴⁷⁵ CASALECCHI, José Enio. *O Partido Republicano Paulista: política e poder (1889-1926)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p.248. Para uma análise da política separatista de Alberto Sales ver: COSTA, Milene Ribas da. *A implosão da ordem: a crise final do Império e o movimento republicano paulista*. Dissertação de Mestrado, Ciência Política, FFLCH, 2006.

⁴⁷⁶ ZIMMERMANN, Maria Emilia Marques. *Op cit.*, p.25.

A propaganda republicana em São Paulo significava a luta pela descentralização, que consideravam fundamental para a expansão da economia da província. Uma descentralização política e administrativa do Estado.

[...] A principal preocupação dos paulistas não era o governo representativo ou direitos individuais, mas simplesmente a federação, isto é, a autonomia provincial. Eles pediam o que fora a prática do liberalismo no século XVII na Inglaterra, isto é, não a ausência do governo mas o governo a serviço de seus interesses. E isto seria melhor conseguido mediante o fortalecimento e o controle pleno do governo estadual. A centralização imperial impedia esse controle, além de drenar os recursos dos cofres provinciais para a Corte e para outras províncias.⁴⁷⁷

4.3 - Os Congressos Republicanos e as disputas eleitorais

Após a Convenção de Itu foi feita uma circular para apresentar as resoluções que serviriam de base para a organização e representação do partido. Ficou decidido que iriam constituir na capital da província uma assembléia de representantes de todos os municípios, em 1º de julho de 1873; cada município deveria eleger um representante, através do sufrágio “universal”, o que para eles significava atribuir o direito de voto aos homens maiores de 21 anos e sem condenações criminais⁴⁷⁸ Mesmo sem constituir um Clube organizado, cada municipalidade tinha o direito de eleger um representante à assembléia.⁴⁷⁹

José Murilo de Carvalho ao estabelecer uma comparação entre o movimento republicano em São Paulo e no Rio de Janeiro destacou que os paulistas dedicaram-se a criar uma sólida estrutura organizacional com base em células municipais. Na Convenção de Itu, 17 municípios se achavam representados, e no congresso realizado em julho, na capital, o número de municípios representados subiu para 29 (de um total, na época, de 97 municípios na província)⁴⁸⁰. Constatando que “ao final do Império, os republicanos paulistas constituíam o único grupo político civil organizado, num claro contraste com os republicanos do Rio de Janeiro, que nunca conseguiram formar um partido sólido.”⁴⁸¹

⁴⁷⁷ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da ordem: a elite política imperial*. Op cit, p.209.

⁴⁷⁸ A expressão “sufrágio universal” aparece no livro de Américo Brasiliense sem maiores explicações, a não ser estas da restrição aos homens maiores, sem nenhuma condenação criminal.

⁴⁷⁹ BRASILIENSE, Américo. Op cit., p.116.

⁴⁸⁰ LISBOA, José Maria. *Almanach Litterario de São Paulo para o anno de 1876*. São Paulo: IHGSP, Edição Fac-similar, 1983, p.169.

⁴⁸¹ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da ordem: a elite política imperial*. Op cit., p.208-9.

O primeiro Congresso do PRP reuniu-se na capital, nos dias 1,2 e 3 de julho, sob a presidência do maçom Américo Brasiliense e dos secretários também maçons Antônio Cintra e Antônio de Paula Sousa. Durante essa reunião foi aprovada a redação de um manifesto sobre a escravidão, em que se reiterava ser esta uma questão social e não política, e, portanto de responsabilidade de toda a nação e não apenas do PRP. Dessa forma, entendiam que cada província deveria tratar da questão da maneira que lhe aprouvesse, mas garantindo-se que a abolição fosse feita mediante a indenização dos proprietários.⁴⁸² Foram eleitos membros da Comissão Permanente: Américo Brasiliense, João Tobias de Aguiar e Castro, Martinho da Silva Prado Junior, Antônio Augusto da Fonseca, Campos Salles, João Tibiriça como presidente e Américo de Campos como secretário.

Em abril de 1874 aconteceu um novo congresso, com vinte e quatro localidades representadas. Aprovaram a fundação de um jornal republicano e a publicação de um manifesto sobre a “Questão Religiosa”. O manifesto defendia a separação da Igreja e do Estado, o ensino laico, o casamento civil, o registro civil de nascimentos e óbitos e a secularização dos cemitérios.⁴⁸³

Quanto à decisão de fundar um jornal republicano, essa era uma questão importante, já que os republicanos, até então, utilizavam *A Gazeta de Campinas* e o *Correio Paulistano* para veicularem suas idéias, mas sem que qualquer um dos dois jornais fosse oficialmente republicano; situação ainda mais complicada, ao menos desde fins de 1874, quando o *Correio Paulistano* teria se tornado cada vez mais monarquista, levando o próprio Américo de Campos a deixar a redação. Assim, em outubro de 1874, alguns republicanos, liderados por Américo Brasiliense e Campos Salles, decidiram fundar um novo jornal, *A Província de São Paulo*. Rangel Pestana e Américo de Campos assumiram a direção do jornal. Embora, o novo jornal não se declarasse como órgão do PRP, o republicanismo tinha amplo espaço nas suas folhas.⁴⁸⁴

O período de 1870 a 1878 correspondeu ao momento de formação e definição do novo partido, com a união dos vários núcleos espalhados pela província. Entre 1878 a 1887 os republicanos conquistaram participação nas Câmaras Provincial e Geral.

⁴⁸² Ver: BRASILIENSE, Américo. *Os Programas dos Partidos e o Segundo Império*. Brasília: MEC, 1979. (1ªed 1878).

⁴⁸³ BRASILIENSE, Américo. *Op cit.*,p.141-144.

⁴⁸⁴ “Teoricamente, *A Província de São Paulo* não era órgão oficial do Partido, nem se tornou tal, durante a era imperial. Não havia porém dúvida alguma quanto ao seu republicanismo, embora se contassem liberais, entre os seus proprietários.” BOEHRER, George C. A. *Op cit.*, p.92.

Em 1876, pela primeira vez o PRP concorreu nos pleitos eleitorais, estabelecendo uma nova dinâmica com os partidos monárquicos, ao menos na província de São Paulo. Na visão de Boehrer, o PRP, “Não permaneceu um mero movimento social ou intelectual. Até então o Partido pouco se arriscara”⁴⁸⁵; melhor seria dizer que até 1876, o partido estava se difundindo pela província, arregimentando correligionários e construindo suas redes clientelares, passando, daí em diante, a participar das disputas eleitorais. A princípio as vitórias eram poucas, visto que era um partido novo e ainda em organização, mas ao final do Segundo Reinado, sua influência nos resultados eleitorais aumentou consideravelmente.

Para Richard Graham muitos dos que apoiaram o movimento republicano desejavam não o fim da parcialidade do governo imperial, mas a sua própria parte na obtenção de favores. Os fazendeiros paulistas disputavam a liderança em suas esferas locais e procuravam construir redes para conseguirem maior poder político.

[...] perseguiam tão freneticamente o objetivo de construir uma clientela quanto o de ganhar dinheiro. Ainda assim, o número de paulistas no Gabinete, a quem os proprietários ou seus deputados podiam apelar para garantir nomeações e outros favores, ficava bem atrás da riqueza da província.⁴⁸⁶

Em fins de 1876⁴⁸⁷, o PRP indicou Américo Brasiliense para uma cadeira na Câmara dos Deputados, contudo, com apenas 556 votos, o candidato terminou em 11º lugar na província, não conseguindo se eleger.⁴⁸⁸ A Câmara dos Deputados era um espaço de representação dos grupos regionais no governo central, assim, era essencial que os representantes políticos dos fazendeiros do Oeste Paulista conquistassem uma parte dessas cadeiras, mas o que se observa é que a articulação política desse grupo ainda era pequena em termos provinciais. Porém, a questão não era só de se alcançar a eleição de um número de deputados, mas a própria composição da câmara era foco de críticas dos republicanos, já que entre 1868 e 1889 a província de São Paulo contava

⁴⁸⁵ BOEHRER, George C. A. *Op cit.*, p.93.

⁴⁸⁶ GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p.339.

⁴⁸⁷ Em 1876, o partido concorreu às eleições municipais, e conseguiu eleger Prudente de Moraes, de Constituição (Piracicaba), para o Conselho Municipal.

⁴⁸⁸ BOEHRER, George C. A. *Op cit.*, p.94. Ocorreu um confronto entre o PRP e o Partido Liberal, e Rangel Pestana sob o pseudônimo de Thomaz Jefferson escreveu artigos na *Província de São Paulo* para defender Américo Brasiliense; ver: ZIMMERMANN, Maria Emilia Marques. *Op cit.*, p.44-5.

com apenas 9 deputados, enquanto Minas Gerais tinha 20 representantes, a Bahia 14, Pernambuco 13, e Rio de Janeiro 12.⁴⁸⁹

Buscando maior eficiência nos resultados eleitorais, os republicanos paulistas passaram a construir alianças eleitoreiras com os partidos monárquicos, tanto liberais quanto conservadores. Para ilustrar esses acordos, Boehrer escreveu que, “De fato, um dos chefes liberais, Antônio Carlos de Arruda Botelho, oferecera ao seu bom amigo Brasiliense os votos liberais de que podia dispor, em troca dos votos republicanos para dois candidatos liberais.”⁴⁹⁰ Assim, era parte da política do partido encorajar essas alianças. Para Boehrer, “esses acordos com os partidos monarquistas eram conseguidos devido à natureza das eleições e à vasta popularidade de Américo Brasiliense entre os chefes políticos de São Paulo”⁴⁹¹.

Na eleição para a Câmara dos Deputados, em 1877, os republicanos não apresentaram candidatos, e a comissão do partido instruiu que seus membros votassem em branco. Em abril de 1877, houve uma reunião em Campinas, para decidirem o posicionamento do partido nas próximas eleições para a Assembléia Provincial.

Acerca das eleições para a Assembléia Provincial, os deputados eram eleitos na província, pelo mesmo procedimento da escolha dos deputados à Câmara do Império. Cada eleitor votava em tantos nomes quantos deputados provinciais viessem a ser eleitos, ou seja, no caso paulista, 36 nomes. As legislaturas compreendiam dois anos e as sessões, dois meses, podendo ser prorrogadas.⁴⁹²

Para as eleições provinciais de 1877, o PRP apresentou inicialmente uma lista de seis nomes considerados conhecidos pelos republicanos paulistas: Campos Salles, Rangel Pestana, Prudente de Moraes, Martinho Prado Junior, Francisco Quirino dos Santos e Luiz Pereira Barreto; incluindo em um segundo momento, Cesário Nazianzeno de Azevedo Mota Magalhães Junior.

O apoio eleitoral do Partido Liberal, que também indicou Cesário Nazianzeno e Prudente de Moraes garantiu cadeiras na Assembléia para os dois republicanos. Mas, também resultou em crítica dos conservadores, ao que Prudente de Moraes respondeu

⁴⁸⁹ COSTA, Milene Ribas da. *Op cit.*, p.44.

⁴⁹⁰ BOEHRER, George C. A. *Op cit.*, p.94.

⁴⁹¹ Ibidem, p.94-5.

⁴⁹² O Ato Adicional de 1834 transformara os Conselhos provinciais em Assembléias provinciais, sendo que o Conselho Provincial de São Paulo funcionava com 21 membros até 1834, e passou para 36 membros quando foi transformado em Assembléia Provincial, permanecendo este número de representantes até 1889. Ver: DOLHNIKOFF, Miriam. “Elites Regionais e a construção do Estado Nacional”. In: JANCSÓ, István (Coord.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, 2003.

que não havia procurado o apoio liberal, mas que aceitara quando oferecido, e em carta aberta explicava que:

Considero as assembléias provinciais instituições de caráter quase exclusivamente administrativo e entendo que em sua eleição deve-se atender mais ao interesse da administração do que ao espírito do partido; por isso solicito para a minha candidatura, o apoio dos eleitores de minha província, sem distinção de cor política [...] ⁴⁹³

O posicionamento de Prudente de Moraes indicava que os republicanos procuravam se estabelecer politicamente na província, e evitavam posicionamentos radicais que afastassem apoio político de qualquer um dos partidos imperiais; ou seja, o objetivo maior era ampliar a representação política dos fazendeiros do Oeste Paulista.

Em 1877, o PRP conseguiu eleger pela primeira vez seus representantes para a Assembléia Provincial. Prudente de Moraes obteve 533 votos, ocupando o 27º lugar, Martinho Prado Junior com 521 votos, ocupando o 28º lugar, e Cesário Nazianzeno com 451 votos, ocupando o 34º lugar. ⁴⁹⁴

Beatriz Westin de Cerqueira Leite, em um estudo sobre as *Representações sociais e elite política: o exercício do poder na província de São Paulo e sua articulação com o Governo Central (Segundo Reinado)*, constatou que os candidatos à Assembléia Provincial procediam de famílias abastadas ou fortemente apadrinhadas.

A Assembleia provincial era geralmente composta de proprietários rurais, homens de prestígio socioeconômico nos diversos municípios da província, vereadores das Câmaras municipais, representantes de uma elite, advogados, juízes, futuros desembargadores, também jornalistas, médicos, fazendeiros, etc. ⁴⁹⁵

A Assembléia provincial foi a primeira experiência no legislativo para muitos políticos dos políticos republicanos de São Paulo. Nessa fase muitos deputados ainda possuíam outros encargos e profissões. Uma parte deles, contudo, nunca conseguiu

⁴⁹³ BOEHRER, George C. A. *Op cit.*, p.96.

⁴⁹⁴ BOEHRER, George C. A. *Op cit.*, p.96. E Beatriz Westin de Cerqueira Leite afirmou que “Na última década do Império, encontrava-se na Assembleia provincial paulista uma plêiade de ilustres republicanos: Rangel Pestana, Quirino dos Santos, Rodrigues Alves e Prudente de Moraes, os dois últimos futuros presidentes da República.” Em outro trecho informou que a “Assembleia provincial paulista limitou-se a abordar algumas questões referentes ao cotidiano de suas discussões: agricultura, lavoura, transportes, estradas, colonização, substituição do braço escravo, prosperidade ou crise da província e presença marcante de republicanos, a partir da década de 1870.” LEITE, Beatriz Westin de Cerqueira. “Representações sociais e elite política: o exercício do poder na província de São Paulo e sua articulação com o Governo Central (Segundo Reinado)”. In: ODALIA, Nilo & CALDEIRA, João Ricardo de Castro (orgs). *História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*. São Paulo: Editora Unesp, vol.1 Colônia e Império, 2010, p.436- 439.

⁴⁹⁵ LEITE, Beatriz Westin de Cerqueira. *Op cit.*, p.437.

alçar vãos mais altos, enquanto outros fizeram carreira política, fazendo parte depois da Câmara dos Deputados e alguns do Senado.

As assembleias possuíam o direito de determinar as despesas municipais e as provinciais, assim como os impostos que seriam cobrados; também fiscalizavam o emprego de rendas públicas, e controlavam as contas. Com a arrecadação deveriam construir as obras necessárias ao desenvolvimento da província, prover a segurança e promover a instrução pública. Controlavam também os empregos provinciais e municipais; poderia tanto criar quanto extinguir tais empregos, assim como estabelecer o pagamento por tais funções. Também deveriam suspender ou demitir os magistrados caso houvesse queixas de gravidade. E, determinar como o presidente de província poderia nomear, suspender e demitir os empregados provinciais.⁴⁹⁶

A questão da nomeação, modificação ou demissão de cargos públicos era um dos pontos centrais das disputas políticas do período, importante objeto para o jogo clientelista da época. Não era a toa, portanto, que os fazendeiros do Oeste Paulista buscassem assegurar a eleição de representantes dos seus interesses, de deputados que pudessem garantir-lhes acesso às decisões orçamentárias, além de influenciar a distribuição de empregos públicos.

E no que se refere à realidade paulista, a lavoura cafeeira tinha necessidades que lhes pareciam indispensáveis à sua sobrevivência como: estradas, transportes, recursos e técnicas agrícolas, braços para a lavoura, escravos, colonos, auxílios financeiros. A preocupação com a produção agrícola e o incentivo ao desenvolvimento da lavoura apareceram constantemente nos Anais da Assembleia. Assim, a construção e melhoria de estradas de ferro foi um tema sempre presente. A defesa de uma ou outra via e o incentivo a ampliá-la ou concluí-la estavam frequentemente ligados às vantagens que o empreendimento poderia trazer aos municípios ou, mais particularmente, aos deputados, moradores com propriedades nessas áreas ou com interesses circunscritos a essas localidades.⁴⁹⁷

Mas, para além do orçamento e das resoluções acerca de sua aplicação, as assembleias provinciais também poderiam favorecer os grupos regionais, que obviamente alcançassem uma representação significativa, em outros sentidos.

⁴⁹⁶ DOLHNIKOFF, Miriam. “Elites Regionais e a construção do Estado Nacional”. *Op cit.*, p.440. Além disso, seus deputados legislavam sobre urbanização, construção de novos edifícios, melhoramento de estradas, fixação de limites municipais, desapropriações, etc; bem como deveriam determinar a força policial, e tomar decisões sobre a vida agrícola e industrial das províncias, e finalmente, autorizar empréstimos e fazer levantamentos estatísticos. Ver: LEITE, Beatriz Westin de Cerqueira. *Op cit.*

⁴⁹⁷ LEITE, Beatriz Westin de Cerqueira. *Op cit.*, p.441.

Dolhnikoff aponta inclusive que os deputados tinham melhores condições de favorecer “apadrinhados”, com empregos provinciais e municipais, até mais do que o próprio presidente da província, uma vez que estes, escolhidos pelo governo central, geralmente vinham de fora da província, e delas não tinham nenhum conhecimento.⁴⁹⁸ Assim, o presidente nomeado procurava articular-se com o jogo político local, participando das redes clientelares já constituídas, procurando sobreviver politicamente em uma província que desconhecia. Daí que os deputados que estavam inseridos na realidade provincial tinham muito mais condições de direcionar as atitudes do presidente da província e de distribuir e/ou suspender os empregos públicos.

No que se refere à questão das leis eleitorais desse período, deve-se lembrar que a lei de 1846 regulou o processo eleitoral, mantendo o voto provincial e basicamente os mesmos critérios de cidadania de 1824, apenas recalculando os valores exigidos para votantes, eleitores, deputados e senadores pelo padrão prata (o que implicou na duplicação dos valores estabelecidos na carta).⁴⁹⁹ Já a reforma eleitoral de 1855 introduziu o voto distrital garantindo a representação minoritária, substituindo o grande

⁴⁹⁸ “As constantes solicitações de emprego eram medidas pela influência política e, no que diz respeito aos empregos provinciais e municipais, os deputados dispunham de ampla margem de ação para favorecer apadrinhados. Maior até mesmo que o próprio presidente da província. Este acabava obrigado a se submeter às relações clientelistas controladas pela elite regional.” DOLHNIKOFF, Miriam. “Elites Regionais e a construção do Estado Nacional”. *Op cit.*, p.456. Para Dolhnikoff o fato de o presidente de província ser nomeado pelo governo central não significou um fator limitador da autonomia regional. O presidente da província tinha que se articular com parte da elite provincial, uma vez que, por exemplo, seu poder de veto às decisões da assembléia poderia ser derrubado por dois terços dos votos dos deputados. Para manter o veto era preciso negociar com parte da elite regional. O presidente também não podia iniciar projetos, isso era de competência exclusiva da Assembléia Provincial. Assim a legislação provincial era controlada pela elite regional através dos deputados. Até para manipular os resultados das eleições para garantir a maioria parlamentar para o ministério da situação, o presidente da província precisava negociar com as elites regionais. Miriam Dolhnikoff analisou a questão da complexidade das relações entre o centro e as regiões, evidenciando que as elites regionais participaram do processo de construção do Estado nacional. Para a autora o pacto federalista constituído a partir das reformas liberais da década de 1830 não foi alterado significativamente com a revisão conservadora da década seguinte. Os conservadores aprovaram a Interpretação do Ato Adicional, em 1840, e a reforma do Código de Processo Criminal, de 1841, que impuseram um maior grau de centralização, mas não anularam a autonomia regional e nem subjugaram as elites provinciais. Tanto conservadores quanto liberais concordavam que o centro deveria promover a articulação do todo, convivendo com a autonomia das partes, integrando os grupos que nelas dominassem ao poder central. A autonomia convivia com um centro com força suficiente para garantir a unidade. Essa autonomia afastaria as possíveis rebeliões separatistas, e comprometeriam os grupos regionais com a construção do Estado. Ver: DOLHNIKOFF, Miriam. “O lugar das elites regionais”. In: *Revista USP*, nº58, 2003.

⁴⁹⁹ A constituição brasileira de 1824 estabelecia o voto censitário, exigia-se uma renda anual mínima de 100 mil réis para ser votante. Para Miriam Dolhnikoff, a renda exigida para ser votante era baixa, sendo possível considerá-la uma forma de incluir amplos setores no jogo político, já que “Cocheiros, copeiros, cozinheiros, jardineiros e lavradores recebiam em torno de 200 e 400 mil réis anuais, podendo, portanto, ser eleitores e até mesmo candidatos a deputado.” Embora a renda mínima para participação política não fosse tão alta, a questão era que para se elegerem era preciso mais do que a renda exigida, o critério de escolha dos candidatos selecionava apenas aqueles que tinham uma rede de relacionamentos, que possuísssem terras e escravos. DOLHNIKOFF, Miriam. “Representação na Monarquia brasileira”. In: *Almanack Braziliense*. São Paulo, nº9, maio/2009, p.44.

distrito provincial por distritos pequenos. A nova reforma de 1860 aumentou o tamanho dos distritos, propondo assim uma situação intermediária entre o grande distrito provincial de 1846 e o círculo de um deputado de 1855; sendo que cada distrito elegeria três deputados, e não apenas um como na lei anterior.⁵⁰⁰ Esse sistema perdurou por 15 anos, alterando-se em 1875, criando a chamada “lei do terço”, que reintroduziria o voto provincial, mas doravante com cada eleitor votando em dois terços do número total de deputados pela província, de maneira que as minorias pudessem ser representadas.⁵⁰¹ Sendo que, em 1881, novamente foi adotado o distrito pequeno para eleger um deputado.

Assim, na década de 1870 o voto provincial estava sendo aplicado e, como apontou Dolhnikoff, isso de certa forma “impedia que fazendeiros com influência apenas em uma pequena localidade dominassem o legislativo. Somente quem tivesse capacidade de obter votos nos mais diversos pontos da província – logo, os capazes de transcender o âmbito local – conseguiriam ser eleitos”.⁵⁰² Mais uma vez, percebe-se a importância da construção das redes clientelares para que os nomes republicanos fossem eleitos, já que deveriam garantir votos em toda a província, e para alcançar tal objetivo os laços maçônicos podiam render maior apoio político.

Se em 1877 os republicanos paulistas conseguiram, pela primeira vez, eleger deputados à assembleia provincial, o ano seguinte é que teria sido de fato determinante, para eles, em termos de definição política do partido. Em 1878, segundo Boehrer, o liberal visconde de Sinimbu, indicado pelo imperador para presidência do gabinete, escolheu para ministro da Justiça Lafayette Rodrigues Pereira, um dos signatários do Manifesto de 1870. Os republicanos paulistas viram-se então na obrigação de decidirem se apoiariam ou não o gabinete. Em São Paulo, a Comissão Permanente do PRP divergia quanto ao posicionamento político a ser adotado e decidiu convocar uma convenção provincial. O manifesto redigido pela comissão eleita na convenção não declarava apoio ao governo,

Mantendo-nos firmes em nossos postos, esperemos que o ministério se apresente perante as câmaras e exponha suas idéias e medidas governamentais para deliberarmos então se poderemos apoiar as reformas

⁵⁰⁰ “Distritos maiores favoreciam a escolha de representantes considerados melhores qualificados para definir o interesse geral por não se confundirem com os poderes locais, ao mesmo tempo em que se procurava garantir a representação das minorias, considerada inviável com o voto provincial.” DOLHNIKOFF, Miriam. “Representação na Monarquia brasileira”, *Op cit.*, p.51.

⁵⁰¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, t.2, v.7, p.213.

⁵⁰² DOLHNIKOFF, Miriam. “Elites Regionais e a construção do Estado Nacional”. *Op cit.*, p.440.

que facilitem a vitória da idéia capital do nosso programa – a República Federativa.

Antes disso, porém, não nos é permitido, por nossos próprios intuitos políticos, prometer apoio aos atos do governo que nem sequer disse ainda ao país ao que veio.⁵⁰³

Ao fazerem tal pronunciamento, os membros da comissão estabeleceram claramente uma linha divisória entre o Partido Republicano e o Partido Liberal, impedindo qualquer fusão política entre eles. Ainda que Boehrer considere que o ano de 1878 foi de crise para os republicanos, pois caso o partido tivesse “favorecido o ministério liberal, ou permanecido silencioso, na ocasião, ter-se-ia provavelmente desintegrado pouco a pouco”, fato é que, depois de tal posicionamento, os republicanos amargaram um certo retrocesso nos resultados eleitorais, uma vez que o partido não conseguiu conquistar grande número de eleitores.

Nas eleições de 1879 para a Câmara dos Deputados, a Comissão Permanente aconselhou os eleitores republicanos a votarem em branco. A atitude de estimular os republicanos a votarem em branco podia significar o reconhecimento de que sem o apoio dos partidos monárquicos os republicanos não teriam força política suficiente para elegerem seus candidatos na província, e assim, ao votarem em branco evitavam um provável resultado pífio.

Se não se sentiam confiantes no tocante às eleições gerais, no nível municipal a situação parecia um pouco diferente, os republicanos estavam conquistando maior espaço político, mas de forma lenta, com mais dificuldade na capital do que no interior. Em 1880, a Comissão encorajou os republicanos a participarem dos pleitos municipais. Em São Paulo, Américo Brasiliense, foi o único candidato republicano, dos seis que concorreram, eleito como vereador com 397 votos. Já no interior o quadro aparentava ser um pouco mais animador. Em Rio Claro, o Partido Republicano se encontrava dividido, aqueles liderados por Cerqueira Cesar obtiveram 69 votos, enquanto o grupo de Joaquim Teixeira das Neves alcançou 182 votos, elegendo três candidatos. Em Itatiba, Julio Cesar de Cerqueira Leite foi eleito e tornou-se presidente do Conselho; em Amparo, três candidatos alcançaram a vereança; em Campinas, Francisco Glicério, Quirino dos Santos e Constantino P. de Sousa foram eleitos para o Conselho; em Lorena conseguiram uma cadeira; em Indaiatuba, elegeram sete vereadores; em Tatuí, dois

⁵⁰³ BOEHRER, George C. A. *Op cit.*, p.98.

vereadores; e, finalmente, tanto em Itapetininga como Cutia, um membro do Conselho.⁵⁰⁴

Assim, em 1880, os republicanos conquistaram representação em onze municípios. Embora tivessem conquistado cadeiras em cidades importantes como São Paulo, Campinas e Amparo, o resultado ainda era muito tímido, demonstrando a dificuldade de arregimentarem votos nos vários municípios da província. Porém, além disso, vale lembrar que a maior parte dos candidatos republicanos eleitos só obteve esse resultado porque havia feito alianças eleitorais com os partidos monárquicos; em Campinas e Amparo, por exemplo, os liberais conquistaram as seis primeiras vagas do Conselho e os republicanos as três demais, excluindo os conservadores.⁵⁰⁵

Esses resultados apresentavam a situação dos republicanos paulistas como um grupo que ainda estava se articulando, que não tinha força política suficiente sequer para dominar as eleições municipais, muito menos para exercer um controle da representação provincial. Ao se depararem com a dificuldade para se estabelecerem como grupo influente politicamente, o uso da Maçonaria para a construção e intensificação das redes de relacionamentos parecia uma alternativa interessante para expansão e crescimento de poder, configurando-se como uma via paralela que objetivava maior sustentação política na província.

A quantidade de republicanos ainda era pequena e não era capaz, por exemplo, de assegurar grandes vitórias eleitorais na província e no Império. Com as reformas eleitorais de 1881⁵⁰⁶ foi possível estimar a quantidade de republicanos na província em 880 votantes, excluindo a cidade de São Paulo. O número de liberais era de 1.851 votantes e o de conservadores, 1.933 votantes.⁵⁰⁷

O Congresso Republicano decidiu apresentar candidatos nas eleições gerais e provinciais de 1881.⁵⁰⁸ Para Câmara dos Deputados foram apresentados Américo Brasiliense, Luiz Pereira Barreto, Licurgo de Castro Santos, Campos Salles, Prudente de Moraes, Martinho Prado Junior e Francisco Quirino dos Santos. Os republicanos foram

⁵⁰⁴ BOEHRER, George C. A. *Op cit.*, p.101-2.

⁵⁰⁵ Ibidem.

⁵⁰⁶ A lei eleitoral de 1881 que modificou os princípios de cidadania, substituindo a eleição em duas fases pela eleição direta, eliminando a figura do votante e introduzindo a exigência da alfabetização, além de retomar o voto distrital uninominal. DOLHNIKOFF, Miriam. “Representação na Monarquia brasileira”. *Almanack Braziliense*. São Paulo, nº9, maio/2009, p.47.

⁵⁰⁷ BOEHRER, George C. A. *Op cit.*, p.105.

⁵⁰⁸ A nova Comissão Permanente eleita era composta por: Américo Brasiliense, Rafael de Pais de Barros, Rangel Pestana, Cerqueira Cesar, Américo de Campos, Luís Pereira Barreto, Costa Machado, João Tobias e Manuel Lopes de Oliveira. Ibidem, p.105.

derrotados, apesar de Campos Salles ter disputado o segundo escrutínio e obtido 474 votos, sendo que o candidato mais votado havia recebido 483 votos.⁵⁰⁹

Já nas eleições para a Assembléia Provincial o PRP conseguiu eleger Campos Salles, Prudente de Moraes, Rangel Pestana, Martinho Prado Junior, Gabriel Toledo Piza e Almeida e Ângelo Gomes Pinheiro Machado. Assim, os republicanos foram capazes de eleger apenas seis deputados em um conjunto de 36 que compunham a Assembléia Provincial, ou seja, estavam longe de ser unanimidade na província.

A aliança com outros partidos é que garantiu pequenas vitórias políticas, por exemplo, nas eleições para a Câmara dos Deputados de 1883. Com apoio dos conservadores, o PRP conseguiu eleger pela primeira vez deputados republicanos, sendo eleitos Campos Salles, com 875 votos, e Prudente de Moraes, com 711 votos.⁵¹⁰

Quanto ao apoio recebido dos conservadores, Campos Salles se pronunciou reafirmando a neutralidade do Partido Republicano:

Nós os republicanos, na posição excepcional em que nos achamos colocados entre os dois partidos monárquicos, de que se compõe a Câmara, não temos, cumpre dizê-lo desde já e com franqueza, motivos prévios, fixos ou permanentes que determinem e assinalem um motivo de preferência, na escolha entre um e outro lado dos que apóiam a monarquia.⁵¹¹

Prudente de Moraes também se manifestou quanto ao posicionamento dos deputados republicanos, afirmando que:

Trabalhando para estabelecer e formar a república pela eliminação da monarquia, desde que não aceitamos a revolução como meio, ao menos por enquanto, é nosso dever representar as funções públicas como cooperadores de reformas [...] Portanto, Sr. Presidente, os deputados republicanos não pertencem à maioria nem à oposição governamental, não apóiam nem combatem governos [...].⁵¹²

Em 1886, o acordo entre republicanos e conservadores seria rompido, e sem essa aliança os republicanos não voltariam mais à Câmara dos Deputados durante o Império.⁵¹³ Como colocado acima, os grupos regionais tinham capacidade de interferir

⁵⁰⁹ Ibidem, p.105-6.

⁵¹⁰ Os candidatos oficiais do PRP foram Rangel Pestana, Cesário Nazianzeno, Francisco Glicério, Antônio Muniz de Sousa, Campos Salles, Prudente de Moraes e Martinho Prado Junior. Ibidem, p.113.

⁵¹¹ Ibidem, p.114.

⁵¹² Ibidem, p.114.

⁵¹³ Já na Assembléia Provincial, em 1887, o partido conseguiria um número maior de cadeiras. E nas eleições municipais de julho de 1886, o PRP conquistou uma cadeira em cada um dos Conselhos Municipais de São Paulo, Guaratinguetá, Mogi-Mirim, Itatiba, Pirassununga, Pindamonhangaba, Itaqueri, São Carlos, Santo Antônio da Cachoeira, Areias, Casa Branca, Jaú e Penha do Rio Peixe; duas em Piracicaba, Amparo, Mogi-Guaçu, São Pedro, Itapetininga, Brotas e Rio Bonito; três em Rio Claro, quatro em Limeira, Araras, Santa Bárbara, São João da Boa Vista, Campinas e Serra Negra; cinco em São

nas decisões do poder central através da participação em uma das duas câmaras do parlamento⁵¹⁴, mas era justamente essa representação que mostrava-se difícil de ser alcançada pelos fazendeiros do Oeste Paulista.

Quanto ao Senado, seu caráter vitalício impedia a renovação da representação política, e como a expansão cafeeira no Oeste Paulista era relativamente recente, a representação desse grupo no Senado era insignificante. O PRP concorreu às eleições para o Senado, em janeiro de 1888, com o objetivo de avaliar sua força na província toda. Saldanha Marinho alcançou 1.485 votos, Rangel Pestana obteve 1.484 votos e Jorge Miranda, 1.341 votos, todos receberam muito menos votos do que os candidatos conservadores vitoriosos que alcançaram então 6.573, 6.116 e 5.843 votos.⁵¹⁵

A partir desses dados, é possível constatar que os republicanos paulistas intensificaram sua força política na província de São Paulo, mas não o suficiente para influenciar os rumos da política nacional, ou mesmo da política provincial de forma satisfatória.

A nova elite surgida a partir da expansão da economia cafeeira encontrava dificuldades para eleger seus representantes políticos. Ao observar-se os resultados eleitorais dos republicanos paulistas constatou-se que era necessária uma articulação política maior para conseguirem eleger seus representantes tanto no nível municipal, quanto provincial.

A organização política desse grupo passou pela difusão das lojas maçônicas na província, como via de arregimentação de irmãos que pudessem se comprometer com um novo projeto político, com o objetivo de eleger seus próprios representantes e, assim, dentro dos limites constitucionais – ao menos conforme o que eles mesmos divulgavam na época – proclamarem uma nova forma de governo, a República. Caberia, então, a essa nova elite a direção política do novo regime, que poderia dessa forma usufruir dos benefícios de exercerem maior influência política.

O fato de na Convenção de Itu estar presentes os principais maçons republicanos da província é um indício de que a ordem maçônica era utilizada para a formação de

Vicente e Socorro, e seis em Capivari; na segunda eleição ganharam mais uma cadeira em Rio Claro, duas em Bragança e outras duas em São José dos Campos. BOEHRER, George A. C. *Op cit.*, p.118-9.

⁵¹⁴ Ver: DOLHNIKOFF, Miriam. “Elites Regionais e a construção do Estado Nacional”, *Op cit.*

⁵¹⁵ BOEHRER, George A. C. *Op cit.*, p.119. Na disputa por outra vaga no Senado, Francisco Glicério, Luiz Pereira Barreto e Saldanha Marinho, obtiveram 2.653, 2.589, e 2.545 votos respectivamente, sendo derrotados novamente. No que se refere a Presidência do Conselho, que foi criada em 1847, também percebe-se a pequena participação paulista, dos 30 presidentes que ocuparam esse cargo, destes 11 vieram da Bahia, 5 de Minas Gerais, 5 de Pernambuco, 4 do Rio de Janeiro, 2 de São Paulo, 2 do Piauí, 1 de Alagoas; CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da ordem: a elite política imperial. Op cit.*, p.219.

redes clientelares que aproximavam os fazendeiros do Oeste Paulista e seus representantes políticos. Portanto, pode-se dizer que em São Paulo a Maçonaria serviu como um dos instrumentos para a organização do PRP, contribuindo para a formação de sua base política, no momento em que o novo partido procurava alcançar suas primeiras vitórias eleitorais.

Considerações finais

Em meio a um período de instabilidade política, com a queda do gabinete Zacarias de Góes em 1868 e o fim da Liga Progressista, têm início a organização do movimento republicano na província de São Paulo. Para os paulistas, essa crise política imperial coincidia com a expansão do café no Oeste da província e com o seu fortalecimento econômico. Os fazendeiros do Oeste Paulistas desejavam ampliar sua insignificante representação política, e aparentemente o ideal republicano consistia num meio de realizar suas aspirações ao poder.

Para a construção de um projeto republicano, membros da elite econômica paulista, por meio da participação ativa e criação de novas lojas maçônicas foram construindo redes de relacionamento que facilitaram a articulação e a formação do PRP. A Loja América era uma das principais responsáveis pela construção do movimento republicano na província e pelo fortalecimento do Partido Republicano Paulista. Entre seus membros estavam os principais articuladores da idéia republicana em São Paulo. De fato, como visto, a Maçonaria paulista foi essencial para a difusão do movimento republicano na província nas décadas de 1870 e 1880.

Os debates maçônicos estavam articulados às principais discussões do período, não só quanto à questão republicana, mas também quanto ao abolicionismo e à questão da difusão do ensino e da sua laicização. No que se refere ao debate abolicionista as opiniões também estavam divididas entre aqueles que desejavam manter a propriedade escrava, aqueles que desejavam abolir a escravidão gradativamente, proibindo, por exemplo, a iniciação de pessoas que fizessem comércio de escravos, e aqueles que combatiam ativamente a escravidão em todos os sentidos, como era o caso de Luiz Gama.

Em suas tentativas de ampliar a influência maçônica e as próprias idéias defendidas nas lojas, a imprensa teve papel fundamental. O fato de os principais jornais da província pertencerem a maçons, como era o caso do *Correio Paulistano*, de Joaquim Roberto de Azevedo Marques e com Américo de Campos como redator, ambos filiados à Loja América, garantia à Maçonaria um espaço para divulgação das suas atividades. Constatou-se que os jornais eram utilizados para anúncios triviais como o horário das reuniões semanais - sendo um dos meios de comunicação entre a loja e seus membros -, assim como para propaganda das ações empreendidas pelas lojas como a manutenção de escolas e bibliotecas populares. Algumas vezes foi possível perceber

discussões entre os maçons na seção de cartas dos leitores, abordando temas como o abolicionismo e atritos com a Igreja Católica. Durante a Questão Religiosa a quantidade de anúncios maçônicos aumentou significativamente, apontando para a importância da imprensa para o fortalecimento da Maçonaria.

Ao analisar o período da independência, Barata analisou a Maçonaria como um espaço de articulação política e também uma escola de práticas políticas.⁵¹⁶ Nas décadas entre 1860 e 1880, a Maçonaria mantinha essas características e, era utilizada pelos maçons paulistas para tentar reverter a sua situação de quase exclusão política.

Ao analisar a organização maçônica do ponto de vista político constatou-se que as lojas maçônicas formavam um espaço que servia para criar ou intensificar os laços sociais e políticos entre os membros da nova elite econômica da província paulista na segunda metade do século XIX. Na sociabilidade maçônica criavam-se e/ou reforçavam-se laços de solidariedade que instauravam como que um código de compromissos para a vida cotidiana, incluindo o direito a proteção e os benefícios obtidos a partir dessas relações.

Por meio da convivência que a ordem maçônica possibilitava entre seus membros, com seus juramentos de fidelidade e ajuda mútua, contribuíram para o fortalecimento da união das elites e para a articulação de projetos políticos comuns.

O fato do grupo de republicanos paulistas escolherem a Maçonaria como uma das principais formas de difusão do movimento republicano e de sustentação política do PRP, pode ser visto como uma estratégia fundamental para a formação do grupo e a construção de uma coesão em um período tão agitado da política imperial. As lojas maçônicas estavam fora do controle do Estado, e assim podiam se constituir em um espaço de articulação política e crítica à política imperial⁵¹⁷; especialmente para grupos que, de acordo com as formas de representação vigentes no período, tinham franca dificuldade para se imporem, fosse em nível central, ou mesmo provincial e até municipal. No que tange aos objetivos políticos dos maçons republicanos paulistas, também se constatou que estes pretendiam ocupar cargos políticos e aumentar sua capacidade de dispensar benefícios com fins a fortalecer sua base política na província. Desta maneira, ainda que separados por um grande lapso de tempo, os maçons paulistas

⁵¹⁶ Ver: BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência (Brasil, 1790-1822)*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2006.

⁵¹⁷ “as maçonarias foram, então, um dos lugares deste exercício do pensamento crítico liberado das restrições diretas do Estado.” MOREL, Marco. *As Transformações dos Espaços Públicos – Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Editora Hucitec, 2005, p.243.

pareciam agir conforme Reinhardt Koselleck apontou quanto ao grupo dos iluminados da Alemanha, que estes pretendiam absorver o Estado a partir do seu interior, ocupando os postos importantes. “Foi atingida a fase em que a sociedade secreta aparece não só potencialmente mas *de facto* como adversário do Estado absolutista. [...] A função de proteção já se tornou idêntica à função puramente política de camuflar a ofensiva, ou seja, a ocupação indireta do Estado.”⁵¹⁸

No contexto de formação do PRP, a Maçonaria, como um reflexo das divergências políticas do período, encontrava-se dividida em Grande Oriente do Lavradio, presidido pelo Visconde do Rio Branco, presidente do Conselho de Ministros pelo do Partido Conservador (de 7 de março de 1871 a 26 de junho de 1875), que procurava utilizar a Maçonaria para aumentar sua influência política, e o Oriente dos Beneditinos, sob a liderança de Saldanha Marinho, signatário do Manifesto Republicano de 1870, que agregava tanto aqueles que se opunham moderadamente ao governo imperial, quanto aqueles que defendiam uma mudança de regime.

Na organização do movimento republicano em São Paulo notou-se que as lojas filiadas ao Oriente dos Beneditinos foram as mais atuantes na difusão dos ideais republicanos e na abertura de novas lojas maçônicas.

A ligação entre a difusão das lojas maçônicas e o republicanismo é evidenciada quando se analisa que as figuras centrais na estruturação do novo partido pertenciam às principais lojas maçônicas da província de São Paulo. Como membros da Loja América destacaram-se Américo Brasiliense, Américo de Campos, Luiz Gama, Rangel Pestana; da Loja Independência, de Campinas, Campos Salles, Francisco Glicério, Francisco Quirino dos Santos, Jorge de Miranda; da Loja Perseverança 3ª, de Sorocaba, Ubaldino do Amaral; da Loja Piracicaba, Prudente de Moraes e seu irmão Manoel de Moraes Barros; da Loja Trabalho, de Amparo, Bernardino de Campos.

A influência da Maçonaria na política não terminou com o império, uma vez que o primeiro gabinete ministerial republicano foi composto exclusivamente por maçons⁵¹⁹. Além do fato que os dois primeiros presidentes civis, Prudente de Moraes e Campos Salles, há muito eram figuras de destaque dentro da ordem. Essa tendência é também visível do caso do estado de São Paulo, já que seu primeiro governador, após a

⁵¹⁸ KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: Eduerj Contraponto, 1999, p.84.

⁵¹⁹ “Implantada a república, Deodoro assumiria o poder, como chefe do governo provisório, com um ministério constituído, totalmente, por maçons.” CASTELLANI, José. *A Maçonaria e o Movimento Republicano Brasileiro*. São Paulo: editora Traço, 1989, p.43.

proclamação da República, foi o tantas vezes mencionado Américo Brasiliense, filiado a Loja América; e sucedido por Bernardino de Campos, também influente na ordem maçônica.

O presidente Prudente de Moraes já figurava como um dos articuladores da Maçonaria na província na década de 1870, quando fundou a Loja Piracicaba, na mesma cidade. Já Campos Salles bastante ativo na Maçonaria de Campinas, era membro da Loja Independência, e foi um dos fundadores e venerável (presidente) da Loja Regeneração 3ª, em 1876. E o governador Bernardino de Campos ajudou a fundar a Loja Trabalho, em Amparo, em 1872. Assim, a relação desses políticos republicanos com a Maçonaria pode ser comprovada desde a década de 1870.

FONTES

Arquivo do Estado de São Paulo

Jornal Correio Paulistano – 1868 a 1875 (microfilmagem)

Jornal A Província de São Paulo – 1875 a 1889 (microfilmagem)

Jornal Gazeta de Campinas – novembro de 1872 a outubro de 1873

Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP)

Almanach Litterario de São Paulo – 1877/1878/1879

Almanak da Província de São Paulo para 1873

Almanak de Campinas seguido do Almanak do Rio-Claro para 1873

Indicador de São Paulo: administrativo, judicial, industrial, profissional e comercial para o ano de 1878

Museu Paulista

Doc. 4750 – Circular aos Republicanos da Província

Doc. 4751 – Ata da Convenção de Itu (foto da original)

Doc. 4752 – Lista de Presença da Reunião do Partido Republicano de Itu

Doc. 4753 – Acta da Convenção de Itu (transcrita)

Doc. 4756 – Atas dos Congressos Republicanos 1880-1887, 1888 (incompleto)

Arquivo Edgard Leuenroth - Unicamp

Coleção dos Boletins do Grande Oriente do Brasil - 1871 a 1889 (microfilmagem)

Loja América

Livro de Atas da Loja América – volume I - 26 de agosto de 1874 a 19 de julho de 1881
volume II - 4 de maio de 1886 a 9 de maio de 1890

Leis e Rituais do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brazil. Rio de Janeiro: Typographia do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brazil, 1877.

BIBLIOGRAFIA

- ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- AMARAL, Amadeu. “Aug.: e Ben.: Loj.: Cap.: América”. In: GIUSTI, Antonio (editor). *A Maçonaria no centenário*. São Paulo: Revista A Maçonaria no Estado de S.Paulo, 1922.
- AMARAL, Antonio Barreto do. *Dicionário de História de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.
- ANDRADE, Alex Moreira, *Maçonaria no Brasil (1863-1901): Poder, Cultura e Idéias*, Tese de Mestrado em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2004.
- ARANHA, J.M. de Camargo. *A Primeira Campanha Eleitoral do Partido Republicano Paulista*. São Paulo: Revista do Arquivo Municipal, vol. XXXV, maio de 1937.
- _____. *Correspondência de Américo Brasiliense (1889-1892)*. SP, Revista do Arquivo Municipal, vol. LVII, 1939.
- ASLAN, Nicola. *Pequenas Biografias de Grandes Maçons Brasileiros*. Rio de Janeiro: Editora Maçônica, 1973.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho. “Maçonaria: História e Historiografia”. *Revista USP* n. 32, 1996-97.
- BANDECCHI, Brasil. *A bucha, a Maçonaria e o espírito liberal*. 3ª ed. São Paulo: Parma, 1982.
- BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras: a ação da Maçonaria Brasileira (1870 – 1910)*. Editora da Unicamp, coleção Tempo e Memória nº14, 1999.
- _____. *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)*. Juiz de Fora/ São Paulo: Editora UFJF/ Annablume/ FAPESP, 2006.
- _____. “Discutindo a sociabilidade moderna: o caso da Maçonaria”, in: RAGO, Margareth e GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira (orgs). *Narrar o passado, repensar a História*. Campinas: Ed. Unicamp, 2000.
- BARBOSA, Silvana Mota, “A política progressista: Parlamento, sistema representativo e partidos nos anos 1860”, in: *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

- BARRETO, Célia de Barros. “Ação das sociedades secretas”, in: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, ed. Difel, 1985, t.II, vol.1.
- BARROSO, Gustavo. *A História Secreta do Brasil*. Porto Alegre: Revisão, 1990.
- BOEHRER, George C. A. *Da Monarquia à República: história do Partido Republicano do Brasil (1870-1889)*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.
- BRASILIANSE, Américo. *Os Programas dos Partidos e o Segundo Império*. Brasília: MEC, 1979. (1ªed 1878).
- CARONE, Edgar e JUNQUEIRA, Silvia Arantes. “Atas do Partido Republicano Paulista”, in: *Estudos Históricos*, nº11, Marília, 1972.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial, Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- _____. *Liberalismo, radicalismo e republicanismo nos anos sessenta do século dezenove*. Centre for Brazilian Studies University of Oxford.
- _____ & NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das (orgs.). *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- CASALECCHI, José Enio. *O Partido Republicano Paulista: política e poder (1889-1926)*. São Paulo: editora Brasiliense, 1987.
- CASTELLANI, José. *Os maçons que fizeram a história do Brasil*. A Gazeta maçônica, 1972.
- _____. *A maçonaria e o movimento republicano brasileiro*. Editora Traço, 1989.
- _____. *Piratininga: História da Loja Maçônica Tradição de São Paulo*. São Paulo: OESP, 2000
- CINTRA, Assis. *Bernardino de Campos e seu Tempo*. São Paulo: Ed Cupulo, 1953.
- COLUSSI, Eliane Lucia. *A Maçonaria Gaúcha no século XIX*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Editora UNESP, 7ª edição, 1999.
- COSTA, Frederico Guilherme. *Breves ensaios sobre a História da Maçonaria Brasileira*. Londrina: A Trolha, 1993.
- _____. *A Maçonaria e a Emancipação do Escravo*, ed. Trolha, Londrina, 1999.

- COSTA, Milene Ribas da. *A implosão da ordem: a crise final do Império e o movimento republicano paulista*. Dissertação de Mestrado, Ciência Política, FFLCH, 2006.
- COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
- DANTAS, Monica Duarte. *Fronteiras movediças: A Comarca de Itapicuru e a Formação do Arraial de Canudos*. São Paulo: Editora Hucitec, 2007.
- _____. “O código do processo criminal e a reforma de 1841: dois modelos de organização do Estado (e suas instâncias de negociação)”. Conferência apresentada junto ao *IV Congresso do Instituto Brasileiro de História do Direito – Autonomia do direito: configurações do jurídico entre a política e a sociedade*, São Paulo, Faculdade de Direito/ USP, 2009.
- DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil (1850)*. Prefácio de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.
- DEAN, Warren, *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura 1820-1920*. Trad. Waldívia M. Portinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- DEBES, Célio S. *Constituição, Estrutura e Atuação do Partido Republicano de SP na Propaganda (1872-1889)*. Tese de mestrado. USP, 1975.
- DIAS, Maria Odila da Silva Dias. “Aspectos da Ilustração no Brasil”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, v.278, janeiro-março, 1968, p.105-170.
- DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: editora Globo, 2005.
- _____. “O lugar das elites regionais”. In: *Revista USP*, nº58, 2003.
- _____. “Representação na Monarquia brasileira”. *Almanack Braziliense*. São Paulo, nº9, maio/2009.
- _____. “Elites Regionais e a construção do Estado Nacional”. In: JANCSÓ, István (Coord.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, 2003.
- _____. (org.). *José Bonifácio de Andrada e Silva Projetos para o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005 (1ª reimpressão).
- FLORY, Thomas. *El juez de paz y el jurado en el Brasil imperial, 1808-1871*. México: Fondo de Cultura Económica.
- GEBARA, Ademir. *Campinas (1869-1875) Republicanismo, Imprensa e Sociedade*. Tese de Mestrado. USP, 1975.

- GONÇALVES, Ricardo Mário. “A influência da Maçonaria nas Independências Latino-Americanas”. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). *A Revolução Francesa e seu impacto na América Latina*. São Paulo: Nova Stella- Ed. USP, 1990.
- _____. (org.). *Quintino Bocaiúva nº10: a trajetória de uma loja maçônica paulistana (1923-1998)*. São Paulo: Arquivo do Estado – Imprensa Oficial, 1998.
- GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, vol.3.
- HABERMAS, J. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Tempo Universitário, Rio de Janeiro, 1984.
- HESPANHA, Antônio M. & XAVIER, Ângela B. “As redes clientelares”, In: José Tengarrinha (org.). *História de Portugal: o Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 7ª ed., 2005.
- JANCSÓ, István (Coord.). *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: Ed. Hucitec, 2005.
- _____. *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, 2003.
- IRMÃO, José Aleixo. *A Perseverança III e Sorocaba*. Sorocaba: Fundação Ubaldino do Amaral, 1999, vol.1.
- KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro, editora UERJ, 1999.
- LEITE, Beatriz Westin de Cerqueira. “Representações sociais e elite política: o exercício do poder na província de São Paulo e sua articulação com o Governo Central (Segundo Reinado)”. In: ODALIA, Nilo & CALDEIRA, João Ricardo de Castro (orgs). *História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*. São Paulo, Editora UNESP, vol.1 Colônia e Império, 2010.
- LEPSCH, Inaldo Cassiano Silveira. *A Convenção de Itu e os Republicanos – ontem e hoje*. Conferência pronunciada em Londrina- PR, no Club dos 21 Irmãos amigos, 28/maio/1977.
- LIMA, Sandra Lúcia Lopes. *O Oeste paulista e a República*. São Paulo: Vértice, 1986.

- LOVE, Joseph L. *São Paulo na Federação Brasileira 1889-1937 – A Locomotiva*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- LUNÉ, Antonio José Baptista de & FONSECA, Paulo Delfino da (orgs.). *Almanak da Província de São Paulo para 1873*. São Paulo: Typographia Americana, 1873.
- MACHADO JUNIOR, Armando Marcondes. *Centro Acadêmico XI de Agosto*. 5 vols., 1827- 2001.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*. 3ª ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995.
- _____. *História da Maçonaria em Portugal*. Lisboa: Presença, 1990-1997. 3vols.
- _____. *Ensaio de Maçonaria*. Lisboa: Quetzal, 1988.
- MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS. 2005.
- MATOS, Odilon Nogueira de. *Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. 1ªed. 1974 São Paulo: edições do Arquivo do Estado, 1981
- MATTOS, Ilmar Rohloff. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. São Paulo. Hucitec, 1987.
- MENDES, Evelyse M. Freire. *Bibliografia do Pensamento Republicano (1870-1970)*. Brasília: Ed. da UNB, 1980.
- MENEZES, Raimundo de. *Vida e Obra de Campos Salles*. São Paulo: Livraria Martins, 1974.
- MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra*. São Paulo, Cia das Letras 1995.
- MORAES, Carmen Sylvia Vidigal, “A maçonaria republicana e a educação: um projeto para a conformação da cidadania”, in: SOUSA, Cynthia Pereira de (org.). *História da educação: processos, práticas e saberes*. São Paulo: Escrituras Editora, 1998, pp.5-26.
- _____. *O ideário republicano e a educação: uma contribuição à história das instituições*. Campinas: Mercado das Letras, 2006.
- MOREL, Marco. *As Transformações dos Espaços Públicos – Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*, Ed. Hucitec, São Paulo, 2005.
- _____. “Sociabilidades entre Luzes e Sombras: apontamentos para o estudo histórico das maçonarias da primeira metade do século XIX”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, nº 28, ano 2001/2.

- NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1997 (5ª ed.), 2 vols..
- NAUDON, Paul. *A Maçonaria*. São Paulo: Difel, 1968.
- NOGUEIRA, Emilia Costa. “O movimento republicano em Itu. Os fazendeiros do Oeste paulista e os pródromos do movimento republicano (Notas prévias)”; in: *Revista de História*. São Paulo, nº 20, out/dez, 1954, pp.379-405.
- OLIVEIRA, Cecília L. de Salles. *A astúcia liberal: relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)*. São Paulo: Ícone editora, 1999.
- OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira. *Entre a casa e o armazém: Relações sociais e experiência da urbanização, São Paulo, 1850-1900*. São Paulo: Alameda, 2005.
- PESSOA, Reynaldo Carneiro. *A Idéia Republicana no Brasil, através dos documentos*. São Paulo: Ed Alfa-Omega, 1973.
- PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1957.
- RIZZINI, Carlos. “Dos clubes secretos às lojas maçônicas”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v.190, jan-mar, 1946.
- SALLES, Alberto. *A Pátria Paulista*. Campinas, Typ. A Vapor da Gazeta de Campinas, 1887.
- SANTOS, Célia Galvão Quirino dos. “As sociedades secretas e a formação do pensamento liberal”. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, 1965, t.19.
- SANTOS, José Maria dos. *Os republicanos paulistas e a abolição*. São Paulo, Livraria Martins, 1942.
- _____. *Bernardino de Campos e o Partido Republicano Paulista*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.
- SILVA, Ivanilson Bezerra da. *A cidade, a Igreja e a Escola: relações de poder entre maçons e presbiterianos em Sorocaba na segunda metade do século XIX*. Dissertação de Mestrado, USP, 2010.
- SILVA, Raul de Andrada e. “Os republicanos de 1870 e as realidades nacionais”. *Revista de História*. SP, anoXXI, vol. XLI, out-dez,1970, nº 84, pp.439-447.
- SOUZA, Françoise Jena de Oliveira e, *Vozes Maçônicas na Província Mineira (1869-1889)*, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.
- SOUZA, Jonas Soares de. “Notas sobre a “Convenção de Itu””, in: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, USP, tomo XXVII, 1976.

- TAUNAY, Affonso de E. *Pequena História do Café no Brasil (1727-1937)*. Rio de Janeiro: edição do Departamento Nacional do Café, 1945
- VAMPRÉ, Spencer. *Memórias para a História da Academia de São Paulo*. Brasília, INL, 1977.
- VÉSCIO, Luiz Eugênio. *O crime do padre Sório: Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul 1893-1928*. Santa Maria, editora UFSM, 2001
- VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. Brasília, Ed. da UNB, 1980.
- XAVIER, Ângela M. B.; A M. Hespanha. "As redes clientelares" In: *O Antigo Regime 1620-1810, da História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993.
- ZIMMERMANN, Maria Emilia Marques. *O PRP e os fazendeiros do café*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, 1986.